

Anno VI

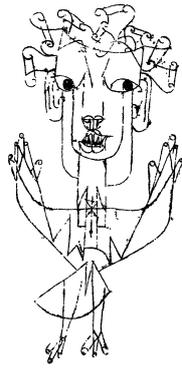
n. 9

2015

ISSN 2179-5487

R E V I S T A
A N G E L U S
N O V U S
9





“Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu.”

Walter Benjamin, *Sobre o conceito de história*

Conselho editorial

André Sekkel Cerqueira (Mestrando em História Social, FFLCH-USP); Breno Ferraz Leal Ferreira (Doutorando em História Social, FFLCH-USP); Bruna Oliveira Santiago (Mestranda em História Social, FFLCH-USP); Dirceu Franco Ferreira (Doutorando em História Econômica, FFLCH-USP); Fabrício Leal de Souza (Doutorando em História Social, FFLCH-USP); Gustavo Velloso (Mestrando em História Social, FFLCH-USP); José Pacheco dos Santos Júnior (Doutorando em História Econômica, FFLCH-USP); Julia Gumieri (Mestranda em História Social, FFLCH-USP); Luciano Thomé (Doutorando em História Social, FFLCH-USP); Marina Maria de Lira Rocha (Doutoranda em História Social, FFLCH-USP); Pâmela de Almeida Resende (Doutoranda em História Social, FFLCH-USP).

Conselho científico

Adriana Zierer (UEMA); Adriano Correia Silva (UFG); André de Melo Araújo (UnB); Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (USP); Carlos Almeida Bacellar (USP); Carlos Augusto Ribeiro Machado (University of St. Andrews); Cláudia Wasserman (UFRGS); Francisco Pereira Costa (UFAC); James Green (Brown University); Jean Rodrigues Sales (UFRRJ); João Paulo Garrido Pimenta (USP); John D. French (Duke University); José Luís Cardoso (Universidade de Lisboa); Laura de Mello e Souza (USP e Université Paris-Sorbonne); Luiz Otávio de Magalhães (UESB); Maria de Fátima Costa (UFMT); Pedro Meira Monteiro (Princeton University); Rafael Chambouleyron (UFPA); René Ernaini Gertz (PUC-RS e UFRGS); Robério Santos Souza (UNEB); Samantha Viz Quadrat (UFF); Sebastião Vargas (UFRN); Susana Sosenski (Universidad Nacional Autónoma de México); Thiago Lima Nicodemo (UERJ).

Pareceristas que colaboraram com esta edição

Adir da Luz Almeida (UERJ); Adma Fadul Muhana (USP); Adriana Schryver Kurtz (ESPM-Sul); Alexandre Guilherme da Cruz Alves Júnior (UNIFAP); Antônia Terra de Calazans Fernandes (USP); Cândido Moreira Rodrigues (UFMT); Carlos Alberto Póvoa (UFTM); Carlos Eduardo Bartel (IFC); Daniel Alves Boeira (UDESC); Déborah Rosária Barbosa (UFMG); Diogo da Silva Roiz (UEMS); Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho (Pós-dr. UFSC); Fernanda do Nascimento Thomaz (UFJF); Ione Celeste Jesus de Sousa (UEFS); Ivete Batista da Silva Almeida (UNIMONTES); Jorge da Silva Rangel (UERJ); Leandro Antonio de Almeida (UFRB); Luis Fernando Hering Coelho (UFPEL); Luiz Antônio Dias (PUC-SP); Marcelo Timotheo da Costa (UNIVERSO); Márcia Ramos de Oliveira (UDESC); Marcos Veiga (Dr. pela USP); Maria do Socorro Fernandes de Carvalho (UNIFESP); Maria Helena Capelato (USP); Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento (USP); Marie Claire Sekkel (USP); Nathaly Silva Xavier Schütz (UniPampa); Peter Robert Demant (USP); Renato Cancian (Uninove); Ricardo Figueiredo Pirola (UNICAMP); Rodrigo Coppe Caldeira (PUC-MG); Rodrigo Farias de Sousa (Dr. pela UFF); Roger Domenech Colacios (Pós-dr. pela UNESP); Sônia de Oliveira Camara Rangel (UERJ); Walter Mariano de Faria Silva Neto (UFTM); Wanderson da Silva Chaves (Dr. pela USP); Wilton Carlos Lima da Silva (UNESP); Wolfgang Adolf Karl Döpcke (UnB).

REVISTA ANGELUS NOVUS

PUBLICAÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS EM
HISTÓRIA ECONÔMICA E HISTÓRIA SOCIAL
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

R a c i s m o e a n t i r r a c i s m o
Ano VI - Número 9 - 2015 - ISSN 2179-5487

REVISTA ANGELUS NOVUS

Disponível eletronicamente em: revistas.usp.br/ran

Ficha catalográfica

Revista Angelus Novus / Publicação dos Pós-graduandos em História Econômica e História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP – Ano VI, n. 9, 2015.

ISSN 2179-5487

1. História
 2. Historiografia
 3. Ciências Sociais
-

Indexada na base de dados em

Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal – LATINDEX

Imagem da capa

Detalhe de retrato de Joseph Ki-Zerbo. ©Fondation Joseph Zi-Zerbo

Imagem da folha de rosto

Detalhe de *Angelus Novus*, de Paul Klee, 1920. ©Museu de Israel (CC BY-SA 3.0)

Editor-chefe Dirceu Franco Ferreira

Secretário Breno Ferraz Leal Ferreira

Divulgadores José Pacheco dos Santos Júnior e Pâmela de Almeida Resende

Editor de arte Luciano Thomé

Endereço

Av. Professor Lineu Prestes, 338
Cidade Universitária
São Paulo – SP – CEP 05508-900
Caixa Postal 8105

Endereço eletrônico

angelusnovus@usp.br

O conteúdo dessa revista é licenciado em Creative Commons (CC BY 3.0)

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
DOSSIÊ : Racismo e antirracismo	
APRESENTAÇÃO : a questão racial em perspectiva internacional Gustavo Mesquita	II
ARTIGOS	
O antirracismo dos intelectuais : o caso de Pierre-André Taguieff Manuel Diatkine	17
Ulisses Retornado : Joseph Ki-Zerbo e a África da perspectiva africana Felipe Paiva	41
Cidadãos, quem? : os israelenses e e sua relação com os “outros” Luciana Garcia de Oliveira	63
Identidade e cultura em Porto Alegre no Pós-abolição : a criação da Banda Municipal de Porto Alegre (1925) Felipe Rodrigues Bohrer	81
ARTIGOS LIVRES	
Em busca das colônias perdidas : a visualidade das propagandas da Reichskolonialbund entre 1936 e 1943 Naiara Krachenski	109
As agendas culturais da Guerra Fria e o “Programa Ideológico” : a CIA e a Fundação Ford na atração às elites intelectuais Wanderson Chaves	123
Trama dogmática : as Instruções de Joseph Ratzinger sobre liberdade na Congregação para a Doutrina da Fé (1984-1986) Alexandre Queiroz	153
RESENHA	
A história dos furacões e a construção espacial do Grande Caribe Fernando Victor Aguiar Ribeiro	183

REFLEXÕES sobre o DEPARTAMENTO de HISTÓRIA da USP
Homenagem a Nicolau Sevcenko

189

EDITORIAL

Algumas das tarefas mais nobres da História, enquanto ciência humana, é questionar a realidade, encetar críticas, problematizar. Conscientes da responsabilidade de que se reveste a epistemologia da pesquisa histórica para com a realidade social e com a divulgação científica, apresentamos o número 9 da Revista *Angelus Novus* que traz o dossiê *Racismo e Antirracismo*: composto pela apresentação de Gustavo Mesquita, organizador do dossiê, ex-editor da RAN e doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, e por quatro artigos que discutem a amplitude, tanto prática quanto teórica, do tema abordado pelo dossiê.

Na seção de artigos livres, Naiara Krachenski, mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná, explora a linguagem visual no movimento neocolonial alemão no artigo *Em busca das colônias perdidas: a visualidade das propagandas da Reichskolonialbund entre 1936 e 1943*. Na sequência, Wanderson Chaves, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, analisa *As agendas culturais da Guerra Fria e o 'Programa Ideológico': a CIA e a Fundação Ford na atração às elites intelectuais*, buscando compreender a articulação das propostas estadunidenses de atração às elites intelectuais no período da Guerra Fria. Alexandre Queiroz, mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo, por sua vez, em *Trama Dogmática - As Instruções de Joseph Ratzinger na Congregação para a Doutrina da Fé (1984-1986)*, discorre sobre a produção intelectual do teólogo alemão Joseph Ratzinger quando este foi prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé.

Nesta edição, a RAN conta, também, com a resenha intitulada *A história dos furacões e a construção espacial do Grande Caribe*, escrita por Fernando Ribeiro, doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo, sobre o recente livro de Stuart B. Schwartz: *Sea of Storms: A History of Hurricanes in the Greater Caribbean from Columbus to Katrina* (Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2015).

Por fim, temos a honra de publicar as homenagens prestadas *in memoriam*, em evento promovido pelo Departamento de História da FFLCH/USP, em 13 de agosto de 2015, ao historiador e professor Nicolau Sevcenko, falecido em 2014. Aproveitamos, aqui, para

R E V I S T A A N G E L U S N O V U S

agradecer a todos professores, amigos e familiares que gentilmente autorizaram a publicação de suas falas.

Boa leitura!

Os Editores

André Sekkel de Cerqueira

Breno Ferraz Leal Ferreira

Bruna Oliveira Santiago

Dirceu Franco Ferreira

Fabrcio Leal de Souza

Gustavo Velloso

José Pacheco dos Santos Júnior

Luciano Thomé

Marina Maria de Lira Rocha

Pâmela de Almeida Resende



Imagem da capa O historiador Joseph Ki-Zerbo enquanto professor na França. Registro anônimo e sem data. Disponível em: «http://www.fondationki-zerbo.org/galerie/albums/userpics/10001/photo_ensemble.jpg». Acesso em: 23 de agosto de 2016.

REVISTA ANGELUS NOVUS

APRESENTAÇÃO

A questão racial em perspectiva internacional

O presente dossiê, que agora publica quatro artigos de pós-graduandos brasileiros e estrangeiros, pretende apresentar ao leitor da *Revista Angelus Novus* um quadro geral sobre determinadas questões suscitadas pelo conceito de raça no século XX. Este quadro é composto pela perspectiva internacional comum a todos os artigos. Aqui o leitor encontrará discussões sobre a região sul do Brasil, todo o continente africano, a França e, por último, Israel. Apesar de estarem focados na experiência do século 20, os artigos operam com abordagens metodológicas e recortes cronológicos distintos, cobrindo desde a música erudita no pós-abolição brasileiro, a análise do conceito de África do burquinense Joseph Ki-Zerbo, passando pela análise dos escritos contemporâneos de Pierre-André Taguieff, até a discussão sobre a situação da questão palestina na história contemporânea.

A diversidade temática do dossiê traz um rico panorama no que diz respeito ao estado em que se encontram as pesquisas históricas desenvolvidas no Brasil sobre a questão racial. Felizmente, as pesquisas conseguiram explorar o aspecto internacional do problema que aflige negros no Brasil ou alhures, judeus, palestinos e outras categorias étnicas mundo afora. Se o século 20 foi aqui enfatizado, isto se deve ao fato de o racismo ter-se mostrado ainda mais complexo na história contemporânea que em outros tempos. Ainda embutida de problemas fortes nos séculos passados, a discriminação racial gerou novos mecanismos de resistência à sua superação quando, no século 20, uma sucessão de acontecimentos mundiais reforçou os discursos e práticas racistas, a despeito de toda a ação dos organismos internacionais no sentido contrário. Este dossiê vem a público para alertar-nos que há conexões sistêmicas, de escala internacional, entre os racismos praticados nos países tanto do Ocidente como do Oriente. Neste sentido, compreender as dinâmicas do preconceito racial nos países latino-americanos contribui para a investigação das relações raciais na África e Ásia, e vice-versa. A perspectiva internacional do dossiê assume esta leitura do problema.

A questão da identidade não pode ser afastada das discussões, dada sua relação causal com a questão racial. Tomando o dossiê como um todo, o leitor logo verá que a identidade foi

um recurso, uma categoria de análise mobilizada em todos os artigos. Assim, discute-se o que tem significado ser negro ou branco no Brasil ou na África, muçulmano ou católico na França, ou ainda judeu ou árabe em Israel. A identidade é tratada pelos autores, de modo geral, como a constituição de sujeitos cujas vidas foram (e estão) marcadas por sua condição de minoria social nos países em que vivem. Dito de outro modo: a identidade dá forma a indivíduos cuja existência tem sido ameaçada por identidades antagônicas, outros indivíduos ou grupos, nativos ou não, que se opõem à presença dos primeiros.

Neste dossiê, a discussão sobre cultura e identidade regionais, especificamente o universo da música erudita no Rio Grande do Sul, coube a Felipe Rodrigues Bohrer, com seu artigo *Identidade e cultura em Porto Alegre no pós-abolição: a criação da Banda Municipal de Porto Alegre (1925)*. O autor acompanha o processo de constituição da música erudita em Porto Alegre a partir da criação da Banda Municipal em 1925. Partindo da crítica à ideia de que o Rio Grande do Sul seria um estado com pequena presença negra, assim como a cultura e identidade locais teriam sido construídas só pelos imigrantes europeus, o autor busca identificar, em primeiro lugar, o papel da música erudita nas transformações em várias dimensões da cidade, além da relação do negro com este estilo. Segundo ele, o processo de consolidação do erudito, que no pós-abolição se afirmou perante o popular e o folclórico, resultou na exclusão dos pobres, principalmente dos afrodescendentes, do exercício profissional da música. Conservatórios, liceus e outras escolas de música, sendo símbolos da modernidade, não poderiam ser lugares para negros ou pobres, apenas para brancos em busca de profissionalização no mercado da música erudita. Entretanto, em relação ao repertório para concerto, já havia experiência anterior na cidade: uma banda, composta por afrodescendentes, costumava tocar nos locais públicos. A Banda Municipal de Porto Alegre – depois reformulada para Escola Hilário Ribeiro – não foi inspirada na experiência dos músicos negros, pois a Prefeitura quis atribuir à música clássica maior importância, entendendo assim que as experiências progressistas não teriam com o que contribuir.

O autor ainda propõe a tese de que a cultura gaúcha não foi constituída só com as contribuições dos imigrantes europeus. Os afrodescendentes teriam participado ativamente do processo desde o princípio da história gaúcha, contribuindo com suas expressões culturais. Pelo fato de considerar que muitas pesquisas ainda se referem a Era Vargas como o período em que a música popular, como o próprio samba, finalmente teria sido reconhecida pelo Estado de forma positiva, o autor expande a análise do racismo na sociedade local e procura mostrar que o Rio Grande do Sul há muito tempo tem sido uma sociedade racializada, isto é, dividida em hierarquias raciais e de status.

Com o artigo de Felipe Paiva, temos em mãos uma análise qualitativa sobre as leituras possíveis de África. Em *Ulisses retornado: Joseph Ki-Zerbo e a África da perspectiva*

africana, o autor analisa os escritos teóricos de Joseph Ki-Zerbo reunidos no primeiro volume da coleção *História Geral da África – Metodologia e Pré-História da África*, financiada pela UNESCO. Ki-Zerbo foi um importante intelectual de Burkina Faso e teve inserção acadêmica também na Europa, sobretudo na França, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970. De sua produção teórica Felipe Paiva recupera, entre outros elementos, as críticas ao conceito de história vigente no século 19, que lançava um olhar colonialista sobre a África, excluindo sua história do horizonte dos historiadores e demais intelectuais ocidentais. Tratar-se-ia, aos olhos dos novecentistas, da terra nullius.

O alvo dos ataques de Ki-Zerbo é justamente a ideia do africano como homem selvagem, incapaz de forjar o progresso e realizar mudanças estruturais. Toda historiografia que partir desta premissa será, a seu ver, falha, pois à África caberia outra perspectiva: a que valoriza a pátria como possibilidade de construção histórica, por meio do embate com o passado. A perspectiva africana resulta numa espécie de sensibilidade pan-africana. Mais que generalizações a respeito de seu território ou cultura, esta perspectiva permite investigarmos a história do continente em sua pluralidade cultural, social, econômica, etc. Documentos escritos ou formais não constituem a fonte privilegiada de pesquisa segundo esta perspectiva. Haveriam outros suportes para a transmissão das lembranças a respeito de determinado tempo histórico, mais adequados para o estudo da história e pré-história africana, como a narrativa oral e a mitologia. Daí em diante, Felipe Paiva debruça-se sobre as ferramentas teóricas desenvolvidas por Ki-Zerbo para a constituição da chamada perspectiva africana, ou a África vista do seu interior, como resume o autor.

A reflexão teórica sobre o antirracismo moderno foi feita por Manuel Diatkine em *O antirracismo dos intelectuais: o caso de Pierre-André Taguieff*. O autor investiga o chamado caso Pierre-André Taguieff, intelectual francês que se dedicou a pensar uma nova perspectiva teórica para o antirracismo, especialmente depois do boom da identidade como centro da ação política, na década de 1970. Pierre-André Taguieff foi considerado intelectual de direita por ter se vinculado ao *Groupement de Recherches et d'Études pour la Civilisation Européenne* [Grupo de Pesquisas e Estudos sobre a Civilização Europeia] (GRECE), rede intelectual que apoiaria a criação do Front National, um partido político cujo programa apoiava o nacionalismo francês e a ideia de comunidade europeia. Sua teoria parte do princípio de que um novo racismo estava surgindo por meio do próprio antirracismo. No mundo contemporâneo, os movimentos antirracistas ainda preservariam certo racismo em sua linguagem conceitual, centrada no conceito nacionalista de cultura. Para Taguieff, há dois tipos básicos de racismo: o universalista e o diferencialista; da mesma forma, estas categorias seriam válidas para o antirracismo. A principal característica do racismo universalista é o seu vínculo com a modernidade, sendo produto dela, ou seja, afirma que as raças e civilizações

possuem capacidades diferentes de desenvolvimento. O antirracismo universalista, em contraste, estava fundado na crença de que as raças e civilizações contribuiriam da mesma forma para a humanidade. Já o racismo diferencialista é uma reação à modernidade e afirma que não há leis universais ou medidas de comparação em termos de raça, e sim raças diferentes em termos biológicos. Antagônico a esta visão, o antirracismo diferencialista apregoa o direito humano à diferença em termos biológicos e culturais.

O autor desenvolve em seu texto uma tipologia do racismo e do antirracismo que, apesar de não estar absolutamente clara, pode ajudar o leitor a compreender as características de ambas as ideologias. Entre antigas e modernas ideologias racistas, o intelectual francês teria identificado na década de 1980 a emergência do que chamou de nova judeofobia, o ódio revitalizado aos judeus e ao Estado de Israel. Do Ocidente ao Oriente, sem fronteiras geográficas rigidamente definidas, a judeofobia estaria se expandindo de forma rápida, e contaria com certo pacto com as esquerdas francesas para a ação antissionista radical. O racismo não seria o mesmo depois da judeofobia – este era o entendimento de Taguieff –, e na transição do século 20 para o 21 os discursos de ódio sofreriam transformações e apresentariam novas características. A partir disto, o intelectual se ocupou da revisão crítica e sistemática dos movimentos antirracistas na Europa. Sofrera críticas por causa desta perspectiva, chegando a ser acusado de racista (“islamofóbico”), e fora afastado de determinados círculos intelectuais.

Em *Cidadãos, quem? Os israelenses e a sua relação com os “outros”*, Luciana Garcia de Oliveira analisa a questão palestina no pós-guerra à luz das ideias presentes na *Dialética do esclarecimento*, obra de Adorno & Horkheimer escrita só dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, e reeditada também dois anos depois da Guerra dos Seis Dias entre Israel e alguns países árabes, em 1969. Para os intelectuais alemães, o nazismo nunca fora derrotado definitivamente; suspenso, mas não derrotado, o regime totalitário ainda apresentaria sobrevivências nas décadas posteriores, influenciando em algumas ações políticas decorrentes do processo de criação de Israel. De modo geral, após as divisões do território palestino, o grupo árabe que permaneceu em Israel estaria vivendo, segundo a autora, sob um regime discriminatório no qual a cidadania foi reduzida a direitos mínimos. Desde então os árabes não puderam expressar sua identidade cultural ou participar das mesmas instituições que os judeus. Há vários argumentos no texto que realçam esta linha de pensamento sobre os conflitos envolvendo judeus e palestinos. A autora, neste sentido, buscou escancarar o que chama de racismo judaico.

Com os recentes ataques do grupo jihadista Estado Islâmico em Paris, na noite de 13 de novembro de 2015, as discussões que se seguem assumiram tamanha importância que a leitura dos artigos se torna um imperativo não só para especialistas, como para o público interessado no tema. Como disse, os eventos na história contemporânea acrescentaram ao

A P R E S E N T A Ç Ã O

racismo certa complexidade inédita. E hoje, mais do que nunca, ele está ligado ao jogo internacional. As críticas às teses sobre o racismo presas às estruturas dos séculos passados podem lançar luz sobre os acontecimentos e processos do século atual. Portanto, o público brasileiro encontrará aqui um bom material para pesquisa e reflexão.

Gustavo Mesquita¹

Doutorando em História Social na Universidade de São Paulo

¹ Contato: gustavormesquita@gmail.com

REVISTA ANGELUS NOVUS

O antirracismo dos intelectuais o caso de Pierre-André Taguieff

Manuel Diatkine
Universidade de São Paulo

Resumo

Dentre os intelectuais que consagraram uma parte de seus trabalhos ao racismo e ao antirracismo na França contemporânea, Pierre-André Taguieff é um dos mais famosos. Dífíceis de ser delimitadas em termos disciplinares, suas intervenções abarcam desde a filosofia política até a história das ideias, passando pelas ciências políticas. Sobre esses temas e outros conexos – nacional-populismo, judeofobia, os extremismos de direita –, é um dos autores mais lidos e influentes. É também, no entanto, um autor polêmico, contestado, e às vezes rejeitado. Este artigo tenta explicar quem é P.-A. Taguieff, os motivos das rejeições que suscita, e as razões destes motivos. O caso de P.-A. Taguieff ilustra, pensamos, a transformação pela qual passou o antirracismo nas últimas décadas: do consenso ao dissenso. Hoje em dia, nem todo o mundo concorda em definir o que é o antirracismo.

Palavras-chave Taguieff, racismo, antirracismo, judeofobia.

Abstract

Among intellectuals dedicated to the study of racism and antiracism in contemporary France, Pierre-André Taguieff (1946-...) is one of the most famous. His work includes various areas, from political philosophy to history of ideas and political sciences. On racism and other subjects linked – national-populism, judeophobia, right-wing extremism, is in France one of the most widely read and influential thinker. But he's also polemical, criticized and sometimes rejected. This article seeks to explain who is P.-A. Taguieff, the causes of the oppositions to his work and the reasons of these causes. Our hypothesis is that the case of P.-A. Taguieff illustrates the changes of antiracism in recent decades: from consensus to dissensus. Today, the proper definition of antiracism became controversial.

Keywords Taguieff, racism, antiracism, judeophobia.

Pierre-André Taguieff nasceu em 1946 na França. Atualmente aposentado, foi ativo em vários centros de pesquisa universitária, em particular, na Escola Normal Superior de Saint-Cloud, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e no Instituto de Estudos Políticos de Paris. Escreveu livros e artigos importantes (mais de 200 títulos no total), sobre temas relacionados ao extremismo político e à violência do discurso político. Entre eles, o racismo e o antirracismo são temas de predileção. A consagrada editora Presses Universitaires de France (PUF) acabou de lançar, em 2013, um monumental (quase 2.000 páginas) *Dictionnaire historique et critique du racisme*, sob sua direção. Clássicos dos estudos sobre o racismo e o antirracismo são seus livros *La force du préjugé. Essai sur le racisme et ses doubles* (1987) e *Les fins de l'antiracisme* (1995). Existe, porém, o que podemos chamar de um caso Pierre-André Taguieff – paradoxal, e por isto mesmo instigante. Eis um autor reconhecido e lido (talvez ainda mais que citado, embora não seja ignorado por seus colegas pesquisadores sobre o tema), mas “suspeito”, encarado com desconfiança por suas múltiplas críticas, levantadas contra os movimentos antirracistas: o que se esconde atrás dessas críticas? Por que criticar o antirracismo? Será, talvez, uma forma de complacência com os grupos e partidos racistas? Será que não passa de um *faux ami* do antirracismo? Neste artigo, gostaríamos de mostrar que essa desconfiança é exagerada. Simplesmente, muito cedo, já nos anos 1980, Pierre-André Taguieff teve a intuição de que alguma coisa nova estava acontecendo na França na área do racismo (I), que as respostas dos movimentos antirracistas eram insuficientes, inábeis ou francamente contraproducentes (II), e que o movimento antirracista precisava repensar o antirracismo, agora adaptado a um novo contexto, um antirracismo *republicano* (III).

I. Um novo racismo?

Os anos 1970 foram marcados pela emergência de uma tendência cuja importância só vai confirmar-se nos anos seguintes: a da politização da identidade, isto é, o estabelecimento da questão da identidade no centro da ação política. Tal evolução pode muito bem ser vista como um aprofundamento da democracia, por exemplo, no caso dos movimentos de afirmação da identidade homossexual ou da identidade de “minorias” no espaço público, como no exemplo dos movimentos negros no Brasil. Nesses casos, grupos “invisíveis”, isto é, invisíveis nos espaços do poder ou em situações socialmente valorizadas, passam a lembrar à sociedade que existem. Mas, na França dos anos 1970, soube aproveitar-se dessa evolução um pequeno grupo de intelectuais e militantes oriundo da extrema-direita – não chegava a ser um partido propriamente dito, era mais um clube de reflexão –, autodenominado *Groupement de*

Recherches et d'Études pour la Civilisation Européenne (GRECE, ou seja, Grécia em francês). O primeiro trabalho científico de P.-A. Taguieff, que lhe valeu uma reputação merecida de especialista do racismo e dos grupos extremistas de direita, foi uma análise densa e precisa desse movimento.

O GRECE nasceu em 1968, antes dos eventos de maio, e juntava diversas personalidades ligadas aos meios nacionalistas franceses. A figura marcante do grupo era Alain de Benoist, principal teórico e animador.¹ Não cabe neste artigo aprofundar o tema, mas a intuição mais frutífera do GRECE consistiu em renovar o velho nacionalismo francês com base em vários elementos: ir além do anticomunismo, valorizar o tema da identidade europeia (e não simplesmente francesa), reivindicar o direito a “defender” essa identidade contra todos os “universalismos” (visados o marxismo, claro, mas também o imperialismo americano e o cristianismo), e isto sem negar o direito de todos os povos, até mesmo os povos do Terceiro Mundo recém-descolonizados, de fazerem o mesmo. O GRECE apoiava-se sobre uma leitura, politizada e muito contestável, dos trabalhos de Georges Dumézil para afirmar que existia uma “identidade europeia” (as famosas três funções identificadas por esse autor), fundada na desigualdade social.² O raciocínio era que o cristianismo teria desviado o curso da história europeia, com seu conceito de igualdade dos homens diante de Deus. Liberalismo e socialismo seriam herdeiros, muitas vezes sem sabê-lo, do igualitarismo cristão.

Quem melhor viu a significação disso foi P.-A. Taguieff: um racismo novo estava emergindo, e *expressava-se na língua do antirracismo*. Pouco importa o uso frouxo e altamente criticável de Georges Dumézil. O ponto importante era a transformação do discurso da extrema-direita. Agora nada mais havia de raça superior, existia, sim, distanciamento da biologia, defesa da identidade: o novo nacionalismo, que seguia um programa explicitamente “gramsciano” – conquistar o poder político passando primeiro pela vitória no terreno intelectual –, instalava-se no terreno da cultura, propondo a passagem da biologia à cultura, e da raça à identidade, como resume P.-A. Taguieff.³

1 Esse autor evoluiu bastante politicamente desde essa época. Alain de Benoist conta sua trajetória em BENOISTE, Alain de. *Mémoires vives*. Paris: Éditions de Fallois, 2012. Em 2012, ele recebeu-nos para falar de Taguieff.

2 As sociedades indo-europeias seriam caracterizadas por uma organização em torno de três funções: religiosas, militares e agropastoris.

3 Os detalhes sobre a evolução do GRECE, por exemplo, em relação à biologia, encontram-se em TAGUIEFF, Pierre-André. *Sur la nouvelle droite: jalons d'une analyse critique*. Paris: Descartes & Cie, 1994. Este livro completa e amplia o que foi o primeiro trabalho científico de grande amplitude do autor, o artigo *La stratégie culturelle de la "Nouvelle Droite" en France (1968- 1983)*, publicado em 1984 no livro coletivo dirigido por BADINTER, Robert. *Vous avez dit fascisme?*. Paris: Arthaud/Montalba, 1984, pp. 13-152.

Até o início dos anos 1980, tratava-se de um debate limitado ao meio fechado e estreito da extrema-direita francesa, embora o GRECE tenha aparecido na mídia nacional em 1979, quando, sob o nome de “Nouvelle Droite”, dado pelos jornalistas, foi descrito, de uma forma simplista, como a última encarnação francesa do fascismo. Isto aconteceu no contexto da renovação do interesse pelo assunto, que se seguiu à publicação do importantíssimo livro de Zeev Sternhell *La droite révolutionnaire* (1978). Uma série de eventos, porém, cujas repercussões chegam até o presente, surgiu em torno de 1983-84: os primeiros sucessos eleitorais do Front National, partido de extrema-direita fundado, com outros militantes nacionalistas, por Jean-Marie Le Pen. Pela primeira vez em sua história, desde o final do século XIX e o caso Dreyfus, com a exceção do episódio *poujadista* no meio dos anos 1950, a extrema-direita obtinha resultados eleitorais significativos. Doutrinalmente, o Front Nacional devia bastante ao GRECE, embora não tudo (Alain de Benoist, por exemplo, nunca aderiu ao Front, nem mostrou disposição favorável a isso).⁴

Os anos 1980 foram assim os da emergência não somente de um novo racismo, um racismo sem raça, isto é, sem referência ao conceito de “raças”, organizado doutrinalmente em torno da defesa da “identidade francesa”, mas de um fenômeno inédito na política francesa. Pensar o racismo voltava a ser necessário. O fim da crença nas “raças humanas” tinha posto um ponto final no assunto, contrariando assim o otimismo dos vários trabalhos realizados depois de 1945 sob a direção da ONU, em particular da UNESCO. P.-A. Taguieff foi um dos intelectuais mais engajados nessa tarefa, e produziu, em função disso, vários estudos passando por diversas áreas das ciências sociais. Vamos nos concentrar sobre três aspectos de sua pesquisa, deixando de lado muitas coisas, em particular, o que pertence à história das ideias racistas e antisemitas.⁵

4 STERNHELL, Zeev. *La droite révolutionnaire 1885-1914: les origines françaises du fascisme*. Paris: Le Seuil, 1978. A última edição foi publicada pela editora Fayard em 2000, acrescida de um importante ensaio inédito. Pierre Poujade foi um líder populista de direita que defendia a causa dos “pequenos” (comerciantes, agricultores, artesãos) no contexto da modernização acelerada do país desde o fim da reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial. O estudo clássico sobre o assunto ainda é de HOFFMANN, Stanley. *Le mouvement poujade*. Paris: Armand Colin, 1956. Mas um balanço recente do tema pode ser encontrado em SIRINELLI, Jean-François. (dir.). *Histoire des droites en France*. Paris: Gallimard, 2006 [1992].

5 O leitor interessado poderá reportar-se particularmente a quatro livros: TAGUIEFF, Pierre-André. *Les Protocoles des sages de Sion: faux et usages d'un faux*. Paris: Berg International/Fayard, 2004, um estudo extensivo da famosa falsificação antisemita, uma das obras de referência sobre o assunto. A edição citada acima acrescenta vários elementos ao volume 1 da primeira edição, de 1992. Esta mais recente apresenta-se em dois volumes, o segundo constituído por estudos históricos de vários autores sobre os Protocolos em diversas partes do mundo. Outra obra é *Le racisme*. Paris: Flammarion, 1997, uma síntese claríssima sobre os debates em torno da noção. A terceira é *La couleur et le sang: doctrines racistes à la française*. Paris: Mille et une Nuits/Fayard, 2002; uma tipologia do racismo francês que distingue quatro tipos ideais encarnados por A. de Gobineau, G. Le Bon, E. Drumont e G. Vacher de Lapouge. Esta edição é uma versão aumentada do livro publicado em 1998. Por último, *La judéophobie des modernes: des Lumières au Jihad mondial*. Paris:

I.a. Uma tipologia sobre racismo e antirracismo

Publicado em 1987, *La force du préjugé* teve uma recepção, no conjunto, muito favorável. O livro, de leitura árida e difícil, ambicionava repensar racismo e antirracismo sob todas suas dimensões. Em particular, propunha-se a pensá-los com base em dois pares de tipos ideais, seguindo assim a inspiração weberiana: constrói ferramentas para refletir sobre a diversidade das situações históricas, e não descrições precisas de fenômenos históricos empíricos. De um lado, P.-A. Taguieff distingue racismo universalista e racismo diferencialista. De outro, antirracismo universalista e diferencialista (ver tabela abaixo).

Os racismos e antirracismos *universalistas* têm em comum o fato de pertencer à modernidade, definida assim brevemente pela autonomia das comunidades humanas: as sociedades organizam-se segundo leis que inventam. Os primeiros afirmam, porém, que somente alguns povos ou algumas “civilizações” têm capacidade plena para “desenvolver-se”, por exemplo, para produzir as grandes obras do espírito ou atingir um alto nível de bem-estar material, enquanto os segundos dizem o contrário (igual contribuição de todas as “raças” – até os anos 1930 – ou de todas as culturas à formação da civilização humana, igual capacidade de autonomia das comunidades humanas). A origem da diferenciação entre povos e civilizações pode encontrar-se na biologia (racismo universalista *materialista*) ou na cultura (racismo universalista *espiritualista*). Assim dois parâmetros intervêm na formação do tipo ideal: universalismo/diferencialismo, e materialismo (biologia)/espiritualismo (cultura).

Racismos e antirracismos *diferencialistas* têm em comum *reagir* à modernidade. Afirmam que essas leis não são realmente “inventadas”: devem levar em consideração fatores herdados da biologia ou da cultura. Procuram “proteger” sejam “raças biológicas” da mestiçagem (racismo diferencialista materialista – o caso nazista), sejam povos ameaçados pelo progresso da civilização capitalista ocidental (antirracismo diferencialista espiritual), para tomar os dois exemplos mais opostos, de um ponto de vista político e moral. No caso do racismo nazista, a mixofobia (fobia da mestiçagem) levou ao projeto de destruição (conforme Raul Hillberg) do povo judeu, enquanto um racismo universalista tende mais à exploração.⁶

Odile Jacob, 2008, em que o antissemitismo é abordado com base nos mitos culturais antissemitas.

6 Uma apresentação detalhada encontra-se em TAGUIEFF, Pierre-André. *La force du préjugé: essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: Gallimard, 1999 [1987] e *Les fins de l'antiracisme*. Paris: Michalon, 1995.

Racismos	Materialista (biológico)	Espiritual (cultural)
<p>Universalistas: negação de identidade e afirmação de desigualdade entre os grupos humanos.</p> <p>Postulado ontológico: há um <i>continuum</i> entre os grupos humanos hierarquizados.</p>	<p>Universo: modernidade</p> <p>Tese: no processo evolutivo, há raças mais avançadas e outras atrasadas. A “raça biológica” determina o nível do indivíduo em uma escala fixa das civilizações.</p> <p>Implicação: legitimação da dominação colonial ou extermínio das raças inferiores por serem um peso para a humanidade (incapacidade de progredir).</p> <p>Exemplo: a maioria dos representantes do darwinismo social (Clémence Royer na França, Ernest Haeckel na Alemanha).</p> <p>Valores associados: heterofobia, mixofilia.</p>	<p>Universo: modernidade</p> <p>Tese: as raças mais evoluídas estão mais avançadas que as outras na via da civilização e do progresso. Os grupos humanos são mais ou menos perfectíveis, mais ou menos assimiláveis às raças superiores (brancas).</p> <p>Implicação: pela educação, é possível “ajudar” as raças inferiores a “progredir” – racismo paternalista, a desigualdade entre as raças é imensa, mas não absoluta.</p> <p>Exemplo: tipicamente, o discurso colonial da Terceira República francesa.</p> <p>Valores associados: heterofobia, mixofilia.</p>
<p>Diferencialista ou comunitarista Negação de uma humanidade comum.</p> <p>Postulado ontológico: diferença de natureza entre os grupos humanos</p>	<p>Universo: reação contra a modernidade</p> <p>Tese: as raças são quase espécies – poligenismo e polilogismo, nem portas nem janelas entre as raças. As verdadeiras fronteiras são as do “sangue”.</p> <p>Implicação: um terror, a mestiçagem, “pecado contra o sangue” (os nazistas). Endogamia, homogamia, e segregação / expulsão / exterminação das “raças” perigosas.</p> <p>Exemplo: a Alemanha nazista, tipicamente. O racismo diferencialista biológico nunca se encontra em estado “puro”, isto é, sem uma referência à superioridade da raça do locutor racista.</p> <p>Valores associados: heterofobia, mixofilia</p>	<p>Universo: reação contra a modernidade</p> <p>Tese: os grupos humanos – “raças”, civilizações, nações... – formam unidades culturais incomparáveis e incompatíveis. O encontro das culturas significa degradação e declínio.</p> <p>Implicação: há de preservar absolutamente as identidades culturais – confusão possível com o antirracismo diferencialista espiritual, zona de equivocidade.</p> <p>Exemplo: O. Spengler, H.S. Chamberlain, J. Ebola.</p> <p>Valores associados: heterofilia, mixofobia.</p>

Antirracismos	Materialista (biológico)	Espiritual (cultural)
<p>Universalista: seus valores-chave são a <i>unidade</i> da espécie humana e a <i>igualdade</i> dos homens</p>	<p>Universo: modernidade</p> <p>Tese: as raças são uma realidade provisória a ser ultrapassada pelo desenvolvimento econômico, social e cultural, a modernidade ocidental sendo o modelo implícito. Todos os grupos humanos têm direito ao progresso, na direção de uma fusão do gênero humano em torno de valores comuns.</p> <p>Implicação: um antirracismo que coexiste com a ideia de “raças”, realidade provisória.</p> <p>Exemplo: o movimento comunista dos anos 1917-1970, ou Georges Clemenceau, em seu grande discurso contra J. Ferry em 30 de julho de 1885.⁷</p> <p>Valores associados: heterofilia e mixofilia.</p>	<p>Universo: modernidade</p> <p>Tese: não existem “raças” na espécie humana, e sim culturas mais ou menos avançadas na direção do progresso. Pela educação e a racionalização, é possível fazer desaparecer as “superstições”.</p> <p>Implicação: as identidades culturais são um obstáculo na marcha do progresso.</p> <p>Exemplo: John Stuart Mill ou K. Marx e F. Engels⁸</p> <p>Valores associados: heterofilia, mixofilia.</p>

7 “Raças superiores, raças inferiores, e daí? [...] Raça inferior, os hindus! [...] Raça inferior, os chineses! [...] Não, não há direitos das nações ditas superiores contra as nações inferiores [...]. Não tratemos de cobrir a violência do nome hipócrita de civilização; não falemos de direito, de dever!”, discurso famoso, citado por DROUIN, Michel. Clemenceau, Georges, 1841-1929. In: TAGUIEFF, Pierre-André (Org.). *Dictionnaire historique et critique du racisme*. Paris: PUF, 2013. p. 305. É importante notar que o vocabulário é flexível. Clemenceau usa a palavra “raças”, mas seu conteúdo não é estritamente natural ou biológico. Neste primeiro antirracismo, o importante é a contestação do imperialismo em nome da unidade e da igualdade dos seres humanos.

8 Estes autores são antirracistas no sentido seguinte: não acreditam no poder descritivo do conceito “científico” de raças, duvidam e contestam que os seres humanos possam ser enjaulados em categorias biológicas fechadas denominadas “raças”. É também a postura de Tocqueville, expressada em uma carta a Gobineau de 1856. Sobre Gobineau, Tocqueville comenta a seu amigo Beaumont: “É filosofia de diretor de haras” (citado por BESNIER, Jean-Michel. Tocqueville et Gobineau. In: TAGUIEFF, Pierre-André (Org.). *Dictionnaire historique et critique du racisme*. Paris: PUF, 2013. p. 1770. Eles pensam, porém, em função da oposição civilização (europeia)/barbárie: o imperialismo, num primeiro momento, tem efeitos positivos porque faz entrar sociedades “atrasadas” na dinâmica da “civilização”. Antirracismo não implica anti-imperialismo a curto-prazo.

Antirracismos	Materialista (biológico)	Espiritual (cultural)
<p>Diferencialista ou comunitarista Seus valores são a <i>identidade</i> coletiva e as <i>diferenças</i> entre os grupos humanos.</p>	<p>Universo: reação à modernidade</p> <p>Tese: os grupos humanos devem ser respeitados em suas diferenças. Definem-se por características culturais e biológicas, somáticas, genéticas... Cada grupo é incomparável: não é possível hierarquizá-los.</p> <p>Implicação: iguais, mas separados, esses grupos não devem entrar em contato.</p> <p>Exemplo: pela semelhança com o racismo equivalente, raro hoje, salvo em torno da <i>deep ecology</i>.</p> <p>Valores associados: heterofilia, mixofobia.</p>	<p>Universo: reação à modernidade</p> <p>Tese: o principal ou único imperativo é deixar os grupos humanos (etnias, civilizações, nações...) preservar sua identidade cultural contra os imperialismos, direito à diferença.</p> <p>Implicação: lutar contra todas as formas de universalismos, contra a ocidentalização do mundo.</p> <p>Exemplo: Lévi-Strauss, entre vários outros, por exemplo James Baldwin.⁹</p> <p>Valores associados: heterofilia e mixofobia.</p>

Esta apresentação é propositadamente muito sucinta. Diante dessa tentativa de clarificação da questão do racismo e do antirracismo, alguns poderiam contra-argumentar que a história empírica não obedece à tipologia proposta. No entanto, foi com base nela que se divulgou, ao menos na França, o conceito, tão importante, de racismo diferencialista. É útil, por exemplo, para distinguir o regime de apartheid sul-africano do racismo colonial francês. O primeiro pretendia separar radicalmente, quando o segundo, em teoria, gabava-se de seu poder assimilatório.¹⁰

I.b. “Nacional-populismo”

A tipologia apresentada acima foi proposta pela primeira vez em 1984. No mesmo ano, P.-A. Taguieff confrontava-se com o “fenômeno Le Pen”. Ele sugeriu um novo conceito para descrever o Front National: um partido “nacional-populista”. Como sempre nesse tipo de situação, a questão é por que, de um ponto descritivo e analítico, “nacional-populista” é

9 Em TAGUIEFF, Pierre-André. *La Force du préjugé*, p. 395, Taguieff cita em particular o diálogo entre James Baldwin e Margaret Mead no livro *A Rap on Race*, 1971, citado a partir da tradução francesa *Le racisme en question*, com prefácio de Roger Bastide, publicado pela editora Calmann-Lévy em 1972.

10 Ver sobre o mito da missão civilizadora da França no seu império colonial o instigante artigo de Jean Fremigacci, historiador da colonização francesa em Madagascar, *L’État colonial français, du discours mythique aux réalités (1880-1940)*. In: FREMIGACCI, Jean. *État, économie et société coloniale à Madagascar*. Paris: Karthala, 2014 [1996].

melhor que as expressões anteriores usadas em casos análogos, ou seja, essencialmente, “partido de extrema-direita” e “partido fascista”?

Segundo P.-A. Taguieff, a metáfora espacial peca, primeiro, por seu carácter abstrato. Em cada situação histórica, é preciso dar um conteúdo à noção de “extrema-direita”, e isso não é tão fácil quanto parece. Segundo, o que mais caracteriza a extrema-direita em um contexto democrático é seu projeto golpista de derrubar as instituições democráticas – dificilmente o Front National enquadrava-se neste critério. O segundo critério, ao menos na França, é a enunciação, por parte do agrupamento político investigado, de um discurso explicitamente racista, em particular antisemita. Mas, no contexto dos anos 1980, os dirigentes desse partido tornaram-se habilidosos. Praticaram um antissemitismo dissimulado e alusivo. Enfim, a expressão “extrema-direita” implica uma “extremização” da direita. Em qual sentido? Zeev Sternhell não havia demonstrado, já em 1978, que pequenos grupos geralmente classificados como pertencendo à “extrema-direita” eram também influenciados por discursos e práticas oriundos, ao contrário, da “extrema-esquerda”?

Uma possibilidade de interpretação era encarar o partido de Jean-Marie Le Pen como a forma contemporânea da velha extrema-direita francesa, cuja identidade estaria assim mantida desde sua cristalização nos anos 1880, na época de Maurice Barrès e Edouard Drumont. A hipótese não era absurda, e foi largamente compartilhada. O Front National dos anos 1980 estava repleto de figuras vindas dos combates perdidos dos nacionalistas, em particular, a Segunda Guerra mundial e a Guerra da Argélia. Neste caso, a ascensão eleitoral desse partido formava um novo capítulo de um livro já redigido – para os defensores da democracia e os militantes antirracistas, era preciso somente, contra o fascismo, mobilizar as forças antifascistas.

O problema dessa interpretação, que implicava um certo estilo de mobilização “antifascista”, era que com ela não se fazia nenhum esforço para entender o que existia de novo no Front National e o contexto dos anos 1980. Por conformismo, reformulava temas antigos oriundos dos anos 1930, como se esse partido presente diante dos olhos fosse a encarnação mais recente de um mal europeu fadado ao retorno regular, o fascismo. É nesse contexto que P.-A. Taguieff propôs que se visse no Front National um “nacional-populismo”, o que levava a uma reflexão teórica sobre a noção de “populismo”, mobilizando instrumentos das áreas de filosofia, história e ciências sociais. O conceito de nacional-populismo é construído como uma síntese do populismo, pois guarda

uma retórica estruturada pelo elogio e a repreensão: ele é “antielitista”, exalta “o povo”, e insiste sobre o *pathos* do “homem comum”, sobre a comunicação direta com os homens ordinários, iguais entre si pela simplicidade, honestidade e saúde que supostamente possuem.¹¹

É sua dimensão protestatária. Do nacionalismo, leva a bandeira de uma identidade supostamente “ameaçada” pela chegada à França de populações imigrantes. É sua dimensão identitária.

Em um de seus textos mais recentes, os traços do nacional-populismo do FN são assim resumidos:

1º O apelo ao povo lançado pelo líder; 2º o apelo ao povo inteiro contra as elites ilegítimas; 3º o apelo direto ao povo autêntico, agora “saudável”, “simples”, e “ele mesmo”; 4º o apelo à mudança, implicando uma ruptura purificadora com o presente (“o Sistema”, suposto corrupto e corruptor), inseparável de um protesto antifiscal (às vezes ligado à exigência de referendo de iniciativa popular); 5º o apelo a “limpar” o país de elementos percebidos como “inassimiláveis” ou supostamente resistentes à assimilação por motivos culturais (nacionalismo de exclusão, em particular, contra os imigrantes).¹²

P.-A. Taguieff precisa ainda que “os quatro primeiros itens permitem definir os populismos protestatários, mas que os populismos identitários supõem a presença dos cinco traços”.

A distinção, em termos de tipo ideal, populismo protestatário/populismo identitário ajudava a entender melhor a situação política dos anos 1980, mas também a de um passado mais longínquo – o historiador Michel Winock inspirou-se nela para revisar a questão do populismo francês desde o final do século XIX.¹³ P.-A. Taguieff escreveu muito sobre o assunto, e sua conceitualização foi geralmente aceita – tornou-se banal dizer do Front National que é “nacional-populista”. Como muitas vezes, a banalização fez esquecer o achado conceitual.¹⁴

11 TAGUIEFF, P.-A. “Le populisme et la science politique: du mirage conceptuel aux vrais problèmes”. *Vingtième Siècle. Revue d’Histoire*. n. 56, p. 9, 1997.

12 TAGUIEFF, P.-A (Dir.). *Dictionnaire historique et critique du racisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 2013. Cf. o artigo *Populisme(s) et national-populisme*, p. 1368.

13 WINOCK, Michel. “Populismes français”. *Vingtième Siècle. Revue d’Histoire*. n. 56, pp. 77-91, 1997.

14 Os títulos principais são os seguintes: “La rhétorique du national-populisme” (I), publicado em *Cahiers Bernard Lazare*, n. 109, pp. 19-38, 1984, e (II), em *Mots*, n. 9, pp. 113-139, 1984; “Le populisme et la science politique: du mirage conceptuel aux vrais problèmes” (ver nota 5); “Populismes et antipopulismes: le choc des argumentations”, que saiu em *Mots*. N. 55, pp. 5-26, 1998; *L’illusion populiste: de l’archaïque au médiatique*. Paris: Berg international, 2002/2007; *Le nouveau national-populisme*. Paris: CNRS éditions, 2012; o verbete “Populisme(s) et national-populisme”, no *Dictionnaire historique et critique du racisme*. Paris: PUF, 2013, pp. 1359-1373; *Le diable en politique: réflexions sur l’antilepénisme ordinaire*. Paris: CNRS

I.c. “Nova judeofobia”

Nem a tipologia do racismo e do antirracismo, nem a noção de “nacional-populismo” provocaram polêmicas importantes. Mas este não foi o caso de “nova judeofobia”. Tendo sido escrito no curso do ano 2001, *La nouvelle judéophobie* foi publicado em janeiro de 2002. A tese do livro é simples: os progressos dos movimentos islamistas no Oriente Médio deram uma vitalidade, nova e subestimada no Ocidente, ao ódio aos judeus; este discurso teve uma recepção positiva em uma parte da população de origem muçulmana ou árabe residente na Europa e, em particular, na França, levando à difusão de discursos e a atos “racistas” que ameaçam, em alguns territórios específicos, os judeus franceses. Diante desse problema, as esquerdas francesas (partidos, movimentos, intelectuais) permanecem, salvo raríssimas exceções, silenciosas, quando não complacentes, ou até cúmplices.¹⁵ Longe de ser um fenômeno do passado, o ódio aos judeus revela-se um fenômeno crescente, de características novas, que se cristaliza não na noção de raça (judaica), mas em um antissionismo “radical” – daí o termo “judeofobia”, em vez de “antisemitismo”. “Radical” significa aqui aspirando à destruição do Estado de Israel, e imputando aos judeus uma grande parte ou a totalidade do mal que pode surgir no planeta (com diabolização e crença nas teorias do complô).

É pouco dizer que o livro não foi bem recebido fora dos meios ligados à comunidade judaica francesa, salvo exceção. Contradizia o que passava por senso comum, isto é, que o antisemitismo era um problema do passado da Europa. Muitos no mundo dos intelectuais e cidadãos engajados contra os racismos romperam com P.-A. Taguieff por causa desse livro.

A obra suscitou diversas críticas, em particular cinco: a de ter exagerado as ameaças visando os judeus, ter confundido antisemitismo e antissionismo, não ter contextualizado a difusão dos temas antissionistas (a permanência da ocupação da Cisjordânia e – na época – da faixa de Gaza), ter criminalizado os jovens de origem muçulmana e/ou árabe, e acusado sem fundamento de antisemitismo as organizações de “extrema-esquerda”. O debate foi (e ainda é) muitas vezes brutal, mas também ajudou a trazer à luz trabalhos científicos interessantes, como, por exemplo, o livro do historiador Michel Dreyfus sobre a esquerda francesa e o antisemitismo.¹⁶

éditions, 2014. Para uma visão crítica, hostil a essa conceitualização, ver o livro da cientista política Annie Collovald, *Le “populisme du FN”, un dangereux contresens*. Bellecombe-en-Bauges: Éditions du Croquant, 2004.

15 TAGUIEFF, P.-A. *La nouvelle judéophobie*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2002.

16 DREYFUS, Michel. *L'antisémitisme à gauche: histoire d'un paradoxe, de 1830 à nos jours*. Paris: La Découverte, 2009.

Mais de dez anos depois da publicação do livro, é possível dizer que uma parte das críticas levantadas era fundamentada. Por exemplo, as “extremas-esquerdas” francesas têm em suas histórias recursos para não tolerar e combater os discursos judeófobos.¹⁷ Mas é difícil negar que P.-A. Taguieff viu um problema real onde quase ninguém, fora da comunidade judia, queria vê-lo nessa época (2001): a radicalização de um discurso judeófobo, em particular via Internet, levou a judeofobia a um novo patamar. Os estereótipos hostis aos judeus divulgam-se (quase) livremente na Internet. Vários casos, alguns não muito graves, outros trágicos, confirmaram sua intuição.¹⁸ Embora muito criticado, até mesmo por péssimas razões (que, no entanto, merecem estudo, porque reveladoras de bloqueios ideológicos), o livro foi importante porque, sem exagero, é possível dizer que contribuiu para acordar de seus sonhos tanto as autoridades políticas da França, quanto seus meios intelectuais.

A escolha de um novo conceito (“nova judeofobia”, em vez de “antissemitismo”) também merece ser destacada. Era uma forma de insistir sobre a ruptura constituída por esse novo discurso de ódio. O conceito de “raça” não participava dele.¹⁹ Aliás, é duvidoso que se possa enquadrar na categoria de racismo – foi muito mais um convite às organizações antirracistas para que pensem melhor as transformações dos discursos de ódio. Além disto, P.-A. Taguieff insistiu sobre o paradoxo de existirem discursos judeófobos *antirracistas*, isto é, formulados com base na premissa de que o Estado de Israel ou até a própria civilização judaica seriam “racistas” – um uso perverso dos valores do antirracismo, que foi constatado em Durban (África do sul) em 2001.

O conflito do Oriente Médio desenvolveu raízes na França, país europeu com a maior comunidade muçulmana e, ao mesmo tempo, a maior comunidade judaica da Europa. O que está em jogo com o conceito de “nova judeofobia” é o reconhecimento (ou não) da pluralidade dos ódios identitários. A extrema-direita francesa constituía uma ameaça, mas não somente ela – uma fração radicalizada da opinião pública muçulmana ou de origem muçulmana era seduzida por discursos violentos, e tendia a afirmar sua identidade divulgando-os ou, pior ainda, passando à ação violenta.

17 Os discursos explicitamente judeófobos são muito raros na extrema-esquerda francesa. O problema é outro, e situa-se no recuso de admitir que a difusão massiva de propaganda judeófoba pelo islamismo radical impacta uma parte significativa das classes populares de cultura árabe e/ou muçulmana. Para ilustrar este recuso, ver, por exemplo, um livro traduzido em português: BALIBAR, Étienne [et al.]. *Antissemitismo: a intolerável chantagem. Israel-Palestina, um “affaire” francês*. Rio de Janeiro: Anima, 2004.

18 Aludimos ao assassinato de Ilan Halimi em 2006, ao caso Mohammed Merah em 2012, ao atentado de Bruxelas há algumas semanas, e claro ao atentado contra uma loja alimentaria judia do dia 09 de janeiro 2015. Sobre os atos hostis aos judeus cometidos na França, ver KNOBEL, Marc. *Haines et violences antisémites: une rétrospective: 2000-2013*. Paris: Berg International, 2013.

19 Os judeus não são visados porque pertenceriam a uma “raça”. São visados porque os islamistas atribuem-lhes um poder excepcional de conspirar contra o Islã.

Com outros autores francófonos (em particular, Colette Guillaumin, Tzvetan Todorov e Etienne Balibar), P.-A. Taguieff contribuiu assim para uma reflexão coletiva sobre as transformações dos racismos no final do século XX e o início do XXI. Mas também foi instigante em sua crítica aos antirracismos.

II. Antirracismos ineficazes, infelizes ou contraproducentes?

P.-A. Taguieff sempre se apresentou como um pesquisador e um militante antirracista, embora defendesse (e ainda defenda) a independência do pesquisador em relação ao militante: verdades duras a ser ouvidas deviam ser ditas, sem censura sob pretexto de proteger a causa antirracista. Nos últimos trinta anos, seu trabalho pode também ser lido como uma crítica interna do antirracismo, com a condição de ser dada à palavra “crítica” seu sentido científico. Com efeito, “os ideais e os princípios que fundamentam o engajamento antirracista não escapam do risco de corrupção ideológica”.²⁰ Entre essas críticas, apresentaremos sucintamente, ou seja, sem muito aprofundamento, quatro particularmente significativas.

II.a. A identidade, terreno comum dos racistas e dos antirracistas

Antes de tudo, insistiremos sobre a advertência lançada já na década de 1980: o terreno identitário, o da defesa da identidade cultural das minorias e dos povos dominados, o do direito à diferença, é terreno legítimo, mas perigoso, *na medida em que os próprios racistas, novos racistas “sem raças”, “culturais” e “identitários”, investiram nele paralelamente*. Com efeito, esse antirracismo, tachado por P.-A. Taguieff de “diferencialista”, bem ilustrado, por exemplo, pela obra de Claude Lévi-Strauss, oferecia, muito involuntariamente, um conjunto de argumentos aos adversários, primeiro, aos militantes do GRECE, depois aos nacionalistas xenófobos do Front National: o discurso deste partido está articulado em torno da necessidade de “defender”, “proteger” a nação francesa. Como é sabido, o fenômeno não se restringe à França, já que muitos outros países europeus estão conhecendo o mesmo tipo de evolução política. A crítica pode ser formulada assim: insistindo demais sobre a identidade ou a diferença, alguns intelectuais ou movimentos antirracistas contribuíram involuntariamente *para a recepção* dos discursos xenófobos. Segundo uma fórmula que, a nosso ver, não pertence a P.-A. Taguieff, mas que ilustra bem sua reflexão, do direito à diferença não

²⁰ TAGUIEFF, P.-A. *Les fins de l'antiracisme*. Paris: Michalon, 1995, p. I.

podemos concluir, sem precaução nem reflexão, que haja diferença automática dos direitos – se for preciso diferenciar, isto deve ser feito após um estudo atento dos prós e dos contras.

De fato, o problema complica-se quando a diversidade dos discursos racistas é considerada. Com efeito, longe de todos serem marcados pelo desprezo ou o ódio, podem muito bem evitar esse registro, e restringir-se ao elogio da diferença. Um exemplo, no caso francês, de um discurso desse tipo: – “Não tenho nada contra os árabes, não penso que constituam uma ‘raça’, menos ainda uma raça ‘inferior’, até mesmo posso dizer que gosto da civilização árabe, mas, no interesse comum dos ‘franceses’ e dos ‘árabes’, gostaria que ambos os povos ficassem separados e se mantivessem distintos”. Neste caso, a hostilidade ativa não pode continuar a ser o critério único ou principal do racismo. Continuar a pensá-lo seria

facilitar a tarefa de identificação [do racismo], e negligenciar o fato de que as atitudes racistas nítidas sendo doravante reprimidas pela lei, as convicções racistas manifestam-se por outras vias, procedem por *contornos*, até por inversões, avançam mascaradas e enunciam-se por reformulações irreconhecíveis.²¹

Assim, P.-A. Taguieff chamou a atenção para o fato de que não somente os discursos racistas e antirracistas podem compartilhar um mesmo gosto pela defesa da identidade de grupos sociais supostamente ameaçados, mas também podem compartilhar o mesmo gosto pelo elogio da *diferença*, por oposição à “uniformidade” que caracterizaria os universalismos. Tal convergência potencial contribui para explicar os casos raros, aberrantes estatística e ideologicamente, de passagem “brutal” da extrema-esquerda à extrema-direita – ocorridos comprovadamente na França. Nesse contexto, torna-se mais importante do que nunca precisar quais são, do ponto de vista de um antirracismo eficaz, os papéis respectivos das identidades particulares (comunidades ou nações) e do universalismo oriundo da filosofia das Luzes, tal como se expressa nas duas Declarações, de 1789 e 1948.

II.b. O antirracismo diante de seu dilema

Diante de um novo racismo ascendente em uma parte da opinião francesa e europeia, que se confunde com a xenofobia e a definição étnica das nações, podiam os antirracismos apostar suas fichas sobre o multiculturalismo, o cosmopolitismo ou a ética/estética da “mestiçagem”, e isto em um país onde a nação é profundamente enraizada na consciência dos cidadãos? P.-A. Taguieff criticou severamente todas as tentativas de pensar

²¹ *Ibidem*, p. 17.

alternativas à nação, sejam elas infranacionais (como imaginar uma nação organizada em torno da coexistência de comunidades estabelecidas sobre distintas bases culturais, religiosas, ou até étnicas), sejam supranacionais – supondo-se que, em um mundo cosmopolita, sem nações, por definição, o nacionalismo deixaria de fazer sentido, e o problema da xenofobia seria resolvido. Mas como convencer os cidadãos a abandonar esse quadro mental e afetivo de referência? Como manter uma democracia ativa e participativa sem a comunidade dos cidadãos?²²

O antirracismo contemporâneo sofreria assim de um grande dilema entre duas orientações dificilmente compatíveis:

- orientação heterófila,

determinada pelo direito à diferença, o qual deriva para o dever de preservação identitária, cuja forma mínima é o imperativo de preservação da identidade do grupo próprio, e a forma sofisticada, o imperativo de respeitar incondicionalmente as identidades de grupos, ditas étnicas ou culturais.

- orientação “mixófila”,

definida pelo ideal da mestiçagem, o dever da mestiçagem: a retórica antirracista contemporânea inclui um elogio padrão da mestiçagem salvadora. Propor a mistura das identidades de grupos como método de salvação pressupõe uma avaliação essencialmente negativa da diferença coletiva: se a ação antirracista deve visar a eliminação progressiva das diferenças, é porque elas são percebidas como causas reais do racismo, classicamente pensado como rejeição da diferença.²³

Para P.-A. Taguieff, é preciso escolher entre o “direito à diferença” e o “dever de mestiçagem”. Uma conclusão talvez brutal – não estariam disponíveis outras opções, que não fossem pensadas em termos de “direito” e de “dever”?

Em um plano menos diretamente político e mais cultural, P.-A. Taguieff chamou a atenção para o risco da estética da mestiçagem, em particular, na publicidade: combater o racismo simplesmente invertendo seus códigos, pode tornar-se contraproducente, já que com isso se participa da divulgação de um imaginário racista, embora antirracista.²⁴ É o caso de

22 É sabido como o grande historiador americano Eugen Weber estudou a “nacionalização” do povo francês no século XIX, no livro WEBER, Eugen. *Peasants into Frenchmen: The Modernization of Rural France, 1870-1914*. Redwood City: Stanford University Press, 1976. Mas o debate está aberto, e os historiadores medievalistas continuam a estudar a formação do sentimento de pátria ao final da Idade Média (ver, por exemplo, os trabalhos de Colette Beaune).

23 TAGUIEFF, P.-A, *Les fins de l'antiracisme*. Paris: Michalon, 1995, pp. 522-523. O adjetivo “*mixophile*” e o nome “*mixophilie*” são neologismos introduzidos por P.-A. Taguieff.

24 P.-A. Taguieff propôs distinguir racismo e racialismo, isto é, todo discurso que “trabalha” a existência de

assinalar outra distinção feita em termos de tipo ideal. P.-A. Taguieff propõe distinguir ideologias racialistas (*racialistes*), “elaborações ideológicas centradas em um objetivo explicativo”, e ideologias racistas, que “contêm prescrições, definem valores e normas, que se traduzem por discriminações ou segregações, expulsões ou perseguições, até mesmo extermínio”.²⁵ A valorização estética da mestiçagem inspirada pelo antirracismo é muito bem-intencionada. Não faltam, porém, as pontes do racismo ao racismo, e é sempre possível inverter um discurso antirracista em seu contrário (por exemplo, você acha legítimo falar em termos de beleza da mestiçagem; eu acho legítimo falar da beleza da “não mestiçagem”).

II.c. Duas estratégias limitadas

O progresso do Front National sugere os limites de duas vias privilegiadas pelas organizações antirracistas francesas, a via científica e a via legal.

A primeira espera vencer as ideias racistas pela demonstração da inanidade científica do conceito de “raças humanas”. Mas precisamente o trabalho de P.-A. Taguieff e de outros pesquisadores demonstrou a emergência, nos anos 1970, de um racismo sem raça, uma constatação hoje em dia largamente compartilhada. Nesse contexto, o antirracismo dos cientistas, em particular, dos biólogos, pareceu inadaptado e ingênuo. Duas outras críticas foram levantadas por P.-A. Taguieff. Primeiro, esse tipo de antirracismo – ele visa em particular um autor, o biólogo Albert Jacquard – valoriza o indivíduo, ser único, *diferente*, “somos todos diferentes”: não existem dois indivíduos iguais, a riqueza da humanidade encontra-se nessas diferenças. No entanto, tal valorização

é uma condição de impossibilidade de pensamento do político. Porque a dimensão da comunidade está assim, por princípio, excluída do campo de visibilidade teórico [...]. Tal ideologização do indivíduo sem raízes, singular e universal, implica uma cegueira diante da questão do político, isto é, da comunidade humana.²⁶

Ou seja, a afirmação antirracista da singularidade de cada indivíduo é válida no campo científico, mas é de difícil tradução no campo político.

A segunda crítica tem por alvo o risco que toda postura científica implica.

“raças” humanas, porém sem objetivo discriminatório.

25 TAGUIEFF, P.-A. *La couleur et le sang*: doctrines racistes à la française. Paris: Mille et une Nuits/Fayard, 2002, p. 17.

26 TAGUIEFF, P.-A. *Les fins de l'antiracisme*. Paris: Michalon, 1995, p. 222.

O antirracismo, nos anos 1970, acomodado e cômico, evoluiu cada vez mais na invocação da legitimidade científica. Até retomar os caminhos de velhas concepções cientistas da ética, reafirmando ingenuamente que os enunciados ao imperativo derivam de enunciados ao indicativo, que valores e normas são deriváveis de propostas hoje em dia consideradas como científicas.²⁷

Mas sabemos que, por essência, as verdades científicas são evolutivas: desde o início do século XXI, as revoluções da genética estão precisamente relançando o debate sobre as supostas “raças” humanas de uma forma inimaginável da década de 1970.²⁸

Outro caminho possível foi privilegiar a via jurídica e repressiva: apresentar queixa sistematicamente quando um líder político, um intelectual ou um cidadão comum expressasse opiniões que podiam aparecer como racistas. P.-A. Taguieff não negou a necessidade e a utilidade, em diversas oportunidades, dessa via jurídica. Também nesse caso, porém, os limites da ação antirracista não podiam ser ignorados. Primeiro, os militantes e líderes dos grupos de extrema-direita viraram *experts* na arte da alusão, das palavras subentendidas, cujo sentido racista pode sempre ser negado no tribunal. O público-alvo não precisa de maiores precisões. Ao contrário, o implícito muitas vezes é mais eficaz que o explícito. Em segundo lugar e paradoxalmente, a opção repressiva deu ao Front National e suas organizações satélites o espaço necessário para apresentar-se como “mártires” da liberdade de expressão.

Os que levam o antirracismo na direção da caça ao politicamente incorreto, encerrando-o assim na vigilância verbal, são os verdadeiros responsáveis pelo desvirtuamento da luta contra o racismo. Precisam voltar às discriminações ressentidas, ao drama da rejeição e do desprezo vivido no cotidiano. Talvez seja a única maneira de tomar consciência do caráter derrisório de um antirracismo unicamente focado na correção ideológica do vocabulário usado. São as violações dos direitos fundamentais que importam, não o uso de uma palavra mais que outra. Um certo antirracismo degradou-se em perseguição judiciária de palavras ideologicamente infelizes: ação mágica, ritual conjuratório.²⁹

O tema dos desgastes do “politicamente correto” constitui um terreno particularmente perigoso e turvo, porque pode juntar tanto militantes nacionalistas quanto

27 *Ibidem*, p. 124.

28 Uma apresentação do debate nos Estados-Unidos pode ser encontrada (em francês) em DORON, Claude-Olivier; LALLEMAND-STEMPAK, Jean-Paul. “Un nouveau paradigme de la race?”. In: *La Vie des Idées*, 31 mar 2014. Disponível em: <<http://www.laviedesidees.fr/Un-nouveau-paradigme-de-la-race.html>> . Acesso em: 28 jul 2014.

29 TAGUIEFF, P.-A. *Les fins de l'antiracisme*, Paris: Michalon, 1995, p. 568.

simples cidadãos, sem conexões com o nacionalismo, preocupados com a defesa das liberdades.

II.d. O antirracismo dos “importantes”

Enfim, o antirracismo praticado nos anos 1980 e 1990 pode ser questionado do ponto de vista de seu estilo e das manipulações políticas que permitiu. Quanto ao primeiro ponto, juntar celebridades do mundo das artes populares e do esporte por ocasião de grandes manifestações antirracistas, visando particularmente “os jovens”, pôde dar a impressão de um antirracismo superficial, mundano e midiático, distanciado das realidades vividas pela maioria do povo – um antirracismo de classe dominante e bem enraizada em suas convicções. É claro que tal antirracismo constituía um alvo admirável para o nacional-populismo do Front National, hábil a levantar a bandeira do “país real” contra o “país legal”, segundo uma fórmula famosa nos meios nacionalistas franceses. Aliás, os intelectuais, geralmente acadêmicos, também são visados por P.-A. Taguieff, por praticarem, às vezes, um antirracismo “elitista e paternalista”. Escapam ao olhar crítico raramente autocrítico.

Isto explica que, recusando explicitamente o racismo com base étnica, socialmente visível e, assim, condenável, os intelectuais antirracistas, acostumados a intervir no espaço público, não prestam atenção a suas próprias atitudes de estigmatização e de segregação visando as classes populares, cujo “racismo primário” é largamente denunciado.³⁰

Ainda mais porque a retidão moral desse antirracismo podia ser posta em dúvida. É sabido que uma parte dos dirigentes do Partido socialista (PS) viu com alívio os progressos do Front National. Aceitou a perspectiva de que um Front National forte iria dificultar as vitórias eleitorais da direita francesa, seja nas eleições locais, seja nas nacionais, da mesma maneira que a presença de um Partido Comunista Francês forte tirou (supostamente) do poder a esquerda no início da Quinta República, entre 1958 e 1981. François Mitterrand nunca levou a sério a ideia de que Jean-Marie Le Pen constituía um perigo para a democracia, e fez adotar em 1986 um processo de votação proporcional que ajudava seu partido. No nível local (cidades, *départements*, regiões), muitas vezes a vitória da esquerda só foi possível graças aos bons resultados do Front National.

³⁰ *Ibidem*, p. 541.

Ao fim e ao cabo, será que para P.-A. Taguieff o antirracismo é tanto uma solução quanto uma parte do problema? Apresentar as coisas assim parece-nos um pouco exagerado. Simplesmente, um outro antirracismo era e é possível e necessário.

III. Lineamentos de um antirracismo republicano

Dos livros e artigos de P.-A. Taguieff desde 1983, é possível esboçar o perfil de um outro antirracismo, “republicano”, embora nosso autor nunca tenha escrito um livro teórico acabado, ainda menos dogmático, sobre o assunto. Essa obra visaria a opor à visão étnica e xenófoba da nação por parte do nacional-populismo, uma outra concepção da comunidade nacional, concepção que permitiria articular liberdades individuais, participação política dos cidadãos, reconhecimento do papel positivo das comunidades e horizonte universalista.

III.a. Diante do Front National: *diabolizar* ou argumentar?

Tratando-se da vida política, parece claro hoje em dia que a estratégia de diabolização do Front National fracassou. Foi o partido mais votado por ocasião das eleições europeias de 25 de maio de 2014, com 24,85% dos votos, contra 20,8% para a UMP (direita) e 13,98% para o PS (esquerda). Designar o partido fundado por Jean-Marie Le Pen, hoje dirigido por sua filha Marine Le Pen, como a encarnação mais recente da extrema-direita, isto é, do nazismo, não convenceu. A estratégia “neoantifascista” da separação entre partidos republicanos, de esquerda e de direita, e Front National não surtiu efeito. O debate está aberto sobre seus efeitos reais: será que, ao contrário, teve efeitos perversos poderosos? Primeiro, porque pôs o Front Nacional no centro da vida política e midiática francesa, oferecendo publicidade gratuita a suas ideias, mesmo sendo publicidade negativa. Segundo, porque em um contexto de crise econômica, de impotência de todos os governos na luta eficaz contra o desemprego, mas também de crise moral (multiplicação dos casos confirmados de corrupção), o Front National destacou-se como o partido dos adversários, cada vez mais numerosos, da elite política e econômica. Caso similar é o de outros países europeus, como, por exemplo, a Grécia, em que o partido neonazista Aurora Dourada emergiu há alguns anos, aproveitando-se da crise econômica e do desgosto da população diante do espetáculo de corrupção da sociedade política.

É a convicção de P.-A. Taguieff, tal como aparece em seu último livro: um certo antirracismo foi não somente ineficaz, mas também contraproducente.³¹ A questão é controvertida. Porém, sobre o assunto, ele não evoluiu muito. Por exemplo, em 1998 tinha publicado, com a demógrafa Michèle Tribalat, um pequeno livro destinado a todos os militantes, *Face au Front National*, cujo subtítulo era explícito: “argumentos para uma contraofensiva”. Nesse livro, os autores ofereciam pistas para argumentar contra o nacional-populismo, por exemplo, analisando precisamente a inanidade de seu programa. Era uma forma de banalizar o partido de extrema-direita para fazê-lo perder o charme que sempre decorre da postura heterodoxa, isto é, exatamente o contrário da estratégia de diabolização.³²

III.b. Para um antirracismo prático e realista

Uma ação antirracista exemplar, aos olhos de P.-A. Taguieff, é, por exemplo, o trabalho do *Groupe d'Information et de Soutien des Immigrés* (GISTI), que oferece ajuda jurídica às populações estrangeiras residentes na França, em particular, aos trabalhadores. É um exemplo de antirracismo prático, distanciado dos interesses dos partidos políticos e não relacionado às elites midiáticas. O GISTI

é exemplar em sua defesa concreta dos direitos fundamentais dos estrangeiros, que implica uma defesa e ilustração do Estado de direito. O antirracismo não está fadado à indignação retórica nem à manipulação política [*politicienne*]. A prova é as múltiplas associações fundadas por jovens oriundos ou não da imigração, que combatem indiretamente as discriminações fundadas sobre a origem étnica pela exemplaridade do militantismo cívico e a afirmação do ideal republicano [...].³³

No entanto, por ser eficaz e influente, o antirracismo não deve negar os problemas decorrentes da presença de uma forte minoria de população estrangeira, não na escala da França, mais na escala do bairro, até mesmo quando esses problemas significam atos de delinquência exasperantes para o conjunto da população. É bem compreensível o reflexo dos militantes antirracistas que, diante do discurso nacional-populista que assimila populações estrangeiras à violência, sofrem a tentação de negar qualquer tipo de ligação. Mas os estragos do efeito perverso não podem ser ignorados – se realmente existirem, na escala do tal bairro,

31 TAGUIEFF, P.-A. *Le diable en politique: réflexions sur l'antilepénisme ordinaire*. Paris: CNRS Éditions, 2014.

32 TAGUIEFF, P.-A.; TRIBALAT, Michèle. *Face au Front National: arguments pour une contre-offensive*. Paris: La Découverte/Syros, 1998.

33 TAGUIEFF, P.-A. *Les fins de l'antiracisme*. Paris: Michalon, 1995, p. 568.

problemas de delinquência implicando particularmente menores e jovens, por exemplo, atividades relacionadas ao tráfico de drogas, a sua negação oferece ao Front National um espaço livre para desenvolver seus temas. A consequência imediata é o aumento da credibilidade do nacional-populismo, e a tendência de os partidos contrários, e sobretudo as organizações antirracistas, ficarem desacreditados. Para P.-A. Taguieff, o antirracismo republicano não pode dar-se ao luxo da ingenuidade.

III.c. As articulações necessárias

Um antirracismo eficaz – eis o terceiro elemento que destacaremos neste artigo – deve pensar a articulação entre indivíduos, comunidades, nação e humanismo universalista. Não adianta subestimar o peso de um desses quatro elementos, por exemplo, em uma perspectiva antinacionalista desprezar ou subestimar a importância da nação na identidade política da grande maioria dos cidadãos. Já em 1986, P.-A. Taguieff tinha escrito um artigo importante sobre a noção de “identidade nacional”. Nele, advertia os militantes de esquerda de que essa noção é confusa, e provavelmente ninguém consiga explicar de forma totalmente convincente o que é a “identidade francesa”, ou a brasileira. É um mito, no sentido forte de Georges Sorel: um complexo de emoções e de valores suscetíveis de mobilizar as paixões das massas.³⁴ Precisamente por isso, porém, abandoná-lo à extrema-direita seria perigosíssimo, sem dizer que demonstraria uma singular ignorância da História – correntes importantes da esquerda, especialmente os anarquistas, tentaram pensar a política fora da nação, mas sempre foram muito minoritários, em particular, na França. Quanto aos marxismos, é notória a complexidade de suas relações com a nação.

No entanto, em um livro de 2005, Taguieff reconheceu que, sob vários aspectos, os intelectuais norte-americanos *comunitarians* estavam certos. Não existe incompatibilidade entre a nação e o dinamismo caloroso de comunidades culturais – a nação não deve ser deixada aos nacionalistas, mas também não deve impossibilitar outros modos de expressão coletiva, enraizada em particularismos culturais. Escreve P.-A. Taguieff que

o sentimento comunitário ameaça a comunidade política democrática somente se é explorado e mobilizado por líderes ideológicos com objetivo de provocar a guerra civil ou instalar uma ditadura [...]. Em nossa perspectiva universalista, acreditamos, apesar do pesado horizonte de nossa época, na

34 TAGUIEFF, P.-A. “L’identité nationale saisie par les logiques de racisation: aspects, figures et problèmes du racisme différentialiste”. In: *Mots*, n. 12, pp. 91-128, 1986.

possibilidade, para o Islã e a República, de dar luz a uma síntese original, sobre o modelo do exemplo histórico bem-sucedido da comunidade judeu-republicana.³⁵

A comunidade joga um papel útil de socialização da vida coletiva, e dá a esta um conteúdo concreto, desde, claro, que duas condições estejam reunidas. Primeiro, o respeito à liberdade individual de retirar-se da comunidade, o direito de desligar-se. Segundo, a afirmação de valores e princípios universalistas, tipicamente os que foram adotados em 1948 na Declaração Universal dos Direitos humanos. Ou seja, longe de ser simples, o antirracismo é complexo. Oriundos de várias tradições intelectuais, os antirracismos devem ter consciência de suas pluralidades, e de seus dilemas – entre liberdades individuais, respeito à identidade e aos direitos das comunidades, participação cívica na nação soberana e afirmação de princípios universalistas transcendentais, as opções são várias quando vem o tempo de opinar sobre um debate político preciso.

Um exemplo ilustraria essa necessidade de *moderação*, decorrente da necessidade de levar em consideração ao menos as quatro dimensões destacadas acima. O problema da emergência e da cristalização de preconceitos, de atitudes e de atos hostis aos muçulmanos, em particular, na Europa, recebe uma atenção cada vez mais aguda desde o início dos anos 2000. No caso francês, por exemplo, a *Commission Nationale Consultative des Droits de l'Homme* dá atenção ao fenômeno. Ela observa em seu relatório publicado em 2013 o aumento da intolerância antimuçulmana. Na medida em que este racismo europeu inscreve-se nitidamente na perspectiva do nacional-populismo, que é o objeto do trabalho científico de P.-A. Taguieff sobre o racismo há trinta anos, não deveria haver espaço para polêmicas ou divisões internas no “campo antirracista”.³⁶

Aliás, o próprio P.-A. Taguieff escreveu sobre a importância do assunto, observando, por exemplo, que

o novo racismo é um racismo sem “raça”. Trata-se, na maioria dos casos, ao menos nas sociedades democráticas ocidentais, de um racismo integrado ao nacionalismo xenófobo, visando

35 TAGUIEFF, P.-A. *La République enlisée: pluralisme, communautarisme et citoyenneté*. Paris: Éditions des Syrtes, 2005, pp. 172-173.

36 O relatório sobre as atividades da Comissão em 2012, publicado em setembro de 2013, pode ser lido no site «<http://www.cncdh.fr/fr/publications/rapport-dactivite-2012>». Na página 24, lemos, por exemplo, que “[...] les opinions négatives se polarisent tout particulièrement sur les ‘musulmans’, qui constituent la minorité religieuse la plus rejetée. L’islam est perçu comme une religion en essor dont certaines pratiques seraient inconciliables avec le principe de laïcité”. Tradução: “[...] as opiniões negativas polarizam-se particularmente sobre os ‘muçulmanos’, que constituem a minoria religiosa a mais rejeitada. O islã é percebido como uma religião em crescimento, porém com algumas práticas supostamente inconciliáveis com o princípio de laicidade”.

especificamente a imigração ou algumas categorias de imigrados. A rejeição pode fundamentar-se classicamente sobre a aparência física, notadamente sobre a cor da pele, mas tende hoje em dia a privilegiar os caracteres culturais, e, em primeiro lugar, a religião. Por isto, é necessário reconhecer como uma das formas emergentes de “racismo”, embora o termo não pareça adequado aos fenômenos designados, as paixões ideologicamente organizadas que são a islamofobia, a judeofobia e a cristianofobia, que se opõem ou se combinam diversamente”.³⁷

Este texto data de 2013, mas em 2007, no prefácio a uma nova edição de *L'illusion populiste*, P.-A. Taguieff já observava que os atentados de setembro de 2001 tinham desencadeado “uma islamofobia crescente”.³⁸

Ele próprio foi, porém, acusado de islamofobia, até mesmo por colegas sociólogos.³⁹ Não cabe a este artigo entrar nos detalhes disso, mas a leitura dos textos não deixa nenhuma dúvida sobre a impropriedade da acusação. A importância do que está em jogo nesse caso – fora a vontade de atingir um intelectual que nunca dissimulou seu engajamento militante em favor do Estado de Israel – não pode ser subestimada. Deve o antirracismo europeu considerar que o ódio identitário restringe-se aos diversos partidos nacional-populistas de seu continente, ou deve alargar a lista das ameaças sobre as liberdades e as pessoas aos movimentos fundamentalistas islamistas? Se a segunda opção for privilegiada, uma reflexão crítica sobre o conceito de “islamofobia” é necessária. Com efeito, o islamismo radical tornou-se mestre na arte de assimilar o combate político contra o islamismo, isto é, o radicalismo fundamentalista, e o racismo (discurso hostil, discriminações, desprezo...) contra os cidadãos muçulmanos. O conceito de “islamofobia” foi utilizado por ele neste sentido. As intervenções recentes de P.-A. Taguieff não visavam a negar as discriminações sofridas por esses cidadãos, mas sim a afirmar uma ideia simples: o fundamentalismo islâmico pertence também ao universo dos ódios identitários, e um antirracismo sério não o pode ignorar.

O antirracismo republicano combate as discriminações e os discursos de ódio, como qualquer antirracismo. Nele confluem diversas tradições, em particular, a do liberalismo político e do republicanismo, elas mesmas complexas e variáveis segundo as circunstâncias históricas. Constitui uma tentativa de responder ao desafio representado pela emergência na Europa, e particularmente na França, de um novo racismo cujos fundamentos são a

37 TAGUIEFF, P.-A. “Le racisme aujourd’hui, une vue d’ensemble”. In: *Huffington Post* (França). 27 set. 2012. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.fr/pierreandre-taguieff/racisme-anti-blanc_b_1918224.html> Acesso em: 29 jul. 2014.

38 TAGUIEFF, P.-A. *L'illusion populiste*. Paris: Berg International, 2007, p. 40.

39 HAJJAT, Abdellali; MOHAMMED, Marwan. *Islamophobie: comment les elites françaises fabriquent le “problème musulman”*. Paris: La Découverte, 2013.

identidade, a diferença e cultura, por oposição ao velho racismo fundado sobre a raça, a superioridade e a biologia, segundo uma formulação de P.-A. Taguieff. Em trabalhos posteriores, tentaremos mostrar que sua origem direta é o pensamento antitotalitário dos anos 1950-1970 (Hannah Arendt, Claude Lefort).

Ao final deste artigo que se apresenta como uma síntese sucinta da contribuição de P.-A. Taguieff ao conhecimento do racismo e do antirracismo, esperamos que possa emergir uma explicação para o paradoxo que sublinhamos na introdução.⁴⁰ Se se trata de um autor consagrado, mas visto com reservas em vários meios, é porque, ao lado de contribuições científicas mobilizando a filosofia, as ciências sociais e a história, para melhor conhecer os racismos, desenvolveu um discurso crítico e politicamente engajado. Este, implícita ou explicitamente, visa a tentação da esquerda radical de substituir um novo antifascismo artificial (segundo ele), um antifascismo sem fascistas propriamente ditos, ao mito esgotado da Revolução. Para P.-A. Taguieff, essa manobra é supremamente infeliz: põe o partido nacional-populista de J.-M. Le Pen no centro da vida política francesa. Proíbe que algumas questões incômodas, por exemplo, sobre a delinquência ou o fundamentalismo muçulmano, sejam formuladas, dando a impressão perigosíssima de que o Front National está muito mais em contato com “a realidade”, que os movimentos sociais ou políticos de esquerda. Subestima o peso da identidade nacional na formação de identidade comum do povo, sob pretexto de lutar contra o nacionalismo e a xenofobia da extrema-direita. Visto da perspectiva de um antirracismo “de esquerda” (reiteramos que essa categoria é imprecisa), ele encarna assim a figura paradoxal de um intelectual antirracista, porém de um adversário. Daí a tentação de negar que ela seja realmente antirracista. O caso de P.-A. Taguieff revela bem a evolução que caracterizou o antirracismo entre os anos 1960 e o final do século XX – *passou do consenso ao dissenso, dividiu-se e enfraqueceu-se*. A transformação identitária e cultural dos ódios “racistas” foi mal negociada.

40 É importante lembrar que deixamos de lado tudo o que pertence à história das ideias racistas e antirracistas, e que são apenas uma parte das questões sobre as quais P.-A. Taguieff escreveu. Outros temas de predileção são a história e a filosofia do progressismo, e as teorias da conspiração.

Ulisses Retornado **Joseph Ki-Zerbo e a África da perspectiva africana**

Felipe Paiva

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

Pretende-se, neste artigo, fazer do conceito de pátria presente na obra do filósofo alemão Ernst Bloch uma chave de leitura para a perspectiva africana, conforme a define Joseph Ki-Zerbo. Argumenta-se que a citada perspectiva desemboca em uma original “ideia de África” que pode ser sintetizada na pátria blochiana: o lugar de regresso da humanidade não mais reificada.

Palavras-chave História da África, historiografia, teoria da História.

Abstract

This article aims to make the concept of homeland present in the work of German philosopher Ernst Bloch a reading key for african perspective, according to Joseph Ki-Zerbo. It is believed that the aforementioned prospect leads on an original “idea of Africa” which can be synthesized in Bloch’s notion of homeland: the place of return for humanity no longer reified.

Keywords African History, historiography, theory of History.

Acordou então [...] Ulisses,/que dormia na sua terra pátria, embora a não reconhecesse, pois estava fora há tanto tempo.

Homero, *Odiseia*

Neste trabalho pretende-se realizar uma leitura do fundamento teórico mais original da “*História Geral da África*”,¹ a chamada “perspectiva africana”. Esta obra, pelo seu alcance e relevância, deve ser considerada como um dos projetos mais ambiciosos sobre a história do continente africano.²

De maneira geral a abordagem erigida no primeiro volume da coleção tem na perspectiva africana seu aspecto mais inovador. O autor mais destacado neste momento, Joseph Ki-Zerbo, acaba esboçando a partir desta *perspectiva* uma nova *ideia de África*. Esta ideia de África advém do giro ótico operado. O continente passa a ser encarado como *pátria*, de acordo com a definição do filósofo alemão Ernst Bloch.

Para articular corretamente a abordagem de Ki-Zerbo com o conceito de pátria de Bloch a análise seguirá um roteiro que inclui: 1) Apresentação e problematização da gênese da perspectiva africana; 2) Análise do seu desenvolvimento teórico na *História Geral da África*;³ 3) A nova “ideia de África” declinada da perspectiva africana: a pátria.

Gênese da perspectiva africana

Nascido em 1922, na então pequena colônia francesa do Alto Volta, que posteriormente, já na independência, passaria a se chamar Burkina-Faso, Joseph Ki-Zerbo é o principal articulador teórico da *HGA*. Sua contribuição mais importante encontra-se na “perspectiva africana”. A apreensão do real alcance dessa abordagem só é possível se sua gênese for compreendida. Cabe atentar, desse modo, para uma investigação anterior de Ki-Zerbo, a sua *História da África Negra*. Assim, seguirá uma análise desta obra, intercalando alguns dos seus principais argumentos com as ideias desenvolvidas posteriormente na *HGA*.

Iniciada em 1962 e concluída em 1969, durante o Festival Pan-Africano, a *História da África Negra*, cuja primeira edição data de 1972, funcionou como ensaio da *HGA*.

1 KI-ZERBO, Joseph. (E.). *História Geral da África: metodologia e Pré-História da África*. São Paulo: Cortez, 2011. V. 1.

2 Trata-se, afinal, da síntese de estudos empreendidos por diferentes intelectuais com variadas tendências ideológicas e áreas diversas do conhecimento: historiadores – eminente maioria –, antropólogos, sociólogos, demógrafos, cientistas políticos, críticos literários, economistas e arqueólogos.

3 Doravante *HGA*.

Geralmente ela é tida como a síntese mais elegante das correntes historiográficas que então se debruçavam sobre o continente africano. Algumas dessas tendências seriam rigorosamente reformuladas no posterior projeto da Unesco, outras, ao contrário, seriam reforçadas.⁴

Em seu preâmbulo Ki-Zerbo anuncia que irá tratar exclusivamente da parte sul-saariana do continente – ou, conforme expressão do próprio autor: *África Negra*. Entretanto, admite que foi com “grande pesar” que omitiu o estudo sistemático da parte norte. Adverte, desse modo, tratar-se “apenas de um adiamento, e, numa edição ulterior, esta obra será uma história geral da África, englobando o sector mediterrânico, numa unidade consagrada por tantos laços milenários”.⁵ O autor demonstra uma sensibilidade histórica pan-africana que se fará sentir na obra posterior que já anuncia.⁶

Esta forma holística de encarar o continente reside na conclusão de que não se pode escrever a história da África em uma base puramente “tribal”. Tal ênfase seria inadequada em razão da agenda política da África pós-independência, na medida em que se evocava, naquele contexto, o discurso de libertação anticolonialista para fundamentar a unidade nacional. Escapar do recorte “tribal” implicava em não querer “fundar nações africanas, ou uma nova nação africana, [em] [...] uma visão cacofônica ou antagônica do seu passado”.⁷

Com efeito, as formas de organização coletiva do passado - concebidas ou não enquanto Estados centralizados -, deveriam ser vistas como organismos políticos, sendo a vinculação étnica, ou “tribal”, apenas uma das variantes. Naturalmente, o mesmo também se aplicaria aos Estados africanos pós-independência. Ademais, a própria ideia de “tribo” mostrava-se historicamente inadequada para a realidade da África, sobretudo no que concerne à parte sul-saariana.⁸

Finalizando o preâmbulo Ki-Zerbo escreve:

A obra, essa, imperfeita e por vezes, aproximativa, é lançada como uma garrafa ao mar, na esperança de que a sua mensagem seja recolhida sobretudo pelos jovens e contribua para desenhar em traços autênticos a fisionomia tão pouco conhecida, tão desfigurada, da África de ontem, fornecendo assim

4 MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Luanda: Mulemba/Mangualde: Pedago, 2013, p. 48.

5 KI-ZERBO, J. *História da África Negra*. Lisboa: Europa-América, 2009, v. 1, p. 7.

6 Dizemos “sensibilidade pan-africana”, pois acreditamos presenciar o que Rancièrre chamou “partilha do sensível”. Uma partilha do sensível diz respeito tanto à existência de uma experiência comum partilhada por dada coletividade, como, também, nas partes exclusivas. O sensível partilhado refere-se ao espaço e tempo. RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2009, pp. 15-16. O fato colonial mostra-se como a partilha de uma experiência comum que engendrou como contra-narrativa a retórica pan-africana, sensível a esta experiência.

7 *Ibidem*, p. 31.

8 *Ibidem*, p. 32.

as bases para melhor a compreender e para uma mais decidida determinação no sentido de construir a África de amanhã.⁹

Observa-se outra tendência a ser desenvolvida mais tarde na *HGA*: o estabelecimento de um vínculo entre o passado e o presente da África com vistas a construir um futuro para o continente.

Para a consolidação dessa tríade temporal cabe demonstrar que a África é, também, um continente histórico. Passível, portanto, de evoluções, revoluções e estagnações em todos os campos da atuação humana – seja nas várias áreas do conhecimento, nas formas de organizações sócio-políticas, etc. Trata-se de desconstruir os mitos em torno do continente como sendo vazio de acontecimentos, ou, mais precisamente, uma *terra nullius* – literalmente “terra que pertence a ninguém”.¹⁰

Ki-Zerbo demonstra como esta vertente encontra sua formulação mais famosa no século XVIII em Hegel, permanecendo presente em diversas variações até a segunda metade do século XX.¹¹ Essa crítica ao que se convencionou chamar de historiografia colonial seria aprofundada por J.D. Fage em capítulo do volume inicial da *HGA*.

Segundo este autor, no período que antecede a expansão colonial a África já era alvo de visões mistificadas e preconceituosas. Cabe atentar, porém, que, de fato, durante esse período os europeus “só conheciam a África e os africanos sob o ângulo do comércio de escravos, num momento em que o próprio tráfico era causador de um caos social cada vez mais grave em numerosas partes do continente”. A ação colonial, iniciada no século XIX, só viria a reforçar e consolidar essa apreensão negativa da realidade africana por parte dos europeus.¹²

Hegel foi o autor que definiu esta posição de forma mais explícita. Escreveu ele que a África não seria um “continente histórico” não possuindo “nenhum movimento ou mudança para mostrar”. Nada, no continente, “se desenvolve, nele nada se forma – e, como hoje percebemos, os negros sempre foram assim”.¹³ Ainda que a influência direta do filósofo alemão na elaboração da história da África tenha tido um impacto apenas relativo, a opinião que ele expressou era representativa da ortodoxia histórica do século XIX.¹⁴ Tal opinião,

9 *Ibidem*, p. 8.

10 Termo derivado do latim que remete ao princípio legislativo-teológico que concedia aos soberanos europeus o direito de explorar as terras conquistadas durante o processo de expansão imperialista. MUDIMBE. *Op. cit.*, p. 176. Voltaremos a ele em momento oportuno.

11 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2009, pp. 11-12.

12 FAGE, J.D. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, Joseph. *Op. cit.*, 2011, pp. 1-8.

13 HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História*. Brasília: Editora UnB, 1999, p. 88.

14 *Ibidem*.

apesar de completamente desprovida de fundamento e expressa em uma lógica anacrônica, não deixa de ter adeptos até os dias de hoje.¹⁵

Fage afirma que a partir da segunda metade do século XX a visão colonial começara a cair em descrédito com a história africana colocada em uma nova ótica. Entretanto, esta mudança de percepção não teria sido possível “sem o processo de libertação da África do jugo colonial” que expôs a “postura heroica” dos africanos frente à ação colonizadora. Conclui o autor que as “guerras de libertação em todas as colônias da África contribuíram enormemente para esse processo já que criaram [...] a possibilidade de retomar o contato com sua própria história e de controlar a sua organização”.¹⁶

Em oposição às tendências historiográficas coloniais apresentadas por Fage, Ki-Zerbo, ainda em sua *História da África Negra*, assegura que é preciso colocar-se diante da história da África numa perspectiva que seja, ao mesmo tempo, científica, humanista e, sobretudo, africana.¹⁷

Mencionando pela primeira vez, de forma embrionária, a necessidade de estruturar uma “perspectiva africana”, o autor rejeita a noção estreita de história que considera somente os documentos escritos como fontes dignas de pesquisa. Afinal, segundo este critério certas regiões da África mal estariam saindo da pré-história e associar-se-iam, invariavelmente, a uma abordagem étnica reducionista.¹⁸

Exemplificando: se os poemas homéricos expressos em linguagem escrita podem ser considerados fontes para a história ocidental, os cantos dos *griots* – guardiões das narrativas ancestrais poeticamente estruturadas – devem ser igualmente considerados para o caso africano.

Para fundamentar sua visão Ki-Zerbo evoca Marc Bloch. Este último afirmava ser um equívoco a ideia corrente segundo a qual o trabalho do historiador fosse avaliado em um

15 Gregory Maddox mostra duas ocorrências contemporâneas dessa perspectiva colonial-eurocêntrica sobre a África, vindas, respectivamente, do historiador britânico Hugh Trevor-Roper e do romancista checo Milan Kundera. O primeiro teria pronunciado que a história da África pré-colonial consistiria, tão somente, em oscilações entre tribos bárbaras. O segundo teria afirmado que o fato de centenas de milhares de africanos terem sucumbido diante de uma morte horrenda no período medieval não seria algo historicamente relevante. MADDUX, G. (E.). *Conquest and Resistance to Colonialism in Africa*. New York/London: Garland, 1993, pp. 7-9.

16 FAGE, 2011, pp. 21-22.

17 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2009, p. 14.

18 *Ibidem*, pp. 17-18.

tipo exclusivo de fonte, neste caso as de natureza escrita.¹⁹ A própria ideia de “pré-história”, enquanto recorte cronológico fixo, parece, assim, superada.²⁰

A preocupação do autor reside em demonstrar que o fato de não possuir escrita não deve ser encarado como um fator impeditivo para a estruturação de uma noção de passagem do tempo. A ideia de sequencia temporal, ou de cronologia, era, ao contrário, “essencial para a mentalidade africana, para a qual a experiência e o livro da vida constituem os únicos documentos”.²¹

Mais tarde, no volume I da *HGA*, Jan Vansina iria sintetizar este juízo ao afirmar que a “oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade”. A fonte oral propicia, tal como a fonte escrita, reconstruir o arquétipo original de determinada tradição.²² Esta reconstrução do passado africano deve, portanto, ser fruto de uma forma apropriada de lidar com o saber histórico, revisando os métodos e inovando as abordagens.

Esta forma de lidar com a prática historiográfica encontra-se vinculada tanto a uma postura científica quanto ética – incluindo-se neste campo preocupações de ordem político-ideológicas. A partir desta dupla vinculação busca-se “reconstruir e explicar o passado do homem”, trilhando o desvelamento da verdade ainda que a partir de conjecturas ou probabilidades.²³

Se valendo de metáforas, Ki-Zerbo explica que, ao invés de “líquido incolor” – que denotaria certa ideia de imparcialidade e distanciamento da realidade vivida – a história assemelha-se muito mais a um “rio vivo”, de maneira que não cabe apenas alinhar silogismos tendo por base descobertas factuais esparsas. Tal postura seria ingênua e mesmo medíocre. O historiador que assim procede, continua o autor, imagina que abraça Clio, enquanto está, apenas, manipulando uma “versão descarnada da sua imagem”.²⁴

Já os historiadores dignos deste nome devem reconhecer que além do trabalho propriamente técnico-científico que a disciplina compreende, o estudioso precisa realizar escolhas subjetivas que se referem a partes essenciais do ofício: tema de pesquisa, fontes, argumentos, estilo e público a quem é dirigido a pesquisa, por exemplo.²⁵

19 BLOCH, M. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 80.

20 KI-ZERBO. *Op. cit.*, p. 18.

21 *Ibidem*, p. 19.

22 VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. *Op. cit.*, 2011, p. 143. Por este viés é a própria ideia de “sociedades ágrafas” que está em questão, por ser tendencialmente eurocêntrica. Afinal, não se pode definir algo a partir de sua própria negação, neste caso a falta da escrita.

23 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2009, p. 34.

24 *Ibidem*.

25 *Ibidem*.

Da mesma forma, cabe reconhecer a “força violenta e obscura do subconsciente” e o peso do entorno social e dos preconceitos que nele se encontram. É a partir de todas essas variantes que o investigador procura não somente desvelar objetivamente a veracidade ou verossimilhança histórica, mas, também, encontrar a *sua* verdade, íntima e pessoal. Os melhores historiadores devem, portanto, sempre tomar partido “tanto nos livros como na vida”.²⁶

A militância, consciente e fundamentada, coaduna-se ao trabalho historiográfico e, como já havia feito, o autor evoca a figura de Marc Bloch. Dessa vez como exemplo: “O grande Prof. Marc Bloch, fuzilado pelos nazis, é um bom exemplo entre muitos outros”. Em suma, o historiador não se pode querer neutro visto que é, simultaneamente, “testemunha do passado e testemunha do homem”.²⁷

No que diz respeito a temas concernentes ao continente africano este princípio significa que “historiador da África, sem ser mercador de ódio, deve dar à opressão do tráfico de escravos e à exploração imperialista o lugar que elas realmente ocuparam na evolução do continente”. Assim, arremata, finalmente, o autor:

Nem *robot* nem visionário propulsando no passado cenários extraídos do seu próprio subconsciente, o historiador é mais simplesmente um peregrino da realidade passada. Isto significa que deve estar bem equipado e ser portador de uma chama que ilumine e – porque não? – dê calor também ao resultado da sua pesquisa. A história é uma matéria viva.²⁸

Servindo-se de um dialogismo temporal a metáfora de Ki-Zerbo assemelha o historiador a um Prometeu portador de uma chama que, ao passo que ilumina a pesquisa também ilumina a realidade vivida.²⁹ A história torna-se, assim, simultaneamente investigação e processo criativo. Não obstante, a criatividade está limitada a parâmetros disciplinares estabelecidos com vistas a não incorrer na visão anacrônica do passado.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2009, p. 35.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ Prometeu é conhecido na mitologia grega por ter roubado o fogo dos deuses, presente na forja de Hefesto e no carro do Sol, tendo entregado a chama aos mortais. Seu mito denota insubmissão e subversão. Não por acaso o próprio Marx se referiu a Prometeu como o mais marcante santo entre os santos e mártires do calendário filosófico. MARX, K. *Diferencia de la filosofía de la naturaleza en Demócrito y Epicuro*. Madrid: Ayuso, 1971, p. II. Um cognato africano próximo seria a divindade Ioruba Ogum que, tal como o personagem grego, estaria “ao serviço da humanidade para que esta consiga a auto-realização”. PORTUGAL, F. S. *A Máscara do Sagrado: uma leitura mitocrítica de Mayombe*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001, p. 63.

Esta postura não exclui o compromisso com a verdade histórica objetiva e esta, por sua vez, não se desvincula do posicionamento ético, moral, político, em suma, ideológico, do historiador. Trata-se de admitir que a história, enquanto saber científico, não é a-topológica e possui um posicionamento e um lugar de consciência, observação e participação.³⁰

Dito isto, de qual ponto de observação deve partir o historiador, ou o estudioso em geral, que se debruça sobre a África? A resposta, como é possível intuir após o que já foi discutido, é: a própria África. Esta forma internalista de abordar o continente encontrará sua versão mais acabada na *HGA*.

A perspectiva africana na *História Geral da África*

A primeira menção a uma perspectiva africana na *HGA* aparece já nas primeiras páginas durante a apresentação geral do projeto que consta no início de cada volume da coleção – sendo escrita por Bethwell Allan Ogot:

A História Geral da África é aqui essencialmente examinada de seu interior. Obra erudita, ela também é, em larga medida, o fiel reflexo da maneira através da qual os autores africanos veem sua própria civilização. Embora elaborada em âmbito internacional e recorrendo a todos os dados científicos, a *História* será igualmente um elemento capital para o reconhecimento do patrimônio cultural africano, evidenciando os fatores que contribuem para a unidade do continente. Essa vontade de examinar os fatos de seu interior constitui o ineditismo da obra e poderá, além das qualidades científicas, conferir-lhe um grande valor de atualidade. Ao evidenciar a verdadeira face a África, a *História* poderia, em uma época dominada por rivalidades econômicas e técnicas, propor uma concepção particular dos valores humanos.³¹

Encontram-se condensadas nesta passagem as linhas mestras fundamentais desenvolvidas anteriormente por Ki-Zerbo. Nota-se a presença da sensibilidade histórica pan-africana, a relação entre rigor científico e compromisso ético e o estabelecimento de um vínculo entre o passado e o futuro. O ponto mais original da obra encontra-se, segundo Ogot, na ótica utilizada, afinal a África será *vista do seu interior*. A fim de embasar esta perspectiva o primeiro volume da *HGA* é direcionado aos seus fundamentos metodológicos.³²

30 OBENGA, T. *O sentido da luta contra o africanismo eurocentrista*. Luanda: Mulemba/Mangualde: Pedagogo, 2013, p. 74.

31 OGOT, B. A. “Apresentação do Projeto”. In: KI-ZERBO, Joseph. *Op. cit.*, 2011, p. 28.

32 O volume também é dedicado à pré-história da África. Desta parte não trataremos na presente discussão.

Amadurecendo o que já havia desenvolvido em sua *História da África Negra*, Ki-Zerbo, agora editor do primeiro volume da *HGA*, começa por desenvolver sua noção de perspectiva africana afirmando categoricamente que “A África tem uma história”. Aceitar esta afirmativa implica soterrar, definitivamente, a ideia de espaço vazio, ou, quando muito, habitado por “tribos indígenas” submissas ao jugo colonial.³³

Fato traumático recente o colonialismo é mencionado logo na abertura da obra, como ponto de partida para as reflexões teórico-metodológicas. Passado o período das narrativas que falavam somente das “tribos indígenas” dominadas é chegada a hora “dos povos impacientes com opressão, cujos pulsos [...] [batem] no ritmo febril das lutas pela liberdade”. Esta virada de percepção, segundo Ki-Zerbo, faz da história da África, como de resto a de toda humanidade, a história de uma “tomada de consciência”.³⁴

Dessa forma,

[...] a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo o tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quando o futuro.³⁵

A história da África é expressa, assim, em termos de traumas sucedâneos: tráfico atlântico, espoliações econômicas e, o último e mais explicitado, o colonialismo. Há, nas entrelinhas, um traço distintivo entre a África e seu *outro*, o ocidente europeu.

Enquanto que, para ocidente, em sua historiografia colonial-eurocêntrica, tratava-se, durante a expansão imperialista, de ocupar e legitimar historicamente a conquista, para a África, em sua perspectiva, trata-se, agora, de evidenciar a sucessão problemática de eventos derivados dessa conquista e ocupação.

Seguindo as noções de Slavoj Žižek, é possível afirmar que o “sujeito africano” é – tal como aparece na argumentação de Ki-Zerbo –, constantemente exposto a traumas variados.³⁶

33 KI-ZERBO, J. “Introdução geral”. In: KI-ZERBO, Joseph. *Op. cit.*, 2011, p. 31.

34 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2011a, p. 32.

35 *Ibidem*.

36 Muryatan Barbosa mapeou três formas de abordagens distintas no que concerne à perspectiva africana. São elas, respectivamente, o “regionalismo”, o “difusionismo intra-africano”, e, por fim, a abordagem centrada no “sujeito africano”. A análise através do sujeito africano se mostra como “uma explicação histórica que

Até o momento da escrita da *HGA* não era possível falar, como ainda não o é, em um sujeito pós-traumático no continente.

Na narrativa histórica ocidental o trauma é vivido, em geral, como uma intromissão momentânea que perturba violentamente o fluxo “normal” dos acontecimentos – o fascismo, e sua expressão mais sombria, o nazismo, por exemplo. Já na África o trauma é um estado de coisas permanente e, em consequência, é historicizado e modelado em uma narrativa que busca lhe preencher de sentido e mesmo superá-lo.³⁷ Nas palavras de Žižek:

[...] o que dizer daqueles para quem o trauma é um estado de coisas permanente, um modo de viver, como para quem vive em países destruídos pela guerra, como o Sudão e o Congo? Os que não têm como se proteger da experiência traumática e, portanto, não podem nem sequer afirmar que, muito depois do trauma, foram perseguidos por seu espectro, o que resta não é o espectro do trauma, mas o próprio trauma. É quase um oxímoro denomina-los sujeitos “pós-traumáticos”, já que o que torna sua situação tão traumática é a própria *persistência* do trauma.³⁸

Mesmo levando em consideração tais fatos não se trata, para Ki-Zerbo, de construir uma “história revanche”, que, por seu turno, “relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores”. Ao invés disso trata-se de “mudar a perspectiva e ressuscitar imagens esquecidas ou perdidas”. O autor parece querer buscar nas imagens do passado um capital redentor que se encontrava aparentemente perdido com a erupção do fato colonial.

visa destacar a ação política do sujeito africano, de forma mais ampla possível”. BARBOSA, M. S. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África* (UNESCO). Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012, p. 49. De todo modo, à parte suas definições na *HGA* e no trabalho de Barbosa, consideramos o sujeito africano em seus contornos ontológicos. Isto é, pôr este sujeito em evidência é tentar romper com a perda de uma “auto-referência” que o discurso colonial da *terra nullius* havia gerado. A contraposição, no terreno mais enfaticamente epistemológico a esta noção realizou-se a partir do conceito de *perspectiva africana*. Entretanto, não é uma questão concernente somente ao método, ou à episteme. Trata-se, também, de uma perda ontológica: uma terra nula para um sujeito igualmente nulo. O sujeito africano vem subverter essa lógica da nulidade. Colocamos a discussão nos mesmos termos de Boaventura Santos e Maria Meneses a respeito da existência de epistemologias que excluem determinado sujeito do campo de visão da pesquisa e de outras que buscam (re)inserir-lo. SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 17 et seq.

37 Acreditamos que o mesmo pode ser dito de outros continentes que passaram pelo fato colonial-imperialista durante a formação do capitalismo histórico. O que outrora se chamava “terceiro mundo”.

38 ŽIŽEK, S. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012, pp. 200-201. A noção de “sujeito pós-traumático” é primeiramente desenvolvida pela filósofa Catherine Malabou em *Les nouveaux blessés*. Paris, Bayard, 2007. A discussão de Malabou gira em torno de uma revisão do conceito de trauma tal como definido pela tradição psicanalítica. Ressaltamos que a articulação do argumento de Ki-Zerbo com a psicanálise é algo que encontra respaldo, além na lógica argumentativa, na própria obra de Ki-Zerbo, visto que o historiador cita, recorrentemente, o método psicanalítico, que demonstra conhecer de forma bastante sólida.

Sem, entretanto, transformar o passado em um “espelho de narciso” que poderia servir de pretexto para “abstrair das tarefas da atualidade”.³⁹

Em suma, arremata Ki-Zerbo:

Torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso. Se são esses os objetivos e o porquê desta iniciativa, o como – ou seja, a metodologia – é, como sempre, muito mais penoso. É justamente esse um dos objetivos desse primeiro volume da História Geral da África, elaborada sob o patrocínio da UNESCO.⁴⁰

Justificando a pertinência de seu método, Ki-Zerbo assegura que o movimento historiográfico estabelecido na *HGA* deve ser encarado como um “retorno a si mesmo” que teria valor de catarse libertadora tal como acontece no processo de “submersão em si” levado a cabo pela psicanálise, que, revelando as “bases dos entraves em nossa personalidade, desata de uma só vez os complexos que atrelam nossa consciência às raízes profundas do subconsciente”. Adverte, todavia, que não se trata de substituir o mito colonial por outro, revanchista, pois a verdade histórica, considerada matriz da consciência não-alienada e autêntica, funda-se nas suas provas e fontes rigorosamente examinadas.⁴¹

Os mitos da historiografia colonial - perceptíveis nas ideias de tribalismo congênito, inferioridade racial e passividade histórica dos povos africanos – não devem, assim, ser simplesmente invertidos. Isto somente reforçaria essas abordagens “irracionais” e “subjetivas” que, durante muito tempo, serviram para mascarar uma “ignorância voluntária”.⁴²

Para não pender para o exotismo e tampouco para a criação de outro mito com viés “nativista” cabe reconhecer a especificidade do contexto africano sem negar sua diversidade interna e universalidade nele compreendida. Em linguagem filosófica o autor afirma que, para tanto, basta “reconhecer que se o ser dos africanos é o mesmo – o do *Homo sapiens* – seu ‘ser-no-mundo’ é diferente”. A partir dessa constatação novos conceitos, instrumentos e técnicas de pesquisa podem ser criados e aperfeiçoados para apreender a historicidade deste sujeito.⁴³

As concepções histórico-antropológicas mais modernas devem ser inseridas criticamente no contexto africano e, quando necessário, sujeitas à revisão crítica. Segundo Ki-Zerbo, é preciso, por exemplo, insistir no proveito de uma abordagem marxista não-

39 KI-ZERBO, 2011a, p. 23.

40 *Ibidem*, p. 32.

41 KI-ZERBO, 2011a, p.

42 *Ibidem*, p. 36.

43 *Ibidem*, p. 47.

dogmática que encare a história como consciência coletiva em movimento ancorada na práxis social. Igualmente, um estruturalismo que não negue o princípio diacrônico deve ser aproveitado para a análise dos mecanismos inconscientes, mas lógicos, que enquadram as ações e as mentalidades das sociedades africanas.⁴⁴

Neste mesmo movimento cabe ainda integrar todo o fluxo do processo histórico na noção de tempo africano. A compreensão da consciência histórica africana pode trazer benefícios para a própria teoria da história. A forma de encarar o tempo no continente não é estranha à “articulação do acontecimento numa sequência de fatos que originam uns aos outros por antecedência”. O princípio da causalidade, essencial para o trabalho histórico, não é desconhecido da noção de tempo africana.⁴⁵ Esta concepção temporal é, ao mesmo tempo, dinâmica e plurilinear.

A ideia de tempo africano é desenvolvida, na *HGA*, por Ki-Zerbo e Boubou Hama. Para eles o conceito de tempo é estruturado na África de maneira simultaneamente mítica e social o que não impede que os africanos tenham “consciência de serem os agentes de sua própria história”. A ênfase, nessa interpretação da consciência histórica africana, no agente social acabaria implicando na “inspiração democrática” que “anima a concepção africana de história”.⁴⁶ A consciência histórica, assim abordada, pode ter duas declinações importantes: uma ligada à metodologia da história e outra à prática política.

A ideia de agente histórico, que essa forma de encarar a historicidade africana abarca, coaduna-se com a noção de “protagonismo consequente” – *agency* – que caberia às pessoas comuns. Este conceito influenciou escolas historiográficas africanas modernas. Como são exemplos os casos das escolas de Dar-es-Salaam, Dakar e Idaban.⁴⁷ Já a implicação política é perceptível com o apelo à democracia como fator fundamental, a ser ressuscitado, ou renovado, a partir do passado pré-colonial na construção da África independente.

Finalmente, para que as pesquisas consigam dar conta dessa história vivida, sentida e pensada, cabe a exigência imperativa primordial:

[A] exigência imperativa é que *essa história seja enfim, vista do seu interior*, a partir do polo africano, e não medida permanentemente por padrões de valores estrangeiros; a consciência de si mesmo e o direito à diferença são pré-requisitos indispensáveis à constituição de uma personalidade coletiva

44 *Ibidem*, p. 48.

45 *Ibidem*, pp. 51-52.

46 HAMA, B.; KI-ZERBO, J. “O lugar da história na sociedade africana”. In: KI-ZERBO, J. *Op. cit.*, 2011, pp. 24-31.

47 SLENES, R. W. “A importância da África para as Ciências Humanas”. In: *História Social*. V. I, n. 19, p.22, 2010.

autônoma. Certamente, a opção e a ótica de autoexame não consistem em abolir artificialmente as conexões históricas da África com os outros continentes do Velho e do Novo Mundo. Mas tais conexões serão analisadas em termos de intercâmbios recíprocos e de influências multilaterais, nas quais as contribuições positivas da África para o desenvolvimento da humanidade não deixarão de aparecer.⁴⁸

Mostra-se, por fim, estruturada solidamente a *perspectiva africana*. Não se trata de uma pura e simples inversão do olhar colonial, mas, ao contrário, implica em sua subversão. O continente funciona como *topoi* de onde o historiador manifesta seu discurso e o fundamenta. A escolha deste ponto de referência não implica na negação dos inúmeros laços que unem a África ao restante do globo. Para a perspectiva africana o isolamento seria tão nocivo quanto o paradigma colonial.

Dessa forma, a atitude ética que deriva da perspectiva africana lembra o trabalho de coivara empreendido na agricultura: limpar a terra com fogo e, das cinzas, proceder à semeadura. Essa coivara da história não comporta uma atitude vingativa e, tampouco, de autossatisfação, mas compreende um “exercício vital da memória coletiva que varre o campo do passado para reconhecer suas próprias raízes” – nas palavras de Ki-Zerbo.⁴⁹

Cabe, entretanto, não confundir este tipo de abordagem com um possível “nativismo”. O ponto de onde parte a perspectiva africana vincula-se à postura do pesquisador e não ao seu lugar de origem. É plenamente possível falar em estudiosos não oriundos do continente que façam uso da perspectiva africana. Da mesma forma, pode um pesquisador africano rejeitá-la enquanto forma de abordagem.

É claro que, no contexto em que foi escrita, a *HGA* pretendia dar maior espaço à opinião dos intelectuais africanos sobre a sua própria história, algo que Muryatan Barbosa considera como o legado fundamental da obra. Entretanto, cabe ressaltar que o projeto contou com a participação de trezentos e cinquenta especialistas internacionais que, em sua maioria, não eram advindos do continente. Em igual medida, continua Barbosa, “a organização efetiva e realização da obra deveu muito, também, à presença ativa de intelectuais não africanos. Em especial cinco deles: M. Gléglé, J. Devisse, J. Vansina, I. Hrbek e J. Vercoutter”.⁵⁰

A vinculação do pesquisador com a perspectiva africana é, portanto teórico-metodológica e não geográfica. Afinal, como assegura Ki-Zerbo, a “razão, soberana, não

48 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2011a, pp. 52-53.

49 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2011a, p. 58.

50 BARBOSA. *Op. cit.*, p. 18.

conhece o império da geografia”.⁵¹ Cabe frisar que nem todos os autores da *HGA* utilizaram a perspectiva africana em suas análises.

Após todas as construções, e mesmo invenções, advindas de olhares exteriores que modelaram a imagem da África a partir de interesses externos, Ki-Zerbo convoca a historiografia a um resgate de uma visão interior que dê conta da identidade, autenticidade e consciência do continente sem limitá-lo a *padrões estrangeiros*. Trata-se, em suma, nos termos de Ki-Zerbo, de uma *volta repatriadora*.⁵²

Ulisses retornado: A África como pátria

Uma leitura atenta de toda a argumentação pregressa de Ki-Zerbo tornará evidente a presença de uma linguagem ao mesmo tempo teórico-conceitual e metafórica. O exemplo mais acabado desse estilo encontra-se na recusa em medir a África por *padrões estrangeiros* de maneira a, por meio da perspectiva africana, perfazer uma *volta repatriadora*. Não há nisso mero jogo de palavras ou exercício retórico desinteressado. O autor está, antes, preenchendo a perspectiva africana com um conteúdo filosófico que, em certa medida, expressa uma nova ideia de África.⁵³

Como visto em momento anterior, o pensamento colonial, bem como a historiografia dele decorrente, tratava o continente africano como sendo um espaço inerentemente selvagem que precisaria ser civilizado, domesticado. Para tanto, razões de todo tipo foram evocados e a legislação da metrópole caminhava lado a lado com princípios teológicos e “científicos” que buscavam legitimar a empreitada colonial.

Segundo Valentin Mudimbe, a historiografia explorava, assim, as chamadas “leis científicas” a fim de avaliar a prática colonial, mas só se reportava a estas mesmas “leis” quando elas pudessem ser invocadas como causas que justificassem os parâmetros divinos, estes, por sua vez, em plena consonância com os princípios legais do colonialismo.⁵⁴

51 KI-ZERBO. *Op. cit.*, p. 34.

52 *Ibidem*, p. 53.

53 Uma consulta aos originais em francês e inglês da *HGA* constata que os termos utilizados são literalmente estes. Lê-se na versão em inglês que a África não deveria ser medida por “alien values”, que nesse contexto, equivale a “valores estrangeiros”. Sendo necessária uma “volte rapatriante (a return home)”. KI-ZERBO, J. (E.). *General History of Africa: Methodology and African Prehistory*. London: Heinemann, 1981, v. 1, p. 19. – com a expressão francesa original e uma tradução entre aspas que também equivale à “volta repatriadora” da tradução para o português. A mesma expressão “volte rapatriante” consta na edição francesa bem como “valeurs étrangers”, corretamente traduzido para o português. KI-ZERBO, J. (E.). *Histoire Generale de L'Afrique: méthodologie et préhistoire africaine*. Paris: Unesco, 1980, v. 1, p. 39.

54 MUDIMBE. *Op. cit.*, p. 144.

Um exemplo possível dessa dinâmica é o princípio legislativo-teológico de *terra nullius*. Formulado no século XV ele “concedia aos príncipes cristãos o direito de espoliar povos não-europeus”. Seu significado literal – “terra que pertence a ninguém” – retrata a “terra” como sendo um não-lugar e, seus habitantes, conseqüentemente, como sendo o “ninguém” da equação. Cria-se uma toponímia que não só constitui a reorganização política profunda do local antigo pré-colonial, mas, também, implica numa “invenção de um novo local e corpo cujos rumos e movimentos espelhavam uma nova economia política”.⁵⁵

Sujeito a reformulações, o princípio de *terra nullius* permaneceu, em novas roupagens, durante largo período de tempo. Quase sempre mal disfarçado. Assim, era possível ler em uma tese doutoral, escrita e publicada já na segunda metade do século XX, que a África, antes da invasão colonial, era “*terra de ninguém*, sujeita inteiramente aos caprichos e vontades dos indígenas”.⁵⁶ Trata-se, tão somente, do velho mito hegeliano enunciado.

A África da *terra nullius* é, tal como afirmou Hegel, um lugar “além da luz da história autoconsciente, encoberta pelo negro manto da noite”.⁵⁷ A expressão literária mais bem acabada desse argumento foi o conhecido romance de Joseph Conrad, cujo título deve ser tomado como síntese de um paradigma: *O Coração das Trevas*.

A noção de nulidade que acompanha o princípio da *terra nullius* não comporta, literalmente, a ideia de vazio populacional. A construção narrativa é ainda mais perversa. O que subsiste nessa expressão latina - evocada de forma direta ou indireta, mas sempre de maneira constante e persistente na cultura ocidental - não é, necessariamente, um espaço vazio, inabitado. Mas, ao contrário, remete ao fato de que este espaço já ser, ou não, habitado é algo irrelevante, pois seus habitantes seriam, invariavelmente, “selvagens”, que não valeriam “mais que um grão de areia num Saara negro”.⁵⁸

Dessa forma, ao rechaçar a mordada dos *valores estrangeiros* e convocar uma *volta repatriadora*, Ki-Zerbo está recusando a condição de nulidade a que o continente africano estaria, supostamente, fadado. A *terra nullius* é substituída pela *pátria*.

Esta noção de pátria, compatível com a perspectiva africana, advém da obra do filósofo alemão Ernst Bloch. A obra de Bloch que trazemos para a discussão, *O Princípio Esperança*, perfaz uma espécie de espiral que encara o processo histórico como estando em aberto para iniciativas de emancipação, estando sujeito a mudanças cíclicas, regressões e avanços, não reconhecendo, todavia, a ideia de progresso linear.

55 *Ibidem*, p. 176.

56 PATTE, R. *Portugal na África contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 1961, p. 295.

57 HEGEL. *Op. cit.*, p. 83.

58 CONRAD, J. *O coração das trevas*. São Paulo: Abril, 2010, p. 89.

A perspectiva africana, conforme estruturada por Ki-Zerbo, tem como tema uma África que está se formando no meio de um conflito ideológico entre a velha noção de nulidade da historiografia colonial e a nova noção de lugar de retorno a ser construído e libertado.

A pátria, segundo Bloch, é justamente o capital-utópico depositado em um amanhã que ainda não veio e ainda não foi alcançado, mas que se constrói “na luta dialético-materialista do novo com o velho”.⁵⁹ É em diálogo com essa noção que a *volta repatriadora* de Ki-Zerbo pode encontrar seu sentido mais radical.

Por este viés, cabe romper com a alienação do sujeito africano para com a sua própria história. Sem negar, com isso, as influências externas, que agiram por vezes como “fermento acelerador” e por outras vezes como “detonador” de sua subjetividade. Para tal, a história a ser feita é, obrigatoriamente, a “*história dos povos africanos* em seu conjunto, considerada como uma totalidade” englobando toda a massa continental e as ilhas vizinhas.⁶⁰ Em síntese:

É uma história dos povos porque, com exceção de algumas décadas contemporâneas, não foi moldada de acordo com as fronteiras fixadas pela colonização, pelo simples motivo de que a posição territorial dos povos africanos ultrapassa em toda parte as fronteiras herdadas da partilha colonial.⁶¹

A sensibilidade pan-africana é radicalizada de maneira a, sem negar a diversidade interna, erigir uma totalidade histórica tão sólida quanto o traçado geográfico do continente. Subverter as fronteiras e divisas coloniais significa negar a própria condição colonial.⁶² A curiosidade acadêmica dá lugar ao engajamento social:

Enquanto a busca desse passado pode ser, para os estrangeiros, uma simples curiosidade, um exercício intelectual altamente estimulante para a mente desejosa de decifrar o enigma da Esfinge, o sentido real dessa iniciativa deve ultrapassar tais objetivos puramente individuais, pois a história da África é necessária à compreensão da história universal, da qual muitas passagens permanecerão enigmas obscuros enquanto o horizonte do continente africano não tiver sido iluminado.⁶³

59 BLOCH, E. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto/EdUERJ, 2005, v. 1, p. 20.

60 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2011a, pp. 53-54.

61 *Ibidem*.

62 Estamos cientes do fato de que toda fronteira é, por definição, uma criação artificial que não dá conta das várias dinâmicas culturais, políticas e históricas do espaço socialmente construído. Não obstante, o que entra em questão na argumentação é que, para o caso africano, tais fronteiras foram estabelecidas segundo uma visão externa ao continente quando da partilha colonial.

63 *Ibidem*, p. 56.

O mais provável é que Ki-Zerbo estivesse falando de “estrangeiros” no sentido literal do termo. Entretanto, o tom universalista da sua argumentação abre margem para definir o “estrangeiro” como sendo aquele que não se empenha para o desvelamento do passado africano por meio de uma perspectiva internalista, não vislumbrando, assim, um futuro liberto para o continente. Afinal, a própria história universal só estará inteiramente iluminada se o horizonte africano também estiver reconstruído.

Escreve Ki-Zerbo, que essa reconstrução póstuma de um “edifício há pouco construído com pedras vivas” se faz importante, sobretudo, para os africanos, que vêm nisso um “interesse carnal” e que, dessa forma, adentram no domínio da história após “séculos ou décadas de frustração, como um exilado que descobre os contornos ao mesmo tempo velhos e novos, porque secretamente antecipados, da almejada paisagem da *pátria*”.⁶⁴

O sujeito africano emerge como o Ulisses de Homero, quando depois dos vários anos que passou fora de Ítaca, no desterro, retorna e esforça-se para reconhecer, finalmente, o solo pátrio.⁶⁵ O historiador, por seu turno, repetindo mais uma vez o gesto subversivo de Prometeu, ilumina a trilha para que o até então desterrado enxergue melhor o caminho na terra que há muito não pisava.⁶⁶ Em uma mão ele, o historiador, carrega a chama da história e, em outra, a da política:

Viver sem história é ser uma ruína ou trazer consigo as raízes dos outros. É renunciar à possibilidade de ser raiz para outros que vêm depois. [...] É preciso que o homem de Estado africano se interesse pela história como uma parte essencial do patrimônio nacional que deve dirigir, ainda mais porque é pela história que ele poderá ter acesso ao conhecimento dos outros países *na ótica da unidade africana*.⁶⁷

A *ótica da unidade africana* é, nesse contexto, a própria perspectiva africana aplicada ao plano mais diretamente político. Sem cair em um pragmatismo vazio essa visão defende a ideologia pan-africana em detrimento da fragmentação continental. O que está em jogo é uma

64 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2011a, p. 57. Grifos nossos.

65 O retorno de Ulisses é tematizado no Canto XIII da *Odisseia*. Ver: HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 334-348.

66 Originalmente quem ilumina o caminho de Ulisses é Palas Atenas, a guardiã do herói homérico. De todo modo, seja qual for o elemento mítico escolhido, cabe notar que ambos os personagens – aquele que acorda na pátria após os anos no desterro e aquele que mostra o caminho – convivem em uma mesma “persona”. Afinal o próprio historiador em questão era um africano. Por este motivo não há aqui ideia de “paternalismo tutelar” ou “massa popular a ser condicionada” pelo “intelectual guia”.

67 KI-ZERBO. *Op. cit.*

ideia de unidade profunda do continente que deve encaminhá-lo para o desenvolvimento solidário e integrado.

Repetindo o procedimento de coivara da história – que semeia o futuro a partir da queima do passado e da semeadura do presente – Ki-Zerbo afirma que “em algum lugar sob as cinzas mortas do passado existem sempre brasas impregnadas da luz da ressurreição”.⁶⁸

O pensamento histórico é estruturado, assim, em um arco temporal. Em uma extremidade, há a tríade passado-presente-futuro e na outra ponta a ação política concreta, que procura transpor a realidade. Essa transposição não vai em direção ao mero vazio, representado pelas antigas noções reificantes do espaço africano – o *Coração das Trevas* da *terra nullius* – ao contrário, ela capta o novo, nesse caso a *pátria africana* em construção, como algo mediado pela realidade existente posta movimento.⁶⁹

Como consequência dessa forma de encarar o devir histórico, são as próprias divisões demasiadamente engessadas entre o futuro e o passado que caem por terra: “o futuro que ainda não veio a ser torna-se visível no passado”. O tempo pretérito, por sua vez herdado, mediado e plenificado “torna-se visível no futuro”.⁷⁰ Dessa forma, segundo Ernst Bloch:

O passado compreendido isoladamente e assim registrado é uma mera classificação de mercadoria, isto é, um *factum* coisificado sem consciência de seu *feri* e de seu processo contínuo. Mas a ação verdadeira no próprio presente ocorre unicamente na totalidade desse processo inconcluso tanto para a frente como para trás.⁷¹

A perspectiva africana olha para o que está por vir – a consolidação e conquista da pátria – ao mesmo tempo em que procura conhecer o passado em sua totalidade criativa. Assim acontece porque a perspectiva africana “não conhece nenhum outro passado a não ser o ainda vivo, o ainda não liquidado”.⁷² Neste sentido, o conceito de *tradição viva*, desenvolvido por Amadou Hampaté Bâ é exemplar no estabelecimento desse tipo de vínculo temporal.

Hampaté Bâ parte de uma percepção arqueológica da passagem do tempo, em que as diferentes camadas se relacionam influenciando-se mutuamente. Para a África, escreve ele, “a época atual é de complexidade e de dependência. Os diferentes mundos, as diferentes

68 KI-ZERBO. *Op. cit.*

69 BLOCH. *Op. cit.*, p. 14.

70 *Ibidem*, p. 19.

71 *Ibidem*.

72 *Ibidem*.

mentalidades e os diferentes períodos sobrepõem-se, interferindo uns nos outros, às vezes se influenciando mutuamente, nem sempre se compreendendo”.⁷³

Ao encarar a África como pátria, as próprias fronteiras temporais são subvertidas. Passado, presente e futuro coexistem em um mesmo momento agora. O primeiro como algo que resguarda um potencial redentor que sobrevive no presente que, por sua vez, já se move em direção ao futuro.

A expressão mais radical dessa nova ideia de África aparecerá na conclusão do primeiro volume da *HGA*, em um artigo com um título nada casual – *Da natureza bruta à humanidade liberada* – redigido por Joseph Ki-Zerbo. A intenção do autor é clara: explicitar os tons universalistas da perspectiva africana. Muitos dos argumentos presentes nos capítulos anteriores – que, por sua vez, foram antecipados pela sua *História da África Negra* –, são consolidados ao mesmo tempo em que acrescenta outros princípios.

A África, escreve Ki-Zerbo, berço da espécie humana e onde emergiram as primeiras sociedades politicamente organizadas ocupa, hoje, um papel periférico na lógica global. O papel de vanguarda exercido pelo continente durante a pré-história foi invertido por uma “lei” de “desenvolvimento caracterizada pela exploração e pela sua redução ao papel de utensílio”.⁷⁴

A África, a “pátria do homem”, no dizer de Ki-Zerbo, precisa ser libertada e, com isso, o próprio homem também se libertaria. Para alcançar essa libertação cabe apreender o “sentido da história”, que não implica, no entanto, uma direção unívoca.⁷⁵ Na compreensão desse sentido a perspectiva africana não se isola dos parâmetros universais de análise histórica.

Trata-se de desvelar o sentido da história humana tendo um referencial teórico e espacial. Não se deve subtrair o continente africano aos princípios gerais da evolução da espécie humana. Contudo, escreve Ki-Zerbo,

[...] mesmo que esses princípios sejam comuns a toda humanidade, mesmo admitindo que o essencial das categorias metodológicas gerais do materialismo histórico seja universalmente aplicável, haveria razões para nos concentrarmos unicamente no essencial: as correspondências (não mecânicas) que podem ser observadas entre as forças produtivas e as relações de produção, assim como a passagem (não mecânica) das formas de sociedade sem classes às formas sociais de lutas de classe. Nesse caso, conviria analisar as realidades africanas no contexto, não de retorno, mas de um recurso a Karl Marx. Se a razão é uma, a ciência consiste em aplicá-la a cada um de seus objetos.⁷⁶

73 BÂ, A. H. “A tradição viva”. In: KI-ZERBO, J. *Op. cit.*, 2011, p. 210.

74 KI-ZERBO, J. “Da natureza bruta à humanidade liberada”. In: KI-ZERBO, J. *Op. cit.*, 2011b, p. 833.

75 *Ibidem*, p. 844.

76 *Ibidem*, p. 850.

Aparece agora, com clareza, a nota que se faz sentir no acorde de ambos os pensadores – Ki-Zerbo e Ernst Bloch – que torna possível a relação entre eles. Trata-se da visão materialista e dialética da história.

A África só é possível como pátria se seu contínuo histórico for encarado como algo em constante evolução em que subjaz o desequilíbrio dinâmico que pode encaminhar para a libertação. Neste sentido a história da África ainda está por se fazer.

Recém-saído do jugo colonial o continente africano precisa tomar as rédeas do seu destino. Negando os princípios da exploração capitalista o continente ajudaria a transformar a lógica global que, até então, havia buscado domesticá-lo. Com esta transformação a espécie humana começaria, finalmente, a escrever e vivenciar a sua verdadeira história.⁷⁷

A pré-história deixa de ser encarada como recorte puramente cronológico e passa a ser vista de forma teórico-metafórica, enquanto momento de um presente ainda reificado, mas em vias de ser transformado:

As lutas de libertação, que ainda hoje assolam alguns territórios da África, são simultaneamente o indicador e a negação desse empreendimento de domesticação do continente no contexto de um sistema que poderíamos chamar de modo de subprodução africano. Mas desde os primeiros balbucios do *Homo habilis*, encontramos já a mesma luta de libertação, a mesma intenção obstinada e irreprimível de ter acesso ao ser-mais, desvencilhando-se da alienação pela natureza e depois pelo homem.⁷⁸

Dessa forma, conclui Ki-Zerbo o primeiro volume da *HGA*:

Em suma, a criação, a autocriação do homem, iniciada há milhares de milênios, ainda prossegue na África. Em outros termos, de certa maneira a Pré-História da África ainda não terminou.⁷⁹

Ki-Zerbo inverte as filosofias e teologias da história que buscavam na narrativa linear o fim da história.⁸⁰ Ao contrário, usando a África como *topoi* do seu discurso, o autor

77 KI-ZERBO. *Op. cit.*, 2011b.

78 *Ibidem*.

79 *Ibidem*.

80 Entendemos por “filosofia da história” a “interpretação sistemática da história universal de acordo com um princípio segundo o qual os acontecimentos e sucessões históricos se unificam e dirigem para um sentido final”. A filosofia da história seria, dessa forma, nada mais do que uma derivação, ou, melhor dizendo, uma laicização, da teologia da história iniciada na tradição hebraico-cristã e secularizada em vários esquemas escatológicos: “Considerada nesta acepção, a filosofia da história está, no entanto, na total dependência da teologia da história, em particular do conceito teológico da história como uma história de realização e salvação”. LOWITH, Karl. *O sentido da história*. Lisboa: Edições 70, pp. 15-16.

africano, na esteira de Marx, considera que é a própria história que ainda está por se fazer, mas que se adianta no presente e se antecipa no passado enquanto capital-redentor. Com a resolução das contradições terminaria, enfim, a pré-história da sociedade humana.⁸¹

Ernst Bloch sintetiza essa tendência:

[...] o ser humano ainda existe, em toda a parte, na pré-história, sim, tudo ainda se encontra numa condição anterior à criação do mundo como mundo apropriado. A verdadeira gênese não se situa no começo, mas no fim, e ela apenas começará a acontecer quando a sociedade e a existência se tornarem radicais, isto é, quando se apreenderem pela raiz. [...]. Quando ele [o ser humano] tiver apreendido a si mesmo e ao que é seu sem alienação, surgirá no mundo algo que brilha para todos na infância e onde ninguém esteve ainda: a pátria.⁸²

Com efeito, o método evocado no primeiro volume da *HGA* pressupõe uma visão internalista do continente sem, com isso, fechá-lo em si mesmo. Esta visão foi denominada *perspectiva africana*. De acordo com o modo como foi estruturada esta perspectiva coaduna a postura ética com a científica e expressa uma sensibilidade pan-africana que, quando radicalizada, transforma-se em uma visão universalista do processo histórico. A África torna-se uma *pátria*, isto é, uma construção realizada no presente e posta em prospectiva no amanhã; na libertação do continente. A partir deste movimento, emerge da pátria um sujeito responsável pela sua construção e auto-emancipação.

Conclusão

A conclusão pode ser pensada enquanto repetição exata dos elementos que a precederam. Assim o é, geralmente. Mas, para o caso deste trabalho parece desnecessário, e prolixo, insistir nos seus pontos fundamentais. Em síntese: a perspectiva africana marca uma inflexão teórica que tenta romper com a lógica colonial-eurocêntrica; mais do que método ela evoca uma nova imagem do objeto estudado – de *terra nullius* torna-se *pátria* -; emerge, assim, um agente histórico responsável pela construção desse novo espaço: o sujeito africano.

O ponto nodal de toda a discussão, no entanto, pode ser poeticamente resumido na famosa afirmação de Leonardo Boff: “Todo ponto de vista é a vista de um ponto”. A isto completamos: Todo ponto de vista acontece a partir de um ponto. Ou, na poética do próprio Boff: “A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”.⁸³

81 MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 6.

82 BLOCH, E. *Op. cit.*, p. 462.

83 BOFF, L. *A água e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 9.

Importa não só saber o que se olha, mas de onde se olha. Onde, finalmente, estão fincados os pés do pesquisador que se debruça sobre o continente africano. Ele pode olhar a África estando com os pés dentro dela. Quando assim acontece ele se faz valer da perspectiva africana.

Neste sentido, a África tornada pátria não é um ponto cujo referencial é geograficamente determinado e antropológicamente fixo. Ao invés disso, encarada no seu processo de autoconstrução e libertação da natureza bruta reificada a “África” é antes metáfora, significante que carrega consigo a dimensão até então suprimida da grande narrativa histórica universal.⁸⁴

Constructo conceitual imaginado, por certo, mas nem por isso menos real ou mera retórica ficcional. Essa África-pátria da perspectiva africana é pressuposto teórico para a construção de contra-narrativas que se oponham à mitologia colonial, ainda reverberante em alguns meios.

O Ulisses retornado parece, ainda, tentar reconquistar Ítaca dos usurpadores do poder. Seja este usurpador *o outro*, encarnado no colonizador estrangeiro; ou *o mesmo*, que procede à auto-colonização do pós-independência. De todo modo, já se encontra, ao menos, em solo pátrio.

84 HALL, S. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização de Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 41.

Cidadãos, quem? os israelenses e sua relação com os “outros”

Luciana Garcia de Oliveira

Mestranda no Programa de Estudos Árabes e Judaicos do
Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo (USP).

Resumo

As perseguições antisemitas na Europa e o contexto de violência durante as primeiras ondas imigratórias na Palestina contribuíram para o surgimento de um tipo de nacionalismo bastante radical que se chocou à primeira vista com os nativos palestinos que resistiram ao domínio de um projeto de supremacia exclusivista sionista. Por outra parte, os aspectos de um lar nacional judeu na Palestina voltado, com prioridade, aos judeus europeus, vítimas do Holocausto nazista, fomentou, mais tarde, o aparecimento de graus de discriminação aos “outros judeus”. Com a chegada de grandes levas de imigrantes judeus do Norte da África e do Oriente Médio, os Sefarditas, surgiram também a preocupação com a identidade unificadora do novo Estado. Era imaginado que Israel não poderia deter uma identidade oriental, devendo permanecer ocidental, sob primazia Ashkenazita, o que repercutiu também, mais pra frente no tratamento aos judeus etíopes, sobretudo aos imigrantes em caráter irregular, que entram frequentemente em Israel com o status de refugiados, vítimas de perseguições políticas, da fome e das guerras na África. O artigo, no entanto, visa analisar o contexto do conflito Israel-Palestina, diante da complexidade e da multiculturalidade da sociedade israelense e assim tentar estabelecer alguns questionamentos acerca da Democracia e cidadania em Israel.

Palavras-chave Israel, cidadania e democracia.

Abstract

The anti-Semitic persecution in Europe and the context of violence during the first immigration wave in Palestine, contributed to the emergence of a kind of quite radical nationalism that crashed, at first sight, with the native Palestinians who resisted the exclusive domain of a Zionist supremacy project. On the other hand, the aspects of a Jewish national home in Palestine oriented, with priority, to European Jews, victims of the Nazi Holocaust and promoted later to the appearance of degree of discrimination for “other Jews.” With the arrival of large numbers of Jewish immigrants from North Africa and the Middle East, the Sephardim, also emerged the concern with the unifying identity of the new state. It was imagined that Israel would not hold an eastern identity and must remain west, under Ashkenazi primacy, which reflected also, further ahead, in the treatment of Ethiopian Jews, especially to the immigrants in an irregular character, which often come into Israel with the status of refugees, victims of political persecution, hunger and of the wars in Africa. The article however aims to analyze the context of the Israeli-Palestinian conflict, faced the complexity and multiculturalism of Israeli society and so try to establish some questions about democracy and citizenship in Israel.

Keywords Israel, citizenship and democracy.

A Terra Prometida

Uma noite me disseram: vamos retornar à Palestina. Caminhamos no escuro por muitos quilômetros em caminhos áridos e sinuosos nas montanhas – eu, meu tio e um guia que tirava seu sustento do conhecimento que tinha da região. De manhã, deparei-me com um muro de aço de esperança esvaída. Finalmente eu estava na Palestina prometida. Mas onde ela estava? Não. Não, esta não é a Palestina, aquela terra mágica, o fim de minhas trevas e do tormento! E ela não me abraça como eu havia imaginado.¹

A fundação do Estado de Israel em um contexto permeado por guerras, genocídios e perseguições fomentou o aparecimento de um nacionalismo em grau elevado. O “consenso ideológico” da maior parte do pensamento sionista revelava o principal obstáculo na reconciliação com os árabes na Palestina, qual seja, a ideia de que a Palestina deveria abrigar uma maioria judaica. O pressuposto do sionismo político era, no entanto, uma suposta falência do sistema democrático. De acordo com o pensamento de seu fundador, Theodor Herzl, os judeus, assim como qualquer comunidade organicamente constituída, deveria obter um Estado independente. A reafirmação da ideia de nacionalidade como cognato de “Nação” impulsionou um sentimento de povo em Israel. Porém, o seu uso oficial inaugurou um tipo de “discurso da diferença”, a qual passou a sustentar a implementação de novas distinções coletivas.

A espécie de lógica usada na decisão *Shelach* é proeminente na fala do dia-a-dia e nas representações da mídia de massa, na medida em que os judeus israelenses cada vez mais utilizam a expressão “Povo de Israel”, significando o “Povo Judeu”, em lugar da expressão “cidadãos de Israel”. Quando a expressão “Povo de Israel” é usada de forma intercambiável com a de “cidadãos israelenses”, a distinção entre nacionalidade judaica e cidadania israelense é apagada, empurrando os não-judeus para as margens do Estado e mais além.²

De acordo com um grande contingente judaico espalhado pela diáspora, o antisemitismo era uma reação natural diante da “diferença” em um organismo estrangeiro. Porém, o ideal liberal defendido pelo movimento sionista contradizia o sionismo cultural ao qual não negava explicitamente a viabilidade de uma organização democrática, especialmente

1 FARAH, Paulo Daniel. *Mahmud Darwich: a terra nos é estreita e outros poemas*. Bibliaspa: São Paulo, 2012, p. 29.

2 HANDELMAN, Don. “Contradições entre cidadania e nacionalidade: suas consequências para a etnicidade e desigualdade em Israel”. Tradução de Saul Kirschbaum. In: *International Journal of Politics, Culture and Society*. V. 7, n. 3, pp. 441-559, 1994.

com relação aos elementos da cultura, muito embora a Palestina fosse considerada unanimemente como referência espiritual para os judeus ao redor do mundo. E o que as lideranças sionistas ofereceram à população árabe da Palestina eram alguns artifícios institucionais de modo a salvaguardar os seus direitos “civis”, após o estabelecimento do Estado judaico e assim garantir que nenhum de seus direitos fossem violados. Diante de tais pressupostos, os dissidentes do movimento sionista denunciavam sobre a real intenção sionista no estabelecimento de direitos superiores, presumindo, nesse sentido, a vontade de dominação dos árabes da Palestina. Esses ideais confrontavam ampla e diretamente ao princípio democrático da cidadania.

Nesse sentido, para o movimento sionista, a pátria “histórica” do povo judeu significava a incorporação de toda a Palestina, incluindo por sua vez a Transjordânia, as Colinas de Golan e o Sul do Líbano. A partição da Palestina era vista por parte de algumas lideranças sionistas como Davi Ben Gurion como um mero compromisso provisório até a oportunidade para a plena concretização do *Endziel* sionista.³ O êxito desse empreendimento, portanto, dependia diretamente do apoio de uma (ou mais) grande potência, sobretudo frente à possibilidade real de resistência da população nativa a esse projeto nacional estrangeiro. O estabelecimento de um Estado judaico invariavelmente e, da mesma forma, fazia parte da estratégia de uma grande potência, portanto os colonizadores deveriam se subordinar ao projeto imperialista dominante. E foi exatamente o que o sionismo político realizou desde o início.

O projeto de um Estado Nação na Palestina é também bastante questionado, profeticamente nas palavras de Hannah Arendt. Nos textos que compõem *The Jewish Writings*, obra editada em 2006, a qual reúne uma série de textos, que revelam as percepções da filósofa acerca de algumas categorias como judaísmo, antissemitismo e sionismo, é também considerada a única obra pela qual Hannah Arendt introduz algumas percepções acerca da questão internacional da Palestina.⁴ Sobre esse assunto, Arendt revelou com mais clareza, os paradoxos políticos do Estado Nação, sobretudo quando o modelo de Estado Nação implementado depende de nacionalismos, sob formulações que invariavelmente deverão produzir uma enorme quantidade de apátridas, muita miséria e um estado de violência sem precedentes. De acordo com a crítica dessa mesma obra publicada no site da editora *London Review of Books*, a filósofa Judith Butler enfatiza que, “paradoxalmente e talvez com astúcia,

3 FINKELSTEIN, Norman G. *Imagem e Realidade do Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 69.

4 A obra *The Jewish Writings* encontra-se em processo de tradução para a língua portuguesa por parte de alguns pesquisadores, integrantes do Centro de Estudos Hannah Arendt, da cidade de São Paulo, Brasil. E deverá ser lançado no Brasil no ano de 2016, pela editora Manole, porém ainda não possui título definido em língua portuguesa.

os termos em que Arendt criticou o fascismo vêm à tona para divulgar suas críticas ao sionismo, embora ela não confunda as duas ideologias”.⁵

Se logo após as atrocidades cometidas desde antes da Segunda Grande Guerra, resultou na chamada questão internacional judaica, marcada pela presença importante de uma enorme quantidade de apátridas espalhados por diversos países ao redor do mundo, o sionismo pôde ser considerado como um movimento nacional judaico, a fim de garantir um lar nacional para o povo judeu. Por outro lado e, sobretudo, após a fundação do Estado de Israel no Oriente Médio, o sionismo foi definido, por parte da população nativa da Palestina, como um movimento puramente colonialista e, em alguns aspectos, profundamente discriminatório. De acordo com Edward Said, na obra *A questão da Palestina*, o sionismo sob o ponto de vista das vítimas visava criar uma sociedade absolutamente “nativa” e, ao mesmo tempo, “estava determinado a não entrar em acordo com os verdadeiros nativos que ele estava substituindo por novos (mas essencialmente europeus)”.⁶

A ideologia sionista, concebida como um desejo de autodeterminação política e religiosa dos judeus por uma identidade nacional judaica na Terra Prometida, não é abrangente suficientemente para esclarecer o que o sionismo causou a algumas esferas judaicas e sobretudo aos não-judeus os quais se depararam com ele. A escassez de conhecimento histórico que permitiu a disseminação de simplificações como a referente a judeus *versus* árabes, aliado ao receio pela divulgação sobre o tratamento acerca da questão sobre o que alguns judeus fizeram as suas vítimas durante a II Guerra Mundial, contribui para o que Edward Said classificou como “uma imposição estúpida e regulada de apoio quase unânime a Israel”.⁷ Cabe ressaltar, no entanto, que a aquisição de terras em um terreno estrangeiro descaracterizou a ideologia sionista de libertação nacional, passando a também ser considerado como um movimento colonial.

Para aqueles palestinos que o sionismo desalojou, não é de modo algum justificativa suficiente que os judeus tenham sido vítimas do antissemitismo europeu e, diante da opressão constante de Israel, poucos palestinos conseguem ver além de sua realidade, isto é, depois de serem as vítimas, os judeus ocidentais tornaram-se os opressores em Israel (de árabes-palestinos e judeus-orientais).⁸

5 BUTLER, Judith. *I merely belong to them*. Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/v29/n09/judith-butler/i-merely-belong-to-them>>. Acessado no dia 19 de janeiro de 2016.

6 SAID, Edward W. *A Questão da Palestina*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 101.

7 *Ibidem*, p. 67.

8 SAID, Edward W. *Op.cit.*, p. 78.

A constatação de que praticamente nenhum palestino foi capaz de fazer as pazes com o sionismo comprova o quanto que, sob o ponto de vista palestino, o sionismo pode ser considerado um tipo de colonialismo bastante inflexível, racista e discriminatório.

O resultado é que, para os judeus, é impossível compreender a tragédia humana que o sionismo causou aos árabes-palestinos, assim como é impossível para os árabes-palestinos ver no sionismo algo além de uma ideologia e de uma prática que mantêm a eles mesmos e aos judeus israelenses encarcerados.⁹

O Estado de Israel tendeu parecer uma entidade negativa para os árabes-palestinos. Antes da imigração judaica na Palestina, o movimento sionista compartilhava a ideia de que os nativos não estariam por lá. Entretanto, a rejeição popular frente à ideia de uma soberania judaica sobre a Palestina já estava sendo demonstrada em uma série de rebeliões e manifestações públicas à medida em que os colonos chegavam à Palestina. Durante a Guerra de Independência, atrocidades como o massacre de *Deir Yassin* produziram certo efeito quanto a existência de um povo árabe palestino. E a necessidade em controlar um contingente indesejável propiciou a promulgação e adoção de Leis Emergenciais de Defesa, que além do controle dos árabes palestinos que viviam nos territórios ocupados, permitia uma progressiva “judaização” da cidade sagrada de Jerusalém.

Mais tarde, a proclamação da Resolução 3379 nas Nações Unidas em 1975 a qual declarava expressamente o sionismo como uma forma de racismo e de discriminação racial causou uma série de manifestações negativas. A essa altura e nessa mesma medida, muito além da questão internacional da Palestina, já eram observados que as conquistas a favor dos judeus europeus perseguidos na II Guerra Mundial não havia contemplado uma maioria judaica árabe, os *Sefarditas*.

A “fusão dos exílios”

No contexto israelense, muito além da conhecida dicotomia entre árabes-palestinos contra israelenses, a presença de uma entidade intermediária de judeus árabes e orientais, os *Sefarditas*, tornou a questão da cidadania em Israel muito mais complexa do que podemos imaginar. Uma análise mais completa deveria, da mesma forma, incluir os prejuízos do sionismo para os judeus orientais que atualmente constituem a maioria da população judaica em Israel. Apesar do sionismo ser considerado um movimento de libertação dos judeus

9 SAID. *Op. cit.*, p. 79.

européus, o movimento político alega oferecer uma pátria a todos os judeus ao redor do mundo. Ocorre que desde que chegaram em Israel, os judeus orientais foram sistematicamente discriminados por um sionismo que sempre favoreceu aos judeus europeus, os *Askhenazis*. Por outro lado, em termos demográficos, a maioria da população israelense é oriunda de países considerados subdesenvolvidos ou do Terceiro Mundo e o pior, detém como idioma nativo a língua árabe, a mesma dos seus “inimigos” nacionais.

Os palestinos perfazem cerca de 20% da população, ao passo que os *Sefarditas*, cuja maioria provém, em um passado muito recente, de países como o Marrocos, Argélia, Egito, Iraque, Irã e Índia, comumente classificados como de Terceiro Mundo, constituem mais de 50% da população, ou seja, 70% da população são do Terceiro Mundo ou dele provenientes (cifra que chega a quase 90% se Cisjordânia e Gaza forem incluídos). A hegemonia europeia no país, nesse sentido, é fruto de uma minoria numérica distinta, interessada em minimizar os traços distintivos do Oriente e do Terceiro Mundo de Israel.¹⁰

Assim, de acordo com a narrativa oficial sionista, o sionismo europeu teria “salvado” os judeus *Sefarditas* e os conduzido à uma sociedade moderna ocidental. Mesmo assim, um problema grave persiste. Muito devidamente à falta de experiência democrática na África e na Ásia, os judeus orientais tendem a ser extremamente conservadores e religiosos radicais, esse comportamento torna-se largamente contrastante aos judeus europeus que, de uma maneira geral, são conhecidos como liberais, seculares e cultos. Geralmente os *Sefarditas*, em sua maioria antissocialistas são a base de apoio dos partidos de direita e extrema direita em Israel e, em razão da “experiência cruel em terras árabes”, muitos tendem a ter ódio dos árabes, por isso esses contingentes acabam por ser um obstáculo a quaisquer acordos de paz.

A absorção de grandes levas de imigrantes judeus advindos de países do Oriente Médio e do Norte da África foi considerado para muitos israelenses como um perigo para o projeto nacional de reafirmação de uma cultura europeia e ocidental em Israel. Por isso, havia a necessidade de que esses novos cidadãos fossem absorvidos pela cultura israelense de supremacia *Askhenaz*. Era observado que a maior parte das referências nos meios de comunicação em Israel aos judeus árabes era negativa:

They are lazy”, wrote one newspaper. “They have grown accustomed to living at public expense... They have already stolen 20.000 plates and 18.000 forks, and now they are stealing sacks of food, so that armed guards have had to be stationed outside the stores”. The same newspaper wrote a while later: “most of the new settlers, who are almost without exception survivors of the concentration

10 SHOHAT, Ella. “Os Sefarditas em Israel: o sionismo do ponto de vista das vítimas judaicas”. In: *Novos Estudos – CEBRAP*. P. 79, pp. 117-136, nov. 2007, p. 119.

camp, and as a result of their experience abroad, have removed fixtures from the houses, such as door frames, pipes and faucets, and sold them in Tel Aviv.

[...]

In March, 1951 Haaretz described the condition of the Iraqi immigrants in one of the camps: many of the parents send their children to steal, and the teachers are helpless to prevent this. “If I don't do as my parents tell me”, said one little girl, “they give me less food and double the beatings [...]”. The children sometimes drink arak and are trained to lie [...].¹¹

As reportagens sobre os chamados “campos de transição”, locais pelos quais esses imigrantes permaneceram antes de entrarem em Israel, destacavam comumente estereótipos negativos a fim de alertar a sociedade israelense, sobretudo as esferas mais intelectuais, acerca do perigo de o novo Estado subsidiar essa nova onda imigratória. A maior parte das queixas referia-se aos diversos problemas sociais frequentemente enfrentados nos países do Norte da África como na Argélia, Tunísia, Marrocos, Egito e Líbia. Eram destacados problemas como a tráfico de drogas, prostituição, incidência de doenças infectocontagiosas e os crimes hediondos. O maior receio era a possibilidade da nova sociedade israelense absorver os valores, tradições e os “prejuízos” do Oriente, ao invés dos *Mizrahin* assimilarem o *status* sionista ocidental conforme estava sendo planejado.

Muito embora seja senso comum imaginar que as comunidades judaicas do Norte da África e Oriente Médio tenham sido sumariamente vítimas de *pogroms* após a fundação de Israel, algumas reportagens que figuravam na imprensa israelense escondiam o que estava sendo constatado pelos emissários israelenses instalados nos países árabes. Uma considerável parcela da comunidade judaica no Mundo Árabe e Islâmico não era vítima de perseguições racistas e as causas para a imigração ao recém Estado judeu eram diversas, o que incluíam motivações de ordem individual. Muitos judeus árabes e persas, inclusive, vinham de países da Europa. Na obra *1949: the First Israelis*, Tom Segev menciona que havia uma estimativa de uma minoria de judeus africanos que demandavam ajuda. Em muitas localidades, a comunidade judaica do Norte da África era bastante próspera, com alto nível de qualificação e viviam em harmonia com as comunidades árabes locais. Era notado que muitos judeus migravam em decorrência da propaganda sionista promovida por agentes israelenses na região do Norte da África, Oriente Médio e principalmente no Iraque.

Estava sendo constatado que o apoio à imigração *Sefardita* não havia sido uma iniciativa benevolente, segundo é retratado pelo discurso oficial. Desde o princípio, os *Sefarditas* eram tão somente uma fonte de mão de obra barata e que deveria ser moldada aos ditames do novo Estado. A iniciativa pela imigração desse contingente foi impulsionada em

11 SEGEV, Tom. *1949: The First Israelis*. London: The Free Press, 1998, p. 159.

decorrência do fracasso da imigração europeia para a Palestina.¹² E a crítica *Sefardita* do *establishment* de Israel é frequentemente suprimida em prol da unidade do povo judeu após o Holocausto.

Em 1948 já havia muitos domicílios vazios em Israel, em decorrência do episódio que ficou conhecido como a *Nakba* (catástrofe) palestina. Os primeiros a ocuparem esses novos lares foram os judeus europeus, perseguidos na Europa e, em seguida, algumas localidades também haviam sido destinadas aos judeus orientais. Os últimos também serviram para substituir a mão de obra árabe-palestina.

Quando já estavam alocados em Israel, era observado que esses imigrantes detinham uma educação mínima, muitos eram religiosos fervorosos, praticamente nenhum deles sequer tinha qualquer conexão com Israel, a grande maioria não conhecia a língua hebraica e muitos traziam consigo uma forte tradição patriarcal. Em contraste, os imigrantes europeus eram comumente recebidos por familiares e amigos próximos e, a essa altura já estavam recebendo reparações da Alemanha.

Os imigrantes *Sefarditas*, em sua maioria desempregados, progressivamente foram expostos aos subempregos, a trabalhos pesados, por trás de uma construção ideológica que os consideravam como os responsáveis pela “construção da nova pátria”. Em contraste, nessa mesma ocasião, em meados de 1949 o governo da Polônia havia permitido a imigração de cerca de 15.000 a 25.000 judeus à Israel. Era notado por sua vez uma diferença importante no modo em que foram recepcionados:

Toward the end of the year, the Jewish Agency Executive had come to the conclusion that the Polish Jews deserve better reception than their predecessor. “There are respectable people among them”, it was said, by way of explanation. To spare them the hardships of the camps, it was proposed to house them in hotel, or, alternatively, to evacuate one entire camp and make it comfortable for them. At the same time the Jewish Agency hastened to make arrangements for their permanent housing which were in part, houses that had already been earmarked for the immigrants from Arab countries. They also sought to obtain special budgets to facilitate their acquisition of the apartments, and even considered a special fund for that purpose to be raised abroad.¹³

Tal diferença tornou-se ainda mais escandalosa na medida em que haviam sido relatados acerca do tratamento dispensado aos judeus do Iêmen. Diversas fontes foram capazes de retratar a brutalidade na imposição de um modelo *Askhenaz* sionista aos

12 “Foi somente após o fracasso da imigração europeia (mesmo no período posterior ao Holocausto, a maioria dos judeus europeus optou por imigrar para outros lugares) que o *establishment* sionista decidiu levar imigrantes *Sefarditas* em massa”. In: SHOHAT. *Op. cit.*, p. 134.

13 SEGEV. *Op. cit.*, p. 175.

imigrantes vindos de *Aden*. Assim que adentraram ao novo Estado suas roupas foram queimadas como medida higienista, de modo a evitar a contaminação de determinadas enfermidades à sociedade israelense. No lugar das vestes de influência islâmica foram entregues roupas de estilo ocidental, calças e vestidos para as mulheres que nunca haviam sequer experimentado. A maior parte dos nomes originais foram trocados por outros, considerados “mais adequados” ao Estado de Israel.¹⁴

Muito além da questão dos judeus do Oriente Médio e do Mundo Muçulmano, outra questão considerada por muitos como controversa é a presença dos judeus etíopes, ou *Falashas* (termo pejorativo para “estrangeiros”) como são conhecidos em Israel. Os etíopes formam uma comunidade composta de cerca de 80.000 pessoas em Israel. Juntamente com os judeus originários da região de *Konkan*, na Índia, esses dois grupos especificamente se destacam “pelos problemas de aceitação ante o rabinato e perante a Lei do Retorno”.¹⁵ Durante a chegada desses imigrantes ao Estado de Israel havia sido imediatamente notado o desconhecimento do idioma hebraico, além disso, eles adotavam um calendário, rezas, ritos e costumes bastante diversos à comunidade judaica *Askhenaz* de Israel. A entrada dos judeus africanos deveu-se ao esforço e interesse do governo israelense em subsidiar a sua vinda. Por outro lado, seu *status* judaico era frequentemente posto em dúvida por diversas autoridades religiosas. Na primeira grande operação de resgate, conhecida como a *Operação Moisés*, com início no final do ano de 1984 e começo de 1985, cerca de 10.000 judeus etíopes foram resgatados.

O impacto cultural foi percebido logo no início. A maioria dessas pessoas eram oriundas de regiões agrárias, muitos não eram providos de educação superior, bastante contrastante com uma sociedade moderna e tecnológica com a qual passariam a viver. Os adultos ficaram marginalizados e muitos jovens haviam sido encaminhados para um tipo de sistema educacional religioso, a fim de aprenderem o que era considerado como o “judaísmo correto” e assim não sofrerem com os impactos da mudança. A comunidade etíope foi absorvida nos bairros periféricos de Israel e tiveram pouco acesso aos empregos formais. Mesmo sob condições precárias, as pressões da comunidade de judeus etíopes foram fundamentais para o resgate do restante da comunidade no país de origem, a segunda Operação, conhecida como *Operação Salomão* (1991), coincidiu com uma nova onda imigratória da antiga União Soviética, o que será mencionado mais adiante.

Nesse passo, Israel vê surgir, também, manifestações racistas. A imprensa noticiou diversos casos. Em um deles, um grupo de soldados judeus-etíopes destruiu um bar em *Tel*

¹⁴ *Ibidem*, p. 184.

¹⁵ CARVALHO, Francisco Moreno. “Judeus Etíopes: origens e destinos”. In: *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*, 2014, p. 06.

Aviv depois que seu dono negou a servir-lhes comida, alegando que “só serviria comida para gente”. Uma infeliz declaração do Ministro da Saúde, em 1994, orientando a não receber doação de sangue de judeus etíopes pois por serem oriundos do continente africano eram passíveis de serem portadores de doença infectocontagiosas, gerou protestos violentos. Adissu Massala, deputado judeu etíope pelo partido trabalhista declarou diante das câmeras: “Gostaria de informar que esse é o nosso país. Quem não gosta pode se mudar”.¹⁶

Os não judeus

Muito além da incidência de práticas discriminatórias aos judeus não-europeus, o problema mais antigo em Israel vem desde as primeiras imigrações na Palestina datadas de meados da década de 1930. A questão da Palestina pode ser considerada o problema central e o mais importante em Israel e traz repercussões em diversos países vizinhos ao novo Estado. Foi, no entanto, após o episódio da guerra de Independência ou a *Nakba* palestina (1947-48) que o recém criado parlamento israelense, o *knesset*, criou duas leis de atuações complementares na reafirmação e redefinição de um estado de ocupação territorial. A primeira, formulada em 1950, visava, acima de tudo, prevenir as massas palestinas de retornarem e permanecerem em Israel. A segunda lei, por sua vez, tornou-se mais famosa, a já mencionada *Lei do Retorno*, que garantia a todo e qualquer judeu do mundo o direito de imigrar e constituir residência, tornando-se legítimo cidadão de Israel.

Os palestinos que ainda residem no território sob o controle israelense, após 1947, se tornaram cidadãos do Estado judaico. E, após 1967, em decorrência da anexação dos territórios do Sinai, Gaza, Golan e da região Leste de Jerusalém, foi imediatamente instaurado um Estado de exceção (sob controle militar) e seus residentes passaram a adquirir um status de “residentes permanentes de Israel”, ou seja, não poderiam ser considerados cidadãos plenos.

Tais artifícios legislativos presentes na realidade israelense tendem a evitar ou a dificultar a manifestação natural da identidade palestina e, muito além da discriminação de certas escalas da sociedade israelense, com o passar do tempo, o governo israelense produziu novos aparatos legais de modo a restringir os direitos palestinos dentro da sociedade israelense, como a Lei de Cidadania, a de Imigração, a de Reunião Familiar, a de Confisco de Terras. O modo pelo qual os palestinos são comumente denominados em Israel, “árabes israelenses”, foi absolutamente imposta pelo governo do Estado de Israel. Tal denominação, de forma indireta, tende a excluí-los de sua verdadeira identidade palestina. Isso porque desde a infância os palestinos enfrentam um processo educacional separado das crianças judias.

¹⁶ CARVALHO, Francisco Moreno. *Op.cit.* p.13.

Assim, as crianças palestinas são submetidas às escolas árabes com um currículo em hebraico, com uma narrativa sionista e muito pouco da história oficial da Palestina. Dessa forma, as crianças palestinas israelenses percorrem um longo período até a fase adulta sob um processo de esquecimento da sua língua materna, história e cultura palestinas.

Semelhante ao tratamento educacional dispensado às crianças palestinas, as crianças *Sefarditas*, muito embora sejam judias, são obrigadas a estudar uma história sob o ponto de vista ocidental, que privilegia as realizações e as guerras ocidentais em detrimento da história das civilizações do Oriente.

Presume-se, portanto, que a história *Sefardita* moderna tinha início com a chegada dos judeus *Sefarditas* à Israel e, mais precisamente, com as operações *Tapete Mágico* e *Ali Babá* (a primeira refere-se à transferência dos judeus iemenitas para Israel, em 1949-50, e a segunda, dos judeus iraquianos, em 1950-51). Os nomes em si, retirados de *As Mil e Uma Noites*, já evocam atitudes orientalistas por colocar em primeiro plano a religiosidade ingênua e o atraso tecnológico dos *Sefarditas*, para quem os aviões modernos eram “tapetes mágicos” que os transportavam até a Terra Prometida.¹⁷

De acordo com Ella Shohat, a pressão das ondas de imigração *Askhenaziz* sionistas e, diante do poderio de suas instituições, “a distinção entre judeus e sionistas tornava-se cada vez mais precária”. E ainda ressaltou: “Se o movimento nacionalista árabe tivesse mantido essa distinção, [...] teria havido chances significativas de obter o apoio *Sefardita* para a causa antissionista”.¹⁸

O sentimento de temor e ameaça suscitado pelos palestinos impede a grande maioria dos refugiados de reivindicarem pelo direito de poder retornar de fato aos seus antigos lares. Exceção à parte, podemos citar dois exemplos considerados de extrema raridade: são os casos dos vilarejos de *Kafir Bir'im* e *Iqrit*, os quais passaram a ser conhecidos por serem dois dos poucos lugares para os quais seus antigos moradores conseguiram retornar. Antes, muitos moradores expulsos desses locais em 1948 haviam permanecido nas fronteiras do novo Estado, tornando-se cidadãos israelenses e, ao mesmo tempo, cidadãos-refugiados, denominação de difícil compreensão para os analistas e acadêmicos estudiosos da diáspora palestina.

Muito embora o retorno tenha sido consumado, o *Israel Land Authority* vem trabalhando com afinco com o claro objetivo de expulsar novamente os seus legítimos moradores de *Kafir Bir'im* e *Iqrit*. Isso porque algumas localidades dessa mesma região, como é caso do cemitério e a igreja, estão ainda sob disputa judicial. Muito além disso, a

17 SHOHAT. *Op. cit.*, p. 125.

18 *Ibidem*, p. 129.

comunidade de palestinos cristãos tem sido vítima diariamente de algumas medidas punitivas e de inúmeros assédios de diversas naturezas, isso porque os inspetores israelenses bloqueiam frequentemente as estradas que dão acesso ao cemitério e à igreja, localidades onde praticamente todos os moradores desejam visitar e frequentar, o que torna a permanência dos palestinos de *Kafr Bir'im e Iqrit* uma atividade diária de perseverança.¹⁹

A crença sionista, prevalecente desde antes da fundação do Estado de Israel, de que a Palestina deveria abrigar em seu interior uma maioria judaica, é posta em prática ainda nos dias de hoje por meio de uma série de artifícios militares, políticos, jurídicos e culturais. O consenso ideológico sionista serviu como um primeiro passo para a sua hegemonia dentro do Estado de Israel e, da mesma forma, nos territórios ocupados por Israel, como são os casos da Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

Como a classe dominante tornou-se a classe dirigente do Estado de Israel, a sua visão de mundo não foi transmitida na forma de ideologia, mas travestida de nacionalismo: um nacionalismo com uma ideologia excludente, que pode ser percebido nas leis israelenses que, criou uma espécie de “cidadãos de segunda classe” no interior do Estado, os árabes-israelenses ou “palestinos de 1948” (em referência a *Nakba*) e deixou os territórios ocupados em 1967 – a Cisjordânia e a Faixa de Gaza – em uma situação ambígua, nem dentro nem fora do Estado.²⁰

Nesse sentido, foram possibilitadas algumas medidas que, para muitos, podem ser consideradas abusivas, mas dentro da conjuntura de conflito permanente na Palestina, é visto com naturalidade por parte de alguns grupos de cidadãos israelenses, sobretudo pelos nacionalistas religiosos residentes dos muitos assentamentos, dos locais que para eles compõem a *Eretz Israel*, como previa o Velho Testamento sobre o legado do povo judeu a toda a Palestina e não a uma parte. É o caso da recente construção de linhas de ônibus exclusivas para os palestinos que residem na Cisjordânia e que trabalham em Israel, sob a justificativa de que os colonos residentes na Cisjordânia se sentiriam inseguros em dividir o transporte público com os palestinos. A notícia e as fotos das linhas de ônibus exclusivas foram retratadas como um escândalo por parte dos mais diversos meios de comunicação internacionais.²¹

19 APARÍCIO, Eitan Bronstein. *Hope during Wartime: A Palestinian Return*. Disponível em: «<http://972mag.com/hope-during-wartime-a-palestinian-return/94658/>». Acesso em: 15 maio 2015.

20 HUBERMAN, Bruno. “Judaização da Palestina: a sofisticação do projeto colonial israelense a partir de 1967”. In: IV SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA “SAN TIAGO DANTAS” (UNESP, UNICAMP E PUCSP), 2013, São Paulo. Anais do IV Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”. Disponível em: «<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br>». Acesso em: 15 maio 2015.

21 A criação de linhas de ônibus exclusivas para árabes-palestinos também foi divulgado pela imprensa brasileira, de acordo com a matéria escrita pela correspondente internacional em *Tel Aviv*, Guila Flint:

E muito além da questão das linhas de ônibus exclusiva, é na cidade de Hebron, também localizada na Cisjordânia que os aspectos de segregação e exclusividade tornam-se ainda mais alarmantes. A cidade pode ser considerada a mais dividida de toda a Palestina ocupada, todas as restrições concernentes à liberdade de locomoção e de comércio entre a enorme comunidade palestina são justificadas por questões de segurança e proteção aos cerca de 800 colonos judeus, que vivem no centro da cidade, o que torna, por sua vez, a situação de *Hebron* excepcionalmente volátil a contínuas explosões de violências.²²

Medidas como essas dificultam de modo progressivo todo o cotidiano e a rotina palestina. Por outra parte e muito além do desconforto com a situação dos assentamentos ilegais, o muro e a enorme quantidade de *checkpoints* espalhados pelas cidades árabes-palestinas, os palestinos residentes da Cisjordânia enfrentam um sistema jurídico profundamente desigual. Isso porque enquanto os palestinos são normalmente submetidos a um tribunal militar quando violam a lei, os colonos israelenses são geralmente julgados por tribunais civis israelenses.

Além do problema palestino e embora o estabelecimento do Estado de Israel tenha sido diferente dos demais Estados nação, alguns problemas provenientes da relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos também passaram a fazer parte da realidade de Israel. Estava sendo observado que muitos imigrantes atravessavam as fronteiras, tornavam-se “trabalhadores temporários” até permanecerem na condição de residentes. Em sua maioria esses imigrantes eram basicamente africanos e latino-americanos.

A situação desses imigrantes em caráter irregular torna-se muito mais vulnerável a partir do momento que o governo israelense decidiu implementar a deportação de cerca de 1000 imigrantes por mês (*Haaretz*, 13 de setembro de 1998).²³ Os imigrantes não judeus em Israel são frequentemente alvo de fortes restrições à sua entrada. Essas restrições inflexíveis aos imigrantes irregulares passaram por mudanças significativas após a Primeira *Intifada*, em 1987. A revolta organizada pelas lideranças árabes-palestinas compeliu para que o governo de Israel fechasse suas fronteiras entre as cidades israelenses. A ocupação dos territórios palestinos no início de 1993 resultou na falta de mão de obra em Israel, que motivou o subsídio à imigração de trabalhadores temporários vindos de países como a Romênia, Tailândia e Filipinas. A

«http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130304_onibus_palestinos_gf.shtml». Acesso em: 18 maio 2015.

22 “Hebron Settlements Make Palestinian Life Nearly Impossible”. In: *The Electronic Intifada*. Disponível em: «<http://electronicintifada.net/content/hebron-settlements-make-palestinian-life-nearly-impossible/7138>». Acesso em: 18 maio 2015.

23 KEMP, Adriana, RAIJMAN, Rebeca, RESNIK, Julia and GESSER, Silvina Schammah. “Contesting the Limits of Political Participation: Latinos and Black African Migrant Workers in Israel”. In: *Hebrew University*, March, 2012, p. 96.

chegada de trabalhadores estrangeiros também aumentou, na mesma proporção, a entrada de imigrantes irregulares. Aliado às hostilidades e aos conflitos com os palestinos, vieram à tona o grande dilema em Israel: de um lado a defesa pelo caráter judaico do Estado e do outro a consolidação da Democracia.

Os imigrantes africanos chegam em Israel no início do ano de 1980, por intermédio de inúmeros países como a Nigéria, Gana, Etiópia, Eritreia, Serra Leoa, República Democrática do Congo e África do Sul. Com eles foram criadas diversas organizações sociais representativas como algumas Igrejas Pentecostais e Metodistas, clubes de música e esportes. Com relação aos latinos, a maior parte advém da Colômbia, Chile, Equador, Bolívia e Venezuela. Mais religiosos, os latinos primaram pela criação de organizações confessionais.

Religious organizations play an important role for Latin-American migrant workers not only as a source of spiritual and moral support but also as place for exchanging vital information about remittances, health care, kindergartens and schools. By offering their congregations the opportunity to learn Hebrew, the local language and English, as well as various activities such as sewing and hairdressing lessons or youth groups, churches provide a source for individual empowerment. Latino migrants attend two kinds of religious organizations: 1) Catholic churches in Jaffa which hold weekly Latino gatherings; 2) Independent religious organizations, mostly evangelist, created by the migrant workers themselves. Many of them are supported by the central headquarters outside Israel and some have established connections with the network of Arab Protestant churches in Israel.²⁴

Em diversas instituições africanas em Israel é invocado o sofrimento dos negros ao longo da história e a memória da escravidão africana que, por diversas ocasiões são comparadas com as atrocidades cometidas durante o Holocausto nazista na Europa, a fim de reclamar por asilo em Israel, sob *status* de refugiados de perseguições políticas, guerras e da fome nos países de origem.

Solução dos conflitos?

Os *Askhenazitas* foram os responsáveis pela construção da sociedade israelense, venceram praticamente todas as guerras e conseguiram, por fim, excluir parte considerável dos árabes do país e ainda vem promovendo ações persecutórias aos imigrantes não judeus em situação irregular em Israel. Foram eles quem, no passado, puderam absorver uma grande quantidade de imigrantes judeus e tiveram a possibilidade de inseri-los em seu próprio modelo cultural e ideológico.

²⁴ *Ibidem*, p. 104.

Os choques violentos entre árabes e judeus durante as duas *Intifadas* e a contínua política de ocupação do território palestino levaram a sociedade israelense a retroceder sob o ponto de vista político e social. As mudanças no controle hegemônico *Askhenaz* – sionista estão em curso, sobretudo no campo da comunicação, no modo como os descontentamentos e as manifestações vêm sendo divulgados diante de um contexto de perseguição, racismo e discriminação.

Em Israel existem populações mais discriminadas do que outras. O exemplo mais marcante, sem dúvidas, são os árabes-palestinos, os quais diariamente detêm seus direitos básicos outorgados em um Estado que se define como judeu em suas Leis Fundamentais. Ainda, de acordo com Baruch Kimmerling:

Em Israel há, na prática, três tipos de desigualdades. A primeira é a desigualdade fincada nas diferenças cada vez maiores na distribuição de renda e dos recursos públicos; esse é um fenômeno universal, não exclusivo de Israel. Neste contexto, ela opera em benefício dos Ahusalim. A segunda é a desigualdade civil-política, que brota principalmente do fato de Israel ser uma sociedade essencialmente formada por imigrantes, que com dificuldade desvincilhava-se das origens religiosas do nacionalismo israelense. A terceira é a desigualdade cultural, que se expressa no grande número de culturas, mas sem pluralidade cultural – quer dizer, sem o reconhecimento da legitimidade das diferenças culturais e das necessidades que isso demanda.²⁵

A partir daí, reascende a grande distorção de “Democracia israelense”, em seu sentido conceitual de governo da maioria sobre a minoria, além da falta de proteção dos direitos a certas categorias e o desrespeito à igualdade civil das minorias nacionais, principalmente por parte dos árabes-palestinos frente a um progressivo estado de arbitrariedade de uma maioria ilusória e imaginada.

Em Israel praticamente todo o território está nacionalizado. Conforme definição legislativa, as terras nacionalizadas são de propriedade do “povo judeu”. Desde a fundação do Estado, em 1948, não foi permitido o estabelecimento de nenhum novo povoado árabe. Os povoados árabes então existentes, não são reconhecidos pelo Estado e o não reconhecimento implica na escassez de serviços básicos como o fornecimento de água e energia elétrica.

A negação sistemática ao direito à cidadania condiz com o contexto específico em Israel – a garantia de seu caráter judaico. Para a elite *Askhenaz*, a reafirmação do Estado judaico ocorre uma vez que a sua existência esteja diretamente ameaçada por uma situação de conflito permanente, cujos inimigos aspiram o seu total e completo aniquilamento. O sentimento de temor é considerado a base de tudo e os atuais governos, aliados aos religiosos

25 KIMMERLING, Baruch. *O fim da hegemonia Ashkenazita*. Tradução de Gabriel Mordoch. São Paulo: s/ed., 2001, p. 10.

ultranacionalistas, foram muito bem sucedidos em saber explorá-lo. Nesse mesmo passo, o fortalecimento dos fundamentos religiosos-ideológicos no nacionalismo contribuiu para que a Cisjordânia voltasse a ser chamada de *Judeia e Samaria*, demarcando assim a posse histórica judaica sobre a região, por parte de religiosos fundamentalistas que anseiam deflagrar uma tentativa de limpeza étnica.

Nesse ínterim, uma nova onda de imigrantes russos chega a Israel, uma grande quantidade é alocada nos assentamentos ilegais na Cisjordânia e Jerusalém Oriental, muito embora, parte considerável não seja judia. A imigração da ex-União Soviética havia sido um projeto de reforço demográfico *Askhenaz*, esperava-se contudo que eles fossem absorvidos por essa classe.

A vinda da segunda onda migratória russa despertou nos árabes o medo de um declínio em sua força político-eleitoral, devido ao crescimento proporcional na quantidade de eleitores judeus, bem como pelo fato dos imigrantes dirigirem-se às regiões de maior concentração de população árabe, ao longo da linha verde e além dela, e principalmente na região do Golan. Pelo fato de a maioria dos imigrantes ser laica e muitos deles casados com não-judeus, de acordo com a definição ortodoxa, esta imigração também ameaçou a força política dos partidos religiosos.²⁶

A situação de contradição cultural interna de Israel, representada por uma terra cobiçada pelos judeus que está localizada em uma região geográfica distante do Velho Mundo, reascende na medida em que Israel ainda se enxerga como parte intrínseca da Europa e do Ocidente. Ocorre que, com o passar do tempo, os árabes passam a reivindicar autonomia cultural.

O medo dos palestinos vem desgastando as possibilidades da instauração de um Estado palestino soberano. Em seu lugar, muitos intelectuais árabes-palestinos e israelenses passaram a almejar a possibilidade da criação de um Estado binacional e democrático. Viver com outras pessoas que têm direitos divergentes é uma condição da política e a existência da pluralidade política e cultural não constitui motivos para a absorção cultural, principalmente para a separação e segregação das minorias nacionais. Deve ser por isso que Hannah Arendt, nos textos que compõem a obra *The Jewish Writings*, pôde reafirmar a sua preferência pela proposta de um Estado judeu-árabe, ao invés da ideia de um Estado sob uma soberania judaica. “A Palestina poderia ser salvaguardada como lar nacional dos judeus apenas se (como os outros pequenos países e nacionalidades) fosse integrada em uma federação”, escreveu em 1943.²⁷

²⁶ *Ibidem*, p. 52.

²⁷ ARENDT, Hannah. *The Jewish Writings*. New York: Schocken, 2008, p. 344.

Muito embora a integração seja imprescindível, sua consecução depende de esforços por parte de autoridades intransigentes demais para retomarem os diálogos e assim viabilizar uma solução definitiva. A prevalência da intolerância e das incertezas gerou, ao longo de gerações um estado de desânimo e falta de otimismo que, em certos graus podem ser considerados irreversíveis. Para muitos palestinos e israelenses defensores da Causa Palestina, talvez já seja tarde demais para uma possível conciliação.

REVISTA ANGELUS NOVUS

Identidade e cultura em Porto Alegre no Pós-abolição a criação da Banda Municipal de Porto Alegre (1925)

Felipe Rodrigues Bohrer

Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo

Este artigo tem como tema a cultura musical de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. Para isso será analisada a formação da Banda Municipal de Porto Alegre, uma instituição que foi criada e financiada pelo poder público (carregando, inclusive, o nome da cidade consigo), enfatizando a relação entre a população, as suas atividades artísticas e a sua identidade desejada. Colocar-se-á em diálogo a elite letrada, o poder público e setores da comunidade afrodescendente, em frente às tensões resultantes da transformação desse conjunto musical. A análise dessa instituição musical tem por fim perceber quais eram alguns dos termos desse debate e como estava articulada a relação entre a música e a população.

Palavras-chave pós-abolição, História Social da Música, afrodescendentes

Abstract

This article focuses on the musical culture of Porto Alegre in the first decades of the twentieth century. For that it analyzes the formation of the Municipal Band of Porto Alegre, an institution that was created and funded by the government (bearing including the name of the city), emphasizing the relationship between population, their artistic activities and their identity desired. The band will take place in the dialogue between educated elite, the government and sectors of afro-descendant community, ahead of the tensions resulting from the processing of this musical ensemble. The analysis of this musical institution aims to realize what were the terms of this debate and how was articulated the relationship between music and people.

Keywords post-abolition, Social History of Music, afro-descendants

Tem-se largamente difundida, principalmente para outras regiões do Brasil, a noção de que o Rio Grande do Sul é um local com forte identificação com a Europa, principalmente em função dos fluxos imigratórios agenciados desde meados do século XIX. Complementar a esta identidade regional-étnica, tem-se a impressão da pouca expressividade da presença dos afrodescendentes na construção social, política e cultural desta região.¹ Não se faz necessário afirmar que a construção destas formulações atendem a determinadas escolhas ideológicas e não fazem jus às práticas sociais, tanto as do passado como as do presente.² Para o campo musical, esta relação não seria muito diferente. A principal obra de referência sobre a história da música em Porto Alegre, escrita por Antônio Corte Real em 1980, destaca que a cultura musical do Rio Grande do Sul é marcadamente erudita. Diversas instituições musicais foram elencadas, entre elas a Banda Municipal de Porto Alegre criada em 1925, para demonstrar a presença dessa música. Para o autor, a grande razão dessa caracterização decorria da elevada imigração europeia presente no Rio Grande do Sul.³ Nesse tipo de perspectiva, ocorre um silenciamento sobre a presença dos afrodescendentes e de sua cultura no cenário regional, que, por sua vez, estaria marcado pelos imigrantes europeus. Percepções como as de Corte Real demonstram a disseminação e a permanência de uma dada identidade regional conservadora construída no início do século, marcada por apropriações de teorias raciais que privilegiaram a presença dos descendentes de imigrantes europeus em detrimento de outros grupos étnicos.⁴

Interpretações como estas dialogam e ajudam a construir noções estabelecidas no senso comum que compreendem o Rio Grande do Sul como o “estado europeu do Brasil” ou mesmo que o samba e as demais formas musicais populares vinculadas aos afrodescendentes não caracterizam sua vida cultural. Em contrapartida, trajetórias como a do Sambista Lupicínio Rodrigues questionam estes pressupostos e fornecem outras experiências culturais

- 1 Sobre a invisibilidade dos grupos afrodescendentes no Rio Grande do Sul, ver: OLIVEN, Ruben George. “A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul”. In: *Negros no sul do Brasil*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- 2 Nas últimas décadas, diversos estudos têm se empenhado em descortinar a complexidade das relações sociais e raciais, pesquisando a presença dos africanos e de seus descendentes e demonstrando sua importância na construção social e cultural do Rio Grande do Sul. Sobre a produção historiográfica local relacionada aos temas da escravidão e da liberdade, consultar: XAVIER, Regina C. L. (Org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional*: guia bibliográfico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- 3 CORTE REAL, Antônio. *Subsídios para a história da música no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. rev. Porto Alegre: Movimento, 1984.
- 4 Sobre a produção historiográfica ao longo do século XIX e início do século XX, ver: XAVIER, Regina Célia Lima. “Uma história que se conta: o papel dos africanos e seus descendentes na formação do Rio Grande do Sul”. In: *História Unisinos*. V. 10, n. 3, pp. 243-258, set./dez., 2006. Sobre a apropriação de teorias raciais no Brasil, ver: MAIO, Marcos Chor (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz-CCBB, 1996; SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

protagonizadas pela comunidade afrodescendente de Porto Alegre. Também obteve destaque na historiografia local os festejos carnavalescos protagonizado por blocos e cordões compostos por afrodescendentes nas décadas de 30 e 40, período marcado pela definição política e ideológica dos símbolos nacionais, centrada nas manifestações culturais populares.⁵

Esses trabalhos se empenharam na divulgação das manifestações culturais vinculadas aos afrodescendentes e aprofundaram suas implicações políticas e sociais, marcado pelo processo de emancipação escrava e pela luta em torno dos direitos de cidadania. Também questionaram os pressupostos de uma identidade regional que privilegia, especificamente, a contribuição de grupos de origem europeia no Rio Grande do Sul, e destacaram outras identidades étnicas e sociais igualmente importantes para a construção social, cultural e material de Porto Alegre atenta à comunidade afrodescendente. Grosso modo, no conjunto das interpretações sobre a cultura musical de Porto Alegre, permite-se pressupor uma cidade segregada culturalmente nas primeiras décadas do século XX. A população afrodescendente estavam definidos seus locais na música: o carnaval e demais formas identificadas como populares; já para a população branca, caberia levar a efeito as “nobres tradições” culturais europeias.

Martha Abreu, por sua vez, tem destacado que grande quantidade de pesquisas sobre a música popular não consegue manter um afastamento dos referenciais e marcos temporais tradicionais, que determinam o período pós 1930 como inaugural para a valorização da “música popular”, a partir da estratégia política getulista de oficializar o samba como música genuinamente nacional. Já o período da Primeira República costuma ser avaliado pelos insucessos dos dirigentes políticos e intelectuais em incorporar política e culturalmente os setores populares e outras manifestações legitimamente pátrias nos projetos de identidade nacional. A preferência por tais marcos, destaca a autora, contribui para “[...] colocar no esquecimento determinados atores sociais e para estreitar a análise de experiências e projetos no campo musical e político”.⁶ Diante desse cenário, a autora tem demonstrado o quanto o campo musical do período republicano,

5 Para aprofundar a trajetória deste compositor, ver: OLIVEIRA, Márcia Ramos. *Lupicínio Rodrigues: a cidade, a música e os amigos*. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996. Sobre o carnaval de rua nas décadas de 1930 e 1940, ver: GERMANO, Iris Graciela. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. ROSA, Marcus. V. F. *Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940*. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

6 ABREU, Martha. “Histórias musicais da Primeira República”. In: *Revista ArtCultura*. Uberlândia, v. 13, n. 22, pp. 71-83, jan./jun., 2009, p. 73.

além de pouco conhecido, é variado e complexo. Intelectuais, músicos e o público em geral já estavam discutindo, elaborando e consumindo conteúdos artísticos com temas nacionais e populares em diversos ambientes, transformando o campo musical em um canal de discussão e crítica dos problemas políticos da República. Inserido em uma heterogeneidade de manifestações, significados e interpretações, Martha Abreu pontua a necessidade de:

[...] passar a analisar o campo musical, erudito ou popular, em qualquer época, como local dos conflitos culturais e políticos. Em meio a muitas disputas musicais, estavam no centro do debate da Primeira República diferentes concepções do que se procurava definir como “música popular” e “música brasileira”; diversas expressões musicais e festivas selecionáveis, ou não, para símbolos de civilidade, nacionalidade e/ou regionalidade.⁷

Direcionar o olhar para outras experiências contribuem para perceber diferentes usos da música, problematizando a aparente racialização da cultura de Porto Alegre e complexificando a compreensão sobre este campo musical no período da pós-abolição.⁸ Para isto, tomaremos como base as considerações sobre a cultura musical de Porto Alegre entre o final do século XIX e princípios do século XX desenvolvida pela musicóloga Maria Elizabeth Lucas.⁹ É destacado que a introdução da erudição europeia esteve vinculada a um processo de ressignificação social da música que excluiu as camadas pobres, incluindo os afrodescendentes, do exercício profissional da música, anteriormente por eles desempenhados. Em seu texto, publicado logo após Corte Real, a autora demonstra como as categorias de classe e raça estiveram articuladas aos esforços desta ressignificação social da atividade musical e como a introdução da tal erudição-europeia-gaúcha marcou uma disputa política e social que visava excluir os afrodescendente deste cenário cultural, ao invés de ser um resultado naturalizado do elevado índice de imigração.¹⁰

7 *Ibidem*, p. 78.

8 Para aprofundar estas discussões para o contexto da Primeira República em Porto Alegre, ver: BOHRER, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da História: raça, classe e cultura em Porto Alegre no Pós-Abolição*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

9 LUCAS, Maria Elizabeth. “Classe dominante e cultura musical no RS: do amadorismo à profissionalização”. In: GONZAGA, Sergius; DACANAL, José Hildebrando (Orgs.). *Rio Grande do Sul: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

10 Para Lucas, o período final do século XIX e princípios do XX refere-se à reavaliação da música como profissão, a partir do contato com padrões importados, passando a ser exercida pela classe dominante e setores médios e incorporando, das etapas antecedentes, aspectos do amadorismo que possam distanciá-la de qualquer associação com o trabalho das camadas sociais inferiores. Fomentado pela expansão do amadorismo (principalmente através das sociedades de concertos), organizada por e para elementos da classe dominante e setores médios urbanos, esse processo foi continuado justamente com a institucionalização do ensino da música através dos conservatórios, formalizando, delimitando e legitimando o seu exercício

O percurso a ser traçado neste artigo busca problematizar uma das instituições que foram apropriadas pela bibliografia tradicional para fundamentar uma suposta tradição musical erudito-europeia. Através da Banda Municipal de Porto Alegre, procura-se perceber tanto o processo de ressignificação social destacado por Lucas, como a presença da população afrodescendente neste cenário cultural. Objetiva-se, por fim, demonstrar que a mesma instituição utilizada para fundamentar determinada identidade social e racial guarda uma trajetória própria de disputas e revela outras versões de uma mesma história.

Em abril de 1925, o jornal *A Federação* publicou o projeto de organização de uma “Banda-Orchestra Municipal de Porto Alegre” apresentado pelos Maestros José Corsi e José de Andrade Neves ao Intendente Municipal.¹¹ Embora fosse de autoria dos músicos referendados, a criação da banda já estava acordada com a municipalidade, visto que atendia a uma solicitação do Intendente Octávio Rocha. A abertura do projeto preocupava-se em destacar que o objetivo da nova e “moderna” banda, que portaria o nome da cidade, visava unicamente a difusão da música com um conjunto de professores qualificados. Também foram elencadas algumas experiências que serviriam de inspiração para a criação da futura banda, destacando a importância dos conjuntos de harmonias nos grandes centros como meio de propagação de uma verdadeira cultura musical e a preocupação dos poderes públicos estaduais e municipais nas principais cidades europeias para a manutenção dessas bandas de música.¹²

Para os maestros proponentes, criar a dita banda era uma iniciativa de utilidade pública e artística para “a nossa bella capital”, na qual deveria corresponder à “admirável administração” de Otávio Rocha. A historiadora Margareth Bakos considerou o período final do século XIX até o Estado Novo como decisivo para o desenvolvimento da produção capitalista no Rio Grande do Sul, na qual a cidade de Porto Alegre gozava de uma importância singular para a consolidação da hegemonia do Partido Republicano Rio Grandense. Entre os aspectos mais marcantes, ao longo deste período administrativo, a autora aponta a municipalização e a ampliação dos serviços públicos, a remodelação da cidade, a preocupação em centralizar o poder nas mãos do Chefe Municipal e envolvimento com a questão da moradia, demarcando os princípios programáticos castilhistas. Em relação à década de 1920, Charles Monteiro compreende que este período caracteriza-se por grandes

profissional.

11 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 8 abr. 1925, p. 4.

12 Foram mencionadas as experiências de cidades da Itália, da França, da Alemanha, da Inglaterra, da Bélgica, dos Estados Unidos, do México, de Cuba, da Argentina, do Uruguai, do Chile e do Brasil (centrado na cidade de São Paulo).

transformações do espaço urbano, traduzindo na intervenção e modernização da área central da cidade, das ligações com os arrabaldes e na formas dos serviços industriais, provocando modificações nas formas de pensar e planejar a organização do espaço político, social e econômico da cidade. Estas remodelações do espaço central da cidade demoliram antigos becos com grande quantidade de cortiços e habitações modestas entravando a imagem de modernidade e progresso do espaço privilegiado da capital. O autor chama a atenção que, para legitimar estas transformações, os setores dominantes realimentaram a campanha de moralização dos costumes contra a vadiagem, a mendicância, o jogo, a prostituição, o alcoolismo, a infância abandonada e principalmente contra os cortiços. Neste processo, a modernização das sociabilidades públicas e a erradicação dos costumes em dissonância com a nova ordem eram faces do mesmo processo em busca da modernidade em Porto Alegre.¹³

A cultura musical de Porto Alegre deveria acompanhar este crescimento econômico, arquitetônico e urbanístico, além corresponder a um campo importante para o projeto de moralização dos costumes. Para isto estava sendo organizada a criação da moderna Banda Municipal. Ao se pleitear sua criação, tem-se como premissa que a cidade carecia de um cenário musical que correspondesse às suas aspirações modernas. Mas seria mesmo esta futura banda um marco na transformação da vida cultural da cidade? Os Maestros José Corsi e José de Andrade Neves ocupavam espaços de destaque no meio musical e representavam importantes setores do cenário cultural local.¹⁴ Eles próprios construíram, no aludido projeto, uma relação entre o passado, o presente e a expectativa de futuro da música em Porto Alegre, afirmando que sua cultura musical atingiu um papel de destaque no Rio Grande do Sul. Para eles, “as instituições musicais, fundadas há annos, os concertos symphonicos de grandes conjuntos e a passagem de celebridades mundiais por esta capital muito contribuíram para attingir esse desenvolvimento”.¹⁵

Provavelmente os maestros estavam se referindo a instituições musicais como: as sociedades de concertos fundadas no último quartel do século XIX, o Conservatório de

13 Sobre a atuação da municipalidade neste período, ver: BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996; MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

14 Andrade Neves pertencia ao corpo docente do Conservatório de Música, vinculado ao Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, desde a solicitação da criação do Curso de Flauta em 1919, na qual ministrava. Por sua vez, Corsi era um bandolinista e violinista italiano que adentrou o Rio Grande do Sul acompanhando um conjunto orquestral húngaro. Desde que fixou residência na capital, em 1913, fundou uma importante escola de música intitulada Instituto Musical de Porto Alegre a qual dirigiu até o momento de seu falecimento em 1938. Dito de outra forma, Andrade Neves ocupava um cargo importante em uma instituição chave para o projeto republicano e positivista do Partido Republicano Rio-grandense, ao passo que Corsi era um representante da música no setor privado, proprietário de uma das principais escolas naquele momento. Ver: CORTE REAL. *Op. cit.*, pp. 249, 281, 282.

15 A FEDERAÇÃO. *Op. cit.*

Música e o Centro Musical Porto Alegre.¹⁶ De forma geral, tratam-se de instituições voltadas para a prática e difusão da música erudita com diferentes características internas, porém todas surgidas entre o final do século XIX e princípios do século XX. A cultura musical mencionada pelos proponentes do projeto de criação da Banda Municipal, assentada na erudição europeia, já tinha uma trajetória em Porto Alegre e vivenciava um progressivo processo de consolidação. Se, ao final do século XIX, era protagonizada por sociedades amadoras, em meados do século XX já estava institucionalizado o seu ensino formal, ao passo que na década de 1920 estava lançando seus esforços para reconhecer e delimitar esta atuação profissional.

Retornando aos argumentos dos maestros, alguns outros benefícios que permeavam a fundação da Banda Municipal também foram destacados: contribuiria para melhorar o conjunto orquestral já existente em Porto Alegre (vinculado ao Centro Musical Porto Alegre), visto que esse carecia de instrumentos indispensáveis; melhoraria também a vida teatral, na medida em que a cidade teria uma orquestra completa e permanente. Para sua organização, no entanto, alguns cuidados deveriam ser tomados. Ocupando boa parte da arguição, foram criticadas as bandas de música presentes em outras cidades do Brasil construídas de forma “errônea”, principalmente por serem dirigidas por pessoas com “muita técnica e pouca intelectualidade”, sem se perguntar se os mesmos possuem “suficiente preparo artístico-intellectual para dirigir um conjunto”. A consequência desta aludida falta de competência é que “as bandas, ao invés de serem propagadoras da cultura musical, desvirtuam o gosto artístico no povo executando produções banaes de autores sem renome ou composições sem nexo da lavra do proprio ensaiador”. Para os maestros proponentes, esta forma de organização acarretava em grande desperdício de tempo e dinheiro, além de não trazer nenhuma compensação de ordem cultural.¹⁷ Considerações como essa foram suficientes

16 As sociedades de concertos eram praticamente formadas a partir de critérios étnicos acompanhando o fluxo migratório europeu, com destaque para os italianos e os alemães. Já o Conservatório de Música, fundado em 1908 e vinculado à Escola de Bellas artes, correspondeu à primeira instituição de ensino artístico e musical do Rio Grande do Sul a oferecer cursos superiores continuados, consolidando o ensino musical formal. Já o Centro Musical Porto Alegre, fundado em 1920, correspondeu a uma associação musical que agrupou parte dos músicos atuantes no cenário musical local, voltado à profissionalização da atividade musical. Este também voltava suas atenções para um viés educativo e agenciador, na medida em que procurava desenvolver o gosto artístico-musical dos moradores de Porto Alegre através de concertos sinfônicos de música erudita. Sobre estas instituições, ver: RODRIGUES, Cláudia Maria Leal. *Institucionalizando o ofício de ensinar: um estudo histórico sobre a educação musical em Porto Alegre (1877-1918)*. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000; SIMÕES, Júlia da Rosa. *Ser músico e viver da música no Brasil: um estudo da trajetória do Centro Musical Porto-Alegrense (1920-1933)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

17 A FEDERAÇÃO. *Op. cit.*

para os proponentes reafirmarem a importância da criação da Banda Municipal, que, partindo dessa rica tradição construída no passado, poderia ser a garantia do contínuo progresso cultural da cidade, se pudesse contar com os apoios necessários: “[...] entendemos que criação de uma banda-orchestra só poderá despertar a atenção da nossa elite intelectual, si a mesma encontrar nella uma verdadeira instituição de cultura”.¹⁸

As justificativas levantadas para a criação da banda eram um tanto dúbias. Se, por um lado, Porto Alegre apresentava um notável desenvolvimento musical, por outro, era preciso criar uma “nova” e “moderna” banda para sustentá-lo. Ao mesmo tempo, era preciso completar o quadro de músicos que era deficitário. Além disto, a criação da banda esteve diretamente relacionada ao apoio da elite intelectual, na qual dependia para o seu reconhecimento como uma “verdadeira” instituição de cultura. Ora, as instituições musicais já existentes não cumpriam com a função de difundir a música erudita? A tal elite intelectual não as reconheciam como “verdadeiras”? Essas sutilezas sugerem que a cultura musical de Porto Alegre ainda precisava ser legitimada.

Com base no projeto apresentado, pode-se avaliar que a Banda Municipal de Porto Alegre era influenciada pelas iniciativas observadas nos grandes centros mundiais, principalmente os europeus, que seria a mais qualificada e sofisticada. Em contrapartida, haveria uma falsa cultura, que era rústica, com pouca sofisticação e realizada por pessoas que supostamente não têm preparo artístico-intelectual, levando a pensar que seria a música popular e/ou a música protagonizada por populares. Essa era indesejada, pois acabava desvirtuando o gosto artístico da população. Frente a tal cenário, inseria-se a importância da criação da banda compreendida como iniciativa de utilidade pública.

A Banda Municipal de Porto Alegre foi arquitetada conjuntamente com a municipalidade, a pedido do próprio Intendente. Não é à toa que, após um mês da divulgação desta proposta na imprensa, o Intendente Otavio Rocha autorizou por ofício sua organização, assim como a abertura de créditos necessários para o empreendimento.¹⁹ Apenas dois meses após a divulgação do projeto, a mesma, já aparentemente formada, realizou um concerto artístico no Theatro São Pedro, em 13 de junho de 1925. Essa apresentação já contava com a presença de seu Maestro-Diretor José Leonardi, que regeu a banda.²⁰ Poucos dias

18 A FEDERAÇÃO. *Op. cit.*

19 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 25 abr. 1925, p. 5. Relembrem-se as datas relacionadas à criação da Banda: o projeto de sua criação foi oficializado em 4 de abril de 1925; o ofício autorizando a sua organização foi expedido pelo Intendente em 23 de abril de 1925; a promulgação da lei que deu a “autorização” ocorreu em 19 de maio de 1925.

20 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 14 jun. 1925, p. 3.

depois, a Banda Municipal realizou, por iniciativa do Intendente Octávio Rocha, um concerto gratuito “dedicado ao povo do 4º Distrito (S. João)”.²¹

Apesar desta surpreendente agilidade, a organização definitiva da Banda Municipal de Porto Alegre demorou mais de um ano para ocorrer, uma vez que seu processo de constituição revelou-se um tanto ambivalente. Em seu projeto de criação estava disposto um protorregulamento interno, no qual se definiam as condições básicas de formação e de atuação da banda.²² Dentre os pontos, destaca-se a orientação de que a Banda seria composta por uma base mínima de 42 instrumentistas, que só seriam admitidos no conjunto por meio de concurso. Atendendo esta condição, foram publicados editais, tais como noticiado no jornal *A Federação* em abril de 1925: “Os instrumentistas, que só serão admitidos na banda mediante concurso, assignarão com a municipalidade um contracto que vigorará por três annos, podendo o mesmo ser prorrogado findo o primeiro praso”.²³ Essa condição, no entanto, não parece ter sido seguida à risca pela municipalidade. Em setembro do mesmo ano este jornal noticiava iniciativas outras: “Banda Municipal – Seguiu, hoje, como noticiamos, para Buenos Aires, Montevideo, Rio e São Paulo, o maestro José Corsi, incumbido pela Intendencia Municipal de contractar instrumentistas para a banda-orchestra da qual é elle organisador”.²⁴

Apesar do referido conjunto já ter atuado publicamente, no ano seguinte foi anunciada pelo jornal *A Federação* a “primeira” audição da “grande banda municipal” realizada no Theatro São Pedro em 13 de junho de 1926, exatamente um ano após sua primeira exibição pública.²⁵ Na divulgação desta atividade, sua composição interna é abordada pelo articulista. Seu regente, o Maestro José Leonardi, era “[...] diplomado pelo real Conservatório de Palermo, sendo possuidor do curso especial de diretor de bandas”.²⁶ Em relação aos instrumentistas, destaca-se: “O elemento componente desta grande banda, foi escolhido por

21 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 21 jun. 1925, p. 5.

22 Descrevendo os direitos, os deveres e as penalidades dos componentes, os deveres dos dirigentes, a classificação dos componentes, além do quadro de graduação e seus respectivos ordenados, segundo A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 8 abr. 1925., p. 4.

23 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 25 abr. 1925, p. 5.

24 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 25 set. 1925, p. 5.

25 Provavelmente, a referência à primeira audição decorre da apresentação da banda com uma formação mais completa, que lhe coube o adjetivo de “grande banda”. Na sequência da matéria, é alertado que o conjunto é composto por 60 instrumentistas, representando todas as famílias de instrumentos adaptados nas grandes bandas europeias, inclusive o contrabaixo de corda.

26 Salienta-se que as capacitações técnicas do maestro regente foi um dos pontos discutidos no projeto de criação da Banda proposto pelos Maestros José Corsi e José de Andrade Neves. Para se diferenciar de outras bandas mais rústicas e limitadas, o regente deveria demonstrar sua capacitação apresentando cursos de harmonia, contrapontos e instrumentação. Ver em A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 8 abr. 1925.

concurso e foi contractado parte no Brasil, em Buenos Ayres e os solistas e primeiras partes, foram contractados na Europa”.²⁷ No mês seguinte, o mesmo periódico divulgou a “primeira” retreta – ou seja, uma apresentação em praça ou via pública – que a Banda Municipal realizaria na Praça Senador Florêncio e detalhou o processo de sua composição interna:

Este conjunto acha-se em organização desde o anno passado e, si sómente, hoje, dará o seu primeiro concerto publico devido as grandes difficuldades encontradas pelo organisador, maestro J. Corsi, o qual necessitou ausentar-se para o estrangeiro, a fim de conseguir elementos para que esse conjunto estivesse á altura do fim por elle traçado. No conjunto desta corporação composta de diversas nacionalidades fazem parte dezesseis professores desta capital, sendo outros contractados em S. Paulo e em Buenos Aires e parte delles vindo da Europa. A instituição da Banda Municipal, além de outros benefícios de caracter cívico e social, vem preencher uma grande lacuna no nosso meio artístico: agora Porto Alegre póde organizar uma orchestra, sem necessitar de elementos de fora, facilitando assim a vinda de boas Companhias mensageiras do gaudio espirital e artistico.²⁸

As justificativas para a demora da organização definitiva estavam anunciadas no periódico oficial: a cidade de Porto Alegre não dispunha do número suficiente de músicos capacitados para as finalidades da Banda. Afinal, entre o regente e seus 60 músicos, apenas 16 eram de Porto Alegre, o que não quer dizer que sejam naturais da região, podendo ser, inclusive, estrangeiros. Os benefícios da Banda, ao lado do caráter cívico e social, também foram festejados: a Cidade não necessitava mais dos “elementos de fora”, pois esses mesmos já estavam contratados.

Provavelmente, os integrantes da Banda Municipal faziam parte das redes de trabalho e de sociabilidade de seu Inspetor. Vale lembrar que o maestro italiano José Corsi dirigia uma das maiores escolas privadas de música, o Instituto Musical de Porto Alegre. Além disso, havia integrado as primeiras diretorias do Centro Musical Porto Alegrense, que reunia alguns dos principais músicos da cidade.²⁹ José Corsi também esteve envolvido com a criação do Centro de Cultura Artística do Rio Grande do Sul.³⁰ A própria definição deste maestro como organizador e Inspetor da Banda Municipal pode ser decorrência desta grande circulação e redes constituídas. Mas este conjunto não foi montado somente através das redes do José Corsi. Papel fundamental desempenhou o maestro José Leonardi, o próprio regente

27 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 10 jun. 1926, p. 5.

28 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 7 jul. 1926, p. 5.

29 Em 1920, ano de fundação do Centro Musical Porto Alegrense, o maestro José Corsi era o vice presidente. Já no ano seguinte, seria eleito presidente. Ver: SIMÕES. *Op. cit.*, pp. 124 e 141.

30 Conforme Julia Simões, seu objetivo básico era difundir o ensino da música no Estado, fundando escolas de música em várias cidades formando um público de concertos e agenciando concertistas nacionais e estrangeiros. Ver: *Ibidem*, p.166.

da Banda. Natural da Itália e nascido em 1880 na província de Catania, Leonardi era trompetista e possuía diploma de professor de instrumentação para banda adquirido no Conservatório de Música de Palermo. Ocupou um cargo de diretor da Banda Municipal de Naso (Província de Messina) antes de se transferir para a América do Sul. Assumiu em 1910 o cargo de diretor da Banda Municipal de Assunção, no Paraguai e, antes de ser contratado por José Corsi para reger a Banda Municipal de Porto Alegre, exerceu a função de solista na Banda Municipal de Buenos Aires. Este ocupou tal cargo na Banda de Porto Alegre até sua aposentadoria em 1950, por ter atingido o limite de idade previsto em lei.³¹ Em outras palavras, o maestro José Leonardi era um especialista em Bandas Municipais, com grande circulação e extensas redes de sociabilidade. Provavelmente as viagens realizadas pelo maestro José Corsi partiram de indicações deste regente.

Somente após atender a formação idealizada, é que a Banda Municipal de Porto Alegre teve sacramentada sua organização de forma definitiva em 27 de agosto de 1926, por meio do Decreto nº 65.³² Conforme o Regulamento Interno, presente na publicação do decreto, eram designadas a seus serviços: duas retretas por semana, sua participação nas comemorações das datas de festa nacional ou estadual e a organização anual de um concerto em benefício de uma instituição de caridade de Porto Alegre. Também foi delimitada que a atuação do conjunto dar-se-ia somente em apresentações de caráter oficial e, ainda, que os solistas da Banda deveriam lecionar seus instrumentos na futura Escola de Música, vinculada a essa instituição.

A relação do poder público com a Banda Municipal pode ser aprofundada através dos Relatórios Anuais redigidos pelo Intendente Otávio Rocha, que eram remetidos ao Conselho Municipal e publicados nas páginas do jornal *A Federação*, veículo oficial do PRR. No relatório de 1926, justifica-se a criação da Banda Municipal anexando o decreto que oficializou sua organização definitiva.³³ Já em 1927, o Intendente avalia seus resultados e a aceitação por parte da população.³⁴ Alguns eventos promovidos pela Banda Municipal também foram mencionados para demonstrar os avanços educativos com o refinamento

31 CORTE REAL. *Op. cit.*, p. 51.

32 O Decreto nº 65, de 27 de agosto de 1926, foi publicado, na íntegra, no mesmo dia em que foi assinado, no jornal *A Federação* de 27 agosto de 1926, na p. 6.

33 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 15 out. 1926, p. 48.

34 Apesar de salientar a procura da população (guiada por sua cultura sofisticada), é indicado que essa erudição era fomentada de forma pedagógica e gradual. O Intendente Octávio Rocha destaca o esforço da Inspeção (responsável pela organização e pela administração da Banda, centralizada na figura de José Corsi) para que os concertos públicos fossem cada vez mais atraentes, organizando “[...] programmas de caracter popular para despertar gradualmente no espirito do publico os principios educativos e didacticos da arte musical”, em A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 15 out. 1927, p. 32.

cultural da população.³⁵ Outro ponto destacado pelo Intendente, ainda no Relatório de 1927, foram as dificuldades apresentadas no coreto da Praça Senador Florêncio, onde ocorriam as retretas públicas, que levava à necessidade de se construir um ambiente adequado e digno para as audições da Banda Municipal. Para isto, um coreto permanente estava em construção e prestes a ser inaugurado na Praça Marechal Deodoro, deixando “Porto Alegre dotada de excelente praça de concertos”.³⁶

Uma caracterização mais detalhada do novo coreto é fornecida no Relatório Municipal de 1928. Nele é exposto que o Auditório Araújo Vianna, esse “elegante coreto”, havia sido construído com cimento armado, circundado por numerosas galerias de bancos “[...] suficientes para acomodar 1.500 pessoas”. Também faziam parte um pequeno jardim, “[...] formado por três ‘par terres’ classicos francezes”, e abundante e moderna iluminação contendo “diversos reflectores da afamada fabrica Zeiss”.³⁷ A cidade de Porto Alegre, a partir de então, dispunha de um espaço digno para o conjunto que portava o nome da cidade. Outros motivos também podem ter influenciado a construção desse novo espaço. Na véspera da inauguração do Auditório Araújo Vianna, o jornal *A Federação* noticiou o desmanche do antigo coreto, situado na Praça Senador Florêncio, e o trabalho de reparação realizado pela Diretoria Geral de Obras “[...] em virtude dos estragos provenientes do estacionamento de populares naquelle local, para assistirem às retretas da Banda Municipal”.³⁸ Os estragos realizados por populares na praça pública dificilmente poderiam voltar a acontecer no novo e moderno espaço.

Esse projeto em torno da Banda Municipal comportou, ainda, outra iniciativa que merece destaque: a Escola de Música. No Relatório Municipal de 1928, é informado que a mesma, inaugurada em 8 de maio de 1928, recebeu o nome de Octávio Rocha em homenagem ao ex-Intendente Municipal falecido naquele ano. Nela já haviam sido matriculados 61 alunos, divididos em duas turmas.³⁹ A organização dessa escola era um ponto central do empreendimento que já estava previsto no próprio projeto de criação da Banda em 1925, apresentado pelos Maestros José Corsi e José Andrade Neves. Porém sua efetivação só

35 É destacado pelo Intendente Octávio Rocha, por exemplo, o concerto realizado na ocasião do centenário da morte de Beethoven, em benefício do monumento construído e dedicado a esse “[...] grande vulto, que irradiou arte sublime”. Conforme o Intendente, com essa atividade, “[...] a Banda Municipal conseguiu reafirmar-se no conceito artistico do nosso ambiente musical, como uma verdadeira instituição de educação artística, justificando, assim, o gasto que sua criação exigiu”. Ver em: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 15 out. 1927, p. 32.

36 *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 15 nov. 1927, p. 33.

37 *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 15 out. 1928, p. 47.

38 *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 18 nov. 1927, p. 5.

39 *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 15 out. 1928, p. 47.

começou a ganhar forma em outubro de 1927, quando o Intendente Octávio Rocha adotou o Regulamento Interno da mesma. Nele está delimitado que a Escola tem por fim formar professores de instrumentos de sopro e percussão, “introduzindo em nosso meio os methodos mais aperfeiçoados das escolas classicas, afim de formar um nucleo de bons instrumentistas nacionaes”, além de difundir “uma verdadeira cultura musical” acessível gratuitamente, “estimulando-lhe o gosto para as instituições de conjunctos bandisticos”.⁴⁰ Mas quem eram os futuros músicos a serem formados nessa escola? O Intendente Octávio Rocha fazia as seguintes considerações sobre a Escola de Música no Relatório Municipal de 1927:

A instituição da Banda Musical comporta a criação da Escola de Musica, para que, no futuro, os componentes da mesma sejam professores nacionaes. Para isso, acha-se já entabulado entendimento com a directoria do Orphanatrophio Santo Antonio do Pão dos Pobres, afim de seleccionar, entre seus alumnos, os elementos mais aptos e que revelem verdadeira vocação musical. Isto não exclue que, por meio de editaes, destinados ao publico em geral, se de entrada a todos os que se achem em condições de admissão. Opportunamente, será organizado o regulamento que servirá de base á referida escola [...].⁴¹

O público alvo era formado por crianças pobres vinculadas ao Orfanatófio Santo Antônio do Pão dos Pobres, que deveriam revelar “verdadeira” vocação musical. Essa instituição ficava localizada na região do Areal da Baronesa, conhecida por sua composição, marcadamente, afrodescendente e também como local privilegiado da música identificada como popular, principalmente através dos incontáveis cordões e blocos carnavalescos que celebravam o Deus Momo pelas ruas da cidade.⁴² Portanto, tratava-se de crianças pobres, possivelmente afrodescendentes, inseridas no universo da cultura popular. A criação da Escola de Música correspondeu, de fato, a um planejado projeto pedagógico. Se, no futuro, os componentes da Banda Municipal seriam os professores nacionais, naquele momento, quem lecionava eram os músicos europeus. Os (futuros) músicos nacionais não poderiam andar por si, precisavam ser guiados por pessoas devidamente capacitadas em direção à “verdadeira cultura musical”. Vale lembrar: a banda comportava uma utilidade pública, apresentando benefícios cívicos e artísticos, e quem deveria ser educada, refinada e sofisticada era a população nacional.

40 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 20 out. 1927, p. 2.

41 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 15 out. 1927, p. 37.

42 Sobre o Areal da Baronesa, ver: MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal: o Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

Até o momento, pode-se acompanhar que a criação da Banda Municipal, assim como a Escola de Música anexa e o Auditório Araújo Vianna, correspondeu a uma política de Estado voltada à difusão da música erudita e à educação artística de sua população. Para sua efetivação, tornou-se necessária uma aplicação significativa de recursos públicos. De acordo com o Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo então Vice-Intendente Alberto Bins em 1928,⁴³ entre a distribuição da despesa ordinária, foi orçado para a Banda Municipal 350:000\$000, despendendo a quantia de 233:043\$280. Já a construção de toda a praça de concerto, designada pelo Intendente Municipal como “obra de arte”,⁴⁴ custou 119:888\$510, o que corresponde a cerca de um terço do orçamento previsto para a manutenção da Banda Municipal, revelando seu altíssimo investimento. De todo modo, os significados desses valores só podem ser dimensionados se forem cruzados com outros gastos públicos presentes no Orçamento Municipal. Para a instrução, por exemplo, foi orçado 225:026\$450, na qual foi despendida a soma de 110:121\$280. Se tomar como parâmetro a distribuição definitiva dos recursos, para os “divertimentos”, foram destinados 400:000\$000, a mesma quantia prevista para a conservação de ruas e estradas e um tanto superior ao que foi destinado à “caridade” (160:000\$000).⁴⁵ Não restam dúvidas de que o empreendimento relacionado à Banda Municipal, com seus custos astronômicos, significou uma das principais iniciativas da municipalidade no campo cultural daquele período. Ao mesmo tempo revela que a vida cultural de Porto Alegre era um tema que despertava a preocupação do poder público e necessitava de uma atuação incisiva.

As justificativas que permearam a criação da Banda Municipal de Porto Alegre, sua peculiar forma de constituição e a necessidade de proporcionar contrapartidas pedagógicas para determinado público, tinham lá suas motivações. A cidade de Porto Alegre já contava com uma escola destinada à educação de crianças pobres, que também lecionava música. Deixe-se que seus objetivos sejam expostos através do Relatório Municipal apresentado pelo então Intendente Municipal José Montauray em 1913:

Com o fim de proporcionar instrução elementar (lêr, escrever e contar) ás crianças pobres, que se occupam no serviço de capina das ruas e outros custeiados pela Intendencia, foi fundada a escola nocturna *Hilario Ribeiro*, em 13 de Maio de 1911 com uma frequênciã de 38 alumnos para uma matricula de 46 e em 30 de junho ultimo essa matricula eleva-se a 222 alumnos com uma frequencia de 190. Desses alunos, 219 era brasileiros e 3 estrangeiros. A sala para esse fim construida já se torna

43 O antigo Intendente Municipal, Otávio Rocha, faleceu em 1928, assumindo, em seu lugar, o Vice-Intendente Alberto Bins.

44 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 15 out. 1928, p. 13.

45 Dados do relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Vice-Intendente Alberto Bins em 15 de outubro de 1928, publicado na Edição 237 do jornal A Federação do mesmo dia, nas páginas 16 e 17.

pequena, obrigando a dividir os alunos em três turmas. A fim de melhor atender-se os trabalhos das aulas, torna-se preciso o aumento da sala, para o que peço a devida autorização. Anexa á essa aula, funcionou outro de musica, inaugurada em Junho do anno próximo findo, sendo organizada uma banda, cujo adiantamento é bem lisonjeiro. Acha-se essa escola sob a inspecção do respectivo sub-intendente, e dá instrucção não só ás creanças como ao pessoal do respectivo posto.⁴⁶

A Escola Hilário Ribeiro foi fundada em 1911 no dia 13 de maio, data amplamente festejada pela comunidade afrodescendente Porto Alegre.⁴⁷ Era composta, basicamente, por brasileiros, ou, se preferirem, nacionais.⁴⁸ A banda de música, por sua vez, foi criada um ano depois da fundação da Escola e era integrada por crianças pobres pertencentes à instituição. Nesse mesmo ano (1912), quando foram distribuídos os “prêmios” oferecidos pela Intendência Municipal aos seus melhores alunos, foi informado, em *A Federação*, que a banda de música dessa instituição tomou parte nas atividades: “O acto será solemne, tocando por esta ocasião a **banda de musica municipal** [grifos nossos], sob a regência do professor Andre Avelino Rodrigues”.⁴⁹ Maiores detalhes sobre esta Banda Municipal são fornecidos no jornal *A Federação*, que divulgava amplamente o projeto pedagógico em torno desta escola:

“[...] Em junho ultimo foi organizada a banda de musica da escola, com elementos exclusivamente tirados dela, sem que, note-se bem, nenhum dos meninos nella aproveitados já tivessem recebido quaisquer noções da respectiva arte. Pois essa foi a banda com que nos encontramos hontem. Vel-a no seu correctissimo uniforme de brim kaki, elegantes bonets e botinas amarelas, empunhando excelente instrumental aqui fabricado já era um prazer. Ouvi-la, não era possível fazel-o sem verdadeiro entusiasmo, pela correcção e garbo com que aquelles trinta e quatro minúsculos músicos executavam sugestivas musicas da Patria”.⁵⁰

A referência a este conjunto vinculado à Escola Hilário Ribeiro como Banda Municipal também esteve presente em documentos oficiais. Os Recenseamentos Municipais publicados durante as décadas de 1910 e 1920, fora trazerem dados estatísticos de Porto Alegre, serviam também para divulgar a cidade apresentando características de sua geografia,

46 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 27 nov. 1913, p. 4.

47 Sobre as comemorações da liberdade, através do jornal *O Exemplo*, ver: ZUBARAN, Maria Angélica. “Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas”. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 27, pp. 161-187, jul. 2008.

48 Essa composição interna, formada basicamente por nacionais permaneceu nos anos seguintes. No Relatório de 1915 foi informada a matrícula de 250 alunos, dentre os quais, 246 eram brasileiros; três, portugueses; e, completando a soma, um árabe. Ver: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 26 nov. 1915, p. 4.

49 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 16 set. 1912, p. 2.

50 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 17 fev. 1913, p. 1.

população, construções prediais, atividades artísticas, entre outros fatores que pudessem demonstrar o seu progresso e a representar como uma cidade moderna. No Recenseamento de Porto Alegre para o ano de 1917,⁵¹ o escriturário Azevedo Lima destaca a iniciativa do Município em manter escolas noturnas. Ao descrever a Escola Hilário Ribeiro destaca que fornece aulas “de musica com cujos alumnos formou-se a excellente banda denominada Municipal, tão elogiada sempre que se faz ouvir por ocasião de memoraveis datas”. Neste intento, a Banda Municipal vinculada à Escola Hilário Ribeiro marcou presença valorizando principalmente a preocupação do Poder Público com os grupos sociais desprivilegiados, ou nas palavras do recenseador Azevedo, a preocupação da “alma benfazeja da administração municipal” com a “infância desvalida”.⁵²

Mantida pela municipalidade, a Escola Hilário Ribeiro incluía-se em um importante projeto político da Prefeitura que lhe dava visibilidade e que era amplamente divulgado nos Relatórios Municipais e páginas do jornal *A Federação*. Seguidamente, ela também era utilizada como exemplo da Administração Municipal frente a ilustres visitantes, que eram conduzidos pelo Intendente José Montaury às dependências da Escola Hilário Ribeiro.⁵³ Recebia elogios até dos jornais opositores ao Partido Republicano Riograndense, do qual *A Federação* era o órgão oficial.⁵⁴ A antiga Banda Municipal, por sua vez, tinha uma ampla atuação pública. Participou com frequência, por exemplo, das homenagens póstumas a Júlio de Castilhos, antiga liderança política do PRR;⁵⁵ realizou também retretas no coreto situado na Praça Senador Florêncio (o mesmo que não era compatível com a Banda Municipal de 1925), durante a celebração do Sete de Setembro;⁵⁶ visitava ainda o jornal *A Federação* nas comemorações de aniversários desse periódico.⁵⁷ Em suma, a Escola Hilário Ribeiro e sua

51 LIMA, Olímpio de Azevedo. *Resultado do recenseamento da população e outros apontamentos do município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1917.

52 *Ibidem*, p. III.

53 Na visita do Deputado pelo Estado do Paraná Correa de Freitas a Porto Alegre, em 1914, o Intendente José Montaury levou-o para conhecer espaços representativos do progresso da Cidade, entre eles, a Usina Termoeletrica do Gasômetro e a própria Escola Hilário Ribeiro, segundo *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 20 fev. 1914, p. 3. Em outra situação, uma missão esportiva uruguaia de futebol visitou Porto Alegre em 1913, e, dentre sua longa agenda social programada, o mesmo Intendente levou-os para conhecer a estrutura da mesma escola, segundo *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 18 nov. 1913, p. 6.

54 Em 1913, o jornal *Correio do Povo*, de orientação liberal, após críticas cotidianas à Administração Municipal, dirigiu fartos elogios à iniciativa do Intendente José Montaury, que, prontamente, foram republicados em suas páginas, em *A FEDERAÇÃO*. Porto Alegre, 6 jun. 1913, p. 2.

55 *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 30 jun. 1913, p. 4; *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 14 jul. 1914, p. 1.

56 *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 8 set. 1915, p. 4.

57 Em uma dessas visitas, o maestro da antiga Banda Municipal, Honorato Rosa, recebeu uma batuta de ébano de um dos seus redatores, executando em seguida o Hymno Rio-Grandense, tendo a “apreciada banda” recebido fartos elogios, em *A FEDERAÇÃO*. Porto Alegre, 3 jan. 1915, p. 10.

banda de música corresponderam a importantes instituições criadas e mantidas pela municipalidade e que participaram ativamente da vida social, cultural e política de Porto Alegre.

Sobre esta antiga Banda Municipal, pode-se lançar algumas perguntas pertinentes: Quem eram seus regentes? Que tipo de música se ensinava em suas dependências? Conforme o Relatório Municipal de 1917, publicado no jornal *A Federação*, foi informado que as aulas de música ocorridas na Escola Hilário Ribeiro eram ministradas pelo Maestro Honorato Rosa, sendo auxiliado pelo Maestro André Avelino Rodrigues.⁵⁸ O Honorato Rosa era um maestro, branco,⁵⁹ que nasceu em torno de 1880⁶⁰ e faleceu em 1925. Além de ser o regente da Banda Municipal, sabe-se que, em 1921, Honorato Rosa era operário de segunda classe do Arsenal de Guerra.⁶¹ Em relação ao contramestre da antiga Banda Municipal, André Avelino Rodrigues, sabe-se que quando faleceu em 1918, o jornal *A Federação*, em seu registro mortuário, informou que esse musicista era solteiro, pardo, natural do Rio Grande do Sul e que estava internado no Hospital da Santa Casa, sucumbindo aos 40 anos de idade.⁶² André Avelino Rodrigues também trabalhou em algumas instituições públicas que contavam com banda de música.⁶³

Esta Banda Municipal tinha um maestro branco e um contramestre pardo que eram músicos com formação em instituições militares e não nos métodos das escolas clássicas. O ensino ministrado por esses maestros às crianças pobres provavelmente acompanhava o repertório musical presente nas próprias bandas e instituições militares que integraram. A antiga Banda Municipal, portanto, parece executar e difundir um repertório musical mais

58 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 20 nov.1917, p. 31.

59 Em duas situações, na seção obituária do jornal *A Federação*, foi informado o falecimento de um filho e uma filha de Honorato Rosa constando, respectivamente, “Ely, filho de Honorato Rosa, deste Estado, branco, 1 anno” e “Grazilda, filha de Honorato Rosa, deste Estado, branca, 41 mezes”, em A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 26 fev. 1904, p.2. e A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 14 fev. 1907, p. 2.

60 Em meio ao cadastramento de registro eleitoral publicado no jornal *A Federação* em 1902 é informado que Honorato Rosa era casado, professor e contava com 23 anos de idade, em A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 21 jul. 1902, p. 4.

61 Essa informação provém de um comunicado de licença de seis meses concedido pelo Ministro da Guerra à Honorato Rosa, publicado no jornal *A Federação* (A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 23 nov. 1921, p. 4). Foi através dessa mesma instituição que o comando da 3ª Região Militar solicitou as providências de inspeção de saúde para fins de aposentadoria de Honorato Rosa em 1925, pouco antes de falecer. Ver: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 30 jan. 1925, p. 3.

62 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 1º nov. 1918, p. 2.

63 Em 1909 seu nome figurava no Diário Oficial, reproduzido nas páginas de *A Federação*, em uma lista informando os nomeados para integrar a Guarda Nacional. Entrou para 76º Batalhão de Infantaria do Estado Maior, nomeado na 4ª Companhia como alferes. Ver: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 5 ago. 1909, p. 1.

heterogêneo do que foi proposto pela Escola de Música Octávio Rocha vinculada à Banda Municipal de 1925.⁶⁴ Estas nuances, que constituíram um dos principais argumentos de criação da Banda Municipal de 1925, não pareciam, por sua vez, ter o mesmo valor para a municipalidade ao longo da década de 1910.

A antiga Banda Municipal não foi contemporânea à outra Banda Municipal criada pelo Intendente Octávio Rocha em 1925. O Contramestre da banda da Escola Hilário Ribeiro havia falecido em 1918, já o Maestro Honorato Rosa faleceu justamente em março de 1925,⁶⁵ pouco antes de o Intendente Municipal solicitar a criação de uma “nova” Banda Municipal. Embora não se tenham subsídios para afirmar com segurança, toda a coincidência entre as datas sugere que a Banda Municipal só pôde ser levada a cabo após o falecimento de seu antigo mestre. Provavelmente, a aversão manifestada pelos organizadores da Banda Municipal de 1925, José Corsi e José Andrade Neves, a regentes sem preparo intelectual adequado estava direcionada aos antigos professores da banda de música vinculada à Escola Hilário Ribeiro. A criação da Escola de Música Octávio Rocha, por sua vez, parece corresponder a uma compensação aos objetivos da antiga Banda Municipal, que era focada no ensino de música para crianças pobres.

O projeto em torno da Escola Hilário Ribeiro, assim como a Banda Municipal vinculada a ela, parece perder importância para o poder público ao longo da década de 1910. A denominação desta Banda como Municipal está atrelada ao início das atividades dessa instituição, passando a ser referida apenas como Banda da Escola Hilário Ribeiro. Após a metade desta década, diminui gradativamente sua presença nas páginas do jornal *A Federação* e dos próprios Relatórios Municipais. Entretanto esse quadro se inverte, quando localiza-se sua presença, descrita como Banda Municipal, até início da década de 1920 no jornal *O Exemplo*, principal periódico da comunidade afrodescendente neste período.⁶⁶ Em suas

64 Pode-se acompanhar um pouco deste repertório na descrição das festas em comemoração ao terceiro aniversário de sua fundação, quando ocorreram diversas apresentações de seus alunos, incluindo os que integravam a dita banda. Nessa ocasião, parte do repertório foi mencionada pelos articulistas de *A Federação*, da qual destacam-se (conforme está descrito na fonte): “Aria Ravasa, Travista” (Verdi); “Prelúdio da Cavalaria Rusticana” (Mascagni); e “Ave Maria do Guarany” (Carlos Gomes). Mas a Banda Municipal vinculada à Escola Hilário Ribeiro também difundia e/ou ensinava outras formas musicais, além de temas da música erudita. Nesta mesma comemoração de aniversário, entre as apresentações de números musicais, um aluno apresentou a peça “Meu Boi” descrita como “cançoneta popular”. A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 14 maio 1915, p. 5.

65 O EXEMPLO, Porto Alegre, 1º mar. 1925, p. 2.

66 Sobre o jornal *O Exemplo*, ver: SANTOS, José Antônio. *Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011; ZUBARAN, Maria Angélica. “O acervo do jornal *O Exemplo* (1892-1930): Patrimônio cultural afro-brasileiro”. In: *Revista Memória em Rede*. V. 5, pp. 1-16, 2015.

páginas, fica claro que a antiga Banda Municipal, junto com seus Maestros Honorato Rosa e André Avelino Rodrigues, estabelecia uma relação de proximidade com espaços de referência da população afrodescendente, como em alguns festejos populares. Por exemplo, este periódico ao descrever a Festa de Nossa Senhora do Rosário em 1919, destaca algumas bandas que se vincularam às comemorações. Ao lado de algumas bandas militares, marcou presença a “Banda da Intendencia Municipal, regida por Honorato Rosa” e a Banda Lyra Oriental, esta última integrada por músicos afrodescendentes.⁶⁷ O Maestro Honorato Rosa, por sua vez, regeu no início da década de 1920 o Cordão Carnavalesco União da Empresa, que também estabelecia uma relação próxima com o jornal *O Exemplo*.⁶⁸

Estas relações de proximidade estavam longe de serem superficiais. Quando o contramestre da antiga Banda Municipal André Avelino Rodrigues faleceu em 1918, o jornal *O Exemplo* realizou uma cobertura da missa de réquiem destacando o comparecimento de diversas autoridades civis e militares, entre elas o Intendente Municipal. Também estiveram presentes representantes da Banda Lyra Oriental, da sociedade Floresta Aurora e do próprio jornal mencionado.⁶⁹ A própria Banda Municipal vinculada à Escola Hilário Ribeiro também estava inserida na rede de associações civis da comunidade afrodescendente participando de alguns eventos.⁷⁰ Em 1920, por exemplo, o jornal *O Exemplo* noticiou que a Sociedade Floresta Aurora organizou um festival de variedades em comemoração à data de 28 de setembro (promulgação da Lei do Ventre Livre), ocorrido em sua sede social. Entre apresentações teatrais e musicais, esteve a “[...] banda municipal, sob a regencia do nosso amigo Honorato Rosa, que gentilmente associou-se ao festival”.⁷¹ As relações do maestro Honorato Rosa com esta sociedade civil constituída por afrodescendentes, a principal de Porto Alegre neste período, eram mais profundas e de longa data. Em 1904 o jornal *O Exemplo* noticiou que este maestro havia composto uma marcha denominada Floresta Aurora em homenagem à referida Sociedade que seria executada pela Banda de Música do Arsenal de Guerra.⁷² Em suma, a antiga Banda Municipal, junto de seus Maestros Honorato

67 O EXEMPLO, Porto Alegre, 12 out. 1919, p. 2.

68 O EXEMPLO, Porto Alegre, 26 fev. 1922, p. 2.

69 O EXEMPLO, Porto Alegre, 22 dez. 1918, p. 2.

70 Sobre as associações civis negras, ver: MULLER, Liane Susan. *“As contas do meu rosário são balas de artilharia”*: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999; SILVA, Fernanda Oliveira. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

71 O EXEMPLO, Porto Alegre, 3 out. 1920, p. 3.

72 O EXEMPLO, Porto Alegre, 24 jul. 1904, p. 2.

Rosa e André Avelino Rodrigues, estabelecia uma significativa relação de proximidade com espaços de referência da população afrodescendente, principalmente através de suas associações civis e veículos de expressão.

Ora, leitor, a cidade de Porto Alegre teve duas Bandas igualmente Municipais que representam uma mesma cidade, porém complementemente diferente uma da outra. Não restam dúvidas que estes conjuntos musicais eram fundamentalmente diferentes um do outro, tanto em sua composição como em seus objetivos. De todo modo, ambos reproduziram projetos políticos agenciadas pelo poder público relacionados à música, a cidade e sua população. Os integrantes da antiga Banda Municipal não eram músicos profissionais, não eram italianos e não foram contratados em países estrangeiros. Ela era formada por crianças e alguns adultos pobres, que trabalham para a Intendência Municipal, principalmente na capinação das ruas. Eram basicamente todos brasileiros e, provavelmente, com muitos afrodescendentes em seus quadros. Por sua vez, a maneira como a Banda Municipal de 1925 fez-se representar, composta em sua maioria por músicos estrangeiros e destinada a difundir a “verdadeira cultura musical”, não faz jus às experiências anteriores da própria cultura musical de Porto Alegre. Esta havia sido, portanto, (re)criada com toda pompa e alto investimento pela municipalidade em 1925, sem que sua origem pobre e, em parte, afrodescendente, fosse valorizada.

Essas discussões a respeito da constituição racial da população, bem como sua relação com o processo de civilização, permeavam o contexto no qual foi elaborada a (re)criação da Banda Municipal, compreendida aqui como uma política pública. No Recenseamento Municipal de 1922, por exemplo, o escriturário Olimpio de Azevedo Lima, ao descrever a população estimada em 226 mil habitantes,⁷³ destaca sua naturalidade: os italianos com mais de 12 mil almas, seguido dos alemães com mais de 10 mil, seguido dos portugueses e espanhóis, com mais de 6 mil e 3 mil almas respectivamente. Fora estes, a cidade contava com mais de 5 mil moradores de outras regiões, incluindo, conforme apontamentos do recenseador, “os Africanos, cuja raça está desaparecendo entre nós, com 66 almas”.⁷⁴

A permanência de interpretações sobre a formação e a caracterização do Rio Grande do Sul baseadas nos pressupostos do racismo “científico”, por sua vez, estão longe de serem especificidades da virada do século XIX para o XX. Jorge Salis Goulart, por exemplo, publicou seu livro em 1927, logo após a criação da Banda, e chama atenção por suas formulações calcadas no racismo científico.⁷⁵ O autor acreditava na progressiva diminuição da

73 Esta população está distribuída em três regiões: zona urbana com 173.230 habitantes; zona suburbana com 31.230; e zona rural com 21.448. Destas regiões, pelo o que conhecemos hoje como Porto Alegre, compreende basicamente as duas primeiras zonas, sendo que a rural corresponde a outros municípios que estavam sob jurisdição da capital.

74 LIMA. *Op. cit.*, p.20.

75 GOULART. *Op. cit.*

população afrodescendente, através da apuração sanguínea das qualidades inatas das raças ditas superiores “no cadinho misterioso das seleções étnicas”. Dialogando com a teoria do branqueamento de Oliveira Vianna, o autor argumenta que o grande contingente de raça branca (“na sua maioria ariana”) fundida com um menor coeficiente de sangue indígena e, em menor escala ainda, com o sangue africano, constitui o principal elemento que distingue a composição étnica da população gaúcha frente às demais regiões brasileiras. O Rio Grande do Sul configurava, portanto, um caso exemplar da mestiçagem e do branqueamento. Conforme o autor:

O Rio Grande do Sul está num clima ideal para o desenvolvimento da civilização. Tudo contribuirá para que o aceleração dessa progressão seja cada vez maior. Possuindo uma das grandes populações mais brancas do Brasil, dotado de condições meteorológicas excelentes, todos os fatores convergem para o engrandecimento do nosso futuro. Com o aumento da população, com o desenvolvimento do progresso, esse mesmo desenvolvimento acelera ainda mais a civilização que só encontra estímulos favoráveis num clima revigorante e numa raça superior.⁷⁶

As considerações de Salis Goulart sobre a formação populacional e social do Rio Grande do Sul demonstram como as apropriações de teorias científicas raciais se relacionaram com a construção e consolidação de uma identidade regional que privilegiou a presença dos descendentes de imigrantes europeus, em detrimento de outros grupos étnicos. Ao mesmo tempo, evidencia como essas ideias postuladas por certa elite letrada também marcaram presença nas relações cotidianas. Afinal, a recriação da Banda Municipal acompanhou uma política de modernização da cidade e compreendeu mais um capítulo dos esforços ideológicos de construção de determinada identidade regional branca e europeia. Para fundamentar tal imagem, era preciso invisibilizar, principalmente, a participação da população afrodescendente, compreendida, por esses mesmos referenciais, como inferior. Ao mesmo passo, era necessário que as instituições representativas da cidade acompanhassem o que estava apregoado por essa literatura embasada no racismo científico. A Banda Municipal de 1925, notadamente italiana e executando a música erudita, materializava essas considerações ideológicas.

O projeto de modernização cultural de Porto Alegre envolvendo a (re)criação da Banda Municipal, a fundação da Escola de Música Octávio Rocha e a construção do Auditório Araújo Viana não era iniciativa que angariava somente simpatias. Embora contasse com o apoio da intelectualidade local e da elite letrada, conforme solicitado por José Corsi no projeto de sua criação, a boa recepção a essas ações não era unânime. Veja-se, por exemplo, a

⁷⁶ *Ibidem*, p. 194.

matéria publicada, em dezembro de 1928, no jornal *O Exemplo*, denominada “Jacobinismo Musical – sempre o maldito preconceito”. Em seu primeiro parágrafo, é destacado que o jornal *Diário de Notícias*⁷⁷ iniciou uma campanha “contra o singularismo absurdo de serem os nossos compatriotas, mormente os homens de cor, systematicamente, afastados da celebre Banda Municipal”. A denúncia em torno da discriminação étnica passava tanto pelo afastamento dos “homens de cor” da Banda Municipal como pela sua composição marcadamente italiana, que, para os redatores do jornal *O Exemplo*, estava transformando o “Auditorium Araujo Vianna num verdadeiro “Consulado Symphonico... Calabrez!”.⁷⁸

A Banda Municipal de Porto Alegre criada em 1925 também dialogava com orientações ideológicas em definição naquele momento que podem ajudar a perceber o elevado número de italianos, bem como a não aceitação de “homens de cor” em seus quadros. Seus principais responsáveis, Maestros José Corsi e José Leonardi, estavam envolvidos com a fundação do “Grupo Fascista Porto Alegrense” em 1926.⁷⁹ É difícil precisar quais eram os contornos deste recém criado grupo. De todo modo, este mesmo periódico do PRR, destacou que a “secção fascista” de Porto Alegre era formada por “entusiastas da direcção que Benito Mussolini deu á reorganisação das cousas publicas da Italia”. Foi sublinhado que o delegado geral dos “Fascios dos Estados Unidos do Brasil” nomeou, por officio, o professor José Corsi como “fiduciario do fascio de Porto Alegre”.⁸⁰ O maestro José Corsi, em março de 1927, pede demissão do cargo de presidente do Grupo Fascista Porto Alegrense.⁸¹ O maestro José Leonardi, por sua vez, continuava ativo neste grupo e em outros acontecimentos relacionados ao fascismo em Porto Alegre. Em outubro de 1928, por exemplo, “Giuseppe Leonardi” empenhou seus conhecimentos musicais, além de algumas composições próprias, nas comemorações do sexto aniversário da marcha dos fascistas sobre Roma.⁸²

77 O jornal *Diário de Notícias*, de orientação liberal, foi fundado em 1925 e circulou até 1979. Foi este periódico um impulsionador do movimento literário modernista no Rio Grande do Sul.

78 O EXEMPLO, Porto Alegre, 10 dez. 1928, p. 1.

79 Em junho de 1926 o jornal *A Federação* noticiou que em uma reunião, realizada na sede do “Comite Dante Alighieri” e organizada por membros da colônia italiana domiciliada em Porto Alegre, foi resolvido “fundar-se o ‘Grupo Fascista Porto Alegrense’ que ja conta com muitos socios”. O primeiro presidente eleito foi o maestro José Corsi. Na semana seguinte, o mesmo periódico noticiava que mais de 50 pessoas compareceram a dita reunião e que fora nomeada uma comissão de sindicância para analisar os pedidos de admissão, dentre os quais estavam os maestros José Corsi e José Leonardi. Ver em: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 12 jun. 1926, p. 5; e A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 19 jun. 1926, p.5.

80 Nesta matéria ainda é reproduzido um telegrama que o maestro Corsi, nessas ocasiões Giuseppe e não José, remete ao Mussolini destacando contrariedade aos ataques sofridos pela liderança e afirmando a confiança de alma e coração dos fascistas de Porto Alegre: “S. E: Benito Mussolini, Roma – Fascisti Porto Alegre indignatti ripatersi vigliacchi attentati vostra idolatrata persona vi ippotecano anima e cuori. – Giuseppe Corsi, fiduciario.” Ver: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 14 set. 1926, p. 5.

81 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 12 mar. 1927, p. 4.

82 A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 30 out. 1928, p. 4.

Retornando ao artigo publicado no jornal *O Exemplo*, são realizadas diversas considerações do articulista sobre o processo de exclusão de músicos afrodescendentes, publicando, em seguida, a matéria veiculada no periódico que iniciou a campanha. Nela, o *Diário de Notícias* explicita que: “Como é sabido, uma parte dos musicos brasileiros é daquela corporação systematica e deliberadamente excluida, pois que se não admitte nella o acesso aos homens de cor.” Foi argumentando que o “homem de cor” pode ocupar qualquer cargo no Brasil, inclusive os mais elevados na alta magistratura, no parlamento, na oficialidade das instituições militares e no professorado das escolas de ensino superior. No entanto, este não pode fazer parte da referida banda, “para a qual se importam do estrangeiro até os tocadores de bombo e tambor”. Este jornal reivindicava que o Conselho Municipal de Porto Alegre tomasse medidas que coibissem esta exclusão e sugere que, ao menos, um terço dos músicos da Banda Municipal fosse constituído, por meio de cotas, por “nacionaes”.⁸³

O jornal *O Exemplo*, por sua vez, louvava a iniciativa do *Diário de Notícias*, que “[...] rompeu com energia o seu patriotico fogo contra esse inqualificável preconceito”, e anunciava sua participação nesta “nobre campanha” realizada “com o mais seguro e justo dos criterios”, tendo em vista que a denúncia e o combate de práticas discriminatórias correspondiam a “[...] razão de sua existencia, na justa defeza dos homens cujos direitos lhe incumbe sustentar”. Em sua arguição, o jornal *O Exemplo* optou por denunciar a indiferença do Intendente Municipal em aprovar tacitamente, com o seu silêncio, “esse atentado à nossa soberania de povo livre” e destacou as participações e contribuições da população afrodescendente para as conquistas “civilizatorias de sua Pátria”:

No entretanto, não só na musica como em todas as Artes, na Sciencia, na Industria e no Commercio; o Brasil tem assombrado o mundo com os seus grandes homens, os quaes, sem distincção de raças ou de origens foram, são e serão coeficentes maximos na conquista da civilisação. Deixando de parte as figuras legendarias do Barão de Cotegipe, João Alfredo, Marcilio Dias, José do Patrocinio e tantos outros, varões illustres, que tanto honraram a sua Patria, apezar de homens de cor, é de assignalar que por maior que sejam as aptidões musicaes do maestro Leonardi, elle não conseguirá apagar a gloria excelsa de Mendanha, Lino Carvalho, Lino Hermogenes, o velho João Bandeira, Pedro Borges e tantos outros professores de musica que tanto honraram o Brasil e o Rio Grande do Sul, seu berço amado!⁸⁴

A tônica da argumentação do articulista do jornal *O Exemplo* girava em torno da participação de ilustres “homens de cor” que realizaram importantes contribuições para

83 *Diário de Notícias* de 6 de novembro de 1928, citado por O EXEMPLO, Porto Alegre, 10 dez. 1928, p. 1.

84 O EXEMPLO, Porto Alegre, 10 dez. 1928, p. 1.

desenvolvimento e a honradez da Nação, auxiliando para a construção da civilização. Para o caso específico, os redatores estavam reivindicando o reconhecimento de uma cultura musical desenvolvida localmente por maestros nacionais, dentre eles alguns músicos afrodescendentes. Independentemente da origem étnica dos musicistas mencionados, fica clara a manifestação de aversão à predominância de estrangeiros na Banda Municipal, centralizados na figura do maestro italiano José Leonardi, assim como a inconformidade com o não reconhecimento das contribuições da população nacional. Nesse direcionamento, o articulista menciona que “[...] podem os privilegiados estrangeiros da Municipal, continuarem a ganhar, nababescamente, o suor do Povo gaúcho, mas respeite-o como tem o dever indeclinável de fazê-lo!”.⁸⁵

O que estava em discussão e à prova eram projetos civilizatórios protagonizados por diferentes grupos étnicos. Através da Banda Municipal, é possível perceber que, para a municipalidade e a elite letrada que a apoiava, o processo de civilização da cultura musical cabia às populações de origem europeia, notadamente italianos, tendo suas duas principais lideranças vinculadas a grupos fascistas. Para as lideranças afrodescendentes, por sua vez, a conquista dessa civilização não poderia ocorrer com distinção de raças e origens, por isso, reivindicavam o reconhecimento de sua contribuição e da cultura musical legada por antigos instrumentistas e maestros nacionais. Os redatores do jornal *O Exemplo*, ao defender a presença de músicos “de cor” na Banda Municipal, não estavam aceitando aquilo que Fernando Henrique Cardoso⁸⁶ chamou de “ideal de branqueamento” (a assimilação de práticas e valores da sociedade branca e burguesa) como forma de mobilidade social, afastando-se de uma reação crítica denominada pelo mesmo autor como “ideologia da negritude”. O objetivo não era reivindicar a presença de músicos negros no espaço do branco, copiando seus padrões culturais. A questão girava em torno do combate à própria tentativa de branqueamento, que era diretamente questionada com a presença de músicos

85 *O EXEMPLO*, Porto Alegre, 10 dez. 1928, p. 1. Relembra-se que esses músicos estrangeiros, principalmente os italianos, ocupavam os principais cargos da Banda Municipal. Em primeiro lugar, a regência da orquestra, desempenhada pelo maestro italiano José Leonardi, seguido dos solistas e primeiras partes, contratados na Europa, a quem cabia lecionar música na Escola vinculada à Banda Municipal.

86 O conhecido trabalho de Fernando Henrique Cardoso sobre as relações raciais no Rio Grande do Sul, vinculado à Escola Paulista de Sociologia, visava contrapor a ideologia da democracia racial elaborada na década de 1930 e denunciar o preconceito, a discriminação racial e a exclusão dos afrodescendentes da sociedade de classes. Fernando Henrique Cardoso destaca que é possível distinguir “dois tipos básicos e polares de ajustamento dos negros à nova ordem de classes”. No primeiro caso, trata-se de uma aceitação do “ideal de branqueamento” como forma de mobilidade social pautada na assimilação de práticas e valores da sociedade branca e burguesa, gerando, por sua vez, um afastamento e uma hierarquização com os setores mais pobres da comunidade afrodescendente. Já a segunda alternativa, trata-se de uma reação crítica frente a alienação e espoliação social a que havia sido reduzido na sociedade de classes que Cardoso denominou como uma tentativa de formação de uma “ideologia da negritude”. CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 4ª ed., São Paulo: Paz e Terra. 1997 [1962], pp. 278, 279.

afrodescendentes tocando música erudita na Banda Municipal, que se pretendia europeia. A reação de lideranças negras através do jornal *O Exemplo* frente este processo denominado como “Jacobinismo Musical” demonstra uma atuação política nas discussões sobre esta mesma identidade social e cultural local, reivindicando seus direitos de cidadania.

O fato das lideranças negras vinculadas ao jornal *O Exemplo* estarem reivindicando um espaço tradicionalmente vinculado a setores privilegiados, não os afastava de uma construção de identidades étnicas positivas e combativas aos mecanismos de exclusão e de preconceito racial. Culturalmente também não significava um distanciamento de formas artísticas identificadas como populares.⁸⁷ Stuart Hall compreende que a cultura popular não são, num sentido “puro”, as tradições populares de resistência aos processos de moralização dos grupos populares nem as formas que as sobrepõem, mas, sim, o terreno sobre a qual as transformações são operadas. Para o autor os repertórios da cultura popular negra eram formados parcialmente por suas heranças e também determinados criticamente pelas condições diaspóricas onde as conexões foram forjadas. Por meio da apropriação, cooptação e rearticulação seletivas de ideologias, culturas e instituições europeias, ao lado de um patrimônio de origem africana, é que, para o autor, se elaboram formas culturais híbridas.⁸⁸ Já Peter Wade, ao estudar a música popular e música negra na Colômbia, nas primeiras décadas do século XX, destaca que essas têm que ser compreendidas em seus contextos históricos mutáveis. O autor também enfatiza como os negros colombianos utilizaram uma ampla variedade de fontes culturais, sejam elas africanas, sejam europeias ou indígenas, para criar novas formas identificadas como negras no contexto colombiano.⁸⁹ Paul Gilroy, por sua vez, destaca que a experiência compartilhada na escravidão e na emancipação compreende o principal elemento das identidades negras inseridas no processo diaspórico.⁹⁰ Essa noção de diáspora ultrapassa as perspectivas nacionais e conecta variadas experiências frente à dispersão das populações de origem africana nas Américas, no Caribe e na Europa. É a partir das experiências das lutas contra a discriminação racial que se delimita politicamente a identidade cultural dos negros no Ocidente, também marcada por processos de interconexões culturais diversos.

87 Para aprofundar estas discussões no contexto da Primeira República em Porto Alegre, ver: BOHRER. *Op. cit.*

88 HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 343.

89 WADE, Peter. “Compreendendo a ‘África’ e a ‘negritude’ na Colômbia: a música e a política da cultura”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 25, n. 1, pp. 145-178, 2003, pp. 174-175.

90 GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: a modernidade e a dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Cândido Mendes, 2001.

Em Porto Alegre, no período da Primeira Republica, a noção de música erudita e popular transitava por um terreno movediço e apresentou tentativas de legitimação um tanto variadas, inserindo-se no dinâmico campo de disputas que visam demarcar tanto as formas de dominação como as formas de resistências. Pode-se avaliar que a proposta levada a cabo com a criação da Banda Municipal de Porto Alegre em 1925 de elaborar uma representação da cultura musical (e social) assentada na contribuição de músicos estrangeiros difundindo a erudição europeia não vingou materialmente. O sonho dourado de ter a Banda Municipal de Porto Alegre, concebida para suprir as necessidades artísticas de uma cidade em franco crescimento, quase se extinguiu poucos anos depois, com a morte de Otávio Rocha, em 1928, o grande responsável por sua criação. Conforme Corte Real, em 1931, transcorridos os cinco anos firmados no contrato que constituiu essa banda, o novo governante municipal, o Intendente Alberto Bins, considerou muito dispendiosa a sua manutenção, cogitando sua extinção. Apesar de seus altos custos, a Banda Municipal de Porto Alegre não encerrou suas atividades poucos anos após ser criada, mediante a interferência de José Antônio Flores da Cunha, que, no momento, ocupava o cargo de Governador do Estado.⁹¹ A solução acordada foi a manutenção da Banda Municipal, porém com redução de seus custos e, conseqüentemente, diminuição do número de integrantes. O próprio Corte Real destaca que, após o vencimento de seu primeiro contrato, em 1931, a Banda Municipal passou a existir em “condições precárias”, o que induziu à deserção de alguns músicos, e apresentou uma progressiva diminuição no número de componentes até o momento de sua fusão com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, em 1953.⁹² Por outro lado, os significados políticos que acompanharam a criação da Banda Municipal (1925) é, de certo modo, vencedor ao estar vinculado a uma noção de identidade regional cristalizada no senso comum que privilegia uma sociedade branca formada, prioritariamente, por portugueses, alemães e italianos.

Frente às variadas histórias da Banda Municipal naquele momento, evidenciou-se que as disputas sobre a cultura musical local esteve intimamente ligadas à questão étnico-racial, gerando uma divisão entre uma cultura erudita ou civilizada vinculada aos brancos em oposição a uma cultura popular ou rústica vinculada aos afrodescendentes. Sua recriação mostra um processo semelhante ao descrito por Lucas: o protagonismo de músicos estrangeiros e a preocupação com a definição da erudição europeia como verdadeira cultura musical, contando com o incentivo do poder público e de grupos privilegiados. Junto à

91 CORTE REAL. *Op. cit.*, p. 55.

92 A Banda Municipal contou com 60 componentes do momento de sua criação até 1931, quando venceu o primeiro contrato firmado, e a mesma quase foi extinta. Não se sabe quantos instrumentistas atuaram após esse episódio, mas, em 1949, quando a banda foi reestruturada, estava previsto uma formação com 30 componentes, fora o maestro e o contramestre. No momento de encerramento de suas atividades, em 1953, a banda contava com apenas 15 integrantes. CORTE REAL. *Op. cit.*, pp. 55-62.

efetivação dessa iniciativa, e também como consequência, houve uma política de exclusão dos músicos “de cor”, que foram afastados e impedidos de pertencer à referida banda, revelando a seleção étnica dos instrumentistas que participaram desse processo civilizacional, privilegiando os músicos estrangeiros. Tal perspectiva correspondeu a mais uma faceta do projeto ideológico de branqueamento social e cultural. Estes projetos modernizadores e branqueadores, tal como foi a recriação deste conjunto musical, não estavam somente dedicados à tentativa de suplantar manifestações culturais vinculadas aos grupos populares e aos afrodescendentes. Também procurava-se estabelecer a própria legitimação da maneira como desejavam representar-se. Estas sensibilidades elitizadas embasaram também os discursos oficiais e tiveram o apoio das “elites intelectuais”, conforme solicitou José Corsi. Essa ideologia era muito mais uma forma e uma tentativa dessa elite de ter um ordenamento desse cenário social e cultural do que uma realidade. Em outras palavras, o quadro pintado pela Banda Municipal de 1925, e largamente difundido pela bibliografia tradicional, é uma construção social orientada por um processo político historicamente definido que tenta ser legitimado pelos poderes públicos e pela elite letrada, ao passo que tenta ser combatida por representantes da comunidade afrodescendente por meio de seus veículos de comunicação e interlocução. A música via-se inserida em grande campo de disputas.

Neste artigo, procurou-se problematizar algumas discussões e disputas em torno do cenário musical de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX, demonstrando a racialização desta perspectiva cultural da música. A música costuma ser tratada como uma esfera periférica do campo social, não incidindo em seus grandes debates e disputas de poder. O campo das artes e das políticas culturais neste período foi um ponto importante no projeto de modernização levada a cabo pelo Partido Republicano Riograndense. Ao mesmo tempo, percebeu-se que as mesmas instituições que foram utilizadas pela bibliografia tradicional visando fundamentar determinadas identidades sociais e culturais podem ser retomadas para reavaliar as relações interétnicas, as discussões sobre os direitos de cidadania e a participação da população afrodescendente na vida artística e cultural de Porto Alegre.

REVISTA ANGELUS NOVUS

**Em busca das colônias perdidas
a visualidade das propagandas da
Reichskolonialbund entre 1936 e 1943¹**

Naiara Krachenski

Universidade Federal do Paraná

Resumo

A proposta central deste trabalho é entender a importância da linguagem visual no movimento neocolonial alemão. Nesse artigo priorizaremos as propagandas produzidas pela *Reichskolonialbund* (RKB) no período do Terceiro *Reich* e tentaremos compreender de que forma os estereótipos sobre a África eram formulados e/ou reafirmados a partir da visualidade de tais propagandas e em que medida o discurso presente nestas fontes servia como veículo de persuasão e reiteração das propostas da RKB.

Palavras-chave Imperialismo alemão, Terceiro Reich, propagandas, visualidade.

Abstract

The main objective of this paper is to understand the importance of the visual language in the german *neokolonialbewegung*. In this article, we privilege the advertisements produced by the *Reichskolonialbund* (RKB) in the time of the Third *Reich*. We attempt to comprehend in which way the African stereotypes were formulated or reasserted by the visuality contained in those propagandas and the extent to which the speech presented in those sources suited as a vehicle of persuasion and reiteration of the RKB goals.

Keywords German imperialism, Third Reich, advertisement, visuality.

1 Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

“A luta pela geografia não se restringe a soldados e canhões, abrange também ideias, formas, imagens e representações”.²

Esta afirmação de Edward Said abre nosso texto porque traduz de forma clara e sem rodeios a proposta central deste trabalho: entender a importância da linguagem visual no movimento neocolonial alemão. Como é sabido, a Alemanha é um país com uma história colonial bastante curta, ao considerarmos o tempo que governou territórios africanos (podemos situar o tempo de mandato formal entre 1884 e 1918). No entanto, trabalhos recentes têm demonstrado a importância que o imaginário colonial ocupava no cotidiano alemão para além das balizas temporais citadas acima.³ Um exemplo disso é o movimento neocolonial alemão que teve início logo após a perda dos territórios coloniais em 1919 – uma das resoluções impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes. A luta pela recuperação das colônias foi uma batalha travada, sobretudo no âmbito ideológico, visto que nos anos 1920 e 1930 poucas foram as políticas oficiais colocadas em prática para reaver o domínio daquelas regiões. No entanto, se os planos de ação dos governos de Weimar e de Hitler não priorizavam a luta pelas ex-colônias, o discurso de uma importante camada da população ligada ao governo (como, por exemplo, ex-governadores das ex-colônias que nesse contexto eram afiliados a partidos políticos do Reichstag) buscou visibilidade em diferentes frentes: desde textos publicados em jornais especializados nas questões coloniais que enfatizavam a importância das colônias na economia alemã, por exemplo,⁴ até exposições sobre a riqueza colonial e a divulgação de cartões postais com temas ligados à recuperação das colônias.

Neste texto priorizaremos as propagandas produzidas pela *Reichskolonialbund* (RKB) já no período do Terceiro *Reich* e tentaremos compreender de que forma os estereótipos sobre a África eram formulados e/ou reafirmados a partir da visualidade de tais propagandas e em que medida o discurso presente nestas fontes servia como veículo de persuasão e reiteração das propostas da RKB.

2 SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 40.

3 Ver: WILDENTHAL, Lora; ZIMMERER, Jürgen; BERMAN, Russell; RUEGER, Jan; NARANCH, Bradley; KUNDRUS, Birthe; UMBACH, Maiken. “Forum: “The German Colonial Imagination”. In: *German History*. v. 26, n. 2, pp. 251-271, 2008. Disponível em: «<http://gh.oxfordjournals.org/content/26/2/251.short>». Acesso em: 8 jan. 2014.

4 As revistas *Kolonie und Heimat* e *Deutsche Kolonialzeitung* já existiam desde o final do século XIX e eram produzidas pelas sociedades coloniais responsáveis pela manutenção e expansão dos alemães nas colônias (como a *Deutsche Kolonialgesellschaft*, criada em 1887). Tais revistas veiculavam diversas reportagens e imagens sobre os territórios alemães em África e não deixaram de existir com a perda de tais territórios após 1919.

A *Reichskolonialbund* foi formada em 1936 a partir da fusão de sociedades coloniais já existentes e, apesar de se dizer independente, era dirigida por pessoas próximas ao partido Nacional-Socialista. O primeiro presidente da RKB foi Heinrich Schnee, ex-governador da África Oriental Alemã e que já possuía uma importante atuação no movimento neocolonial – em 1924 ele havia escrito um texto que procurava desmistificar “a culpa colonial alemã”, expressão utilizada, sobretudo pelos ingleses como uma forma de incriminar os alemães pelos seus atos nas colônias e justificar a perda de soberania deste país. De fato, como aponta Helmuth Stoecker, a direção da RKB era bastante nazificada: Schnee havia se afiliado ao partido poucos anos antes e o vice-presidente Franz Von Epp era também afiliado ao partido onde, inclusive, ocupou posições importantes em anos anteriores – em 1932 ele havia se tornado chefe do setor colonial do partido nazista.⁵ Dessa forma, a RKB tornou-se o órgão oficial produtor da propaganda que tinha como objetivo manter inflamada a “questão colonial”. Aqui é importante destacar o papel crucial da propaganda nesse contexto. Como afirmamos de maneira rápida anteriormente, o governo hitlerista não se ocupou de forma prática com a questão colonial. Na realidade, até a formação da RKB o problema das colônias africanas ficou em segundo plano, visto que o Führer priorizava políticas de expansão para dentro da Europa e mantinha as preocupações com as ex-colônias para as organizações privadas. No entanto, a partir de 1936 a questão colonial passou a ser um assunto importante na agenda política oficial e a propaganda foi o principal veículo pelo qual tal assunto foi explorado no *Reich*.

A figura 1 é um cartaz em que vemos o mapa do continente africano com as indicações dos territórios alemães perdidos (Togo, Camarões, África Oriental e África do Sudoeste). O que chama a atenção do leitor em uma primeira vista é o tamanho das fontes em que o título principal está escrito: “Aqui também é território alemão” ocupa quase dois sextos do cartaz, enquanto o mapa africano preenche os outros quatro sextos (traçando linhas horizontais paralelas). Nesse sentido, em uma primeira leitura, texto e imagem estão praticamente em pé de igualdade na diagramação deste cartaz, ainda que a imagem possua maior destaque. Já o texto que figura dentro do mapa faz referência à RKB e, nesse sentido, aponta sua vinculação institucional ao mesmo tempo em que apresenta claramente qual é o órgão que assume o discurso neocolonial. Importa-nos deixar claro desde já que a relação entre linguagem verbal e linguagem visual possui importância capital no trabalho com estas fontes. É difícil depararmos com propagandas em que a imagem esteja sozinha ou que o texto seja o único elemento presente. Nesse sentido, as nossas análises sempre levam em conta a relação destas duas linguagens e em que medida uma influencia na interpretação da outra e,

5 STOECKER, Helmuth. *German Imperialism in Africa*. Londres: C. Hurst & Company, 1986, p. 342.

dessa forma, produzem efeitos de sentido a partir de sua interação. Assim sendo, a afirmação de que “lemos o que vemos e vemos o que lemos”⁶ é uma diretriz que adotamos em nossas análises.

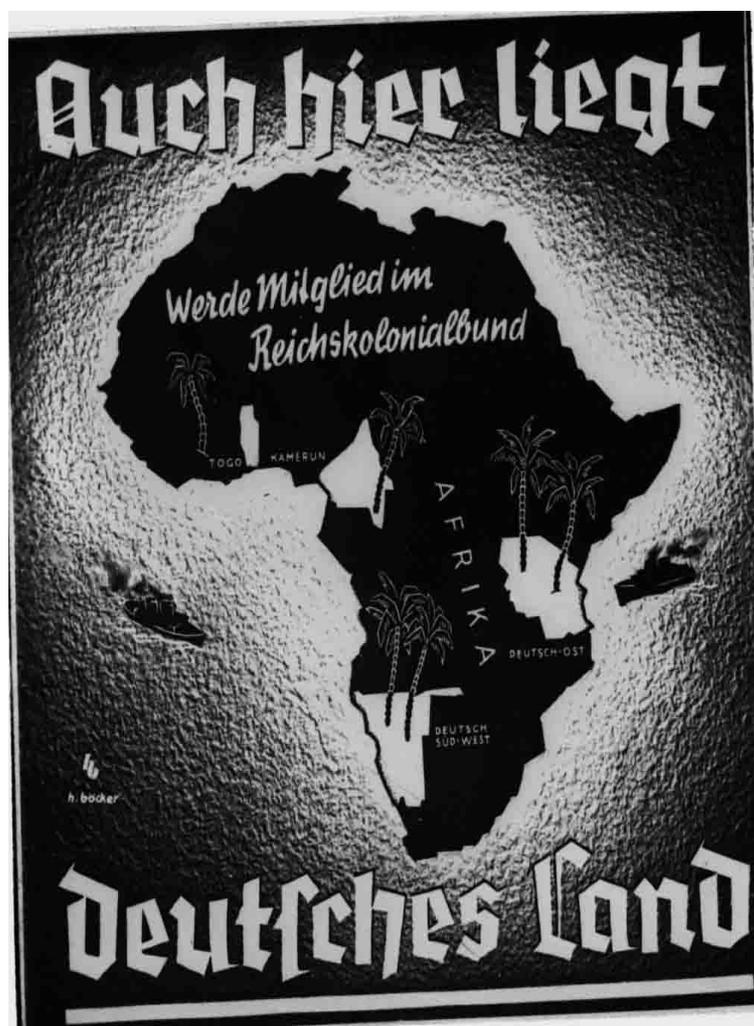


Figura 1 Aqui também é território alemão. Torne-se membro da Reichskolonialbund. Dentro do mapa: Junte-se a Reichskolonialbund. Disponível em: <<http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de/>> – número de referência 039-7065-18.

Outra característica formal desta imagem que destaca o mapa é o contraste entre o claro e o escuro. A borda mais clara ao redor do desenho do continente cria o efeito visual do oceano e também serve como uma moldura para o mapa. Tais aspectos formais – interpenetração das linguagens visual e verbal, contraste claro-escuro, delimitação dos territórios perdidos – denotam a territorialidade alemã em ultramar. Em um sentido complementar, esta imagem

6 LANGBEHN, Volker. “The Visual Representation of Blackness during German Imperialism around 1900”. In: ZIMMERER, Jürgen; PERRAUDIN, Michael (E.). *German Colonialism and National Identity*. Nova York: Routledge, 2011, p. 95.

conota o vazio do território africano que, no entanto, é valioso graças aos seus recursos naturais – exemplificados com as palmeiras desenhadas sobre as ex-colônias. Além disso, o tema da conquista e da dominação pode ser vislumbrado pelas embarcações que figuram ao lado do mapa. Tais embarcações identificam-se com a modernidade industrial europeia (neste caso, alemã) pelo fato de apresentarem-se como navios a vapor, ou seja, trazem consigo um símbolo da sociedade industrial europeia em contraste com uma sociedade africana “selvagem e atrasada” que, de acordo com a visão europeia do período, não seria capaz de produzir tais artefatos.

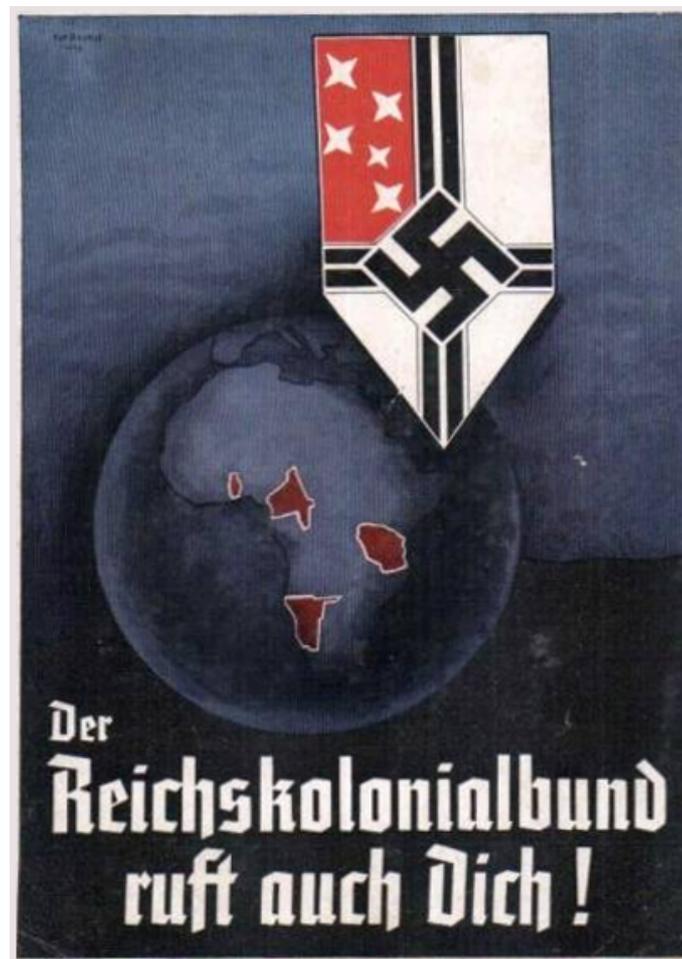


Figura 2 A Reichskolonialbund chama você também! Disponível em: «<http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de/>» – número de referência 039-7034-04 (cartaz) e «www.delcampe.net/page/item/id,178893976,var,135867Propaganda-AK-Der-Reichskolonialbund-ruft-auch-dich-Alf-Bayle,language,G.html» (cartão postal).

As figuras 2 e 3 apresentaram-se ao público tanto em forma de cartaz quanto de cartão postal. Assim como todos os outros cartazes que analisamos aqui, estes se faziam presentes nas exposições coloniais que eram organizadas e realizadas pela RKB⁷ (ver anexo 1). Tais exposições tinham como objetivo mostrar aos espectadores a importância das colônias perdidas. Ao lado de cartazes de cunho propagandístico como estes, observamos uma série de cartazes que explicam o ciclo econômico colonial, que expõem os números das importações e exportações utilizando-se da visualidade de gráficos para projetar os crescimentos e as perdas e cartazes que apresentam retratos de autoridades coloniais e governamentais. Além disso, nestas exposições figuravam inúmeros mapas que demonstravam a quantidade territorial alemã em comparação com outros países (sobretudo Inglaterra, França e Bélgica), além de expor um sem número de objetos pertencentes aos nativos africanos, tais como objetos para caça e pesca e objetos de uso cotidiano. É importante mencionar que, ainda que tais eventos não tenham sido fechados ao público em geral, ainda não conseguimos mensurar o impacto das exposições na vida cotidiana dos cidadãos do *Reich*. O que podemos afirmar é que pessoas ligadas de uma forma mais próxima ao partido eram os espectadores por excelência dessas exposições.

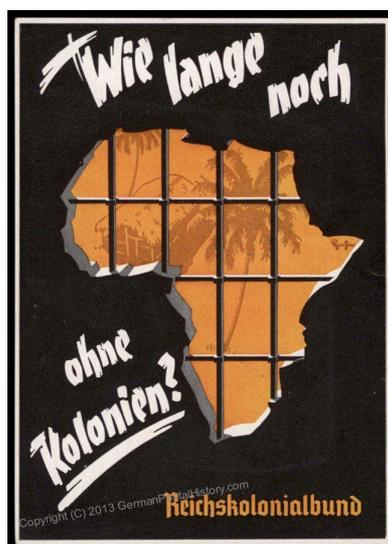


Figura 3 Mais quanto tempo sem colônias? In: «www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de» – número de referência 039-7065-16 (cartaz) e www.germanpostalhistory.com (cartão postal).

7 Cabe-nos mencionar que o site em que as fontes estão hospedadas contém uma série de fotografias das Exposições Coloniais de Bremen, em 1938 e de Viena, em 1939. Ver: «www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de».

É certo que enquanto cartões postais estas imagens provavelmente circularam por um público mais amplo. Volker Langbehn lembra-nos da importância dos postais como uma mídia visual popular e inserida na lógica da cultura de massa, uma vez que a linguagem empregada em tais cartões era simples e de fácil compreensão. Nesse sentido, os postais (assim como os cartazes) possuíam uma função pedagógica, pois “forneciam a última mídia para ilustrar a história imperial da Alemanha”.⁸

A figura 2 também apresenta-nos um mapa, porém aqui é representado todo o globo ao invés de somente o continente africano, ainda que este seja o foco de onde parte a construção do mapa. Também aqui, assim como na figura 1, os territórios que pertenciam à Alemanha são destacados e delimitados a partir do contraste entre o azul que predomina ao fundo da imagem e o vermelho que realça tais territórios. O imperativo empregado na construção do texto que compõe esta imagem lembra-nos das reflexões de Hannah Arendt sobre a propaganda totalitária. Segundo a autora, um dos sucessos da propaganda totalitária é o de realizar uma conexão entre o indivíduo (que vive em um mundo atomizado) com uma coletividade, ou seja, cria-se a partir da ideia difundida pela propaganda um vínculo entre o sujeito e o corpo social e político sobre o qual tal propaganda está alicerçada.⁹ A partir daí, podemos afirmar que o chamamento da *Reichskolonialbund* é uma tentativa não só de angariar adeptos, em um sentido mais prático, como também é uma tentativa de criar um sentimento de unidade e identificação dos cidadãos alemães com a causa das colônias perdidas e, conseqüentemente, com a luta pelo espaço vital, a luta pela defesa da soberania da Alemanha para com aqueles territórios, em suma, com a luta dos direitos da nação alemã como um todo. Além disso, figura de forma bastante chamativa na parte superior da imagem o símbolo oficial da *Reichskolonialbund*, aqui já deixando claro o seu caráter oficial por ostentar a suástica, símbolo característico do partido nazista.

Já a figura 3, ao invés de conclamar o cidadão a juntar-se às causas da RKB, o questiona sobre a duração da atual situação. Tal questionamento sugere a urgência de se posicionar frente a tal conjuntura ao mesmo tempo em que alude à incapacidade da Alemanha de fazer frente contra os outros países europeus justamente pelo fato de não ser um país mãe de terras longínquas. Tal interpretação pode ser apoiada pela imagem da grade que se sobrepõe ao mapa da África. A grade conota um sentido de aprisionamento, de afastamento em relação ao objeto de desejo. Nesse sentido, fica clara a interpretação de que tal alheamento da Alemanha em relação às colônias foi algo imposto pelos países mandatários quando do fim da I Grande Guerra. Em outro nível de leitura, o continente africano é representado como um

8 LANGBEHN. *Op. cit.*, p. 92.

9 ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 397.

bloco homogêneo que se caracteriza unicamente por suas riquezas naturais (note-se novamente a presença de palmeiras) e a casa que figura na imagem é uma construção simples que denota o rústico e o caráter primitivo do continente.

As figuras 4 e 5 também representam a África a partir de uma ótica homogeneizante, na medida em que reforçam o estereótipo de um continente desprovido de “cultura” e “civilização” digno somente de suas belezas e riquezas naturais. Aqui é importante salientarmos a oposição existente entre o conceito de cultura e o conceito de natureza que, apesar de ter uma longa história, ainda apresentava-se como um fundamento basilar no pensamento ocidental moderno. A partir de tal concepção, entende-se cultura como equivalente à civilização europeia e, portanto, cultura é definida a partir da supremacia da razão nas atividades humanas e do elogio ao progresso técnico. Nesse sentido, tudo o que estivesse fora do âmbito da civilização estaria ligado ao que é primitivo, àquilo que é próximo à natureza. Dessa forma, a partir dessa concepção binária de mundo – dividido entre os civilizados e os primitivos – a África é apresentada fora dos limites da civilidade a partir das suas representações enquanto um paraíso natural ou, em muitos casos, como lócus por excelência da selvageria humana.



Figura 4 Companheiro, apresente-se na frente de batalha colonial atrás do Führer e lute com a Reichskolonialbund. In: «www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de» – número de referência 039-7065-03.



Figura 5 A Reichskolonialbund luta para a propagação do pensamento colonial para todo o povo alemão. Ela também precisa de você! In: «www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de» – número de referência 039-7065-04.

A figura 4 apresenta uma paisagem das ex-colônias em um formato que remete ao estilo fotográfico de construção de imagem. O que vemos é um desenho e, no entanto, ele mantém algumas características da fotografia, tais como o enquadramento e a noção de o que se vê é uma representação fiel à realidade. O chamamento feito por essa propaganda prevê a existência de um conflito bélico em nome das colônias perdidas. Nesse sentido, ao espectador é delegado um papel bastante claro: o de se submeter às decisões do Führer enquanto membro da RKB, em perfeita harmonia ao estado extremamente hierárquico do Terceiro Reich.

Já a figura 5 apresenta um discurso diferente: enquanto a figura 4 procura angariar membros para a RKB e define seus lugares neste arranjo social, a figura 5 expõe ao espectador seu objetivo principal – “luta para a propagação do pensamento colonial” – e sublinha a necessidade de o cidadão alemão compreender e se alinhar a tal perspectiva. Na figura 5, no entanto, a ilusão de realismo da imagem é deixada de lado, na medida em que os traços do desenho estão bastante evidenciados. Apesar de tal diferença estilística, contudo, ambas as imagens apresentam a África como um paraíso natural, rico em matérias primas como óleo de palma e marfim. Nesse sentido, o continente é um lugar ainda pouco explorado e que oferece a Alemanha recursos de diferenciação no cenário econômico mundial – conforme, é claro, o discurso oficial propagado, pois, na realidade, as colônias africanas serviram muito pouco à melhora da economia alemã como um todo, tendo beneficiado somente uma pequena parcela da população; o que era ostentado pela pequena burguesia nacionalista era, sobretudo, o status de país dominante e a ideia de uma nação forte que comanda e subjuga outros povos.¹⁰

Além da ótica do exótico, essas duas imagens apresentam uma característica lúdica, diferentemente das outras figuras. A figura 4 com seu estilo fotográfico de construção da imagem apresenta um lugar paradisíaco, que remete a um cenário de publicidade turística. Observamos aí, então, uma outra interpretação possível: o cidadão que se alistar para a luta poderá conhecer também estas belas paisagens tropicais. Nessa mesma linha de raciocínio, a gravura do elefante na figura 5 remete a desenhos de histórias em quadrinhos e livros infantis. Devemos lembrar, mais uma vez, que o imaginário colonial desse contexto havia sido construído de uma maneira efetiva também pelo discurso da literatura de aventura, ou seja, estão em jogo aí não só os estereótipos da África enquanto um lugar rico e inexplorado, mas também as imagens da África como o lugar por excelência da aventura.

Como podemos observar a partir da figura 6, a África era também representada a partir da ótica do exótico, assim como nas imagens precedentes, em que a ideia de exótico figura na representação da paisagem tropical e do elefante, por exemplo. Esta imagem, também veiculada enquanto cartão postal, apresenta o mapa do continente com as marcações das colônias perdidas emoldurado por nativos. Aqui a ênfase ao nativo exótico dá lugar às representações do negro no início do século (quando da guerra dos Herero na África do Sudoeste em 1904-1908), quando este era apresentado ora como o nativo rebelde e bárbaro, ora como derrotado, evidenciando, dessa forma, o poderio das tropas coloniais alemãs em subjugar o rebelde.¹¹ No contexto em que trabalhamos, sobretudo tendo em vista esta imagem

10 Ver: BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. *Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo – 1880-1945*. Uberlândia: Edufu, 2010.

11 CIARLO, David. “Picturing Genocide in German Consumer Culture, 1904-1910”. In: ZIMMERER, Jürgen & PERRAUDIN, Michael (Ed). *German Colonialism and National Identity*. Nova York:

em particular, a característica do exótico retira do negro seu caráter de rebelde ou bárbaro, ele é simplesmente passivo às transformações que ocorrem nos territórios que habita, quase, inclusive, incapaz de entender o que se passa. Nesse sentido, o tom de “missão civilizacional” está estreitamente ligado a esta imagem passiva, de seres que são simplesmente exóticos, porém inofensivos. Além disso, a presença de figuras femininas nesta propaganda está inserida dentro de uma lógica de representação do continente africano que já estava bem consolidada neste contexto. Segundo J. Harley,¹² a sexualidade feminina era bastante explorada nas representações de África e também de outros continentes para explicitar o caráter da dominação masculina da sociedade europeia. Também Susan Sontag observou tal característica da submissão na estética do fascismo:

Estéticas fascista incluem, porém vão muito além da celebração deveras especial do primitivo (...). Mais frequentemente, elas nascem de (e justificam) uma preocupação com situações de controle, de comportamento submisso, de esforço extravagante e de resistência à dor.¹³

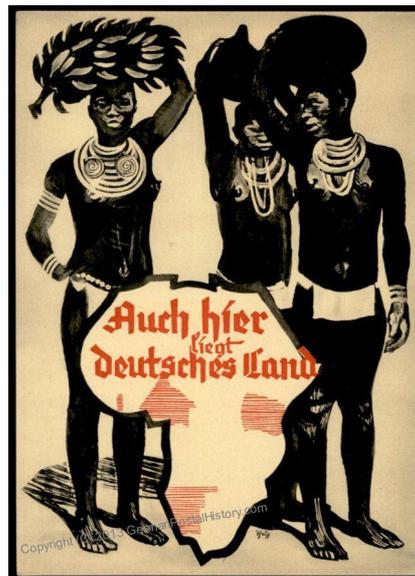


Figura 6 Aqui também é solo alemão. In: «<http://www.germanpostalhistory.com>».

Routledge, 2011, p. 71.

- 12 HARLEY, J.B. The new nature of maps. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press, 2001, pg. 79.
- 13 SONTAG, Susan. “Fascinante fascismo”. In: *Sob o Signo de Saturno*. Tradução de Ana Maria Capovilla e Albino Poli Jr. São Paulo: L&PM, 1986, p. 72.

A partir do estudo dessas imagens, concluímos nosso texto esclarecendo os objetivos iniciais. O questionamento sobre os estereótipos da África e do africano a partir da visualidade das nossas fontes provém de uma leitura de Ernest Gombrich. Segundo este autor, a impressão visual do produtor de uma imagem está sempre ancorada em impressões anteriores, visuais ou não. O que Gombrich denomina de *schemata* é aquilo que reconhecemos como estereótipo: o produtor da imagem só é capaz de perceber e representar o mundo a sua volta a partir de determinados códigos visuais já estabelecidos (o que não retira, segundo o autor, a capacidade de originalidade do artista; no entanto, tal originalidade está de certo modo limitada por tais códigos): “O familiar será, sempre, o ponto de partida para a representação do desconhecido. Uma representação existente exerce sempre fascínio sobre o artista, mesmo quando ele se esforça para registrar a verdade”.¹⁴ A partir de tal entendimento de estereótipo, podemos afirmar que as imagens veiculadas pelas propagandas aqui analisadas não fogem ao padrão de representação da África e do africano de sua época ou de épocas precedentes. A crença de que o continente africano era um local para extração de riquezas data de muitos séculos antes do imperialismo europeu. Por outro lado, a ideia do africano como o último na hierarquia racial é bem mais recente, alinhando-se às teorias racialistas que tem início no fim do século XVIII e conquistam seu apogeu durante o século XIX. A partir do conceito de raça, foi possível pensar e colocar em prática uma política de subjugação das raças ditas inferiores – como os africanos, mas também os asiáticos.

Contudo, ainda que possamos notar tais características em nossas propagandas, o que as define antes de tudo é demonstrar porque a África importa para os alemães. Notamos a partir dessas figuras o discurso da riqueza natural do continente e da necessidade de uma missão civilizatória. Entretanto, para além disso, podemos perceber também um discurso sobre a posição da Alemanha naquele momento, ou seja, a partir das apropriações estereotipadas da África e dos africanos essas propagandas constroem um estereótipo da sua própria nação: um país forte que foi humilhado pelas imposições do Tratado de Versalhes e que procura acertar as contas com os outros países europeus. É a partir desse entendimento que nosso outro questionamento se apóia: concordando com a afirmação de Rosane Kaminski de que os objetos ficcionais produzem efeito no real, na medida em que criam uma mediação necessária para se pensar a própria realidade,¹⁵ entendemos que a circulação de tais propagandas, seja como cartazes, seja como cartões postais procuravam informar os cidadãos do Reich sobre a necessidade de reaver as colônias e as maneiras pelas quais isso poderia ser

14 GOMBRICH, Ernest. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 72.

15 KAMINSKI, Rosane. “Reflexões sobre a pesquisa histórica, a ficção e as artes”. In: KAMINSKI, Rosane; FREITAS, Artur. *História e Arte: encontros disciplinares*. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 79.

feito. Como afirmamos anteriormente, não somos capazes de mensurar a recepção de tais propagandas pela população alemã do período. Dessa forma, pensamos na função de tais propagandas a partir dos conceitos de persuasão e de reiteração. O primeiro fica bem claro ao constatar a própria natureza da fonte em questão: toda e qualquer propaganda almeja convencer seu destinatário das suas afirmações. Já a questão da reiteração aparece quando observamos que os freqüentadores das exposições coloniais eram por excelência pessoas que já tinham ligação com o movimento neocolonial. Entretanto, apesar da dificuldade de delimitar a recepção de tais imagens, interessa-nos salientar, sobretudo, que a própria motivação de produzir e fazer circular tais mensagens já denota um esforço de colocar a questão colonial na pauta do dia. O que buscamos apreender com nossas análises é como o desejo pelo poder pode criar percepções de si e dos outros. Sobretudo com as figuras apresentadas aqui podemos pensar que o desejo de retomar as colônias perdidas não passou de caprichos desenvolvidos por uma classe de industriais que enriqueceu com a aventura imperialista, mas que tais caprichos levaram uma parte da população à ação e proporcionaram a outra parte uma esperança de ver sua nação erguer-se novamente enquanto potência imperial.

Retomando o pensamento de Said, a luta do movimento neocolonial alemão por espaço no globo deve ser trabalhada a partir das suas imagens e representações, as armas mais poderosas que os agentes imperialistas encontraram para demarcar seu lugar na política do Terceiro *Reich*.



Figura 7 Cartazes “Mais quanto tempo sem colônias?” e “A Reichskolonialbund chama você também!” em uma Exposição Colonial. In: «www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de» – número de referência 044-7055-01.

As agendas culturais da Guerra Fria e o “Programa Ideológico” a CIA e a Fundação Ford na atração às elites intelectuais¹

Wanderson Chaves

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

Tratamos, neste artigo, do desenvolvimento de propostas norte-americanas de atração às elites intelectuais na Guerra Fria. O foco de trabalho é a criação e gestão do Programa Ideológico “U. S. Doctrinal Program”, de formação e arregimentação de quadros de esquerda, particularmente em áreas do mundo em “desenvolvimento”. Sua execução, entre os anos 1950 e 1960, era responsabilidade dos vários órgãos de política externa dos EUA, destacadamente a CIA, tendo em vista a estratégia ser secreta em seus quesitos mais fundamentais. Na estrutura do seu modelo de operações estava um tripé, formado por órgãos governamentais, não-governamentais e os beneficiários visados na estratégia. A Fundação Ford esteve entre os participantes mais instrumentais da ofensiva, tendo em vista seus compromissos institucionais com o deslocamento das esquerdas do neutralismo e do comunismo, que compunham o núcleo dessa proposta de intervenção. Baseado em pesquisa de fontes primárias, este trabalho tematiza a emergência de novas áreas de investigação intelectual e disciplinar, centradas nas Ciências Sociais, na modernização econômica e no “desenvolvimento”, como expressão dessa sofisticada tentativa de reorientação de disputas teóricas, políticas e ideológicas.

Palavras-chave Guerra Fria, intelectuais, CIA, Estados Unidos, Departamento de Estado, Fundação Ford.

Abstract

In this paper, we will discuss the development of US proposals for the intellectual elite in the Cold War. The focus lies on the creation and the management of the Ideological Program “US Doctrinal Program”. Its main goal was the training and recruitment of leftist cadres, particularly in areas of the “underdeveloped world”. Implemented between 1950’s and 1960’s, its development was the responsibility of the various agencies of US foreign policy, notably the CIA. In the framework of its model of operations was a tripod, made up of government agencies, non-governmental organizations and the intended beneficiaries in the strategy. The Ford Foundation was among the most instrumental participants in the offensive, given its institutional commitments to the displacement of the left of neutralism and communism, which made up the core of this intervention proposal. Based on research of primary sources, this paper studies the emergence of new areas of intellectual and disciplinary investigation, focusing on Social Sciences, economic modernization and “developmentalism” as an expression of this sophisticated attempt to reorient policies, theoretical and ideological disputes.

Keywords Cold War, Intellectuals, CIA, United States of America, U. S. Department of State, Ford Foundation.

¹ Trabalho financiado pela FAPESP.

Os líderes soviéticos têm sido, claramente, bastante ágeis em avaliar em que medida a ênfase exagerada da política ocidental em perigos puramente militares é capaz de prejudicar a confiança nos Estados Unidos e na unidade do campo ocidental. Se uma das principais facetas da política soviética dos últimos três anos têm sido a exploração do tema da “paz” e o estabelecimento de um [movimento] de “paz” mundial como um disfarce para suas próprias políticas de guerra política, isto se deu porque a questão, como eles a vêem, lhes foi apresentada como que pronta pelos poderes ocidentais. O fato de eles terem sido capazes de perseguir seus próprios preparativos militares com completa ausência de publicidade e sem a necessidade de superar pressões parlamentares lhes colocou em uma posição vantajosa para posar como os protagonistas da paz em comparação ao mundo ocidental, que só poderia conseguir verbas militares fora dos seus corpos parlamentares através de uma ênfase constante nos perigos militares e na probabilidade de guerra. Os “Congressos pela Paz” soviéticos de 1952 representam o preço pago pelas democracias ocidentais por sua incapacidade em colocar a necessidade de rearmamento e aliança militar a seus povos em termos precisos e menos primitivos e, conseqüentemente, com menos exagero sobre as possibilidades de guerra.²

Os “Congressos Pela Paz Mundial” que vinham sendo realizados em todo o mundo praticamente sem interrupções desde agosto de 1948, quando se realizou o congresso de Wroclaw, na Polônia, eram um verdadeiro sucesso, como notara um dos ideólogos da Guerra Fria, o formulador da “política de contenção”, George F. Kennan.³ Eles faziam parte da estratégia internacional de combate às ações do Plano Marshall na Europa Ocidental, estabelecidos pelo Gabinete de Informações dos Partidos Comunistas e Operários, o Cominform.⁴ A principal tese levantada nestes congressos⁵ era a de que o Plano Marshall se

- 2 Tradução livre do original: “The Soviet leaders have of course been quick to sense the extent to which the overemphasis on the purely military danger in Western policy could be exploited to the detriment of confidence in the United States and unity in the Western camp. If one of main facets of Soviet policy for the past three years has been the exploitation of the “peace” theme and the building up of a worldwide “peace” moved as a cloak for its own political warfare policies, this is because the issue, as they saw it, was presented to them ready-made by the Western powers. The fact that they were able to pursue their own military preparations with complete absence of publicity and without the necessity of overcoming parliamentary pressure has placed them in an advantageous position to pose as the protagonists of peace vis-à-vis a Western world which could get military appropriations out of its parliamentary bodies only by a constant emphasis on military danger and the likelihood of war. The Soviet peace congresses of 1952 represent the price paid by the Western democracies for their inability to put the need for rearmament and military alliance to their peoples in less primitive and accurate terms and for their consequent overemphasizing of the prospect of war”. Despacho de George F. Kennan, da Embaixada dos Estados Unidos em Moscou para o Departamento de Estado, de 8 de setembro de 1952. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB14/doc1.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2009.
- 3 Primeiro diretor (1947-49) do Policy Planning Staff, do Departamento de Estado e articulador do Plano Marshall.
- 4 Órgão de política externa soviética, o Cominform foi projetado por Stalin, como sucedâneo da Terceira Internacional (Comintern), para atuar na articulação do movimento comunista e de esquerda internacional. Fundado em 1947, foi extinto em 1956.
- 5 Entre 1948 e 1949, foram realizados os congressos de Wroclaw, Paris, Praga e Nova Iorque, nos quais o

articulava a uma proposta de domínio continental da Europa, a ser realizada com medidas de agressão, para remodelar a vida política e econômica, e com preparativos de uma nova guerra, já iniciados com a reativação da economia alemã. Era uma aplicação, segundo o Cominform, dos direitos dos EUA de intervirem em todo o planeta, anunciado na Doutrina Truman.⁶ Com formulações deste tipo, os congressos vieram a dar publicidade à acusação, da qual o governo norte-americano demonstrou dificuldade em se dissociar, de que eram fascistas as estratégias e justificativas teóricas da sua política diplomática.⁷

Por meio desses eventos, o Cominform vinha tentando reafirmar entre as esquerdas a crença de que a realização de seus ideais anticapitalistas e igualitaristas encontravam um repositório natural nas políticas soviéticas. Os “Congressos pela Paz Mundial” se firmaram, em todo o mundo, como eventos mais abrangentes e atraentes que as pautas primárias do combate à política externa norte-americana e a ostensiva exposição da URSS como utopia e “espelho do futuro global” que motivaram o evento, ao reunir, na sua realização, integrantes de um grande arco de tradições e organizações de esquerda. Stalinistas e anti-stalinistas estiveram bem representados.⁸

O governo norte-americano, respondendo às investidas mundiais da URSS entre as elites políticas e o mundo intelectual, voltou-se para a elaboração de respostas à estratégia de “iniciativas de paz” e atração às esquerdas, encarnadas nestes congressos. No Departamento de Estado, avaliava-se que o sucesso da União Soviética provinha do segredo que ela vinha sendo

Cominform construiu o modelo de evento que a organização promoveria pelos próximos cinco anos, em todo o mundo, com periodicidade praticamente semanal. Já nos anos 1950, os principais eventos dessa agenda mundial de congressos foram: o American Continental Congress of Peace Partisans (Montevideu, março de 1951), o Third World Youth Festival (Berlim, agosto de 1951), o World Peace Council (Viena, novembro de 1951), o Council of International Union of Students (Bucareste, setembro de 1952), o Asian and Pacific Regions Peace Conference (Pequim, outubro de 1952), e o World Congress of Peoples for Peace (Viena, dezembro de 1952). Ver: Relatório, “Communism in the Free World: Capabilities of the Communist Party, Guatemala”, do Office of Intelligence Research, do Departamento de Estado, em 1º de janeiro de 1953. Disponível em: <<http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/coldwar/guatemala13.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

- 6 IBER, Patrick Justus. *The Imperialism of Liberty: Intellectuals and the Politics of Culture in Cold War Latin America*. 2011. 565 f. Tese (Doutorado) – Department of History, University of Chicago, Chicago, 2011, cap. 3, pp. 146 et seq.
- 7 SAUNDERS, Frances Stonor. *The Cultural Cold War: The CIA and the World of Arts and Letters*. New York: The New Press, 2000, pp. 25-7. Para o setor do Departamento de Estado representado por George Kennan, que acreditava que a fonte do poder internacional soviético era fundamentalmente ideológica, estas acusações se sustentavam porque os EUA não teriam estabelecido uma frente ideológica comparável à sua frente militar para os enfrentamentos da Guerra Fria. Ver: HARLOW, Giles D.; MAERZ, George C. “Introduction”. In: KENNAN, George, F. *Measures Short of War: The George Kennan Lectures at the National War College, 1946-1947*. Washington D.C.: National Defense University Press, 1991.
- 8 SCOTT-SMITH, Gilles. “A Radical Democratic Political Offensive: Melvin J. Lasky, *Der Monat*, and the Congress for Cultural Freedom”. In: *Journal of Contemporary History*. V. 35, n. 2, 2000, p. 266.

capaz de manter em torno de seus movimentos e preparativos militares. Ao incrementar seu potencial bélico e atômico discretamente, expondo-se apenas em ações de caráter eminentemente cultural e político, a URSS vinha garantindo, segundo essa análise, que sua divulgação como “trincheira contra o racismo”, centro dinâmico do “proletariado internacional” e lugar de “progresso e justiça social” fosse sempre bem recepcionada. O Departamento de Estado sugeriu à Casa Branca que adotasse a mesma estratégia, projetando que o Cominform enfrentaria dificuldades para combater sua proposta democrática caso fosse restringido ou anulado o impacto público dos aspectos militares de suas investidas externas. Os Estados Unidos poderiam se livrar das acusações de truculência e de imediata associação à direita política e assim atrair a simpatia das esquerdas.⁹

Foi no documento NSC 68, definido para servir ao destaque dos aspectos ideológicos do enfrentamento entre a agenda soviética e a norte-americana, que se estabeleceu uma das mais importantes formulações para essa proposta de desarticulação pública entre as iniciativas militares e políticas.¹⁰ Aprovado pelo presidente em abril de 1950, este ato do Conselho de Segurança Nacional constituía-se em duas camadas. Em primeiro plano, o exame das perspectivas de enfrentamento entre Estados Unidos e União Soviética em caso de deflagração de guerra nuclear entre os países, avaliação acompanhada de planejamento para cenários em que a URSS dispusesse de maior capacidade nuclear. Em um segundo plano, o NSC 68 tratava do estabelecimento de um modelo de operações que consolidasse e desse pleno exercício à Doutrina Truman, o que era uma dura rejeição à aposta no isolamento do país. Por isso, a defesa de que a liberdade para destruir o sistema soviético e para construir uma comunidade internacional identificada à tradição política norte-americana fosse o princípio da atuação externa dos Estados Unidos. Sugeriu-se, no documento, que a estratégia se realizasse preferencialmente por canais diplomáticos, empregando-se medidas econômicas, políticas e “psicológicas”, mas que também fosse incrementado o aparato militar nacional e de países aliados, visando ao combate aos objetivos de domínio e predominância política internacional da União Soviética nas duas frentes.¹¹

O argumento era que para vencer as pretensões hegemônicas do Kremlin seria preciso, antes de tudo, conter a atuação do Partido Comunista (PCUS) e dos serviços de

9 Relatório “The Soviet ‘Peace’ Offensive”. Anexo do memorando de Walter K. Schwinn [Escritório de Relações Públicas: Departamento de Estado] de 22 de novembro de 1949. In: National Archives and Records Administration (de agora em diante, NARA). RG 59: Department of State. Office of the Assistant Secretary for Public Affairs. Office of Public Affairs. Office of the Director. (ca. 1949-1953). Series: Subject Files, compiled 1944-1952. Box 8.

10 LUCAS, Scott. “Culture, Ideology, and History”. In: *Global Dialogue*. V. 3, n. 4, 2001, passim.

11 NSC 68: United States Objectives and Programs for National Security. Disponível em: «<http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>». Acesso em: 28 out. 2008.

inteligência da União Soviética, organizações consideradas seus principais veículos de política externa. O foco deveria estar sobre as “suas campanhas pela paz”, sua estratégia de “defesa dos povos colonizados” e sua proposta de identificação das “utopias e esperanças comunistas” ao “sistema soviético”. Conforme exposto no NSC 68, essas ações da URSS encontravam uma audiência especialmente receptiva em sociedades asiáticas naquele momento, região que se mostrava “vulnerável à propaganda comunista” sobre a rápida transição da URSS de uma situação de atraso à posição de grande potência mundial após a Revolução de 1917.¹²

Pretendia-se, com o NSC 68, que o governo dos Estados Unidos, principalmente por meio de iniciativas não-militares, impedisse o Kremlin de permanecer divulgando seu regime como “modelo científico de sociedade” e de se firmar como referência de uma “nova fé universal”. Para tanto, seriam quatro as áreas básicas de intervenção:

- a) Segurança Doméstica: combate à penetração de organizações e indivíduos com ligações soviéticas ou informados por suas ideias nas instituições sociais e políticas norte-americanas, de maneira a tornar os Estados Unidos a melhor e mais importante barreira aos avanços soviéticos.
- b) Propaganda: extensivo trabalho de esclarecimento do público norte-americano e mundial, acerca da urgência em se alinhar os povos do mundo aos esforços democráticos norte-americanos, de oposição às pretensões totalitárias soviéticas.
- c) Modernização: aprimoramento do estado político geral das áreas “atrasadas” do planeta, desviando-as dos avanços soviéticos e antecipando-se a eles através de medidas creditícias e de assistência, como previsto no Programa Ponto Quatro.
- d) Defesa Militar: proteção das posições nacionais britânicas e de demais potências coloniais europeias, no sul e sudeste asiáticos principalmente, e apoio à sua permanência em posições geográficas estratégicas de outros continentes.¹³

Confirmava-se com o NSC 68 o movimento em direção ao emprego extensivo e generalizado de ações secretas e de guerra não-convencional pelo governo dos Estados Unidos, processo que remontava à promulgação do documento NSC 10/2, do Conselho de Segurança Nacional, ainda em fevereiro de 1948. Medidas de sabotagem econômica, disseminação de propaganda, infiltração política, assistência a grupos de guerrilha e resistência clandestinos, e ações de subversão e agressão direta e preventiva contra “estados inimigos”, que já vinham sendo tomadas pelo escritório de Paris da administração do Plano Marshall e pelo Office of Special Operations (OSO) – o serviço de espionagem e contra-espionagem da CIA,¹⁴ são

¹² NSC 68: United States Objectives and Programs for National Security.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Relatório “The Development of American Psychological Operations, 1945-1951”, de Edward P. Lilly. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive. ESDN: CIA-RDP86B00269R000900020001-9, p. 52-3. Memorando do vice-diretor da CIA, Allen W. Dulles, para o

reorganizadas e institucionalizadas sob o Office of Policy Coordination (OPC). Ligado à Agência Central de Inteligência, e respondendo aos departamentos de Estado e Defesa, o OPC foi criado para exercer essas funções com grande liberdade.¹⁵

Nesse período de dois anos, até a edição do NSC 68, sedimentaram-se dois processos que envolviam diretamente o protagonismo da CIA: primeiro, a constituição de um poderoso ramo dedicado à realização de ações secretas, movimento que direcionou a Agência para a divisão operacional entre uma área dedicada a espionagem e grandes operações clandestinas, e outra, restrita à produção de informação para a comunidade de inteligência;¹⁶ segundo, a adesão da CIA a um modelo de operações informado pelo princípio de “guerra total” conforme a tradição de serviços secretos da Segunda Guerra, como o da OSS, que se definiam pela mobilização massiva e intensa de mão-de-obra intelectual e pela construção de políticas de combate chamadas de “integrais”, que miravam principalmente em aspectos extra e para-militares.¹⁷

O governo dos Estados Unidos, em resposta aos “Congressos pela Paz Mundial” e demais investimentos da União Soviética na adesão das elites e classes intelectuais, vinha por essa época tentando articular um movimento similar, que não apenas empregasse a força de trabalho intelectual – como vinha sendo tentado através da OPC e atividades regulares da CIA –, mas que apelasse diretamente ao “poder de influência” dos intelectuais com o público, como “ideólogos” e como veículo de divulgação, estimulando a identificação às propostas da agenda internacional norte-americana.¹⁸

A CIA e o Programa Ideológico

Os bolcheviques têm se engajado, nos últimos 35 anos, em um esforço massivo e abrangente de conversão à sua interpretação da doutrina comunista internacional. Por todo esse período, eles

diretor da CIA, William H. Jackson, de 24 de maio de 1951, p. 7-8. ESDN: CIA-RDP80R01731R001100120001-0. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive.

15 AMERINGER, Charles D. *U. S. Foreign Intelligence: The Secret Side of American History*. Lexington, Massachusetts: Lexington Books, 1990, pp. 205-6.

16 *Ibidem*, cap. 17.

17 GREMION, Pierre. “The Partnership between the Ford Foundation and the Congress for Cultural Freedom in Europe”. In: GEMELLI, Giuliana (E.). *The Ford Foundation and Europe (1950’s-1970’s)*: Cross-fertilization of Learning in Social Science and Management. Brussels: European Interuniversity Press, 1998, p. 140. NOBLE, Andrew V. *Bullets and Broadcasting: methods of Subversion and Subterfuge in the CIA War against the Iron Curtain*. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado) – University of Nevada, Reno, 2008, pp. 35-42.

18 Relatório “The Soviet ‘Peace’ Offensive”. Anexo do memorando de Walter K. Schwinn [Escritório de Relações Públicas: Departamento de Estado] de 22 de novembro de 1949, p. 3.

colocaram firmemente que o avanço em direção à dominação mundial requereria a ênfase concomitante em três fatores fundamentais – o militar, o econômico e o ideológico. Essa tripla ênfase seguiu o padrão dos nossos [movimentos] de expansão nacional passados, [baseados, igualmente] no rifle, no arado e na Bíblia. [...] Em nossos esforços tardios, de resposta a este desafio, fortalecemos principalmente duas de nossas armas – a militar e a econômica –, mas falhamos em enfatizar, na mesma medida, o terceiro elemento – o doutrinal ou ideológico –, o elemento que os líderes soviéticos têm desenvolvido nos últimos trinta anos através de intensa experimentação. Nos Estados Unidos, dificilmente se aceitaria que o comunismo tem maior apelo apenas entre as massas desprivilegiadas. Sabe-se que as multidões de famintos representam um bom material para uso da liderança comunista, mas é um fato, também, que o comunismo se reproduz menos em barrigas vazias do que em mentes vazias. Os comunistas não teriam alcançado suas conquistas passadas caso não tivessem apelado aos líderes de opinião de todos os lugares e aos filhos e filhas dos membros influentes da intelligentsia.¹⁹

Sob análise da Junta de Estratégia Psicológica,²⁰ esta avaliação expunha a convicção de setores da diplomacia e comunidade de informações dos Estados Unidos de que as ações de política internacional da União Soviética não estavam sendo inibidas pelas estratégias norte-americanas de combate às organizações e divulgação comunistas. O Conselho de Segurança Nacional havia acirrado essa posição desde a promulgação do documento NSC 10/5, de 23 de

19 Tradução livre do original: “For thirty-five years, the Bolsheviks have been engaged in a massive, comprehensive effort to make converts to international communism, as Communism doctrine in interpreted by them. Throughout this period, they have consistently assumed that progress toward world domination required the co-equal emphasis on three basic factors – the military, the economy, and the ideological. This tripartite emphasis follows the pattern of previous national expansions – theirs as well as our own – the rifle, the plough, the bible. (...) In our belated efforts to meet this challenge, we have greatly strengthened two of our weapons – the military and the economy – but we have failed to emphasize to anything like the same degree the third element – the doctrinal or ideological – which the Soviet leaders have developed, through thirty years of intensive experimenting. It is hardly assumed in the U.S. that Communism has its greatest appeal only to underprivileged masses. It is true that hungry mobs are good material for the uses of the Communist leadership, but it is also a fact that Communism breeds less in empty bellies than in empty minds. The Communists could not possibly have achieved their past conquest if they had not appealed to thought leaders everywhere and the sons and daughters of the influential intelligentsia”. Vide: Projeto “U.S. Doctrinal Program (for Board Approval)”. Apenso do memorando de George A. Morgan [diretor interino da Junta de Estratégia Psicológica], de 5 de maio de 1953. Anexo A, p. 4-5. ESDN: CIA-RDP80R01731R003200050006-0. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive.

20 Comitê interdepartamental de atividades de inteligência, vinculado ao Conselho de Segurança Nacional. Operou entre 1951 e 1953. Eram integrantes da Junta o subsecretário do Departamento de Estado, o vice-secretário do Departamento de Defesa, o assistente especial ao Presidente para Guerra Psicológica, o assistente especial ao Presidente para Assuntos de Segurança Nacional e o diretor da CIA. O diretor do Federal Bureau of Investigation (FBI) e o diretor da Autoridade Nacional em Energia Atômica eram membros convidados. Bastante atuante no governo Truman, foi sucedida pela Coordenadoria de Operações no governo Eisenhower. LUCAS, Scott. “Campaigns of Truth: The Psychological Strategy Board and American Ideology, 1951-1953”. In: *The International History Review*. V. 18, n. 2, 1996.

outubro de 1951, ao determinar que fossem executadas ações mais radicais e eficazes para firmar adesão aos pressupostos anticomunistas.²¹

Na avaliação da CIA, secundada pelo restante da comunidade de informações, era crescente a aproximação entre o Kremlin e as nações da Europa Ocidental, América Latina, Sudeste Asiático e Oriente Médio, principalmente sob a forma de intercâmbio cultural e trocas comerciais. Verificava-se que essa aproximação vinha impactar países que os EUA consideravam aliados, já que eles davam demonstrações de abertura ao regime de Moscou ou de que poderiam buscar uma reorientação política. Este movimento dava indício de fragilidades a serem combatidas ideologicamente, já que, para a CIA, se manifestava como um problema que tinha origem no padrão de cultura e de civismo destes países, considerado vulnerável à propaganda soviética. Para moldar posições e valores resistentes à “sedução” das ideias comunistas, esta agência sugeriu ao governo dos Estados Unidos privilegiar os meios secretos no desenvolvimento de um novo “clima de opinião”.²²

Segundo análise da Junta de Estratégia Psicológica, as medidas de cooperação técnica, intercâmbio educacional e expansão das linhas de crédito para organizações e governos de todo o mundo, estabelecidas ainda em 1949, no Programa Ponto Quatro, não vinham surtindo efeito contra o “antiamericanismo”, especialmente o estimulado pela União Soviética em seus programas externos. Principal administradora dessas iniciativas oriundas do Ponto Quatro, a Mutual Security Agency²³ designava, para eles, a crença equivocada, e problemática da ótica dos enfrentamentos da Guerra Fria, de que a pobreza seria o mais importante elemento de atração para o comunismo. A Junta, por apostar que o comunismo não atendia exatamente a um estímulo das carências materiais, afirmava que era através do cultivo moral e intelectual das elites e lideranças que se deveria buscar conquistar o apoio das massas. Defendia-se, tendo em vista o poder desses quadros para estimular a adesão dos países

21 Ampliava-se, com este documento, a autoridade e a liberdade da CIA para desenvolver, principalmente por meio de operações paramilitares, ações de espionagem e contra-espionagem e de apoio institucional e ideológico a governos e organizações anticomunistas. Ver: “Note on U.S. Covert Actions”. In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the United States, 1964-1968, Volume XII, Western Europe*. Washington D.C.: U.S. Government Printing Office, 2001.

22 Projeto “A Strategic Concept for the Cold War Operations under NSC 10/5”, de 30 de junho de 1952. ESDN: CIA-RDP80R01731R003300080011-0. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive. RUDGERS, David F. “The Origins of Covert Action”. In: *Journal of Contemporary History*. V. 35, n. 2, 2000, p. 257.

23 Rebaixada em recursos e em suas atribuições políticas, a Agência surgiu da fusão entre a Technical Cooperation Administration, órgão do Departamento de Estado que administrava programas de cooperação técnica e assistência humanitária, e alguns programas de assistência militar e econômica remanescentes do Plano Marshall.

a uma orientação política favorável aos Estados Unidos, que eram as suas suscetibilidades, e não as da pobreza, o objeto imediato de intervenção.²⁴

Tomando essa postulação por princípio, iniciou-se no começo do segundo semestre de 1952 a formulação de uma estratégia de conquista da confiança e da fidelidade ideológica e política das classes intelectuais, para execução por todos os órgãos do governo dos EUA com atuação no exterior. Essa iniciativa, nos grupos de trabalho da Junta de Estratégia Psicológica, consolidou a formulação do “U.S. Doctrinal Program”, que era ao mesmo tempo diagnóstico e proposta de intervenção.²⁵ De particular importância, era sua conclusão de que jornais, revistas, programas de rádio e publicações literárias, disseminados pelos órgãos norte-americanos, eram impróprios às exigências e interesses do público intelectual. Avaliava-se que a União Soviética, empregando a sua rede de fraternidades, partidos, sindicatos, associações binacionais e grandes distribuidoras de livros – particularmente, duas delas, a Foreign Languages Publishing House e a International Book Publishers – vinha dirigindo a este público material cuja qualidade era considerada mais adequada e melhor reputada. Os EUA, com os programas jornalísticos e musicais irradiados pelo Voice of America, e com os filmes e publicações de apelo técnico e publicitário produzidos pelo United States Information System (USIS),²⁶ estariam apelando mais ao público de gosto popular e médio que ao intelectual.²⁷

Segundo os grupos de trabalho responsáveis pela elaboração do U.S. Doctrinal Program, faltava aos programas norte-americanos o modelo de operações e a mesma formação de quadros, desenvolvidos pelos órgãos comunistas. Na atração aos intelectuais, o modelo de operações deles teria como principal característica a capilaridade, já que sua estrutura básica, a célula, era um instrumento de grande alcance como base de formação, de divulgação e de expansão institucional, possibilitando diálogo com segmentos do público intelectual que

24 Memorando à Junta de Estratégia Psicológica, “Combatting (sic) Communist Influence among Students and Intellectuals”, de 27 de julho de 1953. ESDN: CIA-RDP80-01065A000200080005-3. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive.

25 Posteriormente nomeado PSB D-33/2. Era originário de uma investigação encomendada ao então vice-diretor da CIA, Allen W. Dulles, pelo embaixador em Teerã, Loy W. Henderson, para monitoramento e avaliação das formas de interação entre estudantes e intelectuais iranianos e organizações comunistas. Projeto “U.S. Doctrinal Program (for Board Approval)”. Apenso do memorando de George A. Morgan [diretor interino da Junta de Estratégia Psicológica], de 5 de maio de 1953. Anexo A, p. 8-13.

26 Fundado em 1942 e ainda em operação, o Voice of America é um órgão oficial de rádio e teledifusão do governo dos Estados Unidos. Incorporado em 1946 ao Departamento de Estado, ele foi transferido em 1953, juntamente com o USIS, para formar a seção de uma nova agência de informações, a United States Information Agency (USIA).

27 Projeto “U.S. Doctrinal Program (for Board Approval)”. Apenso do memorando de George A. Morgan [diretor interino da Junta de Estratégia Psicológica], de 5 de maio de 1953. Op., cit., Anexo A, p. 8-13. Memorando à Junta de Estratégia Psicológica, “Combatting (sic) Communist Influence among Students and Intellectuals”, de 27 de julho de 1953, pp. 1-2.

extrapolavam o universo mais restrito dos simpatizantes e militantes comunistas. A política de formação de quadros praticada nos partidos e fraternidades comunistas seria atraente por vincular os intelectuais a funções de liderança e consultoria correspondentes aos seus sentimentos de dignidade, orgulho e vaidade de ofício. O reconhecimento como segmento de elite, e a possibilidade de atuação em bases cosmopolitas e em circuitos internacionais, segundo a Junta, eram o grande atrativo das táticas de filiação empregadas por estas organizações.²⁸

Para conquistar apoio e dificultar atividades de infiltração e o fácil acesso das organizações comunistas aos círculos políticos e culturais, o Conselho de Segurança Nacional sugeriu que o modelo de atuação soviético, particularmente nessas duas características, fosse imediatamente incorporado aos programas externos dos Estados Unidos.²⁹

Os intelectuais da América Latina, do Oriente Médio e da Índia eram o principal objeto de intervenção, porque suas regiões representariam um foco especial de pobreza e resistência ao estilo de vida norte-americano. Além deles, a França era o outro grande foco, em razão do arraigado antiamericanismo intelectual francês e da popularidade e da importância do marxismo nas justificativas para essa recusa dos Estados Unidos. O marxismo, conforme era consenso na comunidade de informações, era o principal fundamento da afirmação de que o país era defensor do colonialismo e da estagnação de territórios coloniais e de nações recém-independentes, acusação que era problemática para a política externa norte-americana, particularmente nestas regiões que estavam sendo visadas para a ofensiva entre os intelectuais. Em uma era de descolonização, o marxismo estava se tornando a língua franca de muitos projetos de liberação nacional, posição de importância que era atribuída, pela Junta, à influência de organizações comunistas. Atuando como elementos de vanguarda, essas organizações estariam divulgando o modelo social e político soviético como via mais rápida para reformas sociais estruturais e o acelerado crescimento econômico, além de estimularem a adesão ao “racionalismo” – a posições consideradas “antiocidentais” ou “antibrancas” –, mobilizando, desta forma, forças nacionalistas para posições de independência em relação aos Estados Unidos e às potências europeias.³⁰

28 Projeto “PSB D-33”, de 28 de agosto de 1952. ESDN: CIA-RDP80R0173R003200050005-1. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive. Memorando à Junta de Estratégia Psicológica, “Combatting (sic) Communist Influence among Students and Intellectuals”, de 27 de julho de 1953, pp. 1 e 3.

29 Projeto “PSB D-33”, de 28 de agosto de 1952. Op., cit. Memorando à Junta de Estratégia Psicológica, “Combatting (sic) Communist Influence among Students and Intellectuals”, de 27 de julho de 1953, pp. 1 e 3.

30 Relatório “The Report of the President’s Committee on International Information Activities”, de 30 de junho de 1953. In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the United States, 1952-1954, Volume 2, National Security Affairs (in Two Parts), Part 2*. Washington DC: United States Government Printing Office, 1984, p. 1805-6, 1810. Projeto “United States Doctrinal Program”, cópia da USIA, de 15 de janeiro de 1954, p. 4. In: NARA. RG 59: Department of State. Bureau of Educational and

Esse diagnóstico, além de expor a prioridade dada ao monitoramento do nacionalismo nas “áreas pobres” do mundo, em razão das suspeitas de participação ou de infiltração comunista, estipulava posições sobre como lidar diplomaticamente com o fenômeno. Grosso modo, todo nacionalismo seria considerado doutrina “antiamericana” se seus representantes e movimentos advogassem o neutralismo na Guerra Fria, e declarado intolerável, hostil à segurança norte-americana, se o marxismo fosse seu fundamento ideológico. A estratégia definida na Junta de Estratégia Psicológica, a ser realizada pela CIA, USIA, FOA³¹ e departamentos de Estado e Defesa, era que o combate teórico ao marxismo e ao neutralismo eram características fundamentais da ofensiva junto aos intelectuais, e que o programa internacional de “reorientação ideológica”, pretendido com o U.S. Doctrinal Program, consideraria útil todo indivíduo ou grupo capaz de auxiliar na construção do “americanismo” como tema de interesse.³²

Durante o período de consolidação dessas posições, a CIA e o Departamento de Estado mantiveram divergências sobre que abordagem utilizar em relação ao marxismo. Era recorrente no escalão técnico, operacional e executivo do Departamento de Estado a opinião de que era um erro tentar o esvaziamento do marxismo, já que ele incorporava elementos da tradição do pensamento ocidental, como o racionalismo e o humanismo iluminista, que eram defendidos na própria propaganda democrática norte-americana. Além disso, temia-se que essa ofensiva resultasse involuntariamente em publicidade, não em antipropaganda. Para estes profissionais, desconhecimento e ignorância das teses marxistas seriam melhores que sua divulgação, ainda que negativa, como estratégia a ser aplicada aos meios intelectuais.³³

Cultural Affairs. Office of the Assistant Secretary (1961 – 03/31/1978). Series: Subject Files, compiled 1961-1962, documenting the period 1950-1962. Box 2.

- 31 Estabelecidos em 1953, a United States Information Agency (USIA) e o Foreign Operations Administration (FOA) surgiram da reorganização dos órgãos e programas de política externa dos EUA. A USIA passou a conduzir a maioria das atividades de informação e divulgação, e a FOA, a maioria dos programas de cooperação técnica, militar e econômica, antes sob a responsabilidade do Departamento de Estado.
- 32 Projeto “United States Doctrinal Program”, cópia da USIA, de 15 de janeiro de 1954. *Op. cit.*, p. 7. Cronograma de trabalho “Outline Plan of Operations for the U.S. Ideological Program (D-33)”, da Coordenadoria de Operações, 16 de fevereiro de 1955, p. 1 e ss. In: NARA. RG 59: Department of State. Executive Secretariat (1954-1964). Subject and Special Files, compiled 1953-1961, documenting the period 1952-1961. Box 39.
- 33 Carta “R Comments on PSB Proposal (PSB D-33)”, sem autor e remetente, de 8 de setembro de 1952; memorando “Agenda Item Nº. 1 for PSB Meeting September 11 – Doctrinal (Ideological) Warfare against USSR”; e memorando de J. C. H. Bonbright [Escritório para Questões Europeias: Departamento de Estado], para Howland H. Sargeant [Escritório de Relações Públicas: Departamento de Estado], de 9 de setembro de 1952. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Secretary. Executive Secretariat (02/17/1947-1954). Series: Psychological Strategy Board Working Files, 1951-1953. Box 5.

Howard R. Penniman, cientista político que chefiou (1953-1957) a Equipe de Pesquisa Externa (ERS), o serviço de contatos e contratação do Departamento de Estado, também acusou as dificuldades dessa opção, na qual estavam sendo assentados os fundamentos da propaganda democrática. Penniman, um dos responsáveis por assessorar e servir a toda a comunidade de informações com especialistas do mundo acadêmico, considerou o lema “Mundo Livre” limitado como emblema da diferença entre EUA e URSS, representando um prejuízo às políticas de divulgação. Ele destacou quatro razões principais. Primeiramente, a ideia de “liberdade” não designaria a verdadeira natureza do conflito ideológico entre os países. Razão porque seria difícil sustentar, contra o teste da realidade, o “comunismo” como a antítese de “Mundo Livre”, e os EUA como a síntese democrática perfeita. Em segundo, em opinião que ia ao encontro daquela dos diplomatas de carreira, e da dos profissionais da USIA, lotados nas missões no exterior,³⁴ a noção de liberdade proposta estava colada à tradição norte-americana e à sua democracia liberal, e sua proposição levava a atritos com aliados potenciais particularmente no mundo colonial, em um momento em que se projetavam – inclusive como parte das lutas de liberação, diferentes sentidos de liberdade. Em terceiro, o lema “Mundo Livre” seria abstrato e de difícil tradução em forma de política e de propaganda, por ser uma noção resistente à universalização. Em quarto, a ideia de “Mundo Livre” seria inexpressiva ou antipática para quem buscava suas referências na União Soviética.³⁵

Para Penniman, a resposta para a atração que o ideal revolucionário comunista despertava, de melhoramento humano e aceleração do ritmo de mudanças, era o “progresso”, tema que, como o da liberdade, também poderia ser trabalhado a partir das tradições da civilização norte-americana. Suas vantagens, segundo o chefe da ERS, eram estar mais próximo de aspirações da maioria das nações, que pretendiam maior velocidade na transformação de seus países, espelhar melhor as realizações materiais e humanas dos EUA, e beneficiada por sua materialidade, tocar o conflito ideológico entre as duas potências diretamente.³⁶

O tema das elites era outro importante ponto de discordância, como destacou Charles Burton Marshall, membro da equipe do Policy Planning Staff, do Departamento de

34 Conforme se verificava do monitoramento das atividades do U. S. Doctrinal Program nas missões no exterior e da avaliação do programa pelos próprios profissionais de campo. BARNISHEL, Greg. *Cold War Modernists: Art, Literature, & American Cultural Diplomacy*. New York: Columbia University Press, 2015, p. 267, nota 60.

35 Memorando de Howard R. Penniman (ERS: Departamento de Estado) para Allan Evans (Office of Intelligence Research: Departamento de Estado), de 19 de janeiro de 1955. In: NARA: RG 59: Department of State. Intelligence Bureau, Office of the Director, 1950-1959, Box 69.

36 Memorando de Howard R. Penniman (ERS: Departamento de Estado) para Allan Evans (Office of Intelligence Research: Departamento de Estado), de 19 de janeiro de 1955.

Estado. Trabalhando sob a direção de Paul Nitze, o principal autor do NSC 68, Marshall considerava a opção tática pela formação e arregimentação exclusivamente de elites intelectuais um risco para o desempenho diplomático do país e de sua propaganda democrática, uma vez que seria previsível, segundo ele, que os órgãos comunistas explorassem esse foco de investimento, como já era tradição, como um exemplo da orientação fascista e antipopular norte-americana para as relações internacionais.³⁷

Allen W. Dulles, nomeado diretor da CIA por Dwight D. Eisenhower no início de 1953, pensava como o redator do NSC 68, para quem a derrota do “totalitarismo soviético” dependeria de um anticomunismo profundo e integral. Sua posição, como diretor da Agência, era a de que o combate ao marxismo era um princípio fundamental da luta antitotalitária, uma vez que ele era central entre as bases teóricas do comunismo. A proposta popular no segundo escalão do Departamento de Estado, de se atacar a hipocrisia das políticas soviéticas, com uma crítica à distância entre teoria e prática, era considerada perniciosa, porque, para Dulles, possibilitava a recuperação da ideologia comunista, transmitindo a mensagem de que ela poderia ser reformada ao invés de destruída. A aposta nas elites, segundo o diretor da CIA, também era por princípio antitotalitária. O combate à “infiltração comunista” se daria pela reintegração política e social entre elites e com os demais segmentos sociais, já que era da politização das “massas” e da exploração da desarticulação entre “elites” que essa infiltração obtinha seus efeitos. Por isso, a orientação do diretor da CIA de que o programa ideológico focasse o apoio e formação de quadros culturais, acadêmicos e de governo, nos altos círculos políticos e intelectuais, no engendramento de uma liderança unificada em torno de valores e programas políticos. Tratava-se de “guerra psicológica” pelas mentes e lealdades intelectuais, e deveria se fazer emprego, segundo recomendava, de medidas ainda mais agressivas de dissuasão e convencimento.³⁸

Mudanças na organização e operação dos órgãos de política externa dos Estados Unidos, realizadas no início do governo Eisenhower, favoreceram Allen W. Dulles, ao definirem novos poderes para a CIA. A Agência aprofundou suas funções de agenciamento com a implantação das sugestões do Jackson Committee, um dos comitês elaborando naquele

37 Carta, “PSB D-33/2”, de C. B. Marshall [Policy Planning Staff: Departamento de Estado] para Walter J. Stoessel, Jr. [Escritório para Questões do Leste Europeu: Departamento de Estado], de 18 de maio de 1953. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Secretary. Executive Secretariat (02/17/1947-1954). Series: Psychological Strategy Board Working Files, 1951-1953. Box 5.

38 Carta “R Comments on PSB Proposal (PSB D-33)”, sem autor e remetente, de 8 de setembro de 1952; memorando “Agenda Item Nº. 1 for PSB Meeting September 11 – Doctrinal (Ideological) Warfare against USSR”; e memorando de J. C. H. Bonbright [Escritório para Questões Europeias: Departamento de Estado], para Howland H. Sargeant [Escritório de Relações Públicas: Departamento de Estado], de 9 de setembro de 1952.

momento a reorganização do complexo diplomático e de inteligência. O Comitê, que trabalhou sob influência do próprio Dulles, reforçou a importância de empregarem-se mais profundamente instituições e cidadãos norte-americanos, no exterior, como veículos de atividades “psicológicas”, reservando à CIA o controle integral dos aspectos secretos da ofensiva entre elites intelectuais, particularmente as funções de treinamento e contratação de agentes locais.³⁹

Divergências de ordem tática defrontaram a CIA e o Departamento de Estado, diferença que se consolidou em espécie de divisão de tarefas, em torno de escolhas sobre a forma de apresentação da proposta de “Mundo Livre” e a melhor proporção entre a propaganda do *american way of life* e a antipropaganda do regime soviético. A promoção dos EUA como vanguarda democrática internacional era central na noção de “Mundo Livre” a ser divulgada, sendo seu valor fundamental a defesa do Estado de Direito, a promoção de direitos, na forma de proteção de minorias e promoção da igualdade social, e a defesa das liberdades religiosa, civil, trabalhista, de propriedade e de privacidade. O Departamento de Estado e a CIA, na ofensiva entre intelectuais, dividiam-se entre esse mosaico de características da “Democracia na América” e o destaque dos aspectos “totalitários” do regime soviético. A CIA, particularmente, pendeu para uma especialização na “crítica antitotalitária”.⁴⁰

Se havia diferença, disputa e variedade na definição dos meios, havia unidade na questão dos fins do programa ideológico, que eram claros quanto às metas da ofensiva. Dos intelectuais, particularmente os de esquerda e não-comunistas, pretendia-se sua mobilização

39 Todos os órgãos de política externa dos EUA assumiram funções de agenciamento após o Jackson Committee, mas, no que diz respeito aos U. S. Doctrinal Program, o trabalho de coordenação era secreto e cabia à CIA, reservando-se aos demais participantes, como a USIA, realizarem apenas os aspectos não-atribuídos do programa, as ações que eram secretas apenas na origem e que poderiam ser compartilhados com outros órgãos. Vide: memorando de Lyman B. Kirkpatrick [Inspetor Geral: CIA] para o diretor da CIA [Allen W. Dulles], de 16 de abril de 1953, ESDN: CIA-RDP80Bo1676R004300070003-7; relatório “Progress Report to the National Security Council on Implementation of the Recommendations of the Jackson Committee (NSC Action 866)”, da Coordenadoria de Operações, 30 de setembro de 1953, anexo A, p. 3-5, ESDN: CIA-RDP80-01065A000600150008-8; relatório “Report of the Department of State on Implementation of the Recommendations of the Jackson Committee Report (List A)”, anexo A, p. 3-7, ESDN: CIA-RDP80-01065A000600150005-1. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive. Memorando “Preliminary Report on U.S. Doctrinal Program”, de Elmer B. Staats para a Coordenadoria de Operações, de 5 de agosto de 1954, p. 1 e ss., especialmente p. 10. In: NARA. RG 59: Department of State. Bureau of Educational and Cultural Affairs. Office of the Assistant Secretary (1961-03/31/1978). Series: Subject Files, compiled 1961-1962, documenting the period 1950-1962. Box 2.

40 Relatório “The Report of the President’s Committee on International Information Activities”, de 30 de junho de 1953. Idem, ibidem, p. 1796-7. Cronograma de trabalho “Outline Plan of Operations for the U.S. Ideological Program (D-33)”, da Coordenadoria de Operações, 16 de fevereiro de 1955, p. 1 e ss., especialmente p. 10; relatório “2nd Meeting of the ‘Doctrinal Warfare’ Panel, 28 November, 1952, 2:10 pm”; e memorando para arquivamento de 2 de dezembro de 1952, sem autor. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Secretary. Executive Secretariat (02/17/1947-1954). Series: Psychological Strategy Board Working Files, 1951-1953. Box 5.

para a transformação da vida política e intelectual das regiões visadas, a Europa Ocidental, o Norte da África, a América Latina, a Índia e o Sudeste Asiático. Deles, esperava-se a iniciativa e a capacidade de alterar a forma de atuação das esquerdas, em particular, suscitando a eliminação da ameaça comunista e fortalecendo a identificação com o bloco “ocidental”. Certos princípios de ação deveriam guiar esses quadros:

- a) A defesa de táticas estritamente legalistas, anti-revolucionárias e associadas aos marcos do chamado Estado de Direito, para acesso aos meios executivos do Estado.
- b) A defesa de programas políticos baseados em referenciais “realistas” e não-utópicos de implantação das promessas de governo.
- c) A universalização da idéia de liberdade, como articulada na tradição política e religiosa dos EUA.
- d) A crítica das imagens negativas sobre os baixos padrões da vida cultural e intelectual norte americana.⁴¹

Economistas e cientistas sociais eram os preferidos para essa tarefa de criação de um novo pensamento político de esquerda,⁴² e nas funções de agenciamento e recrutamento da CIA, se privilegiaria, fundamentalmente:

- a) A promoção e distribuição de material dirigido às elites.
- b) A infiltração de agentes em jornais e universidades.
- c) A realização de conferências e fóruns temáticos.
- d) A criação institucional, para efeitos dissuasórios e disruptivos entre os elementos hostis aos objetivos norte-americanos.⁴³

Tratava-se de encontrar contatos adequados nos lugares e grupos visados, e a CIA privilegiaria os meios privados e não-governamentais como universo de busca, utilizando prerrogativas já estabelecidas em atos de governo. Estava regulamentada, desde 1948, na norma de inteligência n. 7, do Conselho de Segurança Nacional, o direito da Agência de recrutar cidadãos e instituições privadas norte-americanas para operações externas e para a coleta de informação.⁴⁴ Desde 1953, a delegação para explorar estes canais para atividades secretas e de

41 Projeto “United States Doctrinal Program”, cópia da USIA, de 15 de janeiro de 1954. Op. cit., p. 5, II-2, 15-7.

42 Jornalistas e lideranças partidárias, estudantis e sindicais também eram visados, mas seu agenciamento era menos massivo e abrangente, comparativamente. Cf.: Projeto “United States Doctrinal Program”, cópia da USIA, de 15 de janeiro de 1954, *passim*.

43 Projeto “PSB D-33”, de 29 de junho de 1953. Anexo “B”. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Secretary. Executive Secretariat (02/17/1947-1954). Series: Psychological Strategy Board Working Files, 1951-1953. Box 5.

44 Instrução do Conselho de Segurança Nacional, “National Security Intelligence Directive Nº. 7. Domestic

inteligência se tornou prerrogativa exclusiva da CIA, quando Allen W. Dulles definiu o papel da Agência no controle de circulação dos dados trocados entre os órgãos de governo dos EUA e fundações, empresas e cidadãos do país com atuação no exterior. A Divisão de Contatos da CIA assumia a função de balcão de atendimento, encaminhando pedidos de monitoramento e repassando aos órgãos de política externa, através das suas respectivas seções de inteligência, informações sobre indivíduos e organizações.⁴⁵

A reivindicação de época, de que o vínculo entre iniciativas governamentais e privadas fosse extremado, vinha de todos os órgãos de política externa, e essa exigência não foi prejudicada pelo controle da CIA sobre a disseminação de dados de instituições no exterior. Quando o U.S. Doctrinal Program foi iniciado, em 10 de julho de 1953,⁴⁶ o uso secreto de meios não-governamentais se expandia também em resposta à demanda por serviços da CIA, que vinham de ramos de governo não relacionados ao complexo diplomático.⁴⁷

Em se tratando das metas do programa ideológico, a Fundação Ford era considerada a mais competente instituição norte-americana, espécie de vanguarda nas atividades de atração aos intelectuais, por ultrapassar o antiamericanismo em sua atuação, e por desenvolver uma agenda politicamente útil ao projeto do Conselho de Segurança Nacional, da Junta e de seu sucedâneo, a Coordenadoria de Operações (1953-1961), justamente em áreas visadas, como a Índia, o Sudeste Asiático, o Oriente Médio e a Europa Ocidental.⁴⁸

Exploitation”, de 12 de fevereiro de 1948. ESDN: CIA-RDP85S00362R000600120007-5. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive.

- 45 A normatização restringiu a prática de investigação e interrogatório de civis, viajantes e retornados do exterior, que antes de 1953 era autorizada para outras agências. Também foi regulado o serviço dentro da própria CIA, que passou a ser uma atividade de especialistas, vetada para funcionários não graduados. Vide: norma de inteligência “Director of Central Intelligence Directive Nº. 7/1. Domestic Exploitation of Non-Governmental Individuals Approaching Intelligence Agencies”, de 1 de outubro de 1953. ESDN: CIA-RDP85S00362R000600120007-5. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive.
- 46 O Programa esteve sob a responsabilidade de Cord Meyer Jr. Allen W. Dulles o nomeou naquele mês para dirigir a International Organization Division (IOD), uma divisão especial de operações secretas responsável pela proposta de atração dos intelectuais de esquerda. Ocupou esta posição até 1962. Vide: memorando do chefe de Guerra Política e Psicológica [da Junta de Estratégia Psicológica] para o diretor da CIA, de 23 de julho de 1953, ESDN: CIA-RDP80R01731R003200050010-5; e memorando “Implementation of PSB D-33, the U.S. Doctrinal Program”, de Allen W. Dulles para o diretor em exercício da Junta de Estratégia Psicológica, de 1 de agosto de 1953, ESDN: CIA-RDP80-01065A000200080004-4. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive.
- 47 Memorando “Coordination of Economic, Psychological and Political Warfare and Foreign Information Activities (NSC Actions nº., 1183 and 1197).”, do diretor do Departamento de Orçamento para o Presidente [Eisenhower], de 29 de janeiro de 1955, p. 4. In: NARA. Record Group 59: Department of State. Policy Planning Council (1961-1969). Series: Subject Files, 1954-1962. Box 95. Manual, “Operations Coordinating Board. A descriptive statement of the organization, functions, and procedures of the OCB”, edição de setembro de 1955, ESDN: CIA-RDP80B01676R002700040035-3. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive.
- 48 Projeto “U.S. Doctrinal Program (for Board Approval)”. Apenso do memorando de George A. Morgan [diretor interino da Junta de Estratégia Psicológica], de 5 de maio de 1953, pp. 3-5. Memorando à Junta de

A Fundação Ford e a proposta de atração aos intelectuais

A Fundação Ford desfrutava de rara credibilidade, razão por que era considerada o canal modelo na proposta de atração. A desconfiança de estudantes e intelectuais em relação a instituições norte-americanas, as governamentais particularmente, aparentemente não afetava a Fundação, já que seu trabalho de relações públicas era competente em convencer que a organização era independente de governos e politicamente livre e neutra no desenvolvimento de sua agenda de apoio a intelectuais e grupos de pesquisa.⁴⁹

Beneficiários da Fundação Ford já estavam desenvolvendo projetos considerados importantes para a realização do programa ideológico, uma vez que certos compromissos institucionais da organização filantrópica eram também metas do U. S. Doctrinal Program. Três desses princípios de atuação da Fundação, segundo a CIA e o Departamento de Estado, eram os mais estratégicos:

- a) o apoio à construção de propostas sofisticadas de crítica ao marxismo;
- b) o desenvolvimento de projetos de reforma universitária, visando à formação de elites intelectuais e dirigentes, a melhor divulgação do saber acadêmico e a incorporação de “minorias sociais”; e
- c) a criação institucional e o estabelecimento de redes políticas, para consolidação da atuação de aliados e beneficiários.

Até por ser uma instituição anticomunista, era notável que a Fundação Ford conseguisse ser um mediador político entre órgãos governamentais e não-governamentais, e uma ligação importante entre estas duas instâncias e grupos intelectuais e estudantis de esquerda, nas várias áreas geográficas da ofensiva. Razão por que, além de bem conceituada, sua atuação era tão valiosa.⁵⁰

Estratégia Psicológica, “Combatting (sic) Communist Influence among Students and Intellectuals”, de 27 de julho de 1953, p. 4-6. Memorando “Communist Influence among Students and Intellectuals”, de S. Everett Gleason [vice-secretário-executivo do Conselho de Segurança Nacional] para o general Robert Cutler [assistente especial ao Presidente para Questões de Segurança Nacional], de 26 de junho de 1953; e carta de Robert Cutler para George [A. Morgan], de 29 de junho de 1953. ESDN: CIA-RDP80-01065A000200080005-3. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive.

49 Memorando à Junta de Estratégia Psicológica, “Combatting (sic) Communist Influence among Students and Intellectuals”, de 27 de julho de 1953, pp. 4-5. Essa competência da Fundação Ford para projetar-se como independente era notável, uma vez que se sabe que sua atuação internacional estava ancorada principalmente em políticas do Departamento de Estado e na colaboração com órgãos de política externa dos EUA. Vide, para uma introdução temática: CHAVES, Wanderson. “A Fundação Ford e o Departamento de Estado Norte-Americano: a montagem de um modelo de operações no pós-guerra”. *Revista Crítica Histórica*, v. 6, n. 11, 2015.

50 Memorando à Junta de Estratégia Psicológica, “Combatting (sic) Communist Influence among Students and Intellectuals”, de 27 de julho de 1953, passim.

A Fundação Ford, no desenvolvimento institucional de órgãos editoriais e acadêmicos, e com o patrocínio ao intercâmbio internacional, à promoção de eventos e à concessão de bolsas de estudo, promoveu uma intervenção profunda nas áreas de Ciências Sociais e Economia, alavancando interesses temáticos, campos disciplinares e novas áreas de intervenção para o universo das humanidades. O impacto foi estrutural e se apresentou na forma de mobilização intelectual para a formulação de teorias da modernização, para a construção de aplicações técnicas para as políticas de desenvolvimento, e, através do campo dos estudos comparativos e de Relações Internacionais, para a produção de saber especializado sobre regiões e questões do cardápio de preocupações da política externa norte-americana. O American Council of Learned Societies (ACLS) e o Social Science Research Council (SSRC), em políticas de pesquisa acadêmica; o Institute of International Education (IIE) e o American Universities Field Staff, Inc. (AUFS), no intercâmbio estudantil; e a Association of American University Presses (AAUP), em políticas de divulgação acadêmica; eram exemplares de uma política de forte intervenção administrativa e de pesados investimentos da Fundação, que voltou importantes instituições para essa proposta de intervenção no mundo das ideias.⁵¹

As universidades, naturalmente, eram a primeira frente dessa proposta de intervenção. Iniciou-se pelos EUA, com a criação de grupos interdisciplinares de pesquisa acadêmica sobre comunismo e países comunistas, investimento pioneiro em Ciências Sociais fundamental na fundação dos “estudos de área”. Tratava-se da criação de centros de estudos sobre Leste Europeu, União Soviética, Oriente Médio e China, destacadamente os das universidades de Harvard, Cornell, Columbia, Stanford e Michigan State, que a Fundação Ford e o Departamento de Estado mantinham financeiramente desde 1950, e que se tornaram muito influentes. O trabalho apoiado era o da realização de grandes inventários de História e Ciência Política, centrado em temas de política partidária e política econômica comparada, e em pesquisas sobre modernização, desenvolvimento econômico, recepção de propaganda e formação de elites e classes sociais. O esforço reverteu em produção de conhecimento teórico de nível acadêmico e consolidação de um repertório e um modelo de atuação que foi estendido à operação em outras áreas de interesse, como a dos estudos sobre o subdesenvolvimento, que a Ford e o Departamento de Estado subsidiaram no Massachusetts

51 MAGAT, Richard. *Ford Foundation at Work: Philanthropic Choices, Methods, and Styles*. New York: Plenum Press, 1979, pp. 93-161. BERMAN, Edward H. *The Influence of Carnegie, Ford, and Rockefeller Foundations on American Foreign Policy: The Ideology of Philanthropy*. Albany: State University of New York Press, 1983, especialmente cap. 4.

Institute of Technology (MIT) e na Universidade de Chicago, intervenção que resultou em impactos diretos na reflexão e construção das políticas do desenvolvimentismo.⁵²

Além da frente universitária, havia a frente de publicações, que constituía, da ótica do governo norte-americano, uma fronteira política tecnicamente complexa. Eisenhower havia lançado, à mesma época da edição do programa ideológico, em 1953, várias medidas que pretendiam superar a estratégia soviética, bem sucedida editorialmente, de grande variedade de traduções e tiragens, preços baixos, boas estratégias de distribuição, e adequação de materiais ao gosto do alto público intelectual. O presidente, ao aprovar entre as medidas a redução de impostos, custos postais, barreiras alfandegárias e taxas cambiais, pretendeu principalmente baratear o livro norte-americano, mas, paralelamente, também tomou medidas relativas à distribuição. Da Casa Branca, do President's Emergency Fund for International Affairs, foram direcionadas verbas à Franklin Publications Inc. e a Arlington Press, duas grandes editoras, para que melhorassem a logística editorial no exterior, e que garantissem preços competitivos com suas publicações subsidiadas.⁵³

O grande chamariz da Fundação Ford, nesse terreno dominado pela exemplaridade soviética, era a experiência em distribuição e no estabelecimento de publicações, particularmente as que buscavam alcançar o público arredo e exigente, chamado de *highbrow*. A Junta de Estratégia Psicológica já havia notado seu esforço, elogiando seu desempenho na consolidação de uma logística de divulgação e distribuição na Europa Ocidental, que trouxera redução de preços, e o padrão editorial de suas publicações e da crítica anticomunista dirigida nesse material ao público intelectual, que estaria tendo impacto regional na competição editorial com a União Soviética.⁵⁴

Tratava-se, nesse diagnóstico positivo, da Intercultural Publications, órgão da Fundação especializado em produção e distribuição de livros e revistas de natureza cultural, artística e jornalística, que atuava principalmente na Europa Ocidental, Índia e Leste Europeu. *Perspectives*, revista quadrimestral de artes e literatura norte-americana

52 CUMINGS, Bruce. *Boundary Displacement: Area Studies and International Studies During and After the Cold War*; GENDZIER, Irene L. "Play It Again Sam: The Practice and Apology of Development". In: SIMPSON, Christopher (E.). *Universities and Empire: Money and Politics in the Social Sciences during the Cold War*. New York: New Press, 1998.

53 Relatório "Report on Reduction of Postal Rates on American Books Going Abroad", da Coordenadoria de Operações, 7 de dezembro de 1955, anexo A, pp. 1-2; e minutas de discussão de mesa-redonda, sem data. In: NARA. RG 59: Department of State. Executive Secretariat (1954-1964). Subject and Special Files, compiled 1953-1961, documenting the period 1952-1961. Box 39.

54 Projeto "U.S. Doctrinal Program (for Board Approval)". Apenso do memorando de George A. Morgan [diretor interino da Junta de Estratégia Psicológica], de 5 de maio de 1953, anexo A, pp. 6-12.

contemporânea, era seu maior empreendimento.⁵⁵ Eram quatro edições nacionais principais, publicadas na Inglaterra, França, Itália e Alemanha, além de versões adaptadas para a Índia, Holanda e Japão e o próprio EUA. Desde 1952, vendida a preços módicos, para atrair especialmente o público de estudantes universitários, essas edições nacionais registravam uma tiragem média entre 40 e 50 mil exemplares. Distribuída para 60 países, principalmente como encarte do *Atlantic Monthly*, importante mensário norte-americano de cultura e política, e obtendo boa acolhida entre o público que freqüentava as bibliotecas da USIA na Europa,⁵⁶ *Perspectives* chegou a tiragens de 250 mil exemplares.⁵⁷

Apesar dos números apresentados, as altas tiragens não foram tratadas como uma indicação de sucesso, particularmente após ter sido feita uma avaliação da acolhida da publicação na França. Harold Kaplan e John Brown, diretores licenciados da editora Houghton-Mifflin, e Frederick H. Burkhardt, presidente da ACLS, viajaram como consultores por toda a Europa, em 1954, para avaliar o impacto da revista para a Fundação, e identificaram problemas de recepção. A grande falha do projeto era seu fracasso em alcançar o leitor *highbrow* francês, informação decisiva, já que tomavam a realização de toda a política pela aceitação por esse público. O diagnóstico era o de que não ser lido na França, nos altos círculos intelectuais, definiria ausência de influência e poder de irradiação, e, tendo em vista os quadros de esquerda serem significativos nesse meio, incapacidade em tocar esse universo tão visado. Na Fundação Ford, a orientação foi pela redefinição de estratégias. O patrocínio à Intercultural foi encerrado em setembro de 1954, com as últimas edições ainda subsidiadas lançadas em outubro de 1956, com o argumento de que a meta de divulgar material norte-americano não foi alcançada entre o público mais ilustrado dos formadores de opinião.⁵⁸

Mas havia outra motivação quase tão importante, já que a decisão para o término do financiamento, tomada na Divisão de Assuntos Internacionais da Fundação, também elencava outras razões. Shepard Stone, diretor dessa Divisão desde 1953, era o articulador do projeto de uma nova política de publicações, na qual o debate de temas de cultura e política substituiria a da divulgação direta da arte norte-americana, medida que era dirigida particularmente ao segmento recalcitrante da esquerda não-comunista. *Der Monat*, revista alemã já patrocinada pela Fundação Ford, uma publicação da rede de periódicos do Congresso

55 A Intercultural também supervisionava duas publicações menores: *Diogene*, revista da UNESCO dirigida por Roger Caillois, e *Confluence*, revista da Universidade de Harvard dirigida por Henry Kissinger.

56 BARNISHEL. *Op. cit.*, cap. 5.

57 As tiragens não oscilavam muito em razão do montante de vendas, já que a Fundação Ford se comprometia com o pagamento dos custos totais das edições. TOURNÈS, Ludovic. “La diplomatie culturelle de la Fondation Ford: Les éditions Intercultural Publications (1952-1959)”. In: *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*. N. 76, 2002, p. 67 et seq.

58 BARNISHEL. *Op. cit.*, cap. 5.

pela Liberdade da Cultura (CCF), era apresentada como a referência desse novo padrão editorial.⁵⁹

O CCF, uma organização baseada em Paris, anteriormente estabelecida em Berlim, em 1950, era uma frente secreta da CIA, criada para fornecer respostas mais sofisticadas às “Campanhas Pela Paz Mundial”, com a qual a Fundação mantinha um grande portfólio de financiamentos, além de estreitas afinidades. O CCF havia se tornado fundamental na estratégia da Agência de composição de uma frente de oposição à URSS, identificada à renovação das tradições e literatura de esquerda e à abertura intelectual para a política e cultura norte-americana com suas organizações e publicações.⁶⁰ Para a Fundação, essas atividades traziam uma solução de enraizamento, na produção de material e vínculos locais, que era importante para o estabelecimento da credibilidade nacional e internacional das publicações e para afastar as críticas antiamericanas.⁶¹

Shepard Stone, proveniente do Alto Comissariado para a Alemanha Ocupada (1948-1952), onde iniciou o patrocínio a *Der Monat* e sua trajetória pessoal de agenciamento de organismos e lideranças para o Departamento de Estado, a CIA e a Fundação Ford,⁶² buscava alinhar essa política às novas resoluções de 1955 do CCF, que traziam inúmeras novidades. O Congresso pela Liberdade da Cultura, na conferência de Milão realizada naquele ano, sinalizou que o momento era de deslocamento do campo de batalha ideológico da Guerra Fria, com a morte de Stálin, em 1953, e a conferência de Bandung, alguns meses antes, em abril. O nacionalismo anticolonial, o não-alinhamento e os experimentos socialistas da periferia do mundo ocidental representariam, após o avanço da desestalinização da União Soviética e o término da de-nazificação da Europa, o terreno de radicalismo onde se desenvolveria a futura arena de disputa contra o antiamericanismo e a agenda internacional dos EUA. A Fundação Ford, alinhada a essa orientação, avaliou que não eram necessárias mais revistas além das existentes para a Europa Ocidental – o fim ao patrocínio da Intercultural era explicitado nestes termos –, porque a busca pelo formador de opinião, em geral, e pelo intelectual de esquerda, em particular, estava se deslocando para o mundo em “desenvolvimento”.⁶³

59 *Ibidem*; BERGHAHN, Volker R. *America and the Intellectual Cold Wars in Europe: Shepard Stone between Philanthropy, Academy, and Diplomacy*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2001, cap. 8.

60 SAUNDERS. *Op. cit.*, pp. 17, 63, 98. Nos anos 1950 e 1960, o CCF desenvolveu extensa agenda institucional, com a realização de programas de intercâmbio, promoção de eventos artísticos e acadêmicos internacionais, proteção de intelectuais e artistas censurados e ameaçados e coordenando uma rede global de periódicos.

61 BARNISHEL. *Op. cit.*, cap. 5.

62 SAUNDERS. *Op. cit.*, cap. 9.

63 ENGLE, Megan C. *The Congress for Cultural Freedom, Modernization, and the Cultural Cold War in Anglophone Africa, 1958-1967*. 2014. 209 f. Tese (Doutorado) – Graduate School of Binghamton University,

A Fundação pretendia que o CCF compusesse sua frente ampla de atração de lideranças nessas novas regiões de interesse, buscando, nesse ajuste de prioridades, a transposição do padrão de atuação dos seus órgãos e periódicos, que era o apoio à construção de regimes políticos de orientação ocidental, parlamentar e democrática e o suporte a vozes influentes e moderadas. Mas, como ficara explícita na escolha por não realizar uma oposição vocal à conferência de Bandung, a orientação para a periferia do mundo ocidental não seria mais a do anticomunismo e do antineutralismo militantes, que tinham sido determinantes até então. Para o sociólogo da Universidade de Chicago, Edward Shills, estes postulados deveriam ser substituídos pela apologia do desenvolvimento. Shills, além de estar entre os responsáveis por definir essa reorientação programática do CCF para projetos de *nation building*, nos marcos da modernização desenvolvimentista, também teve participação na escolha da jovem classe média como alvo central da ofensiva. Segundo ele, a opção por esses jovens se explicava pelo enorme peso que seu grupo social de origem, a elite intelectual urbana, tinha no desencadeamento de mudanças políticas em sociedades “tradicionais” e “atrasadas”. A radicalização para o nacionalismo e a verificada permeabilidade deles à propaganda comunista seria ainda mais preocupante que em países “desenvolvidos”, em razão da influência desproporcional de seu segmento na consolidação da opinião pública nessas sociedades. O esforço, recomendado por Shills ao CCF, era o de construção de novas mensagens políticas e estratégias de agenciamento dirigidas a jovens entre 25 e 35 anos, orientadas a potenciais lideranças políticas e culturais, para tomá-los do radicalismo e atualizá-las à proposta de ordem norte-americana e ocidental.⁶⁴

A demanda de Edward Shills era congruente com um princípio fundamental da política de recursos humanos da Fundação Ford, a formação de elites. Mas especificava a meta particular do combate ao “provincianismo”, foco que ela, o Departamento de Estado e a CIA vinham estabelecendo como aspecto integral de sua atuação em relação aos jovens e intelectuais, e entre os objetivos de sua missão modernizadora para áreas como América Latina e Caribe. As “novas classes médias” dessas duas regiões representariam mundialmente o caso mais grave, por serem, segundo análises da CIA, as menos internacionalizadas e as mais ignorantes da realidade norte-americana. O fenômeno era explicado pelo caráter pouco “orgânico” de sua existência, já que esse segmento vinha aparecendo na arena pública separado política e socialmente das tradicionais elites proprietárias de seus países, emergindo identificado à esquerda e a posições de protesto contra o establishment. Esse descolamento

State University of New York, Binghamton, 2014, cap. I.

64 *Ibidem*, cap. I.

característico teria consolidado princípios de orientação e comportamento negativos nesse segmento social, particularmente:

- a) o marxismo;
- b) o ceticismo, no descrédito da propaganda norte-americana, particularmente a sobre a resolução satisfatória do racismo nos EUA;
- c) o “radicalismo”, na defesa do estatismo como meio de resolução das reformas sociais.⁶⁵

A pretensão do governo norte-americano, com a edição do NSC 5432/1, documento do Conselho de Segurança Nacional que estabeleceu estudantes e universidades entre as prioridades do orçamento do país para as Américas, era justamente a de desfazer o processo de descolamento desse segmento jovem.⁶⁶ Aprovado em 1955, ele definiu pesados investimentos em intercâmbio e cooperação técnica, tendo metas amplas de renovação das imagens dos Estados Unidos e reorientação da dinâmica política regional. Esperava-se dessa nova programação, voltada à inserção desses segmentos de classe média em circuitos globais cosmopolitas e pró-ocidentais, a superação da “imaturidade” juvenil e intelectual deles para problemas das relações internacionais e Guerra Fria, o baixo nível acadêmico e a “esquerdização” pelo marxismo.⁶⁷ Dessa experiência de formação e filiação a novas redes, pretendia-se a fundação e adesão popular a um nacionalismo identificado à coalizão com os Estados Unidos, capaz de deslocar as bases estudantis, sindicais, artísticas e acadêmicas das influentes organizações comunistas.⁶⁸

65 Essas análises, que constaram nas estimativas de inteligência (NIEs) da CIA para América Latina e Caribe dos anos 1950, também se estendem, com ênfases e destaques menos superlativos, às demais regiões do mundo em “desenvolvimento”. Vide: NIE 70 (Conditions and Trends in Latin America Affecting US Security), de 12 de dezembro de 1952, pp. 2-3. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57527817/Conditions-Adn-Trends-in-Latin-America-Affecting-US-Security>>. Acesso em: 01 ago. 2011. “NIE 80/90-55 (Conditions and Trends in Latin America)”, de 6 de dezembro de 1955. In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the United States, 1955-1957, volume VI. American Republics: multilateral; Mexico; Caribbean*. Washington DC: U.S. Government Printing Office, 1987, p. 19-20. “NIE 80/90-58 (Latin American Attitudes toward the US)”, de 2 de dezembro de 1958. In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the United States, 1958-1960, volume V. American Republics*. Washington DC: U.S. Government Printing Office, 1991, pp. 60, 63-71.

66 Relatório “Progress Report on NSC 5432/1 United States Objectives and Courses of Action with Respect to Latin America”. de 19 de janeiro de 1955. In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the United States, 1952-1954, volume IV. The American Republics*, pp. 101, 106-9.

67 Relatório “Special Report on Latin America (NSC 5613/1)”, de 26 de novembro de 1958; e documento do Conselho de Segurança Nacional, “5902/1. Statement of U.S. Policy toward Latin America”, de 16 de fevereiro de 1959. In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the United States, 1958-1960, volume V. American Republics*. pp. 45-6 e 98.

68 “Memorando de discussão do 369º encontro do Conselho de Segurança Nacional”, de 19 de junho de 1958.

As metas da política de formação de quadros intelectuais da Fundação Ford, dirigidas ao mundo em “desenvolvimento”, eram as mesmas da do governo norte-americano, e eram precursoras. Quando abriu seus primeiros escritórios na Ásia e no Oriente Médio, em 1952, e na África, em 1958, seus programas, que estavam vinculados a um esforço mais amplo de reforma universitária, já se orientavam para a formação desse novo tipo humano. Seria um profissional atualizado à teoria de ponta em Ciências Sociais, empenhado em formular análises e ideologias autóctones, que respondessem positivamente ao princípio capitalista de desenvolvimento.⁶⁹

Precursor também era seu esforço em relação aos estudos africanos e latino-americanos. Quando a África e a América Latina se tornaram prioritárias na política externa dos EUA, no fim dos anos 1950, devido à Revolução Cubana e à escalada no processo de descolonização, os melhores centros de estudos norte-americanos eram patrocinados pela Fundação Ford. Como anteriormente, com os estudos asiáticos e sobre o comunismo, trabalhava-se a formação de mão de obra e elites dirigentes de nível superior e a elevação da qualidade da informação disponível aos órgãos de governo.⁷⁰ A Fundação havia designado, ainda em 1955, que um comitê acadêmico formado por SSRC e ACLS gerisse a área de estudos africanos, impulsionando os grupos das universidades de Boston, Northwestern, Chicago, Wisconsin, Berkeley, Stanford, Indiana, Columbia, Yale, Howard e Michigan State para influenciar o desenvolvimento da especialidade.⁷¹

O mesmo mecanismo de gestão SSRC-ACLS foi empregado, já em 1956, para sustentar centros de pesquisa sobre América Latina, repetindo-se as metas aplicadas aos demais estudos de área, que eram o impulso ao intercâmbio acadêmico, à publicação de livros e revistas, a consolidação de órgãos de classe e a oferta de prêmios e bolsas internacionais de pós-graduação. Na frente norte-americana, privilegiou-se a impulsão aos grupos estabelecidos nas universidades de Columbia, Harvard e Minnesota, em Austin, na Universidade do Texas, e em Berkeley e Los Angeles, na Universidade da Califórnia, investimento em uma rede de especialistas que desencadeou, anos mais tarde, em 1965, a fundação da Latin American Studies Association, a LASA.⁷² Na frente latino-americana, destacou-se desde os primeiros

In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the United States, 1958-1960, volume V. American Republics*, p. 29.

69 Item de súmula “Social Science Research Council: Strengthening Latin American Studies”, com data de 21-22 de junho de 1962. In: Rockefeller Archive Center (de agora em diante, RAC). Ford Foundation Records. Grant Files. Reel nº. 2629. Grant Number 62-359.

70 SUTTON, Francis X. The Ford Foundation’s Development Program in Africa. *African Studies Bulletin*, v. 3, n. 4, 1960, p. 2; KINGSLEY, J. Donald. The Ford Foundation and Education in Africa. *African Studies Bulletin*, v. 9, n. 3, 1966, p. 2.

71 SUTTON, Francis X.; SMOCK, David R. The Ford Foundation and African Studies. *Issue: A Journal of Opinion*, v. 6, n. 2/3, Africanist Studies 1955-1975, Summer – Autumn, 1976, pp. 68-70.

72 Memorando de 1 de junho de 1966, do Social Science Research Council; memorando de 9 de junho de 1969,

momentos a sustentação aos órgãos de pesquisa e formação da CEPAL – a FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 1957) e o ILPES (Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, 1962), de Santiago, e o CLAPCS (Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1957), do Rio de Janeiro, para a aplicação desses objetivos.⁷³

Tratava-se, nessa estratégia de atração dos intelectuais da América Latina e Caribe, de uma divisão de tarefas que ia além das afinidades existentes entre as políticas da Fundação Ford e as do governo norte-americano. A Fundação firmou certos compromissos com os órgãos de política externa quanto à realização de contatos e vínculos institucionais, dentre eles, o mais importante era o de que ela fosse o primeiro e principal canal acionado para realizar as abordagens. A reivindicação foi feita em nome do sucesso da agenda dos EUA, pois, segundo a Ford, havia a necessidade de operadores como ela, dotados de uma imagem de autonomia que estava ausente da maioria dos programas existentes, como o da United States Agency for International Development (USAID).⁷⁴ O problema da proposta de treinamento técnico da USAID era sua conexão governamental, repelente para o público visado, limitação que as bolsas acadêmicas da Comissão Fulbright, do Departamento de Estado, e as bolsas de intercâmbio da Organização dos Estados Americanos (OEA) também teriam.⁷⁵ Privilegiar a Fundação no plano de renovação de elites, de construção de redes acadêmicas e compromissos intelectuais, permitiria, segundo a instituição, a seleção dos bons quadros que não estavam nos programas oficiais. Além disso, abriria oportunidades para o governo dos EUA, que poderia obter do recrutamento de ex-beneficiários a elevação da credibilidade de suas políticas. Da parte da Fundação Ford, tratava-se de regular as interações de seus beneficiários de forma a não serem confundidos nem tragados por associações públicas⁷⁶ ou secretas com governos.⁷⁷

de Kalman H. Silvert para Harry E. Wilhelm. In: RAC. Ford Foundation Records. Grant Files. Reel nº. 2629. Grant Number 62-359.

73 Memorando de Melvin J. Fox para Clarence H. Faust e John B. Howard, de 7 de dezembro de 1961. In: RAC. Ford Foundation Records. Grant Files. Reel nº. 2629. Grant Number 62-359. Relatório de Kalman H. Silvert, “Draft statement of policy guidelines for social sciences in Latin America”, de 27 de janeiro de 1969. In: RAC. Ford Foundation Records. Reports. N.º 008774.

74 Órgão que substituiu a International Cooperation Administration, extinta em 1960.

75 A OEA e a União Pan-americana eram importantes áreas de atuação da CI, o serviço de contra-inteligência da CIA. Cf.: Relatório “Progress Report to the National Security Council on Implementation of the Recommendations of the Jackson Committee (NSC Action 866)”, da Coordenadoria de Operações, 30 de setembro de 1953, anexo A, p. 6.

76 Memorando para arquivamento “Specific Operational and Other Features of the Project”, produzido por [Melvin J.] Fox, junho de 1962. In: RAC. Ford Foundation Records. Grant Files. Reel nº. 2629. Grant Number 62-359.

77 Beneficiários da Fundação estavam proibidos de trabalhar para os serviços de inteligência do governo norte-americano durante a vigência de bolsas. A decisão, avalizada já em 1952 por John J. McCloy, estabeleceu trocas com a comunidade de informações. A CIA não assediaria ou recrutaria bolsistas até o término de seus

Era por razões como essas que a Fundação veio a se considerar a única instituição ainda capaz de assegurar que a “internacionalização” das elites latino-americanas se desse em nome da Aliança para o Progresso.⁷⁸ Argumentava que não haveria quem pudesse usar os instrumentos e recursos do governo norte-americano e sustentar ao mesmo tempo ter autonomia em relação aos Estados Unidos, o que seria necessário em tempos de euforia com a Revolução Cubana. A composição de novos círculos e padrões de interação regional e global se voltaria para canais privados. A Fundação Ford pretendia adaptar a experiência européia dos encontros de Bilderberg, que reunia regularmente, desde 1954, lideranças do establishment político, econômico e intelectual da “comunidade atlântica” para conchaves confidenciais. Nas Américas, a Fundação realizaria o trabalho de curadoria que na Europa cabia ao príncipe Bernhardt, da Holanda, e, como nos encontros de Bilderberg, utilizaria este fórum para estimular as lideranças e pessoas notáveis convidadas a estabelecerem canais informais extra-oficiais de deliberação política continental.⁷⁹

A franquia americana desses encontros recebeu o nome de *Encuentros Siglo XX*, e durou entre 1965 e 1970. Seus mentores principais eram Lincoln Gordon, que era então o embaixador norte-americano no Brasil, e Arthur M. Schlesinger Jr., professor da Universidade de Harvard que foi um dos *brain trust* da administração Kennedy, como intelectual do partido Democrata. Eles ajudaram a definir a elaboração de uma nova forma de intervenção, pretendida como menos dependente das medidas macro-políticas e macro-econômicas, que então naufragavam nos esforços da Aliança para o Progresso, e que fosse orientada para estratégias de disputa de hegemonia no campo cultural. Eram três as grandes áreas de concentração previstas:

- a) o monitoramento das esquerdas, como temática acadêmica;
- b) a reflexão sobre a “transição democrática” nas condições regionais de “desenvolvimento”; e

trabalhos, mas a Ford a manteria, como contrapartida, informada de suas atividades de campo e pesquisa. Vide: carta de John K. Weiss [secretário-executivo da Fundação Ford] para Dean Acheson [secretário-de-Estado], de 19 de setembro de 1952. In: RAC. Ford Foundation Records. Reel nº. 1157. General Correspondence, 1952. GORDON, Leonard A. “Wealth Equals Wisdom? The Rockefeller and Ford Foundations in India”. In: *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. V. 554, The Role of NGOs: Charity and Empowerment, (Nov., 1997), pp. 113-4.

78 O programa, lançado em março de 1961, era um chamamento às forças nacionalistas e progressistas para que optassem pela proposta política norte-americana, contra a proposta “fidelista”. Originalmente um programa de assistência econômica, previa e exigia dos signatários compromissos com reformas econômicas e sociais.

79 Relatório de Forrest Murden, “A Bilderberg for Latin America”, de 4 de junho de 1963. In: RAC. Ford Foundation Records. Reports. Nº. 010878.

c) a construção de bases não-totalitárias e de proteção dos direitos humanos em partidos populares e cristãos dos regimes da região.⁸⁰

Esse programa já vinha sendo construído em eventos preparatórios aos *Encuentros*, como na *Conferência sobre as tensões no desenvolvimento no Hemisfério Ocidental*, em Salvador, em agosto de 1962. O sociólogo argentino Gino Germani apresentou, naquela ocasião, a síntese mais abrangente do projeto de disputa das esquerdas em elaboração. Ela definia novas problemáticas, como a da construção de modelos de “transição democrática” e a da criação de focos e temáticas para o debate de direitos humanos. Sua comunicação, um programa de desenvolvimento político regional, trazia estratégias para que a América Latina transitasse para a forma das “sociedades industriais” dos EUA e Europa Ocidental de forma “funcional e equilibrada”. Os “grupos marginalizados” e a instabilidade era seu grande tema, identificando nos grupos de países formados por Argentina, Venezuela e Chile, e Brasil e México, respectivamente, os casos mais complexos. No primeiro grupo, o problema estaria nos “grupos sociais modernos”, que não estavam “integrados”, mas estavam politicamente mobilizados; e no segundo, era o distanciamento entre uma “população moderna integrada” e uma enorme população “tradicional”, possivelmente perigosa e imprevisível na forma e escala de mobilização. Tratava-se dos jovens e da classe média e do temor do descolamento entre segmentos de elite e de classe, questões que sugeriam esforços específicos, segundo Germani. Em nome da estabilidade do desenvolvimento econômico e da evolução da “democracia representativa” nestes países, grupos já “modernizados” deveriam ter canais próprios de integração político-social, e os “marginalizados” da modernização – tradicionais e “modernos não-integrados” – deveriam ser desmobilizados enquanto sua força disruptiva não encontrasse formas de acomodação e estabilidade.⁸¹

A Fundação Ford, na promoção dessa agenda de mudança baseada em princípios de segurança e centros bem definidos de autoridade, manteve-se sempre presa às estratégias que deram origem ao Programa Ideológico. Antes da reformulação das temáticas de sua política de formação de quadros e atração das esquerdas, concluída nos anos 1980 com a disputa dos

80 Carta de Alberto Lleras para Joseph E. Slater, fevereiro de 1965. In: RAC. Ford Foundation Records. Joseph. E. Slater Papers. Box 20.

81 Para Germani, o Uruguai representava o caso mais bem resolvido de modernização e integração. Quanto aos demais países, o problema parecia a ele mais relacionado à incapacidade das elites de exercerem a liderança dos processos de modernização que a uma disputa real de posição e projeto. Vide: Gino Germani, “Cambio social y conflictos entre grupos”, documento básico 7, Conferencia sobre tensiones en el desarrollo del hemisferio occidental [6-11 de agosto de 1962]. In: RAC. Ford Foundation Records. Joseph. E. Slater Papers. Box 26.

direitos humanos e do multiculturalismo como prioridades de um novo consenso liberal,⁸² a batalha por “corações e mentes” ainda era travada na esfera ainda bem estabelecida do projeto civilizatório das políticas de modernização, personificado, por exemplo, em instituições tão diferentes quanto o Center for Interamerican Relations (CIAR) e a CEPAL.⁸³

Pela CEPAL passara toda uma investida na adesão à formulação da teoria da dependência, na qual a defesa da acomodação ao fluxo internacional de capitais era acompanhada de uma busca por atualização de elites e programas, para que uma nova “vanguarda (burguesa)” soubesse realizar o progresso rumo a novas etapas de desenvolvimento.⁸⁴ Órgão de divulgação cultural ligado à família Rockefeller, o CIAR era considerado a melhor encarnação dos objetivos institucionais traçados nos *Encuentros Siglo XX*, segundo a Fundação Ford. Ao promover o *boom* da literatura latino-americana, disputando com a então influente Casa de las Americas, de Havana, o curso desse movimento,⁸⁵ a organização teria elevado o nível de socialização de importantes intelectuais latino-americanos entre si e entre norte-americanos. O resultado dessa investida teria sido uma guinada simbólica, como era desejado. Alavancava-se uma proposta de integração continental pró-americana, realizada por latino-americanos, que situava um novo horizonte de inserção dos EUA nas narrativas regionais: menos antiamericana, ainda que crítica.⁸⁶

O legado desse trabalho desenvolvido pela Fundação Ford constitui um aspecto da história do pós-guerra que ainda merece melhor tratamento, uma vez que sua investigação tem muito a dizer sobre a construção das agendas intelectuais e dos projetos políticos que vem modelando a consciência de nosso tempo. Como boa parte da literatura prende-se à defesa apologética da “neutralidade” filantrópica,⁸⁷ ignora-se quão impactante tem sido sua atuação.

82 Mudança iniciada por volta de 1975. Vide: KOREY, William. *Taking on the World's Repressive Regimes: The Ford Foundation's International Human Rights Policies and Practices*. New York: Palgrave Macmillan, 2007, cap. 2 et seq.

83 A alteração de temáticas se fez também no complexo de política externa do EUA, com quem a Fundação Ford continua a manter identificação, em questões da sua esfera de atuação. Porém, ficará para estudos futuros saber se perdura o aspecto secreto do modelo de operações, estabelecido no passado na rede entre a Fundação, órgãos do governo norte-americano e beneficiários.

84 GUILHOT, Nicolas. *The Democracy Makers: Human Rights and the Politics of Global Order*. New York, Columbia University Press, 2005, especialmente cap. 3

85 COHN, Deborah. *The Latin American Literary Boom and the U.S. Nationalism during the Cold War*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2012, cap. 4.

86 Vide: carta de Joseph E. Slater para Harry E. Wilhelm, de 23 de outubro de 1967. In: RAC. Ford Foundation Records. Joseph. E. Slater Papers. Box 1.

87 Peter D. Bell, um ex-dirigente da Fundação Ford com atuação no Brasil, produziu a versão mais difundida dessa proposta de memória institucional: BELL, Peter D. “The Ford Foundation as a Transnational Actor”. In: *International Organization*, v. 19, n. 3, 1971. Pesquisadores do país também têm aplicado essa proposta ao estudo da instituição. Vide, dentre outros: MICELI, Sérgio. “A aposta numa comunidade científica emergente. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992”. In: MICELI, Sérgio (coord.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré e FAPESP, 1993.

CHAVES, Wanderson (...) USP – Ano VI, n. 9, pp. 123-152, 2015

Trama dogmática
as Instruções de Joseph Ratzinger sobre liberdade na Congregação para
a Doutrina da Fé (1984-1986)

Alexandre Queiroz

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Resumo

Esse artigo tem por objetivo analisar a atuação da Congregação para a Doutrina da Fé (CDFé), dicastério do Vaticano, e as Instruções, cartas eclesiais, *Liberatis Nuntius - Acerca de alguns aspectos da Teologia da Libertação* (1984) e *Liberatis Conscientia - Sobre a liberdade Cristã e a Libertação* (1986) escritas quando Joseph Ratzinger presidia a Congregação. Nos marcos de uma atuação disciplinadora, as Instruções versaram sobre a Liberdade e estruturaram-se numa ideia de Verdade, sendo consideradas uma referência na atuação da Igreja Católica no tocante a “Questão Social”.

Palavras-chave Joseph Ratzinger, Congregação para a Doutrina da Fé, Igreja Católica.

Abstract

This article aims to analyze the acting of the Congregation for the Doctrine of the Faith (CDFé), Vatican department, and the Instructions, ecclesiastical letters, *Liberatis Nuntius - About some aspects of Liberation Theology* (1984) and *Liberatis Conscientia - On Christian Freedom and Liberation* (1986), written when Joseph Ratzinger presided the Congregation. In the framework of a disciplinary action, the Instructions were about Freedom and structuring an idea of Truth, and were considered a landmark on the work of the Catholic Church in the “Social Issues”.

Keywords Joseph Ratzinger, Congregation for the Doctrine of the Faith, Catholic Church.

As Instruções *Liberatis Nuntius – Acerca de alguns aspectos da Teologia da Libertação* (1984) e *Liberatis Conscientia – Sobre a liberdade Cristã e a Libertação* (1986) foram escritas pelo teólogo alemão Joseph Ratzinger,¹ quando era prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (CDFé) e demarcaram uma nova postura crítica do Vaticano no campo da atuação social e na conceitualização da Liberdade. As Instruções foram publicadas já sob o pontificado de João Paulo II e orientaram as diretrizes eclesásticas no meio católico. Entretanto, busquei compreender a defesa dogmática exposta nos documentos considerando os meandros políticos que a cercam, no contexto específico do começo dos anos 1980. Destarte, é na intersecção político-religiosa² que esses documentos foram lidos e interpretados.

Na primeira parte do artigo, foram esboçadas considerações sobre a Congregação, mais propriamente seu funcionamento, prefeitos e contexto histórico a partir da reforma de 1965. Tendo em vista tal objetivo, recapitulo o posicionamento da CDFé em casos envolvendo teólogos “heréticos” ou dissidentes e sobre algumas questões de caráter doutrinal na fase pós-reforma da Congregação até a publicação das Instruções de Ratzinger. Por conseguinte, destaco o processo movido contra o brasileiro Leonardo Boff por julgar que as críticas feitas e direcionadas ao teólogo da Teologia da Libertação (TdL) revelam muito da natureza e da atuação da instituição, assim como certos meandros do processo que se desencadeou envolvendo Ratzinger e Boff, não serem tão facilmente depurados sem certas problematizações.

Em um segundo momento, analiso as duas Instruções escritas por Ratzinger tendo como elemento central a conceitualização da Liberdade. Concluo problematizando brevemente alguns aspectos suscitados pela recepção dos textos na Igreja brasileira.

No tocante à CDFé, retrocedo a alguns anos antes da nomeação de Ratzinger, quando a Congregação era presidida inicialmente por Alfredo Ottaviani³ e depois por Franjo

1 Joseph Aloisius Ratzinger (1927 -) nasceu na Baviera, Alemanha. Cresceu em meio à ascensão do regime Nazista, tendo sido membro da Juventude Hitlerista quando garoto. Recebeu a Ordem Sacerdotal em 1951. Doutor em teologia, ministrou aulas e foi vice-reitor da Universidade de Ratisbona. Figura importante no Concílio Vaticano II, foi nomeado Arcebispo de Munique e Freising em 1977. Arcebispo até 1982, no ano anterior foi escolhido prefeito da CDFé. Após significativa atuação na Cúria Romana no pontificado de João Paulo II, foi eleito papa em 2005 nomeando-se papa Bento XVI. Em 2013 surpreendeu o mundo católico ao renunciar ao papado. Uma curta biografia de Ratzinger elaborada pelo Vaticano pode ser acessada em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/biography/documents/hf_ben-xvi_bio_20050419_short-biography_po.html>. Acessado em 11/01/2015.

2 Para considerações metodológicas sobre a inserção da religião na denominada “Nova História Política”, ver: COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

3 Alfredo Ottaviani (1890 - 1979) nasceu em Roma, Itália. Ordenado padre em 1916, foi nomeado cardeal em 1953. Foi secretário do Santo Ofício desde 1959 (na condição de pró-secretário desde 1953), nomeado pelo

Seper⁴. Não obstante, essa retomada se faz necessária para problematizar a caracterização fácil de que Ratzinger e João Paulo II foram baluartes isolados do conservadorismo da Igreja Católica que despontaram no final dos anos 1970 e impuseram uma lógica dogmática na atuação da Igreja Católica. Se o posicionamento mais conservador e ligado a uma interpretação dogmática expressou-se nos cargos mais altos da hierarquia católica, foi porque havia embasamento para tais expressões. A relevância do estudo do discurso da CDFé e do pensamento de Ratzinger, se dá por ambos personificarem posicionamentos ideológicos proeminentes no período destacado, sendo fundamentais na compreensão do diálogo conflituoso sobre a teologia católica em face de sua atuação social. A análise do discurso desse segmento da Igreja na década de 1980 deve levar em consideração a historiografia que relativizou a noção de “progresso”, no paradigma da democracia e do Estado como ideias e instituições que ruíam em meio a tempo conturbado, uma década denominada “perdida”.⁵

Após a Segunda Guerra Mundial, os movimentos políticos católicos tiveram uma relevante atuação, sendo amparados por votações expressivas em alguns países europeus e criaram uma nova “ética sócio-religiosa”. Numa época marcada pela desorientação da “catástrofe”, essa nova ética norteou um posicionamento político, além de ter promovido

papa Pio XII. Teve destacada atuação no Concílio Vaticano II. Pró-Prefeito da CDFé entre 1966 e 1968, morreu em 1979, na cidade de Roma.

- 4 Franjo Seper (1905 – 1981) nasceu em Osijek, atual Croácia. Ordenado em 1930, foi elevado ao cardinalato em 1965. Com grande atuação na Arquidiocese de Zagreb, foi secretário privado do Arcebispo (1934), Bispo Coadjutor (1954) e Arcebispo em 1964, na mesma Arquidiocese. Em 1965 foi nomeado Cardeal. Assumiu em 1981 a direção da CDFé, por indicação de João Paulo II, mas aposentou-se no mesmo ano. Faleceu em 1981, em Roma.
- 5 Os anos 1980, analisados na longa duração do breve século XX de Eric Hobsbawm na obra *A Era dos Extremos*, estariam inseridos na terceira parte de divisão do século XX. Segundo o autor, a primeira etapa seria a *Era das Catástrofes*, até a Segunda Guerra Mundial, sucedida pela *Era de Ouro*, depois da Segunda Guerra até a crise do começo dos anos 1970. Por fim, o *Desmoronamento*, dos anos 1970 até início dos 1990. A Era de Ouro, inserida no grande período da Guerra Fria, foi caracterizada pelo autor pela melhoria da condição social de grande parte da população, com um expressivo crescimento econômico entre a rendição fascista até a crise de 1973. A crise econômica de 1973, desestabilização dos regimes Socialistas Reais nos anos 1980 e as revoluções no Terceiro Mundo, caracterizaram o desmoronamento dos “anos dourados”. Uma das questões que o Desmoronamento colocou na ordem do dia consistia em saber “Quem, a não ser a autoridade pública, iria e poderia assegurar um mínimo de renda e bem-estar social para todos? (...) A julgar pela experiência das décadas de 1970 e 1980, não seria o livre mercado.” HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 555. Na América Latina, os anos 1980 foram retratados como uma década perdida, de desorientação, conforme retratado em reportagens jornalísticas, livros de História e até na memória coletiva. O escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano, diante do que pareciam “ilusões perdidas”, ao recordar da derrota da experiência socialista na Nicarágua no final dos anos 1980, relatou que: “Quando soube do resultado eu fui, e ainda sou, um menino perdido na intempérie. Um menino perdido, digo, porém não só. Somos muitos. Em todo o mundo, somos muitos.” GALEANO, Eduardo. O Socialismo não morreu. In: LOWY, Michael. *O Marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006, p.

mudanças importantes dentro da Igreja. O Concílio Vaticano II é, notoriamente, um divisor de águas na expressão evangélica, litúrgica e social da Igreja, e uma baliza fundamental na compreensão desse processo. Dessa forma, a Igreja pregou uma moralização e higienização do Estado, que não se alinhava com o capitalismo liberal, defendendo uma intervenção estatal que assegurasse a formação de uma sociedade de bem-estar social, na qual o Trabalho assumiria a posição de primazia da civilização, pelo seu papel moral, produtivo, solidário e disciplinador⁶ - posicionamento esse também expresso na Instrução *Liberatis Conscientia – Sobre a liberdade Cristã e a Libertação*.

A Congregação para a Doutrina da Fé (CDFé)

A CDFé é considerada uma das congregações mais importantes e influentes do Vaticano,⁷ tendo resguardada a condição de intérprete oficial da doutrina católica, regendo os processos condenatórios e arregimentando diversas críticas à sua atuação. Originou-se da Santa Inquisição Romana e Universal, dicastério fundado em 1542 pelo Papa Paulo II, que tinha como função a investigação e condenação dos casos de heresia. Em 1908, Papa Pio X mudou o nome do dicastério para Congregação Do Santo Ofício pela constituição apostólica *Sapienti Consilio*. Nove anos mais tarde, incorporou as atribuições da extinta Sagrada

415. Outra periodização interessante nessa longa perspectiva foi desenvolvida pelo historiador brasileiro Nicolau Sevcenko em *A Corrida para o Século XXI – No loop da montanha russa*. No início da obra, Sevcenko expôs a metáfora da montanha russa. Ao longo dos séculos XVII, XVIII e culminando no século XIX, imperou uma grande certeza e euforia. A crença na ciência, no progresso e as grandes utopias, garantiram uma sensação de confiança e avanço. Nesse momento, estaríamos subindo a montanha russa na euforia e expectativa de alcançar o topo do desenvolvimento. Entretanto, a experiência da Grande Guerra (1914 – 1918), seguida de perto pela Segunda Guerra (1939 – 1945), trouxeram um colapso na “aceleração da história”, na subida vertiginosa do progresso. A montanha russa tem então uma queda brusca, traumática. Sevcenko relativizou a “Era de Ouro” de Hobsbawm, diluindo-a num amplo espectro de derrota que o homem conheceu no começo do Século XX. “Após a guerra houve uma retomada do desenvolvimento científico e tecnológico, mas já era patente para todos que ele transcorria à sombra da Guerra Fria, da corrida armamentista, dos conflitos localizados nas periferias do mundo desenvolvido, dos golpes e das ditaduras militares no chamado Terceiro Mundo. Quaisquer que fossem os avanços, o que prevalecia era a sensação de um apocalipse iminente”. SEVCENKO, Nicolau. *A Corrida para o século XXI – No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.16. Depois dessa queda, Sevcenko caracterizou outro período da trajetória da montanha russa, o *loop*, uma nova subida, impulsionada pelas transformações tecnológicas, tornando essa nova orientação imprevisível. “(...) o problema é exatamente esse: no ritmo em que as mudanças ocorrem, provavelmente nunca teremos tempo para parar e refletir, nem mesmo para reconhecer o momento em que já for tarde demais.” *Ibid.* p. 17.

6 SOUZA, Rogério Luiz de. “Catolicismo e Capitalismo de bem estar social (1945 – 1970)”. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano V, n. 14, p. 214 - 215, 2012.

7 A Doutrina da Fé integra as Congregações da Cúria Romana. As outras Congregações são: Igrejas Orientais, Culto divino e Disciplina dos sacramentos, Causa dos Santos, Evangelização dos povos, Clero, Vida Consagrada e as sociedades de vida, Educação Católica e Bispos. (ver diagrama 1).

Congregação do Índice⁸, mas foi suprimida a competência do órgão em matéria de indulgência. O historiador italiano Adriano Prospero relatou que, já no pontificado de Pio XII, havia uma grande pressão de alguns bispos para que a CDFé fosse mais atuante nos casos de heresia, visto que a instituição não possuía uma regulamentação específica de funcionamento.⁹ Paulo VI, no final do Concílio Vaticano II, em 1965, estruturou a CDFé através da carta apostólica *Integrae Servandae*, designando-a a incumbência de: análise das questões relativas a fé e moral; exame das novas teorias dogmáticas; reprovação e condenação das doutrinas contrárias aos “princípios da fé”; supervisão dos documentos dos outros dicastérios; zelar contra delitos à fé; moral e celebração dos sacramentos e a promoção de estudos e congressos.¹⁰ O diagrama 1. expõe a composição da Cúria Romana e o lugar onde se enquadra a Congregação para a Doutrina da Fé. Uma pequena reforma ainda foi realizada sob o pontificado de João Paulo II, em 1988, pela constituição apostólica *Pastor Bonus*.¹¹

- 8 A abolição da lista de livros proibidos ocorreu formalmente com a reforma de Paulo VI, em 1965. A última edição da listagem foi publicada em 1948.
- 9 Prospero ainda afirmou que: “Muitos bispos diocesanos reclamaram do papel puramente passivo reservado para eles para lidar com casos relacionados com a defesa da ‘fé e moral’.” (tradução livre). PROSPERI, Alfred. *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Vol. I. Pisa: Edizione della Normale. 2010. p. 393-394.
- 10 PAULO VI, *Motu proprio “Integrae servandae” sobre a reestruturação da Sagrada Congregação da Doutrina da Fé*. Roma, Dezembro de 1965. Disponível em «http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_pro_14071997_po.html». Acessado em 10/01/2015.
- 11 Chama atenção a responsabilidade delegada à CDFé de “(...) aos novos problemas derivados do progresso das ciências ou da civilização, se possa dar resposta à luz da fé” e a subordinação da Pontifícia Comissão Bíblica e a Comissão Teológica Internacional que, embora tenham leis próprias, serão regidas pelo cardeal prefeito da CDFé. JOÃO PAULO II. *Pastor Bonus – sobre a Cúria Romana*. Roma, Junho de 1988. Disponível em: «http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_1988028_pastor-bonus.html». Acessado em 25/02/2015.

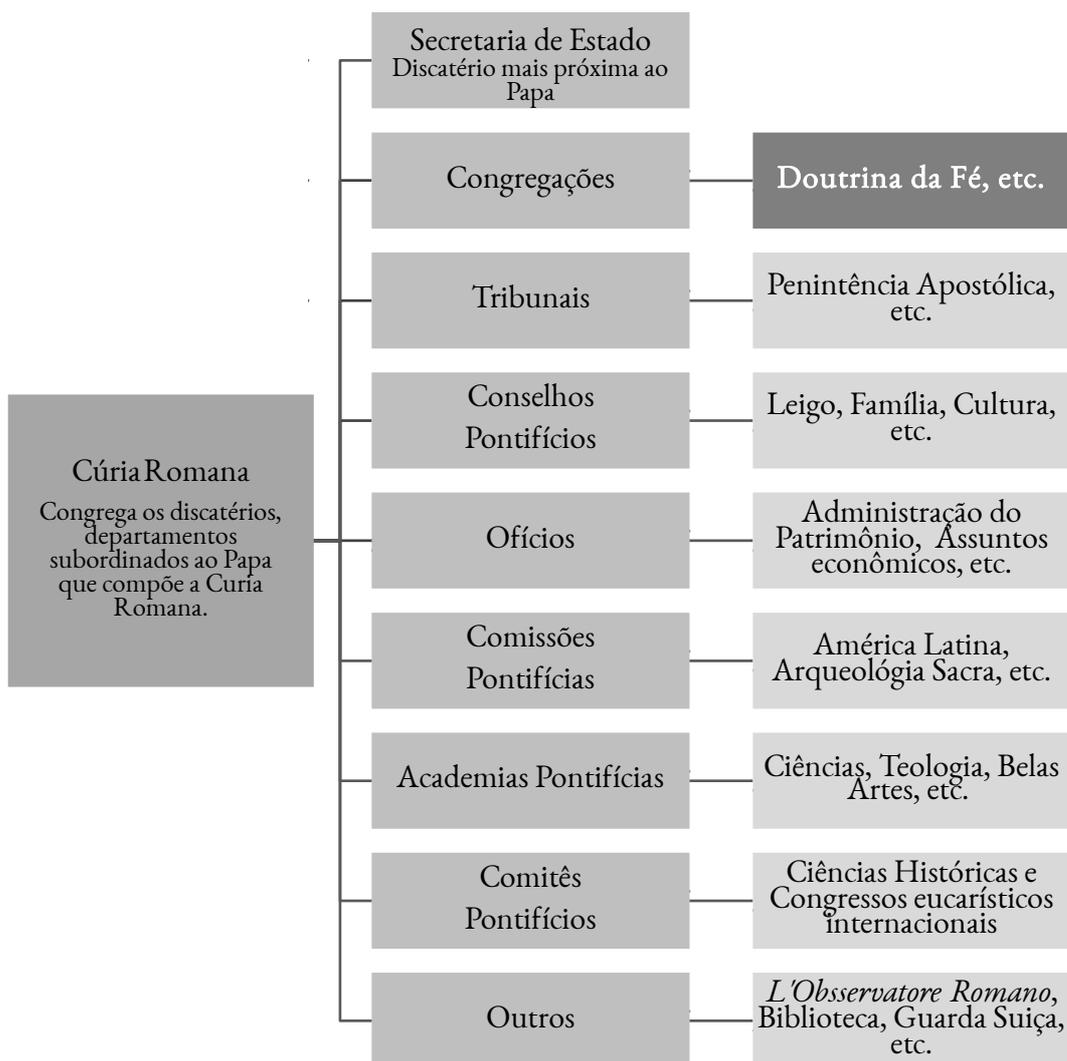


Diagrama 1. Composição dos Dicastérios que compõe a Cúria Romana¹²

Importante salientar que a reforma da Congregação se insere no período de debate e recepção das resoluções do Concílio Vaticano II. Nessa perspectiva, logo após o fim do Concílio é possível observar a “construção de uma perspectiva interpretativa oficial, autorizada e normalizante”¹³ dos decretos conciliares. Dessa forma, a atuação da CDFé deve ser

12 As informações consultadas para a elaboração do diagrama estão disponíveis no *site* oficial da Cúria Romana. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/index_po.htm>. Acessado em 13/02/2015.

13 CALDEIRA, Rodrigo Coppe. “O pontificado de João Paulo II e a herança do Concílio Vaticano II: em busca de uma interpretação normalizante.” In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH. Maringá (PR). Edição especial, jan./2013. p. 170. Coppe examinou mais detidamente os documentos emanados durante o pontificado de João Paulo II, mas assinalou que já no pontificado de Paulo VI havia a

relacionada com uma ação de disciplinarização empreendida pelo Vaticano no período pós-Concílio, sendo o dicastério um elemento fundamental nessa articulação.

O pró-prefeito escolhido para dirigir a Congregação nos seus primeiros anos foi o influente cardeal italiano Alfredo Ottaviani, expoente de uma ala conservadora da Igreja. O teólogo Celso Alcina, que trabalhou na CDFé entre 1967 e 1975, declarou que Ottaviani, “o máximo inquisidor moderno, o terror de teólogos, a cabeça e o crivo de bispos, o mentor de dois Papas, o político instigador do ‘Pacto de Latrão’”, havia cogitado depor o cardeal Roncalli (Papa João XXIII) por suas medidas “heterodoxas”.¹⁴ Em 1967, num gesto de relativa “descentralização”, mas de consolidação do poder de atuação da instituição, Ottaviani pediu a colaboração dos bispos de toda a Igreja para denunciar os casos de desvios doutrinários, visto que “(...) O atual progresso das ciências é tal, que a doutrina não pode crescer mais sem que um grande número de homens se una aos seus trabalhos.”¹⁵ Por conseguinte, é possível observar que a CDFé procurou estabelecer-se com uma estrutura relativamente horizontal, ainda permanecendo uma instituição com lógica centralizada e hierárquica, mas que buscou o apoio do clero para fundamentar sua política de atuação. A formação de comissões doutrinárias no interior das comissões episcopais nacionais também foi incentivada, sendo devidamente normatizadas pelo órgão central, na Santa Sé. Ottaviani, com saúde desgastada, aposentou-se dois anos depois de assumir o posto.

Em 1968, o croata Franjo Seper assumiu o posto de prefeito da CDFé. No final dos anos 1970, a Croácia compunha a República Socialista Federativa da Iugoslávia.¹⁶ Arcebispo de Zagreb, é significativo que o Vaticano tenha designado um clérigo do outro lado da “Cortina de Ferro” para presidir um dos seus mais influentes dicastérios. Ainda em 1968, a Primavera de Praga foi uma mudança vultosa na relação da União Soviética (URSS) com os países tidos como seus “satélites”. O historiador Eric Hobsbawm destacou que: “(...) a coesão, talvez a própria existência do bloco soviético europeu oriental, pareceram estar em causa, quando a Primavera de Praga revelou, e aumentou, as fendas dentro dele.”¹⁷ Embora regimes

tentativa de impor uma interpretação oficial.

14 ALCAINA, Celso. “Cardeal deliberou sobre a possível deposição de João XXIII”. IHU, 21 de janeiro de 2010. Disponível em «<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/29156-cardeal-deliberou-sobre-a-possivel-deposicao-de-joao-xxiii>». Acessado em 13/01/2015.

15 OTAVIANNI, A. *Instrução para a Criação de Comissões Doutrinárias*. Roma, Fevereiro de 1967. Disponível em: «http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19670223_instructio_po.html». Acessado em 10/10/2015.

16 A República Socialista Federativa da Iugoslávia era, até 1992, formada pela Croácia, Sérvia, Montenegro, Eslovênia, Macedônia e Bósnia-Herzegovina. A capital da Iugoslávia era Belgrado (na Sérvia), mas a capital da República Socialista da Croácia era Zagreb, cujo arcebispo era Seper.

17 HOBSBAWM, E. *Op. Cit.* p. 389.

mais alinhados com a URSS, como o polonês (onde nasceu Wojtyła, futuro papa João Paulo II) receavam a experiência tcheca, regimes mais independentes, como a Iugoslávia de Tito (país natal de Seper), eram simpáticos à renovação. Portanto, não podemos tomar como um todo a dinâmica política interna e as relações entre os Estados Socialistas do Leste Europeu com a URSS.

A explanação desse contexto mais amplo intenta estabelecer um diálogo com a escolha do primeiro papa eslavo, nascido na Polônia, na história do Vaticano. O conclave que escolheu Karol Wojtyła ao papado em 1978, após o breve pontificado de João Paulo I, surpreendeu os católicos e a imprensa do universo católico¹⁸. Todavia, também pode ser pensado como uma forma de aproximação de expoentes da Igreja Católica do Leste Europeu, no contexto da Guerra Fria, à estrutura do Vaticano. Wojtyła era Arcebispo desde 1964 da Cracóvia, segunda maior cidade da Polônia depois da capital, Varsóvia. Após eleito, João Paulo II amplificou seu discurso contrário ao regime socialista polonês, convergindo com a política externa estadunidense.¹⁹

Durante o período em que Seper atuou como prefeito, algumas medidas da CDFé indicaram uma postura que norteou a instituição até a gestão de Ratzinger. No *site* da Congregação²⁰ consta os documentos emanados desde a reforma de 1965, quase todos publicados pelo *L'Osservatore Romano*, jornal de divulgação do Vaticano. A primeira impressão do jornal foi em 1861, sendo o latim a língua oficial. A partir da segunda metade do século XX, foi traduzido para outras línguas: francês e italiano (1949), inglês (1968), espanhol (1969), português (1970), alemão (1971), polaco (1980). A escolha dos idiomas espelha os dois grandes continentes católicos e alvos de maior preocupação da Igreja: América e Europa²¹ e dimensiona a circulação das Instruções assinadas pela CDFé.

No *site* oficial da Congregação, os documentos estão dispostos em: Disciplinar, Sacramental e Doutrinal. Dentre os de caráter disciplinar, consta a *Notificação sobre a situação do 'índice' de livros proibidos*, de 1966 que teria sido publicada pelas muitas cartas que a CDFé recebeu sobre o tema, e retifica que o índice não tem valor de lei eclesiástica. Entretanto, a CDFé não hesitaria em reprovar escritos que atentam contra a fé cristã.²² Os outros

18 A primeira capa da Folha de São Paulo de 17 de outubro de 1978 destacou “João Paulo 2º é um polonês”, mostrando a surpresa geral pela escolha do conclave por um cardeal não italiano desde 1522. *Primeira Página: Folha de São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2006. p. 146.

19 Cf. BERNSTEIN, Carl e POLITI, Marco. *Sua Santidade: João Paulo II e a História Oculta do Nosso Tempo*. São Paulo: Objetiva, 1996.

20 Disponível em <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/doc_doc_index_po.htm>. Acessado em 13/02/2015.

21 Disponível em <<http://www.osservatoreromano.va/pt/pages/o-jornal>>. Acessado em 20/03/2015.

22 OTTAVIANI, C. *Notificação sobre a situação do 'índice' de livros proibidos*. Roma, Junho de 1966. Disponí-

documentos dissertam sobre questões de ordenação, relação com a Maçonaria, exorcismo, entre outros. Os documentos de matéria sacramental estão divididos em: unção, matrimônio (por exemplo sua indissolubilidade, valor e exceções para anulação), ordens sagradas (p.e. celibato, ordenação de mulheres), penitência, eucaristia e batismo (p.e. validade de batismo de outras crianças).

Entre os documentos que versam sobre Doutrina, maior categoria elencada, estão os mais polêmicos e condenatórios. Começa por uma carta, de 1966, sobre opiniões errôneas na interpretação dos decretos do Concílio Vaticano II, dentre as quais um ponto é bem interessante pela sua relação direta com as considerações dogmáticas de Ratzinger expressas nas Instruções: “Não falta quem menospreze a doutrina do Concílio de Trento sobre o pecado original ou quem a interprete obscurecendo a culpa original de Adão, ou, ao menos, a transmissão do pecado.”²³, já indicando qual a interpretação e centralidade da questão do pecado na doutrina cristã. Nesse conjunto de documentos, também se destaca a condenação à prática do aborto provocado (1974).

Um ano depois, foi publicada uma *Declaração sobre os livros do Prof. Hans Küng*, suíço condenado pelas suas ideias teológicas, principalmente sua reflexão questionando a infalibilidade papal, que foi muito propagada e polemizada. Em 1979, foi condenado o livro *Quand Je Dis Dieu* do francês Jacques Pohier, na qual teria questionado passagens da vida de Cristo e sua reprodução na liturgia católica. A CDFé comunicou ao autor que deveria se retratar publicamente e expressar sua plena adesão à doutrina da Igreja, visto que Jacques Pohier teria fornecido “às repetidas insistências (...) clarificações insuficientes...”.²⁴

Hans Kung foi novamente tema de uma notificação da CDFé de 1979, *Declaração acerca de alguns pontos da doutrina teológica do Profº Hans Küng*, na qual seu pensamento teológico foi apresentado como em não comunhão com a Igreja Católica. Em 1980, a CDFé publicou um documento condenando a Eutanásia (*Iura et bona*) e uma carta destinado ao padre Edward Schillebeeckx (que teve destaque no Concílio Vaticano II) sobre suas posições em matérias cristológicas. Três anos mais tarde, quando a CDFé passou a ser presidida por

vel em
«http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19661115_decretum_po.html». Acessado em 19/01/2015.

23 OTTAVIANI, C. *Carta sobre opiniões errôneas na interpretação dos decretos do Concílio Vaticano II*. Roma, Julho de 1966. Disponível em «http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19660724_epistula_po.html». Acessado em 19/01/2015.

24 SEPER, F. *Declaração sobre o livro do Ver. Jacques Pohier: 'Quand Je Dis Dieu'*. Roma, abril de 1979. Disponível em «http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19790403_pohier_po.html». Acessado em 19/01/2015.

Joseph Ratzinger, foi redigida uma *Notificação sobre o padre Georges de Nantes*, fundador do movimento “Liga da Contra Reforma Católica”, que foi ao Vaticano entregar um livro com condenações a João Paulo II por “heresia, cisma e escândalo”. Nantes não se encontrou com o Sumo Pontífice, e foi advertido a não fazer falsas acusações ao Papa.²⁵ Edward Schillebeeckx, padre e teólogo belga, foi objeto de outro documento, dessa vez uma tréplica da CDFé a resposta de Schillebeeckx à carta de 1980. Ratzinger comunicou ao teólogo que, tendo em vista seu prestígio e reconhecimento internacional, “(...) é indispensável que o senhor mesmo reconheça publicamente o ensinamento da Igreja e a necessidade de recorrer a outras vias que as preconizadas pelo senhor para resolver os problemas que o senhor orientou nesta direção.”

²⁶ Importante frisar, assim como no caso de Pohier, a exigência de uma postura pública e nominal de retratação, reflexo de uma política de disciplinamento teológico que não concederia precedentes heréticos.

Dermi Azevedo ainda lembrou outros casos de condenação no bojo da atuação mais incisiva da CDFé, a exemplo do processo contra o teólogo Benjamin Forcano, autor de *Nova ética Sexual* (1981), livro condenado pela CDFé; Xavier Picaza, repreendido por seu livro *As origens de Jesus* (1978), por não ter deixado claro o dogma da Santíssima Trindade; José Maria Díez Alegria, jesuíta espanhol afastado da sua ordem e da Universidade Gregoriana de Roma pelo seu livro *Eu creio na esperança* (publicado no começo dos anos 1970), no qual defendeu o diálogo entre a Igreja e o marxismo; a teóloga brasileira Ivone Gebara, representante da Teologia feminista; e o dominicano Juan Bosch por ter se solidarizado com o “Documento de Colônia”, espécie de manifesto publicado na Alemanha, assinado por vários teólogos, que exigiam maior liberdade de expressão no interior da Igreja.²⁷ Azevedo atribuiu essa série de condenações ao deficit democrático que a Igreja ainda vive, principalmente nos polos pontifícios e burocrático-curial, em plena contradição com os princípios comunitários e de colegialidade aprovados no Concílio Vaticano II.²⁸

Cabe também destacar o processo movido contra o teólogo brasileiro Leonardo Boff, que defendeu críticas e insatisfações de teólogos progressistas contra práticas e normas do Vaticano e da CDFé. A forma como o dicastério lidou com as críticas exemplificou sua

25 CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Notificação sobre o padre George de Nantes*. Extraído de: *L'Osservatore Romano*, Edição semanal, 22 de Maio de 1983, Pág. 2 (246). Disponível em «http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19830513_nantes-notificati-on_po.html». Acessado em 11/10/2015.

26 RATZINGER, J. *Carta enviada ao R. P. E. Schillebeeckx*, O. P. Roma, Junho de 1984. Disponível em «http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840613_schillebeeckx_po.html». Acessado em 11/10/2015.

27 AZEVEDO, Dermi. “Desafios estratégicos da Igreja Católica”. In: *Lua Nova*, n. 60, p. 65 – 67, 2003.

28 *Ibid.* p. 61.

concepção institucional. Boff era reconhecido como um grande expoente pastoral e teológico da Igreja popular latino-americana, tendo uma grande produção bibliográfica. O livro *Igreja: Carisma e Poder* foi alvo de uma investigação na Igreja do Rio Janeiro, na recém-formada Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé, em 1982, quando era comandada pelo Cardeal Dom Eugênio Sales. Essa investigação decorreu das polêmicas envolvendo o livro no Brasil. Apesar de condenado pela instância arquidiocesana carioca, o processo contra o livro foi enviado para a CDFé, no Vaticano, já sob a tutela de Joseph Ratzinger. Em 15 de maio de 1984 uma *Carta do Sr. Cardeal Joseph Ratzinger incriminando pontos do livro Igreja: Carisma e Poder* foi enviada para Leonardo Boff. A carta lembrou o precedente no Rio de Janeiro, e diz que é bem vista a vontade de encontrar os pobres, mas “tal aspiração em escritos teológicos destinados a ter influência doutrinal e pastoral na vida da Igreja, não bastam boas intenções.”

²⁹ Divergências do livro em relação à doutrina oficial da Igreja foram apontadas, que incluem: uso de uma corrente bibliográfica teológica discutível e de uma linguagem “agressiva, polêmica, difamatória, panfletária,” não condizente com a postura de um teólogo. O uso da análise marxista também foi questionado por Ratzinger: “(...) o discurso contido nessas páginas é guiado pela fé ou por princípios de natureza ideológica de certa aspiração neo-marxista? (...) procura como finalidade não a escatologia cristã mas uma certa utopia revolucionária alheia à Igreja.”³⁰

Sobre a estrutura institucional da Igreja, Ratzinger questionou: “(...) qual a razão de um ataque tão desapiedado e radical contra o modelo institucional da Igreja Católica? Qual o sentido desse zelo em querer reduzir suas estruturas a caricaturas inaceitáveis? O novo modelo alternativo de igreja que o Sr. defende prevê as mesmas estruturas tão contestadas?”³¹ Interessante notar que a primeira e a segunda pergunta de Ratzinger foram respondidas pela terceira. O motivo desse “ataque” à estrutura da Igreja também é sugerido no subtítulo do livro, *ensaios de eclesiologia militante*, visto que, no exame eclesiológico de Boff, deve desenvolver-se uma Igreja militante. Segue então uma divergência quanto a uma resolução do Concílio Vaticano II (*Lumen Gentium*). Ratzinger diz que é falsa a interpretação de Boff quanto à autenticidade da Igreja Católica como Igreja de Cristo. O texto conciliar diz “esta Igreja de Cristo, constituída e ordenada neste mundo como sociedade, *subsiste* na Igreja católica.”³² Esse *subsiste* é controverso. Ele existe só pela Igreja Católica ou também existe na Igreja Católica e, eventualmente, em outra? A interpretação de Boff sustentou que outras

²⁹ RATZINGER, Joseph. Carta do Sr. Cardeal Joseph Ratzinger incriminando pontos do livro ‘Igreja: Carisma e Poder’. In: BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder*. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 334.

³⁰ *Ibid.* p. 335.

³¹ *Ibid.* p. 336.

³² *Ibid.* p. 336 - 337. Grifo meu.

Igrejas também poderiam resguardar a Verdade da Revelação e acaba por solapar o monopólio da Igreja Católica como única verdadeira em Cristo.

Ratzinger rechaçou a relativização de dogmas, visto que a Verdade não poderia ser adaptada pelo sabor da cultura e do tempo. A vinculação dos meios de produção como forma de organizar a realidade eclesial da Igreja também foi condenada. Na conclusão da carta, Ratzinger afirmou que “essa pureza de fé [exigida na Igreja de Cristo] exige que a Igreja se liberte não somente dos inimigos do passado, mas sobretudo dos atuais, como, por exemplo, de um certo socialismo utópico que não pode ser identificado com o Evangelho.”³³ E terminou por convocar o frei para um colóquio em Roma, em vista da influência do livro.

A carta de Ratzinger foi respondida pelo *Esclarecimento de Leonardo Boff às preocupações da Congregação para a Doutrina da Fé acerca do livro Igreja: Carisma e poder (1981) – Subsídios para o colóquio de 7 de setembro de 1984 junto às instâncias doutrinárias da Santa Sé*. Numa longa carta, Boff ponderou quanto ao uso do marxismo em sua análise, “A acusação frequente de que alguns setores da teologia usam a análise marxista tem por efeito deslegitimar a eclesialidade da teologia e aproximá-la dos elementos inaceitáveis para a fé, da luta de classes, da redução ao político.”³⁴ O franciscano foi taxativo e irônico quanto a convocação para o colóquio:

Alguns dirão: as pessoas que, com seu pensamento teológico, se comprometem com a libertação dos oprimidos, se incorporam à caminhada dos humildes e servos sofredores da história são facilmente vítimas da desconfiança das instâncias doutrinárias, das autoridades maiores da Igreja e daqueles que zelam pela ortodoxia; repetirão, lamentavelmente: uma vez mais, “a Igreja” se posiciona do lado dos poderosos e contra os pobres.³⁵

O “dirão” de Boff obviamente o inclui, mas também não deve ser apreendido apenas de forma retórica, haja visto que o pensamento de Leonardo Boff e a legitimidade de suas posições tinham enraizamento nas demandas e organização das Comunidades Eclesiais de Base, círculos teológicos e organizações políticas. Boff recordou que sua condenação também se refletiria neles e na mensagem que a Igreja quer lhes transmitir e afirmou que sua pregação não era um projeto revolucionário, mas aquilo que está no Evangelho. Consequentemente, tentou legitimar suas reivindicações conciliando-as com o Evangelho, colocando-as numa linhagem teórica tida como legítima e verdadeira, evidenciando que as posições dogmáticas da

33 *Ibid.* p. 340.

34 BOFF, L. *Esclarecimento de Leonardo Boff às preocupações da Congregação para a Doutrina da Fé acerca do livro Igreja: Carisma e poder (1981) – Subsídios para o colóquio de 7 de setembro de 1984 junto às instâncias doutrinárias da Santa Sé*. In: *Op. Cit.* p. 349.

35 *Ibid.* p. 357.

Igreja também foram motivo de disputas e apropriações de teologias e práticas sociais e de evangelização.

Boff criticou a forma como a CDFé conduzia os processos de investigação, denominando um controle quase “inquisitorial” no tocante à opinião divergente dentro da Igreja. Numa fala mais áspera, o autor afirmou: “A ignorância de muitos bispos é substituída pelo autoritarismo, que se furta a qualquer racionalidade (...) A insegurança gera a violência, e o rebaixamento do outro é a forma de auto-afirmação.”³⁶ A condução do processo foi condenada de forma ainda mais obstinada pelo franciscano:

As torturas físicas foram abolidas, mas perduram ainda aquelas psíquicas produzidas pela insegurança jurídica dos processos doutrinários, pelo anonimato das denúncias, pelo descontentamento dos motivos reais das acusações, das atas de julgamento, pela duração arbitrária dos processos, pela não acusação do recebimento das explicações, pela recusa de respostas e perguntas feitas, pelos intervalos entre uma carta e outra, pela insegurança e incerteza se o processo ainda corre ou se já foi encerrado ou se os métodos se refinaram ainda mais. Tudo isso, acrescido ainda mais pela marginalização que o acusado sofre na Igreja local pelo fato de estar sob exame da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, pode levar teólogos a noites escuras de sofrimento solitário, a perturbações psicológicas e, como já ocorreu, nesse século, à morte física.³⁷

Boff também afirmou que o processo era Kafkiano, no qual o acusador, o defensor, o legislador e o juiz eram a mesma pessoa. Essa polivalência de atribuições é observável na figura de Ratzinger ao convocar, presidir, julgar e publicizar a condenação contra Boff, legitimado pelo cargo que ocupava. O processo contra Boff, preconizado em sua arbitrariedade no livro *Igreja: Carisma e Poder*, também envolveu requintes de autoritarismo e foi o teatro inquisitorial onde firmou-se a incorruptibilidade e afirmação da palavra de Roma, em detrimento de qualquer experiência eclesial desenvolvida em outra parte do mundo.³⁸ Boff teve suporte e respaldo de grande parte da Igreja popular no Brasil,³⁹ o que atenuou a sua condenação e o processo contra ele. Mas, ainda assim, os trâmites do processo não podem ser abrandados por esse contra peso.

36 BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder*. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 90.

37 *Ibid.* p. 91.

38 Boff foi condenado a um ano de silêncio obsequioso em 1985. Em 1992, sob o risco de novas punições, desligou-se do sacerdócio.

39 Cf. BRITO, L. “Roma Locuta: Causa Finita? O repto da Igreja brasileira ao papado de João Paulo II”. In: *Revista História em Reflexão*: vol. 4, n.08. Dourados, jul/dez. 2010.

Saranyana salientou que essas instruções se inscrevem numa nova etapa de atuação do Vaticano, tendo como referencial a exortação *Evangelii Nuntiandi*⁴⁰ “(...) que havia apontado os limites de uma análise teológica que não guardasse o oportuno equilíbrio e a devida hierarquia entre as duas vertentes da libertação: a sobrenatural e a histórica.”⁴¹ Esse embate entre perspectivas salvíficas libertadoras é emblemático nas duas Instruções emanadas por Ratzinger, guardando a especificidade histórica de conceitualização da Liberdade e contextualização da TdL nos documentos. Tendo em vista as considerações críticas e a configuração histórica da CDFé, analiso o primeiro documento público da Congregação que tratou especificamente da TdL: *Libertatis Nuntius*.

Libertatis Nuntius: Acerca de alguns aspectos da Teologia da Libertação

A instrução *Libertatis Nuntius* está dividida em onze partes, além da introdução e da conclusão. O documento versa sobre a TdL, mas também expõe as divergências doutrinárias entre diferentes interpretações da Liberdade no ambiente católico. Na introdução, Ratzinger fez uma diferenciação sobre o que seria a Liberdade autenticamente cristã e fundamental, e outra que se complementaria a essa.

Pela análise do documento, defini a caracterização da Liberdade na Instrução em dois conceitos: a *Liberdade Original*, ideia de Liberdade em relação à escravidão do pecado, estando envolta numa esfera mais individual, conforme defendido por Ratzinger; que dialoga com uma *Liberdade Conjuntural*, na qual se dimensiona a Liberdade do indivíduo inserido no seu meio, entrando aqui as mazelas do mundo secular numa perspectiva mais social. A fonte provedora de todo discurso e prática da Liberdade, nesse documento e nos da Doutrina Social da Igreja, seria o Evangelho. Nessa instrução, ficou explicitada a publicação de uma seguinte, na qual a temática da Liberdade será o objetivo principal (dois anos depois foi publicada *Libertatis Conscientia*). O objetivo do texto consiste em chamar a atenção de todo o meio católico para “(...) os desvios e perigos de desvio, prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas de teologia da libertação que usam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista.”⁴² Ficou manifesto que o

40 Exortação apostólica de Paulo VI, publicada em dezembro de 1975, versou sobre a Evangelização no mundo contemporâneo.

41 SARANYANA, Josep-Ignasi. *Cem anos de teologia na América Latina (1899 – 2001)*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 131.

42 RATZINGER, Joseph. *Libertatis Nuntius – Acerca de alguns aspectos da Teologia da Libertação*. Roma, agosto de 1984. Disponível em «http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html». Acessado em 14/01/2015. O documento não tem páginas numeradas, mas acre-

documento visou corrigir apostasias e desvios em relação à ortodoxia institucional da Igreja. A Liberdade foi defendida como um dogma, que não pode adaptar-se às novas interpretações do pensamento político-social. Ainda mais quando essa adaptação dá-se no âmbito do marxismo. O documento ponderou que essa “correção” levou em conta a legitimidade da aspiração por uma liberdade, e Igreja, que opte preferencialmente pelos pobres. Entretanto, q aproximação com os pobres deveria levar em conta a postura oficial da Igreja, sendo condenados e combatidos desvios doutrinários.⁴³

Na parte I (*Uma Aspiração*), Ratzinger dissertou sobre o contexto que levou a uma aspiração de liberdade que difere da tradicional da Igreja. Essa demanda teria vindo dos pobres, iniciada pela mensagem do Evangelho e pela acentuada desigualdade social. Podemos observar que não há espaço para analisar como uma teologia voltada para a Libertação, num sentido mais amplo, desenvolveu-se no seio da própria Igreja na América Latina. As aspirações dessa Liberdade seriam prisioneiras de ideologias que a pervertem e a deslegitimam (tema da parte II – *Expressões desta aspiração*). O texto, então, traz a Liberdade como um tema cristão (parte III), que teria atravessado séculos, mas que, na Instrução, não suscitou adendos quanto às suas resignificações e contextos delimitados, em prol do axioma evangélico da Liberdade. A Liberdade foi usada como uma categoria a-histórica, e só poderia ser apreendida se enquadrada nos preceitos originais do Evangelho. São apresentados então os *Fundamentos Bíblicos*, que reforçaram a ideia de *Liberdade Original*, anunciada e promovida por Cristo. “Cristo, nosso libertador, libertou-nos do pecado e da escravidão da lei e da carne, que constitui a marca da condição do homem pecador. (...) Isto significa que a mais radical das escravidões é a escravidão do pecado.”⁴⁴ O conceito de Liberdade foi posto em oposição à escravidão, representado pelo seu mal fundamental, o pecado. A significação da Liberdade também ocorreria pela caracterização de sua antítese, da oposição ameaçadora. Falando sobre o Antigo Testamento, Ratzinger afirmou: “Deus, e não o homem, tem o poder de mudar as situações de angústia”. Nesse trecho ficou explícito a vinculação sobrenatural da Libertação, pois seria Deus quem a proveria.

A tese da *Liberdade Original* é recorrente na instrução. Vinculada à libertação do pecado, ela foi diferenciada da ideia de pecado social desenvolvida pela TdL. “Não se pode, portanto, restringir o campo do pecado, cujo primeiro efeito é o de introduzir a desordem na relação entre o homem e Deus, àquilo que se denomina ‘Pecado social’.” O pecado social

dito que a nomeação dos capítulos ajude a leitura da fonte.

43 No documento ficou salientado que “Hoje, mais do que nunca, a Igreja propõe-se condenar abusos, as injustiças e os atentados à liberdade, onde quer que eles aconteçam e quaisquer que sejam seus autores...” (*Ibid.* s/p). Essa afirmação reverberou nas múltiplas atuações de combate a “desvios” da CDFé.

44 *Ibid.* s/p.

estaria subordinado à condição de harmonia na relação entre Deus e os Homens, senão os próprios homens não poderiam engendrar uma real Liberdade. O pecado social foi associado às análises estruturais, não detendo-se na natureza humana e na sua ligação com Deus, negando o caminho da Transcendência. A natureza humana, assim como a Liberdade, são apresentadas como categorias destituídas de historicidade, pois elas seriam uma constante na História, e desvinculam-se do tempo secular para integrar um sistema teológico escatológico.^{45 46}

Apresentado o problema, a *Libertatis Nuntius* dissertou sobre *A Voz do Magistério*. São citados documentos da Doutrina Social da Igreja, cartas encíclicas recentes, pronunciamentos papais e parte das conclusões das Conferências de Medellín e Puebla.⁴⁷ Na parte VI, *Uma Nova Interpretação do Cristianismo*, foi apontada a existência de uma autêntica teologia da libertação, mas que ela não é igual a praticada na América Latina e outros países do Terceiro Mundo. Essa autêntica teologia da libertação estaria resguardada na prática eclesial tradicional, respaldada pela hermenêutica bíblica defendida pela CDFé. A análise marxista traria uma interpretação e investigação racionalista, vinculada à metodologia das Ciências Humanas que, conjugada a uma hermenêutica bíblica herética, criou uma visão de mundo que não coaduna com o dogma da Revelação. O *a priori* metodológico amalgamado com uma leitura da realidade social tornaria impossível uma dissociação dessas duas categorias “(...) de modo que, acreditando aceitar somente o que se apresenta como análise, se é forçado a aceitar, ao mesmo tempo, a ideologia.”⁴⁸ Esse hibridismo intrínseco de análises guiadas pela ideologia não existiria na Verdade cristã, porque a doutrina não seria um sistema epistemologicamente racionalizado, mas revelado por Cristo.⁴⁹ Portanto, a TdL estaria desvirtuando sua análise da realidade social (que produz a aspiração à Liberdade) pela ideologia Marxista, visto que isso seria intrínseco a uma ideologia política. Diferente do

45 *Ibid.* s/p.

46 Embora analisando a renúncia de Ratzinger ao papado, o teólogo italiano Agamben faz considerações interessantes sobre a noção de escatologia no pensamento de Joseph Ratzinger. AGAMBEN, Giorgio. *O mistério do mal – Bento XVI e o fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

47 Segunda e terceira, respectivamente, Conferências do episcopado latino-americano, organizado pelo Conselho Episcopal latino-americano (CELAM). É interessante destacar que foram citados os discursos de abertura dessas duas Conferências, não o caráter mais geral do documento – tido como mais progressista do que os posicionamentos da Santa Sé. Dessa forma, a CDFé visou apropriar-se da imagem das duas Conferências, alinhando-as com a postura papal.

48 RATZINGER, J. *Op. Cit.* s/p.

49 A epistemologia apresentada seria a Fé. “É a luz da fé, e daquilo que ela nos ensina sobre a verdade do homem e sobre o sentido último de seu destino, que se deve julgar da validade ou do grau de validade daquilo que as outras disciplinas propõem, de resto, muitas vezes à maneira de conjectura, como sendo verdades sobre o homem, sobre a sua história e sobre seu destino.” Esse documento, emitido pela CDFé, não julgou o marxismo como compatível com a epistemologia da fé.

Evangelho, essa ideologia não teria um alcance totalizante, apenas apreenderia alguns aspectos do real. A face tida como ateia do marxismo também foi lembrada e, mesma nas suas ramificações ideológicas, nenhuma seria compatível com a visão cristã do homem e da sociedade.

Essa má interpretação da Liberdade, que fundamenta a TdL, levou a uma *Subversão do senso da Verdade e Violência*. Por afirmar que a TdL estrutura-se num amálgama epistemológico híbrido (ideologia + análise), o documento prosseguiu tentando expor a ideologia marxista como deturpadora da análise social que referendaria o conceito de Liberdade. Dessa forma, discorreu sobre um dos conceitos fundamentais do marxismo: a luta de classes.

A luta de classes é pois apresentada como uma lei objetiva e necessária. Ao entrar no seu processo, do lado dos oprimidos, ‘faz-se’ a verdade, age-se ‘cientificamente’. Em consequência, a concepção da verdade vai de par com a afirmação da violência necessária e, por isso, com a do amoralismo político. Neta perspectiva, a referência a exigências éticas, que prescrevam reformas estruturais e institucionais radicais e corajosas perdem totalmente o sentido.⁵⁰

Ao analisar essa Instrução, o bispo Beni dos Santos afirmou que o uso da análise marxista como instrumento socioanalítico não passou de noções incorporadas pela cultura contemporânea.⁵¹ É importante frisar que nem todos os clérigos que se identificaram com a TdL eram marxista, sendo as matizes de adesão e incorporação do marxismo depuráveis sob diversos contextos, havendo o emprego, em muitos casos, de certos conceitos do marxismo como *mediações*⁵². Entretanto, afirmar que a cultura contemporânea teria arraigado algumas noções gerais do Marxismo, acaba minimizando a importância de ressaltar a escolha que alguns setores da TdL assumiram com o marxismo e a uma ideologia tida como libertadora sob diversos contextos, inclusive na ótica dessa função mediadora. Dessa forma, o argumento de Beni naturalizou um compromisso político e posicionamento social.

A postura de condenação da violência tem uma longa tradição na Doutrina Social da Igreja. Entretanto, a apreciação da Instrução diferiu um pouco das demais, pois se fundamentou em um conceito primordial do pensamento marxista, a luta de classes. A luta

50 *Ibid.* s/p.

51 SANTOS, Beni dos. *Libertação: análise da “Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação”*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 31.

52 ANDREO, Igor Luis. *Teologia da Libertação e a cultura maia chiapaneca – O congresso indígena de 1974 e as raízes do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 107.

de classes apregoa que a sociedade está estruturalmente dividida em classes e que a Revolução será realizada pelos oprimidos, o proletariado. Ratzinger afirmou que optar por esse lado, por essa classe, seria partidarismo e estaria intrinsecamente corroborando a violência como um instrumento político. Essa condenação do partidarismo e da violência na defesa dos oprimidos acabou sendo contraditória, na medida em que Ratzinger não dissertou sobre o uso da violência por parte das camadas dominantes para que se mantenha o *status quo*, nem sobre a natureza na qual essa luta está inserida para que haja uma discussão da violência real e simbólica como forma de luta. A luta de classes como produtora de um caminho de Liberdade e concepção de Verdade foi rechaçado por não apontar os caminhos a-Históricos da natureza humana como revelada por Deus.

Na XI parte, *Tradução “Teológica” deste Núcleo Ideológico*, Ratzinger atestou que as posições marxistas, em menor ou maior grau, permeiam “certas práticas litúrgicas (como por exemplo a ‘Eucaristia’ transformada em celebração do povo em luta), embora quem participa destas práticas não esteja plenamente consciente disso.”⁵³ Nessa afirmação, ficou evidente a desconsideração das forças articuladas em torno da TdL. Negou que os membros das práticas litúrgicas dos “povos em luta” estejam cientes da teologia empregada na liturgia em que comungam. Esse posicionamento objetivou descaracterizar as demandas políticas do contexto em que foi desenvolvida a Igreja Popular na América Latina e a própria formação desses teólogos e membros do clero partidários de uma teologia que reunisse uma nova interpretação da Liberdade – num movimento amplo e complementar. A Instrução mostrou um discurso profundamente enviesado na sua própria prática dogmática, não abrindo espaço para as demandas dos povos que certamente sabiam conscientemente no que se envolviam, visto que são eles quem as ressignificam. Tenta mostrar uma pretensa condução maniqueísta das práticas da TdL, deslocando suas aspirações à um núcleo ideológico ateu e restrito, uma Igreja “classista”⁵⁴, politizadora da fé e apartada do “amor universal” pela perspectiva da luta de classes.

O texto também apontou que a Doutrina Social da Igreja foi rejeitada, mas não problematiza o porque dessa negação, embora seja questionável a caracterização de uma negação ou de interpretação divergente da defendida pela CDFé, condizente com a realidade em que uma estrutura eclesial está inserida.

53 RATZINGER, J. *Op. Cit.* s/p.

54 “Tende-se deste modo a identificar o Reino de Deus e o seu advento com o movimento de libertação humana e a fazer da mesma história o sujeito de seu próprio desenvolvimento como processo de auto-redenção do homem por meio de luta de classes. Esta identificação está em oposição com a fé da Igreja...”. *Ibid.* s/p.

São então apresentadas *Orientações*. Nelas Ratzinger afirmou que a evangelização deve se pautar na *Liberdade Original* do pecado, que seria naturalmente uma perspectiva individual de Liberdade mas, para a CDFé, “Ela se dirige a cada homem e, por isso mesmo, a todos os homens.”⁵⁵ Essa concepção de liberdade não poderia negligenciar a transcendência, assim como a universalidade da mensagem evangélica.⁵⁶ Por conseguinte, Joseph Ratzinger defendeu que a Liberdade parte da dimensão daquilo que se liberta (o pecado) para aquilo que se destina (a libertação integral do homem), fundamentando uma Liberdade respaldada na Verdade revelada pelo Evangelho. Não haveria espaço para relativismos que desfaleceria a autoridade do discurso emanado pela instituição. A conclusão da *Libertatis Nuntius* ratificou que o documento foi aprovado pelo papa João Paulo II em audiência com o cardeal prefeito do dicastério da CDFé.

Libertatis Conscientia: Sobre a Liberdade Cristã e a Libertação

A outra instrução assinada por Joseph Ratzinger, *Libertatis Conscientia*, data de março de 1986. Essa instrução vem no esteio da anterior (*Libertatis Nuntius*) e dissertou diretamente sobre o tema da Liberdade. Reforçou muito dos argumentos apresentados⁵⁷ e foi melhor aceita, em parte pela reflexão promovida pela Instrução predecessora⁵⁸. O documento tem como epígrafe “A verdade nos liberta” e mostrou uma associação que permeou todo o documento, a vinculação da verdade cristã à verdadeira liberdade, em uma analogia com a *Liberdade Original* exposta na publicação anterior. Esta dividido em introdução, cinco capítulos (dividido em subtítulos), conclusão e notas.⁵⁹

Na *Introdução*, a Instrução retomou o tema da aspiração à Liberdade manifesta e latente no mundo, mas ponderou que essa Liberdade deveria enquadrar-se nos preceitos cristãos defendidos pela CDFé. A Verdade da qual depreende o correto sentido de Liberdade seria a palavra de Cristo, que fundamenta o preceito da *Liberdade Original*. Ratzinger

55 *Ibid.* s/p.

56 *Ibid.* s/p.

57 O texto inclusive diz que entre os dois há “(...) uma relação orgânica. Devem ser lidos um à luz do outro.” RATZINGER, Joseph. *Libertatis Conscientia – Sobre a liberdade cristã e a Libertação*. Roma, março de 1986. Disponível em <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html>. Acessado em 14/01/2015.

58 SARANYANA, Josep-Ignasi. *Op. Cit.* p. 132.

59 O documento tem um total de 146 notas que, a exemplo da outra fonte analisada, são compostos por citações bíblicas - em sua grande maioria - e documentos da Doutrina Social da Igreja - em menor escala - que incluem cartas encíclicas e discursos papais, além das conclusões do Concílio Vaticano II.

escreveu: “Por sua cruz e ressurreição, Cristo realizou a nossa redenção: esta é a liberdade em seu sentido mais forte, já que ela nos libertou do mal mais radical, isto é, do pecado e do poder da morte.”⁶⁰ Há uma conexão explícita entre a palavra contida no Evangelho e a dimensão maior da Liberdade, sendo essa a Verdade que deveria guiar os cristãos. A Liberdade, portanto, não parte da práxis de uma comunidade eclesial, ela já está dada e é um valor em si mesma. A redenção apareceu como uma categoria que pertence ao mistério da Salvação prenunciado por Cristo. Dessa forma “A verdade, a começar a verdade sobre a redenção, que está no âmago do mistério da fé, é, pois, a raiz e a regra da liberdade.”⁶¹ No capítulo I, *A Situação da Liberdade no Mundo de Hoje*, o autor começou a esboçar um histórico do tema da Liberdade, sendo o Evangelho fundamento e norteador de tal ideia. É feita uma “Historicização Dogmática”, no sentido teleológico da filosofia cristã, que narrou a História como uma sucessão linear de aspiração à Liberdade. Na época Moderna essas aspirações teriam como marcos cronológicos a Renascença, a Reforma Protestante e o Iluminismo e a Revolução Francesa. O mundo moderno, que viveria do acúmulo desse processo de aspiração à Liberdade, se caracteriza pela ideologia do progresso, fruto do controle sobre a natureza. Logo, essa Historicização Dogmática reconheceu os feitos científicos e político-sociais desenvolvidos, tendo como objetivo a Liberdade. O processo moderno de Libertação também trouxe ao homem a liberdade interior, para afirmar suas vontades e querer/pensar/agir pela sua razão.

Apesar dessas benesses, esse processo guardaria ambiguidades, que corroem a aspiração à Liberdade no plano temporal da Historicização Dogmática apresentada. Essa corrosão conduz a uma nova dominação: a destruição da natureza, o medo que os homens sentem no seu interior e os riscos da tecnologia.⁶² No plano de uma mentalidade que aspira à Liberdade nos preceitos da Modernidade, condenou-se o individualismo (que dialoga com

60 RATZINGER, J. *Op. Cit.* s/p.

61 *Ibid.* s/p.

62 Convém lembrar que esse documento foi escrito ainda no período da Guerra Fria, embora 1986 já assinalasse o declínio do mundo do Socialismo Real. Entretanto, a corrida armamentista, assim como as ameaças de novos conflitos, levaram ao medo da destruição mútua, por parte dos estadunidenses e dos soviéticos. A crise dos mísseis em 1962 pode ser um exemplo dessa tensão político-militar que se traduziu numa mentalidade apocalíptica. O homem coagido pela destruição de sua existência trouxe um novo marco de reflexão existencialista. A Igreja, por diversas vezes, criticou a corrida armamentista nos documentos da Doutrina Social da Igreja, e trouxe à cena essa psicologia social do medo na construção de um discurso consensual, de afirmação do respeito entre os homens e entre as nações. Em 1950, no prefácio da primeira edição de *As Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt caracterizou esse medo: “Duas guerras mundiais em uma geração, separados por uma série ininterrupta de guerras locais e revoluções, seguidas de nenhum traço de paz para os vencidos e de nenhuma trégua para os vencedores, levaram à antecipação de uma terceira guerra mundial entre as duas potências que restavam. O momento de expectativa é como a calma que sobrevém quando não há mais esperança.” ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. II.

preceitos Liberais e Capitalistas, mas que nessa instrução são sublinhados por essa única categoria) pelo egoísmo e desigualdade, e o coletivismo (que dialogaria com princípios marxistas, embora não fique explícita sua vinculação) pela negação da transcendência humana. O homem, nessa perspectiva, seria vítima de novas formas de opressão (genocídios, terrorismo, drogas, novas relações de dominação). *A Situação da Liberdade no Mundo de Hoje*, também inclui a “emancipação das nações jovens”, uma referência ao processo de descolonização afro-asiático, fenômeno deflagrado no pós-Segunda Guerra Mundial. As “nações jovens” denominam um mundo em convulsão, onde a aspiração à liberdade está na ordem do dia. É notória a preocupação da CDFé com a possível canalização dessas aspirações por movimentos de inspiração marxista.

O texto encadeou questões externas, num plano macro, e questões internas, num plano individual. No plano individual, Ratzinger chamou a atenção para a concepção de Deus e da moralidade como obstáculo para a realização da Liberdade, na Modernidade. E apontou como essa compreensão seria na sua natureza equivocada. O distanciamento da Verdade, que descende de Deus, conduz o homem a questões angustiantes e a criação de sua própria escravidão moderna no espelho de sua aspiração à Liberdade. A relação entre Liberdade e Igreja, naquele momento, também era posta em debate. Em 1986, o processo contra diversos teólogos já havia transcorrido deixando rugas na relação entre a Igreja Romana e dissidentes. No marco de um posicionamento mais incisivo sobre essa teologia em aspiração à Libertação e posicionando-se como portador da Verdade que conduz à *Liberdade Original*, Ratzinger concluiu:

Em nome da verdade sobre o homem, criado à imagem de Deus, que a Igreja interveio. Entretanto, acusam-na de ser um obstáculo no caminho da libertação. Sua constituição hierárquica opor-se-ia à igualdade; seu Magistério iria contra a liberdade de pensamento. Certamente, houve erros de julgamento ou omissões graves, de que, ao longo dos séculos, os cristãos foram responsáveis. Mas tais objeções desconhecem a verdadeira natureza das coisas. A diversidade dos carismas no povo de Deus, que são carismas de serviço, não contraria a igual dignidade das pessoas e a sua comum vocação à santidade.⁶³

Essa citação remete a questões de destaque na instrução de Ratzinger. Justificou a ação da CDFé pela autoridade revestida da Verdade de Deus, sendo a Igreja, portanto, uma intermediária na difusão e fiscalização dessa Verdade. A hierarquia e o magistério seriam recursos exacerbados pela ótica daqueles que “desconhecem a verdade sobre as coisas.” Os “erros de julgamento” a que Ratzinger se refere estariam suplementadas pela perspectiva

63 RATZINGER, J. *Op. Cit.* s/p.

maior de salvação. O capítulo concluiu reafirmando a utopia ilusória de Liberdade. A dimensão da Verdade, que a Igreja julga resguardar, fundamentaria uma postura salvífica que tem um horizonte de Liberdade nos moldes da já mencionada *Liberdade Original*. Esboçou também uma concepção utilitária de Verdade que coadunou com uma ação dogmática e hermética por parte do dicastério da CDF e do Vaticano.

No capítulo seguinte, dissertou sobre a *Vocação do Homem à Liberdade e o Drama do Pecado*. Ratzinger desvinculou a ligação da Liberdade como afirmação total da vontade do homem. “Dessa forma, o obstáculo que se opõe ao seu querer nem sempre provém de fora, mas dos limites do seu ser. Por isso, sob pena de se destruir, o homem deve aprender a conciliar a sua vontade com a sua natureza.”⁶⁴ Essa afirmação inscreve-se na linha postulada por Freud que, ao analisar as pulsões afetivas do homem, latentes em seu inconsciente, não previu que a Liberdade dessas pulsões ocorresse pela total manifestação de suas vontades, mas na mediação entre a vontade e os limites de exposição da mesma no meio em que se insere o indivíduo.⁶⁵

Na obra *O Mal-Estar na Civilização*,⁶⁶ de 1930, Freud mostrou como as pulsões do homem vivem a dicotomia de não serem expressas pela imersão do homem na civilização. As paixões, monstruosas e/ou inocentes gestadas no interior da consciência são assim represadas por mecanismos sociais, de coerção da individualidade pelo bem comum. Desse modo, para Freud, a Liberdade, ou melhor, as pulsões do homem, são restringidas e adequadas à civilização, sendo a religião um dos meios de freio do instinto.⁶⁷ Ratzinger, numa relação interessante com esse postulado psicanalítico e referendando-se na concepção da *Liberdade Original*, afirmou que “A Libertação em vista de um conhecimento da verdade que – única – dirige a vontade é condição necessária para uma liberdade digna desse nome.”⁶⁸ A supressão

64 *Ibid.* s/p.

65 Ao escrever sobre as resistências à Psicanálise, em 1925, Freud afirmou que: “A Civilização humana repousa sobre dois pilares: um é o domínio das forças da natureza; o outro, a restrição de nossos instintos. (...) A psicanálise jamais se pronunciou a favor da libertação dos instintos socialmente perniciosos. (...) No conjunto, porém, ele é obrigado a viver psicologicamente acima de seus meios, enquanto suas reivindicações instituais insatisfeitas o fazem sentir como permanente pressão as exigências da civilização. Assim, a sociedade mantém um estado de hipocrisia cultural. (...) o inadequado método de suprimi-los pela via da repressão deve ser substituído por um procedimento melhor mais seguro. Por causa dessa crítica a psicanálise foi considerada “hostil à civilização”...” FREUD, Sigmund. *As Resistências à Psicanálise*. In: FREUD, S. *Obras Completas*. Vol. VI. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 261-263. Nessa citação as passagens onde está grafado instinto, julgamos que ficaram conceitualmente mais adequado a palavra pulsão, visto que instinto e pulsão são categorias diferentes.

66 Cf. FREUD, S. *O Mal Estar na Civilização*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2011.

67 A religião como freio dessas pulsões não é algo necessariamente ruim, porém ela também seria criadora de uma ilusão, tendo o autor vinculado essa afirmação pela edificação do ideal religioso pelo dogma. Cf. FREUD, S. *O Futuro de uma Ilusão*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

68 RATZINGER, J. *Op. Cit.* s/p.

da Liberdade, ou das pulsões naturais e primitivas do homem, deveriam ser condizente com um projeto verdadeiro de Liberdade, da qual Ratzinger julgou que a Igreja é a única mantenedora⁶⁹, afastando-se do pensamento freudiano. Destarte, a Liberdade exige autocontrole e a exigência do bem moral, sendo o encontro (ou a reconciliação, na perspectiva da Criação divina) do homem com a sua própria natureza. A Liberdade seria um “apelo do Criador”, que fez o homem com o potencial de poder desfrutá-la. Com o conceito da *Liberdade Original*, podemos deduzir que é justamente o limite do pecado que impediu o homem de realizar essa dimensão da Liberdade, sendo esse um horizonte de expectativa não condizendo com o plano de realização no universo terreno. Assim, o drama do pecado original é o estigma indelével que condenaria a expressão da Liberdade da natureza humana na História.

No plano social, o documento condenou uma ordem social injusta e reconheceu que “Na esfera social, a liberdade se exprime e se realiza em ações, estruturas e instituições...”⁷⁰ Essa afirmação poderia ser vista como uma aproximação aos postulados de Liberdade defendidos pela TdL, porém há uma inversão na natureza dessa realização da Liberdade temporal, na medida em que a defendida por Ratzinger é o substrato pelo qual o homem pode elevar-se à *Liberdade Original* mediante a aceitação da Verdade que residiria na Igreja. O pecado, cerne do pensamento da Liberdade em Ratzinger, foi tratado em destaque ainda no capítulo II. “O pecado do homem, isto é, sua ruptura com Deus, é a razão radical das tragédias que marcam a história da humanidade. (...) No anseio da liberdade do homem esconde-se a tentação de renegar a sua própria natureza.”⁷¹ Esse anseio mal desenvolvido do homem vincula-se às exigências e configurações demandadas pela Modernidade, que criou um conceito individualista e ateu da Liberdade. O pecado seria a grande perversão do projeto cristão de Liberdade. Nele, residiria a contradição entre a natureza livre, conforme criada por Deus, e a vivência opressora, conforme vivenciada na contemporaneidade.

O terceiro capítulo, *Libertação e Liberdade Cristã*, reforçou o argumento de que a história humana foi marcada pela experiência do pecado⁷² e que a concepção de Liberdade que deve ser seguida seria a *Liberdade Original*. Após um rol de exemplos bíblicos, o documento afirmou que “As desigualdades iníquas e todas as formas de opressão, que hoje

69 Um pouco mais adiante no texto, Ratzinger afirmou que o grande desafio da Modernidade é o homem dominar e controlar as ações que ele desencadeia para que elas sirvam as verdadeiras finalidades da Liberdade e da razão. *Ibid.* s/p.

70 *Ibid.* s/p.

71 *Ibid.* s/p.

72 “Ela [conexão entre o pecado e a Escritura] mostra como todo o curso da história mantém uma ligação misteriosa com o agir do homem que, desde a origem, abusou de sua liberdade erguendo-se contra Deus e procurando alcançar os seus fins fora d’Ele.”. *Ibid.* s/p.

atingem milhares de homens e mulheres, estão em aberta contradição com o evangelho de Cristo e não podem deixar tranquila a consciência de nenhum cristão.”⁷³ Nessa passagem foi esboçada uma crítica à “situação do mundo”, mas pouco incisiva sobre seus agentes (Capitalismo, Modernidade, Liberalismo, Socialismo? ou uma junção de todas elas?) e formas de atuação.

O capítulo subsequente, *A Missão Libertadora da Igreja*, demarcou que a ação da Igreja não deve ser a gestão política ou econômica, mas a propagação das boas aventuras, anunciando a mensagem salvífica. O conforto frente às injustiças desse mundo seriam abrandados pela possibilidade de que se viva melhor num outro plano, anunciado pela Igreja, esperado com acuidade e fé pelo homem. A luta por justiça nessa vida não seria um fim, mas um aspecto intermediário do real objetivo almejado por essa teologia. O amor pelos pobres e a própria pobreza, também ficariam circunscritos pelas premissas de redenção de um plano superior. A pobreza e a miséria, sentidas no cotidiano de muitos países onde se desenvolveu a TdL, são relativizadas pelo eclipse promovido pelo pecado, engendrando uma deficiência na natureza dos homens. Dessa forma, a opção pelos pobres é para que haja uma aproximação com a liberdade perdida pelos homens antes do pecado. Nessa perspectiva, os pobres não são tidos como uma classe, mas como uma condição possível na qual o homem se insere depois do pecado original.

O capítulo concluiu esboçando algumas considerações sobre comunidades de base. Consideradas como uma esperança da Igreja e reconhecidas por seu esforço, as comunidades deveriam seguir certas delimitações para que pudessem agir de forma condizente com a evangelização da Igreja. A sua comunhão com a Igreja, respeito a hierarquia e ordem sacramental são citados como princípios norteadores dessa experiência eclesial mais próxima aos pobres. Essa orientação soa como uma crítica ao modelo eclesial seguido em algumas partes da América Latina, visto que a liturgia, evangelização e organização eclesial destoavam bastante das orientações romanas, assumindo características próprias.

No último capítulo, *Doutrina Social da Igreja: Por uma práxis cristã da Libertação*, o texto enveredou para um plano social, sendo apresentado um programa, ou pelo menos um esboço dele, para uma práxis cristã idealizada por Ratzinger. Ancorando-se nos princípios anteriormente esboçados na Doutrina Social da Igreja, a instrução pregou uma práxis libertadora atenta ao mandamento supremo do amor que, concomitantemente, destacou o aspecto individual do homem, enquanto imagem de Deus e sujeito ativo, mas condenou o individualismo, na sua faceta social e política. A alternativa para construção desse modelo seria uma forma sem intermediários pela prática libertadora, o que inclui sociedades e Estados.

⁷³ *Ibid.* s/p.

Essa concepção de práxis não visou excluir os Estados, ou a edificação de uma sociedade Anarquista, pelo contrário, relatou que existem estruturas marcadas pelo pecado, mas não se pode condená-las ou renegá-las. É possível concluir que Ratzinger deslocou o foco da práxis libertadora da sociedade, grupos políticos ou ideologias, para a dimensão individual. O documento ponderou que reconhecidas as estruturas injustas, elas devem ser mudadas. Mas é perceptível que essa é uma consequência da conversão individual, não a prioridade da ação libertadora. As diretrizes de ação dessa prática incluem a condenação da violência, desmitificando a revolução (admitida em casos extremos, mas sem comportar ações criminosas) ao pregar uma “moralidade” dos meios.

Nesse ponto foi introduzida a temática do Trabalho com uma centralidade teórica importante, visto o caráter elucidativo da *Liberdade Original* aplicada a uma aflição imediata e cotidiana dos mais pobres. Como Ratzinger não negou a legitimidade da aspiração à Liberdade de certas sociedades, o Trabalho foi colocado como uma questão de caráter imediato na sociedade capitalista, além de lidar com um aspecto central da vida dos trabalhadores. Nessa parte do último capítulo, Ratzinger conclamou a uma “civilização do trabalho”, sendo esse um valor cristão respaldado no Evangelho e tido como a grande solução para os problemas sociais enfrentados no mundo. “De certa forma, o trabalho é a chave de toda questão social. É, pois, no campo do trabalho que deve ser empreendida prioritariamente, uma ação evangelizadora da liberdade.”⁷⁴

Ficou explicitada a prioridade que o trabalho assumiu nas prerrogativas de Liberdade defendidas pelo teólogo alemão. O trabalho deveria ser avaliado por aquele que o executa, priorizado em relação ao capital e ao lucro, no sentido de conferir mais solidariedade, fundamentando uma sociedade apta para o desenvolvimento integral do homem. A civilização do trabalho promoveria uma “profunda revolução pacífica”. Creio que, propositalmente, a viabilidade dessas críticas engendrarem políticas públicas no Capitalismo não foi algo considerado e problematizado no documento da Igreja.

Direitos em relação ao Trabalho foram reafirmados na esteira dos direitos civis. O direito subjetivo do Trabalho foi valorizado, não podendo haver uma diminuição do Trabalho como mercadoria, força de trabalho vendida, mas como uma tarefa da natureza do homem que deveria ser considerada na ótica cristã. A crítica ao materialismo, desemprego e ao apetite voraz do capital sobre o homem parecem uma formulação de consenso, tendo Ratzinger levantado esse tema, mas direcionando-se como porta-voz de prerrogativas comumente condenáveis. O próprio direito à propriedade foi vinculado a essa questão, sendo a propriedade privada um princípio coletivo, que envolveria uma ética comunitária. “O

74 *Ibid.* s/p.

direito à propriedade privada não é concebível sem seus deveres para com o bem comum. Ele é subordinado ao princípio da destinação universal dos bens.”⁷⁵ Assim, a utopia defendida na Instrução se afastou da propriedade coletiva defendida pelo marxismo, da defesa unilateral da propriedade privada do Capitalismo e afirmou uma universalidade respaldada na natureza humana, amarrando-se na Doutrina Social da Igreja.⁷⁶

Dessa forma, o suor do Trabalho conseguiria conciliar as angústias do espírito, um “bem comum” à sociedade, na ideia de que o Trabalho também é um serviço feito ao outro. O homem se reconciliaria com sua natureza, já que o Trabalho estaria na constituição humana, seguindo de perto as considerações da encíclica de João Paulo II. ⁷⁷ Na conclusão, Ratzinger rememorou os principais pontos debatidos na Instrução, como a nova relação com os pobres, o destaque do plano espiritual-individual para o homem que almeja a salvação e as dimensões autênticas de realização da *Liberdade Original*. Terminou afirmando que o documento teve o aval de João Paulo II.

Beni dos Santos afirmou que a presente Instrução “inseriu” demandas da TdL ao corpo doutrinal da Igreja.⁷⁸ Entretanto, o termo “inseriu” não explicita o conteúdo político dessa assimilação, que operou de forma a submeter muitas das prerrogativas da TdL à um *corpus* doutrinário já formulado, numa relação de disciplinarização de parte do pensamento

75 *Ibid.* s/p.

76 O exemplo das escolas privadas foi bem elucidador desse discurso polivalente. Ratzinger afirmou: “O Estado não pode, sem injustiça, contentar-se em tolerar as chamadas escolas privadas. Estas realizam um serviço público e têm, por conseguinte, o direito de serem ajudadas economicamente.” *Ibid.* s/p. As escolas privadas se justificariam por terem como fundamento um bem coletivo, a educação. Tendo visto que o Estado não conseguiria garantir a universalidade de acesso à educação, ou que ele seja de boa qualidade, a Igreja postulou a propriedade privada no setor educacional como legítima. Entretanto, chama atenção o fato de Ratzinger não atentar-se para as responsabilidades constitucionais do Estado, como a universalidade de acesso e, ao invés de cobrar os Estados por isso, assim como melhorias na educação pública, sai pela tangente, apoiando a iniciativa privada num setor da sociedade que deveria ser público. O “bem comum e universal” foi conveniente e encontrou-se com a afirmação e legitimidade da iniciativa privada pelo teólogo. A natureza dessas relações, assim como das próprias estruturas em que o capital adentra não foram discutidas. Importante frisar um ponto já mencionado, mas que nesse caso fica bem explícito. Ratzinger não se mostrou interessando pela forma como essa defesa da propriedade privada pelo bem comum foi apropriado pelo Capitalismo, nem sua real viabilidade na sociedade capitalista. A supremacia do discurso reafirmando um dogma válido nele mesmo, desconsiderou contextos e estruturas, o que acaba por minar a validade desses discursos e dos dogmas defendidos em seu contato com a realidade.

77 Refiro-me a encíclica *Laborem Exercens - sobre o Trabalho Humano no 90º aniversário da Rerum Novarum*, publicada pelo papa João Paulo II em setembro de 1981 – três anos após sua entronização. A encíclica buscou atualizar a Questão Social tendo como referência a encíclica do papa Leão XIII, *Rerum Novarum*, de maio de 1891. Ambas centralizaram a temática do Trabalho como cerne das mudanças sociais necessárias para melhoria da sociedade. Uma breve análise da *Laborem Exercens* pode ser lida em STREFLING, Sérgio Ricardo. “O trabalho humano na perspectiva filosófica da encíclica *Laborem Exercens*”. In: *Rev. Trim.* Porto Alegre, v. 36. nº 154, Dez. 2006, p. 767-786.

78 SANTOS, B. *Op. Cit.* p. 36.

teológico latino-americano. Entretanto, certas demandas e posicionamentos foram incorporados, ainda que pela justificativa que as angústias da realidade fomentaram aquela reivindicação. Não se podia negligenciar as demandas com as quais certos postulados da TdL foi de encontro. Doravante, Santos fez um questionamento fundamental para a análise das preposições dessa interpretação dogmática no tocante à Questão Social: “Será porém que um sistema perverso e claramente marcado pelo pecado, na expressão do Documento de Puebla, poderá ser humanizado com retoques que não alterem sua lógica?”⁷⁹

Considerações Finais

João Paulo II escreveu uma carta à CNBB em abril de 1986 afirmando que, embora destinada a toda Igreja, as Instruções da CDFé tinham relevância maior para o Brasil⁸⁰. A partir dessa prerrogativa, esboço algumas considerações, a guisa de conclusão, sobre a recepção dos textos da Congregação no ambiente católico progressista brasileiro, que tinha grande importância no cenário teológico latino-americano.

O brasilianista Ralph Della Cava destacou a disputa entre “integristas” (concebiam o divino como transcendente e imutável) e “progressistas” (usavam o relativismo histórico e sociológico para explicar a realidade) pelo prisma do debate teológico, tendo os progressistas latino-americanos assumido uma posição defensiva.⁸¹ Nos anos 1980, é possível observar uma inflexão no desenvolvimento da Igreja pautada na TdL e o recrudescimento de uma perspectiva mais dogmática e conservadora. Mas os avanços da Igreja Popular não poderiam ser desfeitos pela ação do que Cava afirmou ser “um cardeal da burocracia romana (...) [frente as] tremendas energias e forças novas que forma desencadeadas na América Latina...”⁸² Dessa forma, a análise de alguns aspectos da recepção da obra deve considerar a forma como as Instruções se inseririam na trama de apropriações e debate da Igreja latino-americana, mais especificamente brasileira, no tocante ao plano institucional e dogmático. Há três aspectos a salientar. Primeiro, os reflexos imediatos no colegiado de bispos brasileiros, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). A instrução da CDFé sobre a TdL foi objeto de uma orientação divulgada pela CNBB em que a entidade pediu que “os bispos, em seus posicionamentos, evitem qualquer expressão que possa ser interpretada como crítica a um dos

79 *Ibid.* p. 37.

80 *Ibid.* p. 5.

81 CAVA, Ralph D. “A teologia da libertação no banco dos réus”. In: *Lua Nova*, São Paulo, v. 2, n. 2, p.44-45, 1985.

82 *Ibid.*, p. 48.

irmãos do episcopado, dando a impressão de divisões, suspeitas de erro ou menos apreço à Santa Sé.”⁸³. Além disso, que divergências fossem tratadas de forma reservada, não recorrendo a jornais. Essa orientação revela questões pertinentes, como a publicização da divisão do clero e a tentativa da CNBB de abrandar os ecos dissidentes, tanto numa perspectiva interna, da Igreja brasileira, quanto na relação com o Vaticano e com a sociedade. Outro elemento, é que a CNBB anteviu que muitos membros do clero se mostrariam contrários às prerrogativas do documento da CDFé, algo que de fato ocorreu.

A segunda questão foi a reestruturação da Comissão Episcopal para a Doutrina da Fé, da CNBB. Embora delimitado a Igreja nacional, mostrou a forma como parte dos bispos da Igreja brasileira lidou com essa nova orientação política do Vaticano, empreendida pela CDFé. A Comissão Episcopal para a Doutrina da Fé existia na estrutura institucional da CNBB na forma do Secretariado da Fé e da Moral. Entre 1970-1971, este foi reformulado, com novo estatuto, fusão de secretariados e mudança para uma Comissão Episcopal. Embora o processo de instituição de Comissões Doutrinárias nas Conferências Episcopais tenha sido uma política da CDFé exortada na Instrução de 1967 de Ottaviani, conforme exposto anteriormente, a forma como a Comissão foi redefinida na CNBB e no contexto em que ocorreu essa reforma, parecem indícios consideráveis para supormos que os casos litigantes, a exemplo do processo contra Leonardo Boff, foi um exemplo daquilo que deveria ser evitado nos casos de investigação doutrinal. No histórico da instituição, em seu *site* oficial, consta um pedido feito diretamente pelo papa João Paulo II para a promulgação da Comissão. A reconstituição de um órgão específico para temas teológicos e doutrinários foi solicitada pelo papa por meio de uma carta do secretário de Estado, cardeal Agostino Casaroli (29 de dezembro de 1980), seguindo as diretrizes emanadas da CDFé.⁸⁴ Na ata da assembleia geral realizada em Itaici (SP), em abril de 1983, foi aprovada uma ampliação das competências da Comissão para a Doutrina da CNBB. No novo estatuto, entre as atribuições da comissão, destaque: “Incentivar e acompanhar as reflexões, ensino e produção de caráter doutrinário. (...) examinar a concordância com a fé católica das publicações e outros meios destinados ao ensino da doutrina (...) mediar, por solicitação, em questões doutrinárias, o diálogo entre

83 CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Orientações a respeito do documento “Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação”. Pronunciamentos da CNBB 1984 – 1985. Brasília, Agosto de 1984. Disponível em <http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97-35-pronunciamentos-da-cnbb-1984-coletanea-1985&Itemid=251>. Acessado em 08/06/2016. p. 11-12.

84 CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Comissão Episcopal Pastoral para a Doutrina da Fé e os 60 anos da CNBB*. Brasília, janeiro de 2013. Disponível em <<http://www.cnbb.org.br/imprensa/60-anos-da-cnbb/11079-comissao-episcopal-pastoral-para-a-doutrina-da-fe-e-os-60-anos-da-cnbb>>. Acessado em 20/02/2015.

autores, editores e bispos.”⁸⁵ Em caso de processo doutrinal, a comissão da CNBB garantiu que informaria o autor e que o mesmo teria direito de se explicar.^{86 87}

A ampliação de um órgão regulador das ideias e publicações doutrinárias a nível nacional, no contexto do processo entre Boff e Ratzinger, instiga a creditar essa reconfiguração institucional ao temor de que novas dissidências pudessem expor as fragilidades e discordâncias no interior da Igreja. Isso poderia comprometer a imagem de unidade que a Igreja tenta projetar de si mesma e de seu clero. Também vai de encontro à convocatória feita em 1967 pelo cardeal Ottaviani, para que os bispos do mundo todo denunciasses os casos de desvios doutrinários. Embora os trâmites institucionais da ação coibitiva da CDFé tenham sido caracterizados pela austeridade teológica, o envolvimento com movimentos políticos e sociais acabou minando uma autoridade garantida à custa do silêncio e da Verdade outorgada. Nos contornos de uma concepção teológica em diálogo com a práxis da Igreja popular na América Latina, os adeptos da TdL souberam articular elementos que dialogavam uma nova prerrogativa eclesial com o contexto sociopolítico, garantindo relativo enraizamento social e legitimidade política.

A terceira consideração deve-se a uma parte das memórias de Boff sobre o “Colóquio em Roma”, que estão nos anexos da edição de *Igreja: Carisma e Poder*. Boff relatou o momento em que os cardeais Dom Paulo Evaristo Arns e Aloísio Lorscheider, que o acompanharam na viagem – mas não foram chamados por Ratzinger, passaram a participar do colóquio. O cardeal Arns⁸⁸ foi incisivo em demonstrar seu descontentamento com o conteúdo da Instrução contra a TdL. Boff relatou que Arns teria dito mais ou menos as seguintes palavras: “Sr. Cardeal Ratzinger: não gostamos do seu documento sobre a teologia da libertação. Ele não representa a verdade que nós conhecemos. O que o senhor afirma existe

85 CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, Pronunciamentos da CNBB, 1982 – 1983. Documentos da 21ª Assembleia Geral. 20 de Maio de 1983. Disponível em «http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=89-27-pronunciamentos-da-cnbb-1982-coletanea-1983&Itemid=251». Acessado em 08/06/2016. p. 5-6.

86 Vale destacar que o processo contra Boff começou no Rio de Janeiro, em 1982, na Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé, que condenou o livro, mas o processo arrastou-se até Roma, chegando à CDFé da Santa Sé, ganhando uma repercussão bem maior.

87 Na reforma realizada por João Paulo II em 1988, também ficou assegurado que “examina os escritos e as opiniões que se mostram contrários à recta fé e perigosos, e, quando resultem opostos à doutrina da Igreja, dada ao seu autor a possibilidade de explicar completamente o seu pensamento, reprova-os tempestivamente, depois de ter informado o Ordinário interessado, e usando, se julgar oportuno, os remédios adequados.” JOÃO PAULO II. *Op. Cit.*

88 Cardeal arcebispo de São Paulo entre 1970 e 1998, atuou no combate à Ditadura Militar e na promoção dos direitos humanos, foi um representante da Igreja Popular. Apesar da renúncia por limite de idade, detém o título de arcebispo emérito da Arquidiocese paulistana.

apenas em cabeças amedrontadas que projetam distorções inexistentes.”⁸⁹ e requereu um novo documento sobre a TdL.

Todavia, esse documento não foi publicado pela CDFé. Um ano após o Colóquio em Roma, a Congregação publicou uma *Notificação sobre o livro Igreja: Carisma e Poder, ensaios de ecclesologia militante, de frei Leonardo Boff* na qual conclui que a obra “(...) põe em perigo a sã doutrina da fé, que esta mesma Congregação tem o dever de promover e tutelar.”⁹⁰ Essa passagem revela a forma como a CDFé buscou consolidar a sua aspiração de defensora e difusora da Verdade, não dando margem para interpretações distintas, nem por parte de teólogos católicos. Na Revelação, que sustentaria a autoridade moral da Igreja, subjaz o conceito de Verdade, conforme defendido pelo teólogo Joseph Ratzinger. É possível concluir, pela análise empreendida das Instruções, que a forma como essa doutrinação da Verdade foi exposta, acabou por subjugar a experiência e dotar de autoridade quase incontestes aqueles que a julgam deter.

89 BOFF, L. *Op. Cit.* p. 458.

90 *Ibid.* p. 417.

A história dos furacões e a construção espacial do Grande Caribe

Fernando Victor Aguiar Ribeiro

Pós-doutorando em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Resenha

SCHWARTZ, Stuart B. *Sea of Storms: A History of Hurricanes in the Greater Caribbean from Columbus to Katrina*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2015.

Palavras-chave Caribe, furacões, espacialidade.

Keywords Caribbean, hurricanes, spatiality.

A presente obra é fruto de conferências proferidas por Stuart B. Schwartz na *Lawrence Stone Lectures* na Universidade de Princeton em 2012. No entanto, como assinala no prefácio, o interesse em furacões iniciou-se na década de 1980 e teve como produto inicial o artigo *The hurricane of San Ciriaco: Disaster, Politics, and Society in Puerto Rico, 1899-1901*, publicado em 1992 na *Hispanic American Historical Review*.

A aproximação com a temática é consequência da trajetória pessoal de Schwartz, que anteriormente já havia desenvolvido trabalhos sobre a América Latina colonial e abordado temas como a burocracia colonial, economia açucareira, escravidão e questão religiosa no Mundo Atlântico.

A perspectiva de pesquisa sobre a economia do açúcar no Brasil o levou, conforme aponta no prefácio, ao finalizar o livro sobre o açúcar brasileiro, a considerar começar um novo projeto sobre o Caribe. Assim, além de explorar outras dimensões além da escravidão, pretendia um tema que fosse unificador para seus estudos.¹

Baseando-se na relação entre geografia e história, parte da releitura de *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II* de Fernand Braudel para pensar o Grande Caribe em sua totalidade espacial e temporal. A concepção de espacialidade ampla deve-se, em grande medida, às reflexões tomadas no *Council on Latin American and Iberian Studies* da Universidade de Yale, do qual Schwartz faz parte, e que tem como objetivo principal a compreensão da América Latina, Espanha e Portugal.

A partir desse contexto, Schwartz profere três conferências intituladas *Providence Politics and the Wind: Hurricane in the Shaping of Caribbean Societies*, apresentadas na Universidade de Princeton e posteriormente em diversas universidades norte-americanas e latino-americanas.²

A obra, resultado das pesquisas e debates nas instituições, apresenta nove capítulos. A divisão segue uma organização cronológica, iniciando com o contato inicial dos europeus com os furacões e como se deu a compreensão desses fenômenos e chegando a 2012, ano esse que foi marcado pela passagem do furacão Sandy nas Antilhas e na costa leste dos Estados Unidos.

O subtítulo do livro, *A History of Hurricanes in the Greater Caribbean from Columbus to Katrina*, denota não somente a intenção do autor em abarcar uma totalidade

1 SCHWARTZ, Stuart. *Sea of Storms: A History of Hurricanes in the Greater Caribbean from Columbus to Katrina*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2015, p. 9.

2 Dentre as quais Universidade de Nova York, UCLA, Universidades de Columbia, Indiana, Harvard, Porto Rico, Santo Domingo, Federal de Minas Gerais, Jaime I, Flórida. Com destaque à Universidade de Porto Rico e à Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de São Paulo, locais nos quais ministrou disciplina sobre a temática e cujos debates incorporou à obra.

temporal. Ilustra, principalmente, a ideia de buscar, através da reflexão de um objeto histórico, a compreensão desse fenômeno climático.

Tal posição é evidenciada no agradecimento que faz à sua esposa, María Jordán, natural de Porto Rico. Narra ele que, em 2012, por consequência do furacão Sandy, tiveram de abandonar a residência em Connecticut, tendo sido a experiência e o conhecimento de sua esposa fundamentais para a superação desse momento difícil.³

Essa experiência pessoal, acrescida do convívio com a família de sua esposa no Caribe, leva-nos a considerar a importância dos aspectos pessoais na escolha do objeto do historiador.

Apona também que, ao longo de sua trajetória enquanto pesquisador do açúcar, da escravidão e do mundo colonial, a reflexão sobre o Grande Caribe como espaço de análise torna-se evidente.

Parte, portanto, da concepção de história total, esboçada no *Mediterrâneo* de Braudel e conceituada por Pierre Vilar em 1960.⁴ Contudo, utiliza esse conceito com reservas, visto que enquanto os escritos de Braudel no final de 1940 têm uma ideia bastante estática do clima como um contexto físico imutável para as ações humanas, Schwartz parte da relação da atividade humana para o mundo físico, um interesse que compartilha com inúmeros de seus colegas franceses do pós-guerra.⁵

Na tentativa de superar a perspectiva braudeliiana, aponta Schwartz que começou a pensar sobre o uso dos furacões e as formas pelas quais as sociedades do Grande Caribe os compreenderam e responderam a eles como uma forma de metanarrativa, um tema geral organizativo que lhe possibilitou examinar o passado da região através do curso de sua história.⁶

Para essa empresa poderia tomar, na linha de Braudel, temáticas como escravidão, guerras, economia de plantation, migrações e colonialismo, todos com narrativas "transnacionais". No entanto, buscou nos furacões aspectos que considerou mais pertinentes na análise global do Grande Caribe. Destaca que furacões são vistos como exemplos clássicos

3 SCHWARTZ. *Op. cit.*, p. 27.

4 VILAR, Pierre. "Croissance économique et analyse historique". In: *Première conférence internationale d'histoire économique*. Estocolmo; Paris; Haya: Mounton, 1960, pp. 41-85.

5 SCHWARTZ. *Op. cit.*, pp. 9-10.

6 *Ibidem*, p. 11.

das ações de Deus, fenômenos fora da história, que estão fora do controle humano e sempre mais merecedores de explicações tecnológicas ou científicas do que de análises históricas.⁷

Com isso, esboça que a espacialidade é inovadora por tratar de uma zona sujeita a um fenômeno natural comum. Fenômeno esse que transpassa fronteiras de impérios coloniais e de nações independentes e que não recebe influência nenhuma de efeitos políticos, econômicos ou culturais.

Define, pois, que o foco de seu livro não são os furacões por si só, mas como as pessoas, governos e sociedades responderam a eles.⁸ Apresenta um panorama de história ambiental que transcende o fenômeno natural e estabelece foco nas políticas públicas de enfrentamento de catástrofes e não apenas na descrição dos eventos.

Nessa perspectiva apresenta como, ao longo da história, os diversos países do Grande Caribe lidaram com os furacões e como foi a atuação desses após a catástrofe. Aponta que os furacões, como outros fenômenos naturais de potencialidade destrutiva, tinham desde o século XVIII cada vez mais movido os governos a tomar decisões e buscar formas de responder às crises.⁹

Com isso, Schwartz conclui o eixo principal de sua pesquisa, que consiste no fato das respostas estatais às necessidades sociais após os furacões criarem o que denomina como embrião do *welfare state*. Afirma que conforme o século XX avançava e a ameaça de guerra, doenças e desastre econômico se intensificavam com os avanços da tecnologia, comunicação e ciência, tanto o governo como as pessoas começaram a demandar um papel maior do governo e a necessidade de criação de um “Estado providencial”, isto é, um governo que cuida e provê seus cidadãos não somente em emergências, mas nos momentos normais.¹⁰

Desenvolve, pois, a ideia de que o Grande Caribe assume uma postura de centralidade nas respostas às catástrofes, sendo protótipo do modelo de estado de bem-estar social adotado na Europa após a 2ª Grande Guerra.

Ao reforçar a reação dos países frente aos desastres naturais retoma o diálogo com o tempo presente, notadamente quando aborda as falhas estruturais do governo norte-americano na resposta às consequências do furacão Katrina.

Como comparação, questiona que uma resposta neoliberal impulsionada pelo mercado não é um único modelo para evitar, ou recuperar-se, de um desastre natural. O fracasso dos Estados Unidos para responder adequadamente os desafios do furacão Katrina contrastou com o sucesso da Cuba socialista em lidar com a ameaça de furacões. As medidas

7 *Ibidem*.

8 SCHWARTZ. *Op. cit.*, p. 17.

9 *Ibidem*, p. 262.

10 *Ibidem*, pp. 262-263.

tomadas pela ilha quando do furacão Flora em 1963 reduziram a fatalidade e fizeram surgir um modelo admirável a muitos países.¹¹

Schwartz, nessa passagem, reforça a importância da resposta estatal frente aos desastres e mostra como uma abordagem neoliberal assume feições dramáticas enquanto políticas públicas.

Ao fazer a comparação, exalta o modelo cubano em detrimento ao norte-americano, apesar de toda a capacidade técnica e financeira desse último.

Acaba por reforçar, na discussão sobre as políticas públicas de emergência, mais uma vez, a centralidade do Grande Caribe. Postura essa que questiona as premissas da *Atlantic History*. Pautada em uma interpretação que busca compreender o mundo atlântico dentro de uma concepção integrada,¹² a *Atlantic History* acaba por destacar uma centralidade nos Estados Unidos.

Diante dessa situação, Schwartz define que uma abordagem "transnacional" não deve ser uma escolha ingênua, mas provida de relevância histórica e pautada por fenômenos realmente internacionais. Ao contemplar as políticas de enfrentamento dos furacões, estabelece um ponto de contato comum às várias ilhas e regiões do Grande Caribe. E, ao adotar o furacão como causa de seu objeto de análise, acaba por pautar-se em um fenômeno que, indiscutivelmente, não respeita fronteiras e afeta as populações independentemente de sua força econômica, geopolítica ou cultural.

No diálogo entre a história e as demandas de enfrentamento dos furacões no presente, reforça a importante lição que os norte-americanos devem observar das experiências caribenhas. Indica, em passagem final da Introdução, que,

now, each new year, when in June the sea begins to warm and the stars of the ancient Carib constellation of the heron's canoes rise again in the Caribbean night sky, the hurricanes will return. The peoples of the North Atlantic will need to confront the storms and the old question they raise: How best can their threat be met? Who is responsible to do so? And what role do God, nature, and humankind have in their origins and effects? In this new century, these antiques questions must be raised and answered with more urgency than ever before.¹³

Nessa consideração final, Schwartz explicita, além da nova concepção de espacialidade que supera a de Braudel e Vilar, uma alternativa à *Atlantic History*,

11 *Ibidem*, p. 331.

12 GREENE, Jack P.; MORGAN, Phillip P. *Atlantic History: A Critical Appraisal*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

13 SCHWARTZ. *Op. cit.*, p. 338.

principalmente na necessidade da sociedade norte-americana compreender-se como parte integrante do Grande Caribe.

Fragmenta, portanto, as costas meridionais e leste do país tornando-as parte desse mundo dos furacões. Desconstrói, em última medida, a ideia de integridade territorial, excepcionalidade e do mito de expansão da fronteira, bases para a formulação identitária do pensamento conservador dos Estados Unidos.

Homenagem a Nicolau Sevcenko



Nicolau Sevcenko
(São Vicente, 1952 — São Paulo, 13 de agosto de 2014)

Fonte da imagem:
«<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/nicolausevcenko>. Acesso: 3 de fevereiro de 2016».

Nicolau Sevcenko nasceu no ano de 1952, em São Vicente (SP). Filho de imigrantes do leste europeu refugiados no Brasil, cresceu em uma colônia localizada na cidade de São Paulo. Coletor de sucatas quando criança, atividade que realizou em meio a dificuldades, Nick, como era chamado, tornou-se professor universitário destacado e um dos grandes intelectuais brasileiros do século XX e XXI. Faleceu no dia 13 de agosto de 2014.

Graduado em História pela Universidade de São Paulo em 1976, fez-se doutor (1981), com o clássico *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (publicado em 1985), e livre-docente (1992), com o grandioso *Orfeu extático na metrópole: São Paulo nos frementes anos 20* (publicado em 1992), pela mesma instituição. Lecionou e orientou trabalhos de pesquisa na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Moema (FFCLM), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na Universidade de São Paulo (USP) e na Harvard University (EUA). Foi membro honorário do Centre for Latin American Cultural Studies do King's College (Londres - Inglaterra), onde conviveu amistosamente com Eric Hobsbawm.

Referência absoluta entre os estudiosos da história cultural, das metrópoles e da modernidade, Nicolau Sevcenko publicou, além das obras já referidas, centenas de artigos em periódicos científicos e jornais de ampla circulação, além de capítulos de livros e as seguintes obras: *O Renascimento* (1983), *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes* (1983), *Arte Moderna: os desencontros de dois continentes* (1995), *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada* (2000) e *A Corrida para o Século XX: no loop da montanha russa* (2001).

Nesta edição da Revista Angelus Novus publicamos os depoimentos de colegas, amigos, alunos e professores que conviveram com Sevcenko nas diversas instituições pelas quais passou, feitos na homenagem a ele prestada no dia 13 de agosto de 2015, no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Na ocasião, foi inaugurado um novo anfiteatro, nomeado com justiça de 'Anfiteatro Nicolau Sevcenko'. Para nós, editores da Revista Angelus Novus, publicar essas falas é a maneira que encontramos de prestar deferência a uma personalidade conhecida entre os estudantes por sua generosidade e seu carisma ímpares, que marcou profunda e positivamente a formação pessoal e acadêmica da geração da qual somos parte.

Os editores

Oswaldo Coggiola (Professor titular de História Contemporânea e chefia do Departamento de História-USP)

“Boa tarde a todos, sejam bem-vindos. Vou ser bem breve e vou ficar em pé porque não vou ficar nessa mesa, por motivos de trabalho. O que nos traz aqui é prestar uma merecida, mais do que merecida, homenagem ao nosso colega Nicolau Sevcenko. Estamos ao mesmo tempo inaugurando, isto é, estamos usando pela primeira vez, este auditório do Departamento de História da USP. Esse auditório se chama, vocês viram na entrada uma placa que tivemos que fazer às pressas, 'Auditório Nicolau Sevcenko'. Esse nome, essa homenagem, foi uma decisão da Plenária do Conselho do Departamento de História por unanimidade.

A decisão foi a de dar a esse auditório, cuja construção se iniciou antes do passamento do Nicolau, esse nome. Nesta homenagem, quem vai coordenar os trabalhos é um professor que eu vou apresentar agora. Eu só queria dizer simplesmente, em primeiro lugar: me desculpem a informalidade da vestimenta, mas eu acho que se tratando de uma homenagem a Nicolau Sevcenko, essa informalidade é de rigor, e não poderia ser senão de rigor. Eu poderia falar muita coisa do Nicolau, mas não vou falar nada, pois vou ceder a palavra aos membros da mesa de homenagem, previamente designados.

Vou dizer apenas o seguinte: nós tínhamos praticamente a mesma idade, entramos com pouca diferença aqui na USP, ele em História Moderna e eu na área de História Contemporânea, e foi depois que ele passou também a fazer parte da área de História Contemporânea. Eu nunca vi ele de paletó e gravata, só uma vez, quando os dois concorremos ao mesmo cargo: Professor Titular de História Contemporânea. Foi a única vez que ele veio na USP de paletó e gravata e foi a única vez que eu vim na USP de paletó e gravata, e foi também a única vez que nos vimos de paletó e gravata.

A idade semelhante foi uma das coincidências que fomos descobrindo, fomos descobrindo várias outras, pois costumávamos conversar nos corredores, nos apoiarmos, nos ajudarmos, trocarmos ideias etc. Descobri bastante tarde que ele tinha jogado handball na juventude, que tinha chegado inclusive a jogar na seleção brasileira de handball, antes de ser professor. E por acaso, eu também fui jogador handball na minha juventude, na Argentina. Nós poderíamos ter nos encontrado em um jogo de handball, mas nunca nos encontramos. E tivemos uma existência paralela durante muitos anos, da qual só me restam boas e cada vez mais profundas lembranças.

Mas disso eu não vou falar agora. Eu quero dizer que o Conselho-Plenário do Departamento de História da USP concordou com uma iniciativa que foi lançada por um

professor do nosso departamento, que vai coordenar os trabalhos, que não é apenas o coordenador formal, pois foi a pessoa que teve a iniciativa desta homenagem. Portanto, vou convocar imediatamente ele, para ele convidar o restante dos membros da mesa, no seu caráter não apenas de coordenador formal, mas de impulsionador desta homenagem. Chamo, portanto, para conduzir os trabalhos de hoje, o professor Elias Thomé Saliba.”

[Aplausos]

Elias Thomé Saliba (Professor titular de Teoria da História da USP e organizador da homenagem)

“Boa noite a todos. Em nome da diretoria da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Professor Sérgio Adorno e da chefia do Departamento de História Professor Osvaldo Coggiola, eu declaro aberta essa sessão em memória ao professor Nicolau Sevcenko.

Eu gostaria de convidar, em primeiro lugar, a esposa do professor Nicolau, a senhora Cristina Carletti [aplausos]. Representando os antigos mestres, nós havíamos convidado a professora Maria Odila da Silva Dias, que foi a nossa orientadora de tese. Infelizmente ela nos avisou, hoje pela manhã, que ela está muito doente e como ela reside noutra cidade, ficou impossibilitada de comparecer. Eu lamentei bastante, insisti com ela, que afinal me enviou uma mensagem, que eu tomarei a liberdade de ler posteriormente. Representando ainda os nossos antigos mestres, com muita honra e deferência, eu convido o professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses [aplausos]. Representando os nossos colegas de departamento e ex-orientandos, eu convido a professora Maria Cristina Wissenbach [aplausos]. Ainda representando os colegas de departamento, eu convido o professor Jorge Grespan [aplausos]. Representando os antigos orientandos, ex-alunos e também de certa forma colegas, eu convido o professor Nelson Schapochnik [aplausos]. Representando todos os funcionários do Departamento de História e, por extensão, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, que conviveram com o professor Nicolau Sevcenko, eu convido o senhor Ermelino Romeu dos Santos [aplausos]. Representando colegas, alunos e professores das universidades pelas quais o professor Nicolau passou, eu convido, representando a Unicamp, o professor Francisco Foot Hardman [aplausos]. Representando a outra universidade pela qual o professor Sevcenko também passou, eu convido o professor José Arbex Jr., da PUC de São Paulo.”

[Aplausos]

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (Professor emérito de História Antiga da USP)

“Boa tarde. Antes de mais nada, diria ao Elias que fiquei comovidamente agradecido pelo convite que ele me fez para participar desta homenagem ao Nicolau. Vou falar muito pouco. Nem vou falar sobre a importância do Nicolau para nossa disciplina, para nosso mundo acadêmico, nossa Universidade, nosso Departamento. Penso que um ano ainda é muito pouco para que os efeitos da perda pessoal abram espaço para uma avaliação do que ele representou para nós.

Assim, vou falar, no limite, de mim, de mim mesmo, do impacto que ele me causou – e mesmo assim me fixarei num momento só, momento, pra mim, de descoberta.

Nicolau, como aluno, foi dos melhores. Mas só vim a perceber a plenitude de seu potencial fora de série quando ele terminou sua graduação, em 1976, e começou a pesquisa para a dissertação de Mestrado, sob a orientação sempre segura e fecunda da Maria Odila Leite Silva Dias. Ocorre que as vias oblíquas do destino, por intermédio da FAPESP, me reservaram o privilégio de ser o relator de sua bolsa de Mestrado - coisa que ele veio a saber só uns vinte anos depois, por razões de segurança [risos do público]. A meio caminho, sua orientadora solicitou a passagem do Mestrado para o Doutorado direto, com o que ninguém tinha como discordar. Pelo contrário. Sua tese de Doutorado foi publicada com o título de ‘Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república’, hoje um clássico. Nesse episódio é que pela primeira vez fiquei impressionado com a inteligência de Nicolau.

Eu repensei agora, com mais arrumação retroativa, o que havia pensado, na época, sobre inteligência. Preciso fazer um parêntesis e dizer que me graduei em Letras Clássicas. Assim, sempre tive uma queda por bonificações acadêmicas, como o vício, nem sempre inocente, da etimologia.

Inteligência tem como ancestral o verbo *intelligo*, de uma ampla família de palavras, cujo patriarca é *lego*, que quer dizer ‘colher’, ‘escolher’, ‘separar’, em suma, colher separando para fazer sentido o que se juntou. ‘Ler’ (*lego, legere*) é isso. Não faltam filhos, primos e irmãos, como *colligo, collectio, collegium*. Não se assustem que não vou continuar a contar casos de família [risos do público]. Mas acontece que, desde a Idade Média, se debatia qual o prefixo que se encontra em *intelligo*. Santo Tomás de Aquino, por exemplo, adota um etimologista da antiguidade, Isidoro de Sevilha, que dizia ser *intus*, ‘para dentro de’. Portanto, a inteligência se alimentaria de uma forma de conhecimento da realidade ‘por dentro’, do

íntimo das coisas e não do exterior. Mas, sempre há controvérsias. E esse prefixo bem que poderia ser *inter*, e não *intus*. *Inter*, como ‘entre’ em Português, significa a possibilidade de articulação. Eu diria, então, que é possível também ser *inter*, articulando e montando tramas, com interações inesperadas, subterrâneas, invisíveis, mas atuantes.

Como relator do bolsista Nicolau, consegui resolver a dúvida, sem precisar recorrer às novas teorias da cognição ou da linguística: Nicolau primava pela inteligência *intus*, em diálogo com a inteligência *inter*. E essa é a forma mais completa de inteligência.

Ver as coisas de dentro, reveladas como novos embaralhados, cheios de tensões e contradições, e vê-las depois, sem desfazer sua complexidade, como uma trama de fios díspares, mas capaz de permitir a inteligibilidade de uma tapeçaria, foi assim que passei a sentir a necessidade de mais inteligência, entre nós, como a de Nicolau. Em suma, essa é a inteligência que articula fios à primeira vista incompatíveis, combinando o cantochão e a sinfonia.

Nada de estranhar, portanto, a atração amorosa que Nicolau tinha para com o tema da cidade, a arena de forças mais diversificada, tensionada e embaralhada que existe para vivermos, hoje em dia. E cujo conhecimento exige, sejam mergulhos profundos, sejam articulações imprevisíveis. Exigem inteligência.

Nada de estranhar, também, o fascínio que essa inteligência, que fizera da História uma missão, despertava em seus ouvintes, que lhe dedicavam até o tratamento de uma respeitável figura *pop*.

O que, no fundo, eu queria dizer é que me deixou marca profunda ter feito contato com a inteligência e a amizade de Nicolau.”

[Aplausos]

**Maria Odila Leite da Silva Dias – mensagem lida por Elias Thomé Saliba
(Professora Titular aposentada de História do Brasil da USP)**

“Lamento profundamente não poder estar presente no nosso evento de homenagem à memória de Nicolau Sevcenko. Imagino, com tantos amigos reunidos, o quanto de sua personalidade criativa, excêntrica e trepidante será revivido e comemorado. Raramente um professor universitário, além da seriedade intelectual da sua obra, teve também a vocação para as performances culturais que transformaram o professor num artista e crítico da cultura contemporânea. Elias há de se lembrar da ocasião em que certa vez apresentávamos no anfiteatro os resultados de nossa pesquisa coordenada sobre as identidades rurais da

urbanização de São Paulo, que incluía também a professora Maria Inês Borges e vários pesquisadores e alunos. Na sua vez de falar, Nicolau fez a sua apresentação impostando a voz de um locutor de futebol. Imaginem o impacto sobre o público surpreso. E lembrar sua maneira de ser nos leva para fora do meio universitário, pois Nicolau foi também um divulgador e crítico das tendências culturais do seu tempo. Relembra-lo é manter vivo seu modo de ser, seus interesses, o impacto que exercia sobre os seus estudantes e a trepidação de sua personalidade intelectual essencialmente inquieta.”

Arceburgo, 13 de agosto de 2015.

[Aplausos]

Maria Cristina Cortez Wissenbach (Professora de História da África da USP)

“Boa tarde a todos. Eu devo dizer que é uma honra estar aqui. É difícil encontrar o melhor tom de uma fala sobre Nicolau no dia de hoje, em que a importância da homenagem, mais do que merecida, se confunde ainda com tristeza por sua ausência. Preferi manter o tom de testemunho pessoal e dizer simplesmente o que mais me tocava e me encantava em seu jeito de ser – poucas palavras, quase um afago. Mesmo assim, espero poder falar em nome de amigos e colegas que trabalharam com ele.

Meu contato e meu relacionamento com Nicolau foi intermitente, mas longo no tempo. Fui sua colega em algumas disciplinas na História entre os anos de 1974 e 1975, quando para mim ele era uma figura um pouco distante, mas admirável por suas observações agudas e por sua inteligência. Depois da graduação, anos mais tarde, reencontrei Nicolau no grupo de orientandos da professora Maria Odila da Silva Dias. Foi meu orientador formal por certo tempo e constantemente eu tinha que ir até ele para seus encaminhamentos e assinatura. É claro que nessas ocasiões as conversas corriam soltas.

A relação mais duradoura e intensa com ele se deu durante a preparação do terceiro volume da História da Vida Privada no Brasil, que ele dirigiu. A elaboração dos textos, entre 1996 e 1997, foi marcada por longas discussões entre os autores para que encontrássemos um tom mais ou menos comum e certa uniformidade entre os capítulos. Para além, é claro, dos pressupostos dos quais partíamos, colocados por Maria Odila, de quem todos éramos, e somos ainda, discípulos.

Por ocasião de sua morte registrei no Facebook, coisa que raramente faço, uma frase que sintetizou minha sensação diante da perda irremediável. Escrevi que existem pessoas que, por algum dom pessoal, conseguem mobilizar o de melhor existe dentro de você. E é assim que vejo os resultados daquela experiência conjunta. Por conta de sua presença e ainda só com o título de mestre, consegui enfrentar uma tarefa difícil e produzir um texto livre e com confiança. A manutenção do compromisso com a história das classes desfavorecidas do Império e da República brasileira, as faces múltiplas da Belle Époque, ou da modernidade, bem como o uso da literatura e do humor eram ideias que compartilhávamos e que contaram com seu entusiasmo e aval. Agradeço muito a ele pela direção e penso que posso falar em nome de Paulo Garcez, Elias Saliba, Zuleika Alvim, Marina Maluf, Nelson Schapochnik. E, in memoriam, Maria Lucia Mott.

Considero que a maior qualidade de Nicolau era o fato de ser não só uma pessoa brilhante e iluminada, mas capaz de irradiar inteligência e luz. E junto a isso uma grande capacidade de transmitir seus conhecimentos. E tenho certeza de que essa era a causa também do sucesso de suas aulas e o motivo da afeição dos alunos. ‘Nicolau professor Eterno’, dizia o cartaz pendurado no saguão até o começo desse semestre.

Mantenho guardados comentários que escreveu durante o nosso trabalho, estimulando a continuidade e avaliando os resultados com palavras saborosas. Entre elas, as que demonstravam o quanto ele precisava usar de superlativos, como se as enunciações simples das palavras não dessem conta de sua generosidade: sempre muitos ‘bárbaros’ e ‘queridíssimos’ e reiterados cumprimentos: ‘super-obrigado’, ‘super-parabéns’, ‘obrigadíssimo’ etc. [risos do público] É isso.

No dia de hoje só me resta redirecionar a ele todas as palavras que nos escreveu. E dizer somente, Nicolau, você fez toda a diferença e nossa perda é imensa! Obrigada.”

[Aplausos]

Elias Thomé Saliba (Professor titular de Teoria da História da USP e organizador da homenagem)

“É difícil usar a memória para recordar acontecimentos vividos no passado, pois a memória humana possui um mecanismo reverberador que sempre distorce ou modifica as lembranças. O professor Ulpiano Bezerra de Meneses nos deu belas lições a este respeito, mas foi o escritor Pedro Nava que sintetizou tal dilema ao escrever que ‘é difícil pescar alguma coisa do passado, porque o anzol já sai molhado do presente’. Se já há esta dificuldade

inerente à memória, imaginem o que nós sentimos quando imersos na surpresa da perda repentina ou no amargor do luto precoce e repentino.

Conheci Nicolau Sevcenko em 1972, ainda quando estudante de História na USP e ele, como eu, éramos procedentes da escola pública. No curso de História o clima era cordial, numa turma privilegiada, com colegas que depois se tornariam mestres importantes nas universidades paulistas. Mas era também um clima intelectual um tanto constrangedor, com a saída de notáveis professores como Emilia Viotti e Sérgio Buarque de Holanda e com a polícia ainda circulando ao redor do campus. Época de ânimos exaltados, na qual todos achavam que você ou era um aliado incondicional ou era necessariamente um inimigo.

Nossa primeira conversa deve ter sido no ano de 1973, e foi tão longa e éramos tão jovens que saímos daqui da Faculdade e fomos caminhando, caminhando, até chegarmos a Praça da República! [risos do público]. Anos depois, já na pós-graduação, continuávamos nossas conversas jogando partidas de basquete e ‘vinte e um’, no CEPEUSP. Nicolau sempre apresentava desculpas quando perdia (‘Sou dislático, Elias, sou dislático!’ – dizia), mas era um jogador difícil de marcar justamente porque era canhoto. E assim foram quase quarenta anos de amizade, quase ininterrupta. Nossa última conversa mais longa foi neste mesmo prédio, no anfiteatro aqui ao lado, três anos atrás, no debate que precedeu ao lançamento da 3ª. Edição do livro *Revolta da Vacina* e que contou ainda com a arguta participação do prof. Murilo Marx, da FAU-USP, já precocemente falecido, a quem eu presto também aqui minha homenagem.

Nicolau era um interlocutor incansável, mas também bastante provocador. Muitas vezes, ele gostava de me irritar, fazendo-me perguntas que eu mesmo não conseguia responder, porque nem sempre eram de cunho acadêmico ou relacionadas às pesquisas historiográficas. Conto apenas um exemplo entre muitos que reverberam na nossa memória. Certa vez tivemos uma longa conversa sobre as diferentes espécies de passarinhos, na qual ele insistia sobre o gênero das diferentes modalidades de pássaros brasileiros: andorinhas, rouxinóis, corruíras, sabiás e colibris (nesta época eu cuidava, juntamente com a minha querida esposa Maria Eneida, de uma pequena chácara). Além de eu mesmo imitar o canto de algumas aves, inspirado nas gravações que Cornélio Pires fizera nos anos de 1930 - emprestei para ele a publicação de um ornitólogo que incluía uma gravação com o canto de diferentes pássaros. O resultado eu só pude ver alguns anos depois, quando Nicolau traduziu as *Histórias para aprender a Sonhar*, de Oscar Wilde (Cia. das Letrinhas). Nicolau transformou o rouxinol em cotovia na fábula ‘O rouxinol e a rosa’. E a andorinha virou um colibri na estória ‘Um príncipe Feliz’ – solução originalíssima para resolver a questão dos gêneros na língua inglesa, mas que, enfim, conseguiu a proeza de deixar irritados tanto os ornitólogos

quanto os tradutores [risos do público]. Tanto melhor, porque, enfim talvez se provasse o acerto da tradução, que ficou belíssima, embora, eu mesmo, pelas contingências da vida, nunca tive a oportunidade de dizer isto a ele.

Falar sobre a obra do historiador Nicolau Sevcenko é quase impossível neste espaço. Teríamos que combinar um outro evento para discutir seus livros e seus ensaios que até hoje servem de antídoto contra o embotamento da imaginação, o travo da inteligência e a contenção da graça. Rejeitando aquela concepção tradicional de História, que a concebe como fluxo evolutivo, genético ou finalista, a abordagem de Sevcenko consistiu sempre num esforço de olhar a realidade com despreendimento, considerando toda singularidade histórica como objeto de conhecimento de igual relevância. De qualquer forma, como crítico da cultura já começamos a sentir muita a falta de Nicolau, da sua verve, do seu riso aberto e franco e até de suas provocações irritantes.

Impossibilidade maior ainda é descrever a competência e a criatividade de Nicolau Sevcenko como professor, sem descontentar as centenas de historiadores que foram seus alunos ou orientandos, na PUC-SP, na UNICAMP, na USP ou em Harvard. Muitos dos seus alunos o descrevem como um daqueles professores inesquecíveis: suas classes na USP, nunca com menos do que 80 alunos, em sessões diurnas e noturnas (algo que ninguém divulga quando, nos últimos tempos, tanto se ataca a universidade pública!) eram tão disputadas que já se tornara hábito colocar cadeiras no corredor para assisti-las. Afável, generoso, solícito, sempre bem-humorado, trabalhador infatigável, dificilmente conseguia dizer ‘não’ quando solicitado. E sempre foram muitas as solicitações.

Num dos seus inúmeros ensaios, reunidos no livro *Pindorama revisitada*, Nicolau imaginou um grande Jardim de Buritis - aquelas palmeiras altas que forneciam sombra, frescor e beleza e da qual tudo se aproveita: folhas, frutos, fibras, sem deixar de incluir a bebida, para animar festas e rituais. Neste sentido, não hesitaria em dizer que Nicolau foi um intelectual do exílio, mais parecido com um naufrago – mas aquele naufrago que, na sua ilha de Buritis, aprende a viver com a terra e não nela. Não como um Robison Crusoe - conquistador e invasor cujo objetivo é colonizar sua ilha -, mas muito mais parecido com Marco Polo, cujo sentido do maravilhoso nunca o abandona já que ele é um eterno viajante.

Sua magnífica tradução de *Alice no país das maravilhas*, de diz muito sobre sua própria personalidade, que fugiu de um mundo de gente insensível e enfadonha, inflexível ou ranzinza, reproduzida em grande escala pela cinzenta cultura vitoriana, que viu nascer a história de Alice. Nicolau nos ensinou a ver tudo com perplexidade, como se fosse a primeira vez. Havia nele um coração de criança, que conservava sempre aquela possibilidade de se surpreender com a vida e de enxergar o passado como uma criança vê as primeiras imagens que chegam aos seus olhos. Seu desaparecimento precoce é, para nós, a perda de um amigo e

do mais formidável dos nossos interlocutores intelectuais. O que é quase nada diante da perda irreparável para a historiografia e para a cultura brasileira de um dos mais brilhantes dos seus historiadores.”

[Aplausos]

Nelson Schapochnik (Professor de Metodologia do Ensino de História da USP)

“Tenho a imensa felicidade de pertencer a uma geração de estudantes que viveu intensamente os loucos anos 80 e que contribuiu ativamente para as profundas mudanças ocorridas no curso de graduação de história da PUC-SP. Entre acordes dissonantes de Arrigo Barnabé, Rumo, Premê e Itamar Assumpção, que embalaram muitas performances na rampa, desfilaram novos sonhos de restabelecimento da ordem democrática no país cuja tradução foi a organização de novos partidos políticos, o retorno dos exilados e a campanha das Diretas-Já. Paralelamente ao arrefecer das correntes mais autoritárias e ortodoxas do movimento estudantil, muitos alunos passaram a expor suas insatisfações quanto à gestão e participação na vida acadêmica, como também no que dizia respeito à qualidade dos cursos. Os seguidos abaixo-assinados e outras manifestações mais hostis contra a inépcia de alguns professores resultaram na renovação do corpo docente.

Ainda me lembro da primeira aula do Nicolau Sevcenko. O ano era 1982 e ele fora contratado para ministrar a disciplina História Moderna. Portanto, foi num misto de expectativas e hesitações que trocamos as primeiras palavras e olhares. Todos aqueles que foram alunos dele devem se lembrar de que em suas aulas, a princípio, ele parecia ratear, enunciando temas, títulos e nomes com vagar e distorcidas expressões faciais que soavam quase como palavras desconexas. Estimulado por frequentes goles de chá, que ele tomava copiosamente, suas aulas logo se transformavam num verdadeiro turbilhão performático.

Aliando um repertório temático e bibliografia renovada, suas aulas passaram a atrair alunos evidentemente enfadados do velho curso centrado na obra mal traduzida de Maurice Dobb, retemperado por opúsculos de um marxismo rastaquera. Imagens, músicas e textos passaram a ser mobilizados para compor um painel, invariavelmente erudito cujo efeito mais imediato era a desorientação. E aí o Nicolau demonstrava a imensa capacidade de reorganização e de promover aproximações sucessivas num verdadeiro engajamento lúdico, onde o emaranhado das diferenças e simultaneidades suplantava a racionalidade unitária e excludente. Usualmente, ele se valia da rara qualidade de ouvinte atento para converter a

questão mais insólita em matéria para novos debates onde ele reiterava os seus predicados intelectuais por meio de uma interlocução franca e despojada de quaisquer preconceitos. Esta postura, avessa a qualquer forma de missionarismo pedagógico ou político, contribuiu para que ele conquistasse novos espaços de atuação e legitimação, seja na universidade, como também na mídia, onde ele acabou por arrebatando novos e cativos leitores.

Para além das formidáveis teses que escreveu, sua imensa produção ensaística revela um intelectual desassossegado, crítico dos temas e comportamentos que aprisionam e limitam a criatividade. Não por acaso, ao abordar a literatura, as artes, a ecologia, o viver em cidades, a emergência de novas tecnologias, ele operou a partir de uma perspectiva que ressaltava os paradoxos, a sensibilidade, o respeito às individualidades e diferenças ou ainda à multiplicidade das manifestações culturais em todos os níveis. Daí o desdém e o destrato que recebeu de colegas de orientação sectária e dos afortunados da desinteligência.

Nicolau Sevcenko esteve ao meu lado nos momentos mais altissonantes da minha vida e, diante da maior tragédia pessoal que experimentei, ele também foi solidário e atencioso. Além da valiosa e sincera amizade, Nicolau foi meu orientador de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Em todos estes momentos, ele incentivou a busca de autonomia, o estabelecimento de diálogo e cooperação com outros intelectuais, fomentou leituras randômicas e o rigor na pesquisa.

Neste momento de ausência bruta e irreversível, recordo de um encontro cujo intuito era receber comentários acerca do relatório final a ser enviado à Fapesp. Inseguro, temeroso, disse a ele que esperava não tê-lo decepcionado. Não me recordo da apreciação sobre o texto. Retive tão somente a maior lição que carregou comigo e que chegou sob a forma de uma resposta curta e enfática: ‘Schapô, cuida para não se decepcionar com você mesmo’.

Isto já faz muito tempo. Hoje, repito os versos de Wally Salomão: ‘Massacro o meu medo, mascaro minha dor, já sei sofrer, não preciso de gente que me oriente’. Contudo, a gratidão, o otimismo em relação ao poder jovem e a crença na liberdade vão perdurar. Em um mundo de moralidade dissolvente e corrosão sistemática do conhecimento erudito, a ausência de Nicolau Sevcenko soa como um colapso.

God save Nick.”

[Aplausos]

Ermelino Romeu dos Santos Ferreira (Funcionário administrativo da USP)

“Primeiro eu gostaria de parabenizar o Departamento de História por dar o nome do professor Nicolau a esse espaço. Em segundo, inaugurar o espaço em um evento que homenageia o professor. Para nós, funcionários (eu entrei no Departamento em 1982, então praticamente convivi com o professor Nicolau durante os trinta e cinco anos que permaneci aqui), é muito fácil falar dele, porque o Nicolau tinha uma coisa que eu sempre dei muito valor para a convivência entre as categorias aqui dentro. Ele era simples e respeitador. Eu nunca vi o Nicolau se alterando com ninguém em situação nenhuma. Então foi fácil conviver esses trinta e cinco anos com o professor Nicolau. E um termômetro, para nós funcionários, é a presença do número de funcionários e ex-funcionários que estão aqui prestando essa homenagem para o professor Nicolau. Quando ocorreu a perda dele, eu levei um choque muito grande, porque o Nicolau semanalmente entrava na secretaria e sentava com a gente para conversar. E com os diferentes funcionários. Vocês imaginam o que, durante trinta e cinco anos, mudou o quadro de funcionários, e ele conversava com todos eles. Para nós foi uma perda muito grande e tenho certeza que eu falo em nome de todos os funcionários. Nós perdemos um grande amigo. Obrigado.”

[Aplausos]

Jorge Luís da Silva Grespan (Professor de Teoria da História da USP)

“Na qualidade de colega de departamento, fico muito feliz de poder participar desta homenagem ao Nicolau. Eu não fui aluno dele, por um azar meu. Eu me formei quando o Nicolau estava acabando o Doutorado e ainda não era professor. O espaço de tempo entre a minha formatura até também começar a dar aula aqui no Departamento de História foi o momento em que o Nicolau entrou como professor e começou a dar aula. Mas se não fui aluno dele – tive esse azar –, no entanto, aprendi muito com ele. Todos nós, eu acho, aprendemos; e ainda mais a geração de professores novos que estava entrando naquela época, nos anos 80, aprendeu muito com o Nicolau.

Antes de entrar como professor, eu já conhecia muito o Nicolau de nome, lendo os artigos que ele escrevia. O Nicolau foi fazer um pós-Doutorado na Inglaterra em meados dos anos 80 e de lá ele mandava artigos, acho que semanalmente, para a Folha de São Paulo; ele era um dos responsáveis por a Folha ser tão bacana naquela época [risos do público]. Ele escrevia para o chamado Folhetim, que hoje em dia é a Ilustrada. E o Nicolau escrevia um artigo por

semana lá de Londres, dando mais ou menos o tom do que estava acontecendo por lá. Londres sempre foi uma cidade alternativa, especialmente depois da década de 1960. Então o foco das atenções estava muito voltado para a cena cultural inglesa. O Nicolau mandava notícias de lá sem nenhum pedantismo, como o Paulo Francis escrevendo os ‘diários da corte’, de Nova York – o Nicolau não, ele entendia perfeitamente, para começar, o que estava acontecendo e a importância do que estava acontecendo na Inglaterra. Era um sopro de (vou usar a palavra que já foi usada nesta mesa algumas vezes) de inteligência, de perspicácia, de sensibilidade, muita sensibilidade intelectual.

Quando ele voltou de Londres, eu já era professor, e então a gente se conheceu. Eu lembro que fiquei muito encantado com o Nicolau, logo que a gente se conheceu, numa conferência que ocorreu no Instituto Goethe aqui de São Paulo, tendo como convidado um dos grandes sociólogos e ensaístas alemães, o Hans Magnus Enzensberger. Era um grande evento, e o Nicolau foi convidado pelo Goethe para ser o debatedor do Enzensberger. O Enzensberger fez uma fala bem típica do clima europeu que o Nicolau conhecia perfeitamente bem, porque existia não só na Alemanha do fim dos anos 1980, mas na Europa ocidental em geral, talvez apenas mais explícita na Alemanha. Era surpreendente ouvir o que era uma espécie de desprezo geral pelo resto do mundo, um desprezo cultural etc. E o Enzensberger fez uma fala surpreendente, para quem conhecia seus escritos, elogiando a situação econômica e política europeia naquela década e insinuando uma superioridade geral, inclusive cultural da Europa sobre o resto do mundo. Na sua fala como debatedor, o Nicolau fez uma observação pontual, simples, mas que eu achei sensacional, porque ele surpreendeu e desmontou completamente a fala do Enzensberger, que era um intelectual calejado. O Nicolau disse mais ou menos que ele não tinha ‘nada contra esse mundo que o professor Enzensberger pintou aqui pra nós, o único problema é que ele nos colocou fora dele’ [risos do público]. O Enzensberger ficou atônito e exclamou: ‘Não Nicolau...’ [risos do público]. Mas já estava desmascarado. Aí pronto, o Nicolau pôde falar o que quis, que o Enzensberger concordava. Pôde dar a ele uma lição de Brasil que dificilmente poderia ser dada em outras circunstâncias.

Depois dessa fala eu me lembro que fui conversar com ele (a gente já se conhecia) fui conversar com ele sobre tudo isso. Ele me convidou para ir confraternizar depois do evento com ele e outros amigos, foi quando eu conheci a Cris, esposa dele aqui presente. Fomos todos para um restaurante japonês. E depois comecei a ir direto na casa deles. Naquela época eu estava escrevendo meu Doutorado, eu próprio estava bem... sei lá, essas coisas de escrever Doutorado, a gente fica mal [risos do público]. E aí era uma maravilha visitar o Nicolau e a Cris. Durante alguns anos eu ia quase todo sábado na casa deles, a gente ficava conversando, e aí se aprendia muito – não aprender no sentido de ensino formal, é claro, isso o Nicolau deixava para a sala de aula, onde ele fazia muito bem –, mas o que o Nicolau ensinava para os

amigos era ensinar mais por sua atitude, atitude intelectual. A gente percebia a atitude intelectual do Nicolau, mesmo fora da sala de aula, que tinha isso de que o Ulpiano falou bastante, essa inteligência, uma inteligência bem humorada.

Isso tudo foi muito importante para nós todos que convivemos com ele. Que continuamos convivendo. Até o Nicolau, no final das contas se aposentar. Ele sempre passava temporadas na Inglaterra; uma vez lembro que na Espanha também; depois ele começou a ir para os Estados Unidos. Mas as primeiras temporadas ele passou em Londres durante o inverno de lá, que é o semestre mais importante das escolas do hemisfério norte – o semestre de inverno, de outubro a fevereiro. E para nós eram justamente as férias de verão. O Nicolau aproveitava essas férias de verão e ia embora e passava as o inverno deles e o verão nosso lá. Depois ele começou a tirar licenças mais longas e finalmente ele acabou indo de vez. Se aposentou aqui, tinha tempo de serviço, se aposentou aqui na USP, já faz alguns anos. Mas ele deixou essa marca, essa inspiração muito grande.

Eu tinha muito prazer, lembro até hoje, de ouvir a voz do Nicolau no corredor aqui do departamento. Eu saía da minha sala e ia lá conversar com ele. Para conversar, para dar risada, e nós ríamos muito. E era essa irreverência que me fazia lembrar – vamos ver agora se eu consigo citar direitinho, por que eu lembrei disso agora – me fazia lembrar um aforismo do Nietzsche de que nós dois gostávamos muito, Nicolau e eu, que é mais ou menos assim: ‘A irreverência, a ironia, o riso...: todo incondicional pertence à patologia’ [risos do público]. É muito bonito. Essas coisas, essa atitude, a gente aprendeu muito com o Nicolau. Eu vou ficar por aqui. Dava para falar muito tempo, por que afinal de contas as lembranças são muito grandes, e nessa hora dói muito não poder continuar tendo matéria para as lembranças futuras. Fico muito contente de poder participar dessa homenagem a ele. Eu senti profundamente a morte dele. Lembrando de mais um filósofo, o Sartre: o nascimento e a morte são dois absurdos.”

[Aplausos]

José Arbex Jr. (Jornalista e professor de Jornalismo da PUC-SP)

“Boa noite, eu me sinto, claro, extremamente honrado em participar dessa mesa. Mas, me desculpem a expressão, a franqueza: eu acho uma merda a gente estar aqui por esse motivo. Como jornalista, como é de hábito com jornalistas, eu tentei, estava pensando numa frase sintética que pudesse transmitir aquilo que eu sinto pelo Nicolau. E mesmo correndo o risco de parecer que eu estou falando um clichê, achei essa frase, com a ajuda de ninguém

menos que Pablo Picasso. É a seguinte: Existe gente - acho que é maioria de nós, talvez 99% de nós -, que consegue transformar o sol numa simples mancha amarela. E existe gente, como Nicolau, que consegue transformar uma simples mancha amarela no sol. Era isso que ele fazia o tempo todo. Eu vou dar dois exemplos bem rápidos da minha convivência com ele, que mostram bem isso.

Primeiro, foi uma vez que a gente estava na casa dele. E aqui eu quero reparar uma injustiça histórica que foi feita nessa mesa: ninguém mencionou o fato de que o Nicolau tinha um centro sagrado de peregrinação [risos] semanal, que era o Castelões, a pizza do Castelões, era obrigatório [risos]. Então, numa dessas ocasiões, a gente estava na casa dele nos preparando para ir prestar homenagem aos Castelões [Grespan: 'só depois da meia noite!'], e começou a tocar uma música qualquer, e eu comecei a batucar a música, inconscientemente, lógico. De repente, o Nicolau dá um pulo, aponta para a minha mão e pergunta: 'Por que você está batucando desse jeito?'. Respondi: 'Mas, espera aí, de que jeito eu estou batucando?'. Ele reparou que eu estava batucando com a ponta dos meus dedos, fazendo movimento com a mão, assim. Eu mesmo nunca tinha reparado que batucava daquele jeito. Comecei a pensar, e descobri que estava batucando como eu via o meu pai batucar o derbake, que é um tamborzinho árabe, que é como se faz o batuque com derbake. Claro que, daí, a conversa foi para a percussão árabe, o que era a percussão na música árabe; da percussão árabe, passamos à percussão africana; e depois, para a interpenetração entre as duas graças à participação islâmica no tráfico de escravos, e o que foram os malês no Brasil [risos do público], a Revolta dos Malês na Bahia, o fato de Marighela ser neto de malês [risos], voltamos para o samba brasileiro, as relações do samba no Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, Adoniran Barbosa... E, de repente, eu comecei a me sentir ultra importante porque eu batucava com a ponta dos dedos. Esse era o Nicolau.

O outro exemplo: ele foi o meu orientador no Doutorado. Na primeira vez que conversei com ele, para perguntar se ele topava me orientar, ele perguntou:

– Mas, qual o teu projeto?

Respondi:

– Quero fazer uma comparação entre a Doutrina Monroe e a Doutrina Truman na história da política externa dos Estados Unidos.

Ele olhou para mim e soltou um dos famosos 'Bárbaro! bárbaro!'. Mas eu já conhecia o Nicolau o suficiente para saber que aquele 'bárbaro!' não era tão 'bárbaro!' assim [risos do público]. Eu falei:

– Tá, qual é o problema que você tem com essa proposta aí? [risos do público].

Ele olhou para mim e respondeu:

– Pera aí Arbex, você não era correspondente da Folha de S. Paulo em Moscou?

– Sim.

– Você não cobriu a queda do Muro de Berlim?

– Sim.

– Você não cobriu a Primavera de Pequim?

– Sim.

– Você não escreveu sobre tudo isso?

– Sim.

– Me diz o seguinte: qual outro jornalista hoje, no mundo, você acha que participa da academia, escreve livros, cobriu tudo o que você cobriu e pode falar sobre isso?

– É, eu acho que tem poucos.

– Então por que é que você quer fazer uma tese sobre política externa dos Estados Unidos, que qualquer um pode fazer?

Aí eu olhei pra mim e falei: ‘Puts, eu sou bom pra caralho!’ [risos do público]. É evidente que o Nicolau fazia isso com extrema generosidade. Porque ele era assim, ele transformava um borrão amarelo no próprio sol, ele era assim com todo mundo, ele fazia isso o tempo todo.

Há um outro aspecto que é pouco comentado e discutido na trajetória do Nicolau, que é o fato de que por ele fazer com que a teoria da pesquisa acadêmica ganhe um significado vital tão importante, tão crucial, tão vivo, tão dinâmico, a ponto de uma batucada numa mesa levar para os escritos de Ibn Battuta, o observador do Islã no século XIII, quer dizer, o fato de ele transformar a teoria acadêmica, o estudo da História em uma coisa tão viva, me obrigou inclusive a reler Marx. Porque eu inclusive aí comecei a achar um novo sentido, uma nova energia, um novo calor nos escritos de Marx e Engels, por exemplo, sobre como vivia a classe operária no início da Revolução Industrial, ou a crítica que Marx faz da monetarização das relações humanas no Manifesto Comunista, e assim por diante, ou seja, a História passa a ser algo absolutamente vivo, absolutamente transformador, e absolutamente avesso a qualquer engessamento e a qualquer processo de tentativa de instrumentalização por qualquer teoria que seja. Então, eu termino aqui dizendo mais uma vez que eu lamento estar aqui por esse motivo, mas ao mesmo tempo graças ao Nicolau eu também me sinto como um sol. Muito obrigado Nicolau”.

[Aplausos]

Francisco Foot Hardman (Professor Titular de Literatura e Outras Produções Culturais na UNICAMP)

“Boa noite. Eu queria, antes de mais nada, evidentemente, agradecer muitíssimo por esse ao mesmo tempo alegre e comovente convite, especialmente aos colegas e amigos Professor Elias Saliba e Professor Nelson Schapochnik. Cumprimentá-los e, extensivamente, ao Departamento de História da USP por essa necessária e bela iniciativa e dizer que talvez, hoje, de fato, nós estamos celebrando Nicolau Sevcenko, coisa que foi parcialmente truncada durante o momento do seu desaparecimento, em função de várias circunstâncias, entre elas o fato de estarmos num calendário totalmente atípico, depois de uma greve prolongadíssima das universidades paulistas no ano passado, e num período, então, de recesso etc., em que se encontravam presentes poucos colegas e poucos alunos. Acho que hoje, mais do que nunca, neste auditório repleto, em que vejo tantos alunos jovens que possivelmente nem o terão conhecido, a universidade celebra o sentimento de sua perda, mas, também, necessariamente, antes de mais nada, a presença de Nicolau Sevcenko.

Eu vou ler um brevíssimo texto até para controlar a emoção:

Perder amigos e colegas de geração é morrer também junto com eles.

Conheci Nicolau Sevcenko, Nick, pessoalmente, há 32 anos, aqui mesmo na História, numa mesa-redonda para a qual fui convidado pela professora Míriam Moreira Leite, em torno dos temas relativamente novos na historiografia social e cultural que tinham despontado nos livros que ele e eu tínhamos lançado quase simultaneamente, naquele começo de 1983, pela Brasiliense: o seu *Literatura como missão* e o meu *Nem pátria, nem patrão!* Esse encontro inicial deu-se numa sala do centro documental que a Míriam então coordenava, anexo da biblioteca, hoje convertida neste auditório que se inaugura sob o signo da memória de Nick.

Uma afinidade eletiva instalou-se ali, mesmo que silenciosa, mesmo que não manifesta numa amizade regular e aprofundada.

Depois disso, foram tantas as colaborações, em não sei quantas bancas examinadoras, em seminários e congressos, aqui, na Unicamp e em tantos outros cenários no Brasil e no exterior, em particular no King’s College, em Londres, que Nick fez, durante muito tempo, como sua segunda casa e ribalta.

Devo registrar que ainda guardo, com muito afeto, a sua presença na banca de minha livre-docência na Unicamp, em 1994. Como disse naquela ocasião, queria com este convite homenagear e tê-lo ali como representante de nossa geração, nascidos que somos no mesmo ano do Dragão, eu na zona oeste de São Paulo, ele em Santos mas logo cidadão para sempre da zona leste, a minha Lapa e a Vila Prudente e depois Belenzinho dele como signos

libertários dos imigrantes que fabricaram o modernismo mais autêntico de São Paulo, das antigas fábricas fantasmagóricas, de trilhos ferroviários de odores, ruídos e ritmos intangíveis. Uma cidade tão estranha e cativante, na qual nossa imaginação e memória continuaram sempre a viajar, acolhidos pelo menos nessas cenas já desaparecidas, nessas paisagens operárias que tangiam sonhos, estrangeiros que sempre fomos nos espaços solenes da academia, nos discursos ritualísticos do poder institucional e elitizado dessa tão paradoxal cultura universitária paulista, pública e excludente, a um só tempo, confinada a um só espaço.

Por isso, amigas, amigos, em especial minha cara Cristina [Carletti]. Trago-lhes aqui os melhores sentimentos e saudades que me foram transmitidos por David Treece, o Dave, que num feliz acaso coincidente reencontrei ainda ontem, em São Paulo, e que lamentou muito, já de partida, não poder estar aqui conosco. Dave me disse que o que de mais precioso guardava e guardaria de Nick foi tê-lo tido como guia particular e decifrador primeiro dos labirintos de São Paulo. Dave me disse que conheceu São Paulo guiado pelos passos e olhos únicos de Nick. E eu me atrevi a responder, que imaginava, também, que Nick diria a nós o mesmo acerca de sua descoberta e amor eterno pela cidade de Londres, tendo em Dave o seu mais sagaz, alegre e radicalmente libertário companheiro de viagem e descortinos.

Mas o tempo-espaço dessas experiências passou. Enlevados pelos fragmentos pulsantes de cidades mágicas, fomos levados na enxurrada do tempo miserável de tecnoburocratas e de especialistas de uma nota só.

A universidade se apequenou, ficou ainda mais careta. A cidade, mais violenta, embora sempre com novas vozes e sinais a serem decifrados.

Morremos todos juntos um tanto com Nick.

Mas, talvez, sua enorme independência de espírito e criatividade inesgotável de bom humanista, possa nos inspirar a converter nosso último esquife, não em caixão, mas em pequeno barco aleatório e aberto a todos os mares e males, a todas as ilhas e iras.

E aí, sim, seguir viagem, sem certeza de porto, nem garantia de pouso.

Seguir viagem. Essa a lição de nosso saudoso amigo e mestre.

Obrigado.”

[Aplausos]

Cristina Carletti (Esposa de Nicolau Sevcenko)

“Como todo tímido, o Nicolau se sentia constrangido e encabulado com homenagens. Mas essa é uma homenagem diferente. É uma celebração da oportunidade de ter

tido as nossas vidas tocadas pela vida dele. Sendo assim, eu acho que ele não se incomodaria com a revelação das razões nada acadêmicas que me trouxeram para o Departamento de História há quase quarenta anos.

A minha turma de faculdade era muito chata. Eu gostava da turma de uma amiga que cursava História aqui. Havia um estudante festeiro, Roney Bacelli, em torno de quem gravitávamos. Numa de suas festas conheci o Nicolau. Era noite de ano novo em 1977, e acontecia um bacanal greco-romano. O anfitrião figurava como Baco [risos do público]. Um risonho escravo grego, loiro e de olhos azuis se apresentou como namorado do Nero, e logo me tranquilizou: o imperador não era ciumento [risos do público]. Assim começou a história que não teria fim.

Logo depois, o mesmo amigo, Baco, estendeu a festa para sua casa no Rio de Janeiro, uma casinha no alto de um morro, onde disputávamos espaço com mosquitos gigantes. No meio da alacridade de dezenas de jovens em férias de verão, Nicolau se concentrava na leitura de Mallarmé, enrolado em um lençol para se proteger do sol.

A volta para casa levou uma semana, parando em cada praia do caminho, pela estrada mais idílica do Brasil. Não tínhamos muito dinheiro e os hotéis estavam lotados. Tomávamos banhos de cachoeira e dormíamos no carro estacionado em frente a delegacias de polícia.

Meus pais não se entusiasmaram com meu novo namorado: aquele sujeito risonho, carregado de livros e com fome permanente. Minha irmã e o cachorro ganharam um irmão. Estava adotado.

Ao longo de todo o tempo que vivemos juntos, a natureza do Nicolau não se alterou. Alegre, afetuoso, conciliador, generoso, e também distraído e atrapalhado. Mas a sua inabilidade em lidar com aspectos práticos do cotidiano resultava quase sempre mais cômica do que trágica. Apesar da sua memória extraordinária, nossos arrufos de namorados eram esquecidos em minutos. Assim também eram as adversidades e singularidades. Para ele, não havia pessoas irremediavelmente más ou bizarras. Toda decepção lhe parecia a primeira. Toda estranheza era uma forma de normalidade. A reação elegante era a sua marca pessoal.

Escolhemos não ter filhos. Os nossos bichinhos cumprem esse papel. Mas a família humana aumentou sempre. Dentre colegas e alunos do Nicolau, muitos se tornaram nossos irmãos. E eles são o patrimônio que o Nicolau nos deixou.”

[Aplausos]

Homenagem a Nicolau SEVCENKO (...) USP – Ano VI, n. 9, pp. 189-210, 2015

Elias Thomé Saliba (Professor titular de Teoria da História da USP e organizador da homenagem)

“Em nome da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, do Departamento de História e de todas as centenas de alunos e amigos do grande professor e brilhante intelectual Nicolau Sevcenko, eu agradeço comovido a presença de todos, e declaro, então, encerrada essa sessão em memória ao professor Nicolau. Muito obrigado a todos.”

[Aplausos]

REVISTA ANGELUS NOVUS